

Universidade de Évora

***As Elites Locais e as Eleições do Concelho de Moura
(1860 – 1910)***

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Elaborado por : Carla da Purificação Caleiro Roberto Trindade

**Orientadores: Professora Doutora Maria José Stock
Professor Doutor Helder Adegar Fonseca**

**Évora
1997**



87587

Errata

Pág.	Onde Lê	Deve ler
2	. pesquisa	.pesquisa
4	. constituíram	.constituíram
5	. pesquisa	.pesquisa
7	. veradores	.vereadores
7	. factor o que	.factor que
9	. segunda metade de século	.segunda metade do século
10	. analizamos também	.analizamos também
12	. pesquisa	.pesquisa
13	. (2)	.(2) Pedro Tavares de Almeida, 1995, pág. 27
13	. acentou	.assentou
13	. quote tributária	.quota tributária
15	. discussão	.discussão
15	. discipulo	.discípulo
16	. tem as mesmas	.têm as mesmas
16	. um donínio noutro	.o domínio de outro
18	. recrutamento	.recrutamento
19	. proprietário	.proprietários
20	. possuem	.possuírem
20	. grande proprietários	.grandes proprietários
21	. também um das suas	.também uma das suas
23	. S.Tiago do Cacém	.Santiago do Cacem
24	. discipulos	.discípulos
25	. a escola (6) e os	.a escola (7) e os
27	. vd. S Adrianpág.15	.vd. <i>Íbidem</i> , pág. 115
28	. cargos municipais (16)	.cargos municipais (17)
28	. (16) Cf. Anexo V	.(17) Cf. Anexo V
31	. existia uma papel	.existia um lugar
32	. com tratamento	.com o tratamento
34	. levavam-nos a crer	.levam-nos a crer
35	. com pertencendo a esse	.como pertencendo a esse
35	. dos sócios 34	.dos 34 sócios
36	. deste elementos	.destes elementos
36	. uniam estes sócios e aos	.uniam estes sócios aos
36	. elevado grau relacionamento	.elevado grau de relacionamento
37	. contribuíram	.contribuíram
38	. Gráfico I	.Gráfico II
40	. assemelha-se	.se assemelha
42	. era fundamental	.é fundamental
43	. resplandesse o estilo	.resplandecia o estilo
44	. símbolos da família	.símbolos da família
44	. da sua memória." (20)	.da sua memória." (21)
46	. classes". Estes	. classes"e. Estes
46	. local, principal	. local, o principal
56	. Gráfico VI	. Gráfico IV
56	. Gráfico V	. Gráfico IV
59	. analisar-mos	. analisarmos
62	. descurara	. descurar
64	. existiam	. existia
66	. mecanismo	. mecanismos
69	. obtêm	. obtém
71	. confrontar-mos	. confrontarmos
78	. para um melhor	. para uma melhor
84	. no meio	. nos meios

Agradecimentos

Não podemos deixar de aqui testemunhar os vários agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para a realização desta dissertação.

À Professora Doutora Maria José Stock e ao Professor Doutor Helder Adegar Fonseca pela orientação científica prestada, pelas críticas e sugestões.

Aos colegas e amigos pelo incentivo nos momentos de desalento, particularmente, à Dra Paula Marques pela amizade e partilha de momentos de pesquisa, de algumas indicações preciosas nas várias fases de elaboração deste estudo.

Ao Club Mourense e respectivos sócios, nomeadamente, aos Drs Francisco Dias Borralho e José Chaparro, pela colaboração prestada e pela forma como facilitaram o acesso à documentação da respectiva associação.

Aos funcionários do Arquivo Distrital de Beja, bem como ao seu Director, Dr. José Mariz, pela ajuda e paciência demonstrada ao longo dos vários meses de recolha de dados.

Uma palavra em especial para a disponibilidade e amizade da Dra Zélia Fialho, responsável pela Biblioteca Municipal de Moura.

Por último, um profundo agradecimento à família pela forma paciente como ajudaram nos momentos mais difíceis e pelo acompanhamento em todas as fases desta investigação.

Abreviaturas utilizadas e normas de transcrição:

As abreviaturas usadas no texto e nas notas foram as seguintes:

ABMM – Arquivo da Biblioteca Municipal de Moura

ADB – Arquivo Distrital de Beja

AHGCB – Arquivo Histórico do Governo Civil de Beja

ASCM – Arquivo Sociedade “Club Mourense”

Nas transcrições, os originais foram respeitados integralmente. As abreviaturas foram desdobradas.

Introdução

A presente dissertação tem por objecto principal o estudo das elites locais e das eleições do concelho de Moura entre 1860 e 1910. Trata-se, assim, de um estudo caso da vida política local de uma região do Baixo Alentejo e dos protagonistas que ocuparam uma posição de relevância nos principais cargos político-administrativos e que, como tal, constituíram um grupo com características sociais, económicas, culturais e de relacionamento específicas. Este universo é depois analisado em termos eleitorais, ou seja, pretendemos saber se as *Elites Locais* do concelho de Moura, nomeadamente, a elite política, utilizavam as eleições como um instrumento regular e eficaz de controlo político-social, assumindo um perfil político que podemos determinar através das práticas caciquistas.

Como as elites políticas locais ainda não foram objecto de um estudo sistemático e constituem um tema ainda pouco explorado, empreendemos esta investigação com o objectivo primordial de contribuir para um melhor conhecimento do Alentejo oitocentista. A escolha do concelho de Moura deve-se, por um lado, ao importante espólio documental do século XIX que a seu Arquivo dispõe e, por outro, porque após as primeiras investigações verificamos que o concelho de Moura, situado no interior de Baixo Alentejo e fronteiro à vizinha Espanha, de onde recebeu várias influências (1), tinha uma posição em termos políticos e eleitorais bastante importante dentro do distrito de Beja.(2) Estes factores levaram-nos a embarcar na tarefa de estudar as elites locais do concelho de Moura e sua acção política nos actos eleitorais.

(1) Não só em termos linguísticos mas também económicos devido às trocas comerciais que se efectuavam, nomeadamente, na importação de “artefactos de lã, seda e loiça”. Cf. José Avelino da Matta e Silva, 1991, pp.54-55, 64.

(2) Cf. *Ibidem.*, pág. 66. Não podemos deixar de referir que, entre 1860/1883 e 1886/1900, Moura foi a sede dos círculos eleitorais nº142, 87,117 e 110 respectivamente, o que lhe conferiu durante essa altura uma certa importância eleitoral e política. Cf. Anexo I – Mapa III: A, B e C.

A delimitação temporal, pela qual optámos, deve-se a dois aspectos: o início da investigação em 1860 relaciona-se, por um lado, com o facto do processo político português viver desde a primeira experiência liberal (1820) um percurso muito instável marcado por tensos conflitos políticos e sociais, revelando só, a partir de 1851, uma certa estabilidade face à aplicação e prática de regras de acção política. Por outro, o acervo documental disponível para a realização desta pesquisa encontrava uma continuidade temporal consistente só a partir de 1860. A data extrema de 1910 encontra a sua explicação na queda da Monarquia e na implantação de um novo regime, o que trouxe à cena política nacional e local outros protagonistas, outros ideais, outro enquadramento institucional, novas formas de participação política e de acesso ao poder.

Situado na margem esquerda do rio Guadiana, o concelho de Moura apresentava, em meados do século XIX como limites : pelo norte “ *com o termo de Portel e com o termo de Mourão; pelo este o termo de Barrancos e pelo sul com os termos de Serpa e Vidigueira*”. (3) Encontrava-se dividido em três divisões desiguais: a primeira, que ficava situada entre a ribeira de Alcarrache e o rio Ardila compreendia as freguesias da Amareleja, Estrela e Póvoa; a segunda entre o Ardila e a serra do Sobral, que compreendia as freguesias de Santo Amador, Safara, Santo Aleixo da Restauração, Sobral e Montalvo e a terceira, que ficava além da serra, era constituída pelas freguesias de Val de Vargo, Pias e Ourada. Quase no centro de todas elas ficava situada a vila de Moura, cujo município era formado por mais duas freguesias: Santo Agostinho e São João Baptista.(4)

A agricultura era a fonte primária e “*fecunda de riquezas*” no concelho e a cultura de cereais e de olivais colocava os seus habitantes entre os primeiros agricultores nestes ramos em Portugal. Este facto devia-se não só à abundância mas principalmente à qualidade dos produtos. Daí que houvesse uma grande preocupação em escolher as sementes, em construir bom lagares e celeiros, adegas espaçosas para o vinho e azeite.

(3) José Avelino da Silva e Matta, Ob. Cit., pág.18. Vd. Anexo I - Mapa I

(4) Vd. Anexo I - Mapa II

Apesar da fertilidade do solo existiam alguns “*estorvos e obstáculos, que se offerec[iam] à sahida das suas produções e comunicações pela falta de viacções, boas estradas e boas pontes nos rios e ribeiros que cerca[vam] a vila e concelho, não podendo por isso os géneros que exporta[va] aparecerem a tempo e por menos custo nos mercados, principalmente de Lisboa, Setúbal e Mértola para onde [eram] mais frequentes as suas exportações*” (5)

A boa qualidade das pastagens e o bom clima entre outras circunstâncias faziam dos criadores de gado lanígero desta região, grandes produtores de lã. Numa notícia publicada em *O Bejense*, a quando da Exposição Agrícola de Lisboa (1884) foram atribuídos alguns prémios pecuniários e menção honrosa ao gado e produtos agrícolas que proprietários e lavradores apresentaram.(6)

No que diz respeito à indústria, em 1855, não existia em Moura uma única fábrica de lanifícios apesar da grande produção de lã “*com tam bons pastos o leite é escasso, assim como o queijo, com tantas mostras de mineraes nem uma só mina é explorada; com tam boas pedreiras edificam-se muitas casas e paredes de taipa.*”(7) A fábrica maior era a de salitre mas, em 1855, já se encontrava encerrada. Temos notícia da inauguração de uma fábrica de moagem, propriedade do Visconde d’Altas Mórias em 10 de Setembro de 1894.

No plano judicial, o concelho de Moura era, em meados do século XIX, cabeça de comarca e a autoridade estava nas mãos do *Juiz de Direito* e no *Presidente do Tribunal de 1ª Instância* (8) e quando o primeiro tinha algum impedimento eram nomeados quatro juizes que o substituíam. Junto ao Juiz havia um Agente do Ministério Público de nomeação régia - o *Delegado do Procurador Régio*.

(5) Extraído de uma notícia publicada sobre o concelho de Moura, em meados do século XIX, no jornal *O Bejense*, 15 de Março de 1873.

(6) *O Bejense*, 17 de Maio de 1884 (vd. Anexo IV - Notícia C)

(7) *O Bejense*, 15 de Março de 1873

(8) Destes dependiam o Contador do Juízo e revisor da Comarca, quatro escrivães e tabeliães do Judicial e Notas e dois Oficiais de Diligências. Cf. José Avelino da Silva e Matta, Ob. Cit., pp. 55-56.

No município havia a Câmara Municipal, composta por sete veradores de eleição popular e bienal e um secretário de nomeação régia sobre proposta da Câmara. Existia também o *Administrador do Concelho*, nomeado pelo rei, um escrivão, amanuenses e um escrivão para a Fazenda Pública. Os principais estabelecimentos públicos, como lhe chamou José Avelino da Silva e Matta, eram o dos banhos medicinais (*termas*) e o *Celeiro Comum*.(9)

Esta descrição do concelho de Moura serve de enquadramento ao estudo que vamos realizar, pois coloca em evidência algumas das principais características do espaço onde se movimentaram os protagonistas da vida política, social e económica da vila e concelho de Moura.

Contudo, um dos maiores limites que se nos colocou durante esta investigação foi o acesso, quantidade e estado de algumas fontes consultadas. O Arquivo da Biblioteca Municipal de Moura contém um valioso acervo documental mas não se encontrava inventariado, o que dificultou a sua consulta e a própria recolha de dados a partir de determinada documentação. Só nos foi possível consultar os livros de recenseamento eleitoral (10), alguns livros de actas da Comissão de Revisão do recenseamento eleitoral e da Câmara Municipal de Moura.

(9) O *Celeiro Comum* foi estabelecido, em 1730, a requerimento dos moradores da vila. Contudo, estes reclamavam da falta de um Banco Rural. Em 1843, Francisco Pessanha Mendonça Furtado apresentou à Câmara Municipal o projecto de um Banco Rural para a vila de Moura, o qual foi aprovado e “ *se mandaram convidar os proprietários que quisessem entrar com acções e, por falta destas não foi a efeito tão necessário estabelecimento.*” José Avelino da Silva Matta, Ob. Cit., pág. 78.

(10) Também foram consultadas as estatísticas oficiais publicadas em *Diário do Governo*, contudo os dados que por vezes obtivemos dessas estatísticas eram alvo de alterações devido às gralhas e enganos, factor o que dificultou a investigação. Daí que, como nos era possível recorrer à documentação original, procedemos à contagem e análise directa sobre o recenseamento eleitoral. Estes cadernos obedeciam a um modelo estandardizado no formato e no tipo de informações que continham. Cada folha estava dividida por colunas, onde se registavam todos os elementos que identificavam o eleitor: número de ordem, nome, idade, estado civil, rendimentos colectados ou vencimentos auferidos e elegibilidade para deputado e cargos administrativos. No período que aqui estudamos os cadernos eram manuscritos e só com a viragem do século aparecem impressos.

No Arquivo Distrital de Beja foi possível consultar alguns documentos referentes às eleições, nomeadamente, os cadernos eleitorais e as actas das eleições, quer municipais quer para a Câmara de Deputados, documentos que se encontram no Fundo do Governo Civil de Beja. Este acervo encontra-se ainda por inventariar e tem um acesso limitado, o que torna difícil documentar por completo todos actos eleitorais durante o período de 1860 a 1910.

Por outro lado, foi também possível consultar o conjunto de registos paroquiais das respectivas freguesias do concelho de Moura, nomeadamente, os registos de baptismos, casamentos e óbitos até cerca de 1893. Estes documentos foram fundamentais para a reconstituição dos laços de parentesco e construção das genealogias de algumas famílias de maior influência política, social e económica.

Para o enquadramento ou complemento de informação foi consultada a imprensa regional, nomeadamente, *O Bejense* (11) criado em 1860. Este jornal dá-nos uma imagem de toda a vida distrital. As suas páginas noticiam crónicas políticas e permitem identificar melhor alguns episódios políticos da luta e compadrio eleitoral, alusões aos deputados eleitos pelos vários círculos e sua identificação partidária e descrições políticas da época, as “associações” políticas e o processo eleitoral.(12)

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro trata do modelo de análise utilizado, onde se faz uma abordagem à metodologia e às questões conceptuais.

O segundo tem como objectivo principal a caracterização sociológica da elite política mourense entre 1860 e 1910. Como tal, desdobramos esse capítulo em cinco sub-capítulos, onde são focados os aspectos que melhor caracterizam este grupo, nomeadamente, a sua origem e mobilidade social, o seu nível de educação, relações de parentesco e formas de sociabilidade. Por,

(11) A consulta à imprensa regional deve-se ao facto de que o único jornal do concelho *O Jornal de Moura*, apesar de ter a sua primeira publicação em 1891, só se encontrar disponível na Biblioteca Municipal de Moura a partir do ano de 1934.

(12) Contudo, é necessário referir que como estes testemunhos nem sempre são fidedignos e imparciais tivemos que complementar/ confrontar as informações fornecidas por estas fontes com outros documentos de forma a comparar e a eliminar eventuais erros ou lacunas.

último, analisaremos a notabilidade e o poder económico da elite política local.

Através dessa caracterização pretendemos responder a algumas questões, nomeadamente, as que se referem, por exemplo, à existência ou não de um carácter fechado e coeso entre os elementos que faziam parte da elite política mourense ou a identificação desses indivíduos com outros grupos, ou seja, com outras elites locais.

O terceiro capítulo desta investigação, dividido em dois sub-capítulos, contempla o estudo referente às eleições no concelho de Moura entre 1860 e 1910. Com este capítulo pretendemos compreender a forma como as eleições contribuíram para a ascensão e perpetuação das elites políticas locais. Eram as eleições o processo legal utilizado pelas elites locais do concelho de Moura para ascender ao poder político? Serviam de mecanismo de controlo ao poder político?

Segundo Pedro Tavares de Almeida, as eleições oitocentistas, como um dos raros momentos em que a “maioria” dos cidadãos exerciam uma actividade política explícita, permitem observar o funcionamento do sistema político, bem como reconstituir as estruturas e relações de poder e reconhecer alguns comportamentos ou práticas que, de um modo geral, eram dissimulados e que, para o investigador são, por vezes, difíceis de documentar.(13)

Sem entrar numa descrição muito aprofundada da evolução do regime eleitoral foram feitas algumas referências às alterações que se processaram ao longo da segunda metade de século XIX e que, de certa forma, contribuíram para um melhor conhecimento dos mecanismos legais que regulamentavam todo o acto eleitoral. As reformas eleitorais podem ainda revelar alguns jogos de interesses e de manipulação do poder por parte do poder central.

(13) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 12.

Assim, ao longo deste capítulo são identificadas algumas das mais importantes formas de controlo das práticas eleitorais, ou seja, a análise do eleitorado mourense e do recenseamento eleitoral, com todas as suas disposições legais podem, desde logo, solucionar as questões: Quem exercia o direito de voto? Toda a população do concelho de Moura ou existiam restrições que limitavam esse direito de cidadania a um grupo? Que papel tinham as comissões responsáveis pelo recenseamento eleitoral em todo o processo de controlo e manipulação do eleitorado?

Por outro lado, e através de relatos políticos, notícias divulgadas pela imprensa regional e testemunhos literários iremos caracterizar todos os processos de captação de voto realizados antes dos eleitores se dirigirem à urna. Com esta caracterização analisamos também a estrutura da relação de poder entre *patrono / cliente* (Clientelismo) e, através da tipologia adoptada por John K. Galbraith (14), pretendemos reconhecer os instrumentos pelos quais o poder era exercido (poder condigno, compensatório e condicionado) e, dessa forma, presentes nas relações que se estabeleciam entre o influente e o eleitor.

Em seguida, procedemos à descrição do acto eleitoral e dos processos utilizados por alguns influentes para protegerem os “seus” eleitores ou para captar a atenção dos mais indecisos em conceder o seu apoio político a determinado candidato.

Quem fazia parte das mesas das assembleias eleitorais? De que forma eram escolhidos os seus membros? Que normas e práticas legais tinham que seguir? Existiam também mecanismos para beneficiar um candidato em detrimento de outro? São questões que surgiram no início da investigação e que pretendemos solucionar neste sub-capítulo.

Por fim, analisamos os resultados de algumas eleições de forma a: conhecer os níveis de participação do eleitorado mourense, ou seja, avaliar o impacto das várias formas de controlo das práticas eleitorais; comparar

(14)John K. Galbraith, 1983.

esses níveis com os resultados de outras regiões, nomeadamente, as mais urbanas, para verificar as diferenças e/ou semelhanças da natureza e implementação do caciquismo entre as zonas rurais e urbanas.

Capítulo I - O Estudo da Elites: questões metodológicas e conceptuais

No âmbito da historiografia nacional, o estudo das elites oitocentistas continua ainda a ser algo inexplorado, apesar de algumas contribuições valiosas, como é o caso específico da investigação desenvolvida por Helder Fonseca, no âmbito da elites alentejanas da região de Évora no século XIX, do trabalho realizado por Pedro Tavares de Almeida, sobre a elite política e a burocracia no período da “Regeneração” ou da pesquisa de José Cutileiro.

Em termos de conceptualização, podemos referir a imprescindível investigação desenvolvida por Maria José Stock, que problematiza bem a questão do conceito de elite e constituiu um importante meio de pesquisa para a problemática que se tem gerado à volta deste conceito.

No que diz respeito à temática das eleições encontramos um conjunto de estudos de grande diversidade e valor científico, apesar do interesse pelo sistema eleitoral se manifestar tardiamente na historiografia portuguesa. Podemos citar os preciosos e bem elaborados trabalhos de Fernando Farelo Lopes, de Pedro Tavares de Almeida, de João Serra, de Maria Cândida Proença ou de José Manuel Sobral, entre outros. Há ainda a referir o contributo de alguns trabalhos realizados por investigadores estrangeiros, nomeadamente, espanhóis, que possibilitaram a comparação entre o caso português e espanhol, como o caso de Varela Ortega, de Salvador Artacho ou de Javier Tussell.

A metodologia utilizada para o estudo da elite política como grupo foi a prosopografia. Este método baseia-se na investigação retrospectiva de características comuns de um dado grupo, mediante uma análise colectiva de um conjunto de variáveis uniformes acerca das suas vidas (nascimento, casamento, morte, família, origem social, educação, património, profissão, situação económica, residência, entre outras).(1)

(1) Cf. Guillermo Gortázar, 1994, pág. 37; José Amado Mendes, 1992, pág. 360; Pedro Soto, 1994, pág. 47.

Esta metodologia é, particularmente, adequada para o estudo de grupos não muito amplos, como o que nos propomos estudar e consiste em estabelecer um universo de análise, formular uma série de questões, recolher e combinar as informações obtidas, relacionar, cruzar e examinar essa informação procurando correlações internas ou situá-la num determinado contexto.

Assim, o nosso universo de análise centra-se na elite política local do concelho de Moura entre 1860 e 1910, ou seja, “ *todos aqueles que se encontram no vértice da hierarquia social, exercitando funções importantes que são valorizadas e reconhecidas publicamente através de recompensas materiais significativas, diversas formas de privilégios, de prestígio e outros benefícios*”. (2)

Através da reconstrução biográfica dos personagens (3) que mais se destacaram na vida política e que ocuparam os principais cargos políticos e administrativos a nível local, pretendemos encontrar as características que podem definir o perfil e conduta sociológica dessa elite.

O grau de rigor e o carácter mais ou menos exaustivo das várias sínteses biográficas ficaram condicionados pela qualidade e pormenorização dos dados disponíveis bem como pela dispersão da informação e das lacunas que por vezes a documentação apresenta.

Depois de traçar o perfil sociológico do grupo colocam-se questões relacionadas com as práticas em exercício da acção política, analisadas sobre o prisma dos actos eleitorais. O estudo das elites numa perspectiva que privilegia o grau de participação na esfera política impõe uma análise aos mecanismos eleitorais.

(3) Esta reconstrução acentou na recolha de informações relacionadas com ciclo de vida, habilitações literárias, morada, filiação, estado civil e identificação do cônjuge, caso fosse casado, partido(s) político(s) a que pertencia, elegibilidade, quote tributária, cargos políticos e administrativos, participação em instituições de interesses económicos, sociais ou culturais, ocupação de cargos ou funções relacionados com o processo eleitoral (comissão de recenseamento e mesa das assembleias eleitorais no dia da eleição). Vd. Anexo V - Biografias

O sistema eleitoral é determinante para a selecção e recrutamento das elites enquanto via de acesso à esfera do poder político. O modelo de abordagem a esta temática valoriza uma perspectiva mais comparativa. Tendo por base o sistema eleitoral do Portugal Oitocentista e as suas características pretendemos analisar os comportamentos e práticas eleitorais desenvolvidas pela elite política do concelho de Moura. A análise da produção legislativa eleitoral tornou-se essencial para compreender a estrutura do sistema e as vias de acesso e legitimação do poder.

Em termos conceptuais, a definição do termo *elite* encerra em si algumas considerações. A existência de uma minoria dirigente em qualquer sociedade reporta-se a Platão e foi retomada pelos “*elitistas*” nos finais do século XIX: Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels foram os percussores do elitismo. Mosca, o primeiro teórico a aprofundar esta temática, considerava que existiam duas “classes” de pessoas – uma que dirige e outra que é dirigida. A primeira era menos numerosa que a segunda, desempenhava funções políticas, monopolizava o poder e gozava das vantagens que o poder traz consigo. A outra, privada de qualquer forma de vontade autónoma, era dirigida e controlada pela primeira de uma forma mais ou menos legal ou, até mesmo, de forma violenta ou arbitrária. Esse domínio que a minoria - a classe política - exercia sobre a maioria devia-se, segundo Mosca, à sua organização. A ordem social e a eficaz gestão da ordem pública baseava-se nessa organização que Mosca atribuía à minoria dirigente. Segundo o mesmo autor, a *classe política* tinha o seu fundamento na unidade e coesão, asseguradas pelos interesses comuns e por uma coerente organização. Mas a eficiente organização não servia apenas para um funcionamento da estrutura do poder, também permitia criar estabilidade ou perpetuar a posição de supremacia da “elite”.(4)

Também Pareto formulou a sua teoria dividindo a sociedade em dois estratos: o superior, que comportava a *Elite* e um estrato inferior, o da *Não-Elite*. Todos aqueles que faziam parte da Elite estavam, contudo, agrupados

(4) Cf. Bottomore, 1974, pp. 10-11; Maria José Stock, 1989, pp. 167-169; vd. também Maria Luisa Maniscalco, 1995, pp. 197-199; Michelangelo Bovero, 1975, pp. 101-102.

em duas categorias: a *Elite Governante* e a *Não Governante*. A sua principal preocupação era estabelecer a diferença entre os que possuem o poder e que directa ou indirectamente participam no governo (a elite governante) e os que não o possuem (as massas).(5)

Tanto Pareto como Mosca reconheceram a minoria que controla a sociedade (a “ elite governante” para o primeiro ou a “ classe política” para o segundo) como o grupo de pessoas que exercem, directamente, o poder político ou que estão em condições de influir sobre o seu exercício, para além de todas as mudanças dentro da sua composição estarem dependentes do recrutamento individual de novos membros, ou seja, de uma rápida circulação entre os vários estratos da sociedade, um movimento cíclico em que com a decadência de uma elite imediatamente outra lhe sucede. A discussão sobre a “circulação das elites” para Mosca tem um carácter mais sociológico, contrário ao aspecto psicológico que Pareto lhe atribui. Mosca explica “ o surgimento de uma nova elite ou de novos elementos na elite devido à emergência de forças sociais que representam novos interesses no seio da sociedade”. (6)Por outro lado, o autor considera que a unidade e coesão desse grupo são asseguradas pela existência de uma coerente organização e de interesses comuns. Uma organização eficiente é fundamental para a ascensão, exercício e manutenção do poder.(6) Quanto a Michels, discípulo de Mosca, a sua interpretação da sociedade é formulada com base no quadro dos partidos políticos e estabelece que a direcção oligárquica está presente em qualquer organização.

A Teoria do Elitismo mereceu a continuação de outros trabalhos que reformularam o conceito de elite e a sua problemática. Podemos destacar os contributos de Mills, Burnham, Lasswell, Bottomore, Dahl entre outros. Não iremos proceder aqui a um estudo exaustivo de cada uma das análises realizadas por cada um dos teóricos referidos, apenas reconhecer alguns dos aspectos que melhor podem contribuir para a construção do conceito de *elite*.

(5) Maria José Stock, 1989, pág. 169; Maria Luisa Maniscalco, 1995, pp. 200-202; Michelangelo Bovero, 1975, pp. 50-52.

(6) T. B. Bottomore, 1974, pág. 14.

Wright Mills demonstra algumas influências de Mosca e de Pareto. Exprime a sua preferência pelo termo *elite do poder* em vez de “classe dominante” e define-a, à semelhança de Pareto, como um grupo coeso, com homogeneidade de objectivos e funções e sustenta o seu ponto de vista estabelecendo a semelhança das suas origens sociais, os estreitos laços pessoais e familiares entre os membros de diferentes elites (política, económica e militar). A *elite do poder* de Mills resulta da “*interpenetração das elites existentes nos diversos sectores sociais. (...) tem as mesmas atitudes, os mesmos traços psicológicos, os mesmos interesses e os seus elementos provêm de idêntica extracção social.*” (7)

Para outros autores como Lasswell existem várias elites que dominam os diversos espaços sociais: económico, social, político, militar, religioso, etc, sem que esse domínio implique, necessariamente, um domínio noutra espaço.(8)

Depois de uma análise a todas as perspectivas e, segundo Maria José Stock, o conceito de elite contém um traço típico de grande heterogeneidade, porque no início reporta-se a fenómenos bastante diversos e é identificado com uma situação de superioridade social. Por outro lado, possui uma conotação negativa e uma certa ambiguidade, na medida em que ao termo elite são aplicados diferentes significados e os mais diversos termos que acabam por designar uma mesma realidade. Os sinónimos de elite, como por exemplo, “*classe política*”, “*classe governante*”, “*classe dirigente*”, entre outros apenas acentuam a ambiguidade do próprio conceito. Um outro aspecto referido por Maria José Stock reporta-se ao facto de alguns dos autores anteriormente referidos utilizarem o termo *elite* para exprimir significados diferentes o que promove uma maior confusão e uma maior dificuldade na sua instrumentalização. (9)

(7) Maria José Stock, 1989, pág. 171.

(8) Harold Lasswell, 1984, pp.11-15.

(9) Maria José Stock, Ob. Cit., pp. 179-181

Podemos considerar que o conceito de *Elite* está enquadrado no conjunto das elites próprias de cada uma das esferas sociais onde se desenvolve, quer sejam elas de carácter político, social, económico, intelectual, etc. A cada esfera da vida social, a cada actividade corresponderá um determinado tipo de elite.(10) Para além disso, temos que encarar dois níveis: o nacional e o local, daí que se torne difícil estabelecer fronteiras entre os vários conceitos.

(10) Maria José Stock, *Ibidem*, pág.186.

Capítulo II – A Elite Política Mourense: Uma Caracterização Sociológica

1. Composição, Origem e Mobilidade Social

Existem dois vectores de análise de qualquer sociedade: os critérios de estratificação e os mecanismos que permitem a mobilidade social. Tanto a estratificação como a mobilidade social conjugam-se e dão-nos uma imagem da sociedade em determinados momentos. Essa imagem é composta por alguns elementos contraditórios: por um lado, existe uma estrutura social, que determina o lugar que cada um ocupa quando nasce; por outro lado, os percursos individuais são condicionados por essa estrutura preexistente mas podem ser modificados progressivamente. A estrutura social pode ainda ser alterada por via da acção política ou legislativa, o que também afecta os percursos individuais.(1)

Segundo Bottomore, é natural que a “classe dominante” tenha uma composição que não é inteiramente imutável, pois novas famílias podem nela ingressar e velhas famílias irem declinando. Só quando se dão mudanças rápidas em todo o sistema de produção e propriedade é que a composição da “classe dominante” sofre alterações significativas e nesse caso ocorre a chamada “circulação de elites” ou mobilidade social, em que uma elite é substituída por outra.(2)

Esta perspectiva apresentada por Bottomore, ajusta-se à realidade social do Portugal Oitocentista. Por um lado, desde o século XVIII houve um progressivo declínio económico e político da aristocracia, expresso por um endividamento crónico e por outro, a emergência de outros estratos sociais com a revolução liberal. Os critérios e mecanismos de acesso ao poder modificam-se.

(1) Fernando Taveira da Fonseca, 1993/94, pp. 459-460. Segundo Gaetano Mosca, a estrutura social não sofre transformações reais, apenas se processa num movimento cíclico infindável em que uma elite em decadência é revigorada pelo recrutamento de novos elementos. Vd. T. B. Bottomore, 1974, pág.54.

(2) Cf. T. B. Bottomore, Ob Cit., pág. 42

Assim, o conhecimento da composição, origem e grau de mobilidade social dos elementos da elite política mourense assume um papel fundamental na caracterização que iremos realizar, porque permite-nos:

- reconhecer os percursos individuais e colectivos desenvolvidos pelos elementos do grupo em análise;
- avaliar o peso das “heranças”, quer sejam elas de carácter político, económico, social no desempenho de cada indivíduo.

Os 51 personagens que, no concelho de Moura, entre 1860 e 1910 exerceram os principais cargos políticos e administrativos, ou seja, que foram titulares de lugares na vereação da Câmara Municipal ou dos cargos de Administrador do Concelho, de Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca e de Procurador à Junta Geral do Distrito, constituem o nosso universo de análise.

Após a análise dos atributos profissionais dos membros que compunham a elite política mourense verificamos que:

- 17,6% eram lavradores e proprietários, ou seja, ligavam a actividade de exploração directa da terra com a rentista, face aos bens rústicos e urbanos que possuíam.
- 15,8% exerciam funções públicas remuneradas como, por exemplo, escrivão da fazenda ou da administração. Dos quais 11,8% também foram identificados como lavradores e proprietários e 2% como negociantes .
- 15,7% eram identificados apenas como lavradores.
- 15,6% foram identificados com o título académico que possuíam e que lhes permitia, por exemplo, exercício da advocacia ou da medicina. Contudo, 7,8% também eram lavradores ou proprietários.
- 11,7% tinham comércio estabelecido (logista, comerciante e negociante) e dos quais 7,8% também se ocupavam com a lavoura.
- 2% tinham uma profissão (alfaiate) e tornaram-se também proprietário face aos investimentos que realizaram.

- 2% eram fazendeiros que, para além, de possuírem quintas, fazendas ou montes dedicavam-se à actividade de exploração directa da terra, ou seja, à lavoura.
- 2% eram membros da hierarquia militar.
- 2% pertenciam à hierarquia eclesiástica.
- Os restantes 15,7% são apenas identificados como proprietários.(3)

No que diz respeito à origem deste grupo reconhecemos que alguns elementos pela distinção de alguns apelidos e pelos os títulos de nobreza e brasões exibidos (4) são originários de meios aristocráticos. Podemos citar a família Vidal da Gama, com carta de brasão de armas desde 1770 atribuída a José Roberto Vidal da Gama, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Desembargador da Casa da Suplicação. Outro exemplo é o caso de Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda (Visconde d'Altas Mórias), descendente dos Limpo Pereira de Lacerda, uma das famílias nobres mourenses com alguns fidalgos ilustres.(5) Também originários dos mesmos meios eram os descendentes de Cid D'Almeida, *"Comendador da Ordem de Cristo e Desembargador do Paço"*, de Joaquim Teotónio Segurado, *"Desembargador de uma das relações do Império do Brasil"*.(6)

Outro aspecto característico de alguns elementos da elite política mourense da segunda metade do século XIX é a sua origem em casas com interesses centrados no mundo agrário, ou seja, de grande proprietários e rendeiros ou de detentores de grandes lavouras. O caso dos Lemos, dos Sousa e Castro, dos Limpo de Lacerda, dos Vidal da Gama, dos Raposo ou dos Fialho Coelho podem ilustrar a situação anterior.

(3) Cf. Anexo II – Quadro II, Gráfico ~~IV~~ V (A e B)

(4) Vd. Anexo VI : o jazigo das famílias Pereira de Lacerda, Limpo de Lacerda e Barreto de Gusman exhibe os três brasões de cada uma das famílias citadas.

(5) Francisco Paulo Limpo Quaresma, Fidalgo da Casa Real (1828); Francisco Pereira de Lacerda, Procurador do concelho de Moura no acto de aclamação de D. João IV; Cf. Augusto d' Azevedo Pinho Leal, 1990, pág. 572; José Avelino da Silva e Matta, 1991, pp. 69, 106 e 125.

(6) Cf. José Avelino da Silva e Matta, 1991, pág.146.

Mas a não existência de um passado familiar ou pessoal com tradição agrária não impossibilitou a ascensão ao poder político. São alguns os exemplos que encontramos quando ao analisar o percurso individual de cada um dos protagonistas da vida política de Moura nos deparamos com indivíduos em que eles próprios, ou os seus ascendentes directos fizeram uma trajectória de homens de negócio e comércio e, após alguns anos, se transformaram em grandes proprietários e lavradores da região.

É o caso de José Miguel d' Oliveira, natural de Santiago do Cacém, que veio para Moura onde, segundo os dados de que dispomos, iniciou o seu percurso como feitor (1843) (7) e, dez anos mais tarde, é reconhecido como um importante negociante local. Contudo, o seu casamento, em 1850, com Maria do Carmo Correia d' Almeida, filha de um importante proprietário e maior contribuinte do Concelho de Moura (8), permitiu-lhe a ascensão, não só económica mas também política e social. Foi um dos maiores contribuintes do concelho entre 1863 e 1889.(9)

A criação de gado constituiu também um das suas importantes actividades, na medida em que, conseguimos informações sobre a sua presença na Exposição de Filadélfia em 1877 e na Exposição Agrícola de Lisboa em 1884 onde recebeu, respectivamente, um prémio na categoria dos queijos e outro pelo gado ovino que expôs.(10) Mas , para além do seu papel na economia do concelho, também exerceu cargos de vereador na Câmara Municipal, durante sete anos, de Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura (11) e foi o chefe do Partido Regenerador . Um homem com muita influência política local e regional, na medida em que encontramos várias vezes notícias n' *O Bejense* sobre as suas visitas à

(7) Cf. *Pauta dos cidadãos do distrito de Beja que estão em circunstância de servir o cargo de Administrador do Concelho*, 1843 (AHGCB – ADB)

(8) Filha de Rodrigo José Correia e de Maria Angélica de Almeida Penedo. Cf. Anexo III – Genealogia D.

(9) Vd. Anexo II – Quadro IV

(10) Cf. *O Bejense*, 17 de Maio de 1884.

(11) Vd. Anexo II – Quadro X

cidade de Beja, bem como das reuniões, a que assistia noutros concelhos, para a tomada de decisões políticas (12).

Este prestígio social e político seria “herdado” por seu filho Diogo Urbano Correia d’ Oliveira, que depois de ter frequentado o curso de Agronomia, prosseguiu com as actividades agrícolas de seu pai, tornando-se também um dos maiores contribuintes do concelho, para além de um importante político: ocupou vários cargos municipais tais como, Presidente da Câmara, Vereador, Juiz substituto de Direito, e regionais, como por exemplo, Procurador à Junta Geral do Distrito.(13) Há ainda a salientar a sua participação, em 1888, na Assembleia Geral de Agricultores do Distrito de Beja e na assembleia geral da Liga Regional do Baixo Alentejo.(14)

Outro exemplo de mobilidade ascendente é o percurso de António Inácio Leite Ferreira, bacharel em Direito e natural de Setúbal (15). O seu poder económico, social e político deve-o ao matrimónio que realizou com as duas irmãs do Padre José Maria Crujeira (16), grande proprietário e maior contribuinte do concelho (17). Ocupou cargos na vereação camarária (1870 - 1881) e foi Juiz substituto do Juiz de Direito em 1883. No entanto, mudou de residência para Setúbal em 1887.(18)

(12) A título de exemplo temos a notícia, publicada em 1869, em que José Miguel d’ Oliveira participou numa reunião para a escolha do candidato a deputado pelo Círculo de Moura, que teve lugar na casa do Visconde da Esperança, na vila de Cuba, com a presença, entre outros, de Luís António Infante Passanha, importante personalidade de Ferreira. Vd. *O Bejense*, 17 de Abril de 1869, n.º 434.

(13) Vd. Anexo II – Quadro X

(14) *O Bejense*, 24 de Novembro de 1888, n.º 1.456.

(15) Cf. *Livro de registo de óbitos da freguesia de S. João Baptista*, 1887 (ADB-Fundo Notarial)

(16) Maria das Dores Crujeira que faleceu com 22 anos a 7 de Fevereiro de 1870 e Balbina Augusta Crujeira. Vd. Anexo III – Genealogia F; Anexo V – Biografias : António Inácio Leite Ferreira.

(17) Cf. Anexo II – Quadro IV . Faleceu, em 14 de Setembro de 1867, com 65 anos . Cf. . *Livro de registo de óbitos da freguesia de S. João Baptista*, 1867, fl.11. (ADB-Fundo Notarial)

(18) Cf. *Acta da sessão de revisão do recenseamento eleitoral, 28 de Janeiro de 1888*. (AHBMM)

Existem também exemplos de elementos da elite política mourense que devem a sua ascensão a uma herança que decorre da participação que os seus antecessores tiveram em cargos da administração local, nomeadamente, na vereação camarária antes da implantação do Liberalismo em Portugal. Entre 1860 e 1910 encontramos nestes cargos representantes das casas Abrantes, Almeida, Sá Camello, Ferreira, Lacerda, Lemos, Pinto, Rombo e Segurado(19) que tinham uma forte ligação ao poder municipal desde 1810.(20)

Para além do poder local, estas casas tiveram representantes noutros cargos de relevo a nível regional e nacional antes de 1820. Podemos salientar o caso dos Limpo de Lacerda ou dos Sá Camello.(21)

Outro aspecto importante de referir diz respeito à origem geográfica dos membros da elite política mourense. Alguns não têm as suas origens no concelho de Moura, pois os seus ascendentes são originários das mais diversas regiões do país. É o caso das famílias d'Oliveira, naturais de S. Tiago do Cacém, dos Asinhais Santos e dos Falé Ramalho, oriundos do Alto Alentejo, mais, precisamente, de Elvas ou dos Gonçalves Perfeito que vieram de Braga. Estes últimos chegaram a Moura face aos seus interesses comerciais, onde se estabeleceram e acabaram por contrair matrimónio com naturais do concelho.(22)

(19) Podemos citar o exemplo de João Maria *Abrantes*, João de Brito Pimenta d'*Almeida*, Francisco da Gama Villa - Lobos *Pinto*, José Maria de Gouveia Leitão *Rombo*, Francisco da Paula Segurado *Lemos*, António Maria Fialho *Segurado*, Eduardo Augusto *Segurado* entre outros. Cf. Anexo II - Quadros I (A, B, C, D)

(20) Cf. *Actas da Câmara Municipal de Moura*, 1810 - 1820 (AHBMM).

(21) Por exemplo, em 1808, Francisco Rodrigo Limpo de Abreu e Lacerda foi nomeado deputado fiscal da Junta Suprema de Beja, conjuntamente com Joaquim José Lino de Sá Camello. Cf. José Avelino da Silva e Matta, 1991, pág. 116.

(22) Cf. Anexo V - Biografias: Manuel José Gonçalves Perfeito e José Maria Gonçalves Perfeito.

2. Níveis de Educação Formal

Desde muito cedo a revolução liberal foi acompanhada por uma política de incentivo à instrução de todos os cidadãos, já que a maioria da população portuguesa permanecia iletrada. Ainda, em 1864, “*estima-se em cerca de 88% a percentagem de analfabetos e uma evolução da taxa para 82,4% em 1879, 79,2% em 1890 para decrescer ligeiramente em 1900 apresentando um valor de 78,6%.*”(1) À propagação e progresso do ensino primário opunham-se, segundo Fernando Gameiro, alguns obstáculos: o primeiro dizia respeito ao insuficiente número de professores e à sua precária situação profissional. A condição material dos professores e a intermitência das suas remunerações eram um aspecto negativo.(2) Por exemplo, em Moura, no ano de 1853, “*o professor régio vencia o ordenado de 200\$000 rs que depois de paga a décima e impostos anexos ficava reduzido a 168\$960 rs cada ano ou 14\$080 rs por mês, com outras habilitações, outro trabalho, outra responsabilidade em quanto outros empregados, tais como porteiros e amanuenses de secretaria com ordenados muito superiores.*”(3)

Um outro obstáculo ao progresso do ensino relacionava-se com o diminuto número de escolas existentes em Portugal e, em particular, no Alentejo. No concelho de Moura, por exemplo, em 1853, havia apenas uma escola pública do ensino primário com cerca de 90 discípulos, na freguesia de São João Baptista e outra em Safara. No que se refere às aulas de Latim

(1) Fernando Gameiro, 1995, pág.4

(2) *Ibidem*, pág.9

(3) José Avelino da Silva e Matta, 1991, pág. 60. Para mais informações sobre a situação profissional do professor primário vd. Fernando Gameiro, Ob. Cit., pp. 65 – 99.

existiam duas aulas públicas frequentadas por 8 alunos e uma particular com apenas 5. Só, mais tarde, surgiu a cadeira de Latim e Francês para a qual foi nomeado um professor vitalício, António dos Santos Dias.(4)

Durante a segunda metade do século XIX, a expansão da rede de escolar, a nível nacional, produziu um crescimento significativo no número de escolas. Entre 1862 e 1900, o número de escolas públicas triplicou: a nível feminino, passa de 153 (1862) para 1.345 (1900) e a nível masculino de 1.429 passa para 2.825 escolas.(5) Este esforço de difusão institucional do ensino também foi observável no distrito de Beja, pois “ em 31 de Dezembro de 1854 existiam n’ este distrito 48 escolas para o sexo masculino e 1 para o feminino.; desde esse ano, até Dezembro de 1866, crearam-se para o sexo masculino 57 escolas e para o feminino 11. Total de 68” (6).

Contudo, o aumento do número de escolas parece não ter resolvido, segundo Fernando Gameiro, os índices da alfabetismo pois a afluência dos alunos a essas escolas era muito baixa. De acordo com os *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública* (1844-1859), a fraca assiduidade era motivada em parte pelo estado de ignorância em que se encontrava grande parte das famílias portuguesas e pela miséria. Os recursos económicos de que dispunham os pais eram um factor de alheamento determinante para a frequência escolar dos seus filhos. A este factor juntava-se a distância em relação à escola (6) e os trabalhos domésticos e do campo. Apesar da obrigatoriedade do ensino, decretada pela Lei de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880, esta situação era característica nas escolas alentejanas mais rurais, onde a frequência escolar era motivada pelos períodos de maior intensidade nos trabalhos agrícolas como, por exemplo, durante a lavoura, a ceifa, a sementeira, a azeitona ou a monda.

(4) José Avelino da Silva e Matta, Ob. Cit., pp.60-61.

(5) Fernando Gameiro, Ob. Cit., pág. 19.

(6) *O Bejense*, 17 de Abril de 1869, nº 434.

(7) O distrito de Beja, por exemplo, em 1899 por cada 100 Km² existiam 1,2 escolas. Vd Fernando Gameiro, Ob. Cit., pp. 111 – 137.

Todos estes factores contribuíram para que a alfabetização fosse o atributo de uma pequena parte da população. A tabela A mostra-nos o número de eleitores que sabiam ler e escrever e a sua percentagem em relação ao total de cidadãos que podiam votar.(8)

Tabela A

Número de eleitores que sabem ler e escrever e percentagem em relação ao total de recenseados entre 1877 e 1909

Anos	Total de eleitores	Número de eleitores que sabem ler e escrever	Percentagem
1877	2.262	251	11,1%
1878	4.144	359	8,7%
1881	3.439	419	12,2%
1895	1.574	531	33,7%
1897	1.449	555	38,3%
1898	1.229	486	39,5%
1900	1.297	447	34,5%
1904	1.604	642	40%
1907	1.855	570	30,7%
1908	1.941	648	33,4%
1909	1.860	567	30,5%

Fonte: Livros de recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1877-1909 (ABMM)

Como podemos constatar a percentagem de eleitores que sabia ler e escrever entre 1877 e 1881 era bastante baixa (numa média de 10,6%), atingindo valores de 8,7% em 1878.

Estes valores encontram uma das justificações possíveis na Lei de 2 de Maio de 1878 sobre a Reforma da Instrução Primária, a qual comprometeu o acesso à escola dos mais desfavorecidos, ou seja, esta Lei decretou que,

(8) Recorremos ao universo do número de eleitores para realizar a nossa análise, pois não conseguimos obter dados sobre a população total do concelho de Moura entre 1860 e 1910. Por isso, optámos por cruzar o total de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral com o número de eleitores que nesse recenseamento foram identificados, na categoria das habilitações literárias, como eleitores que sabiam ler e escrever. Estes valores não correspondem ao total de alfabetizados do concelho de Moura, pois ao considerar o universo dos eleitores estamos a excluir desta análise a população feminina que nesta altura estava interdita de exercer o direito de voto.

por motivos de extrema pobreza, os pais não eram obrigados a mandar os filhos para a escola. Assim, a Lei permitiu ao País e em particular ao Alentejo um certo imobilismo na evolução das taxas de alfabetização até 1890. Concordamos que com uma lei não se promove a alfabetização, como o refere Fernando Gameiro, mas *“essa lei ao ignorar a realidade do País e de uma região durante mais de uma década, acaba por deixar comprometidas todas as tentativas de solucionar o problema, nomeadamente, o esforço do Estado ou das autoridades administrativas locais”*.(9)

Contudo, a partir de 1895 e até 1909, a percentagem de eleitores alfabetizados aumentou e manteve-se numa média de 35,1%. Estes valores devem-se à iniciativa da Câmara Municipal e de particulares, nomeadamente, no que se refere à dinamização da oferta de instrução. Segundo Fernando Gameiro, ensaiaram-se no distrito de Beja algumas tentativas para conseguir o aumento e propagação da instrução, nomeadamente, nos concelhos de Serpa (10) e de Moura.

Neste último concelho muitos foram os melhoramentos desenvolvidos pela Câmara Municipal no que se refere, por exemplo, à abertura de salas para a cadeira de instrução primária em várias freguesias como Amareleja e Pias. Nas palavras de José Avelino da Silva e Matta *“ [era] de esperar melhor e mais com o estabelecimento das salas para as escolas, pelo que muitos louvores merece a Câmara Municipal ”*.(11)

(9) Fernando Gameiro, Ob. Cit., pp. 104-105.

(10) Em Serpa aponta-se a iniciativa particular como factor de desenvolvimento da instrução pública. A *Escola Familiar Serpense* foi criada por um grupo de chefes de família que se associaram para manter na vila uma aula onde se leccionasse a instrução primária e algumas disciplinas do ensino secundário. Vd. s *Adrian* pág. 15. Segundo os *Anuais de Moura*, as aulas da *Escola Familiar Serpense* também eram frequentadas por alunos do concelho de Moura. Vd. José Avelino da Matta e Silva, Ob. Cit., pág. 60.

(11) José Avelino da Silva e Matta, Ob. Cit., pág. 61.

De um modo geral, era do grupo de cidadãos letrados e até com uma educação escolar mais prolongada, que era recrutada a elite que detinha as rédeas do poder, quer no aparelho central quer nos órgãos periféricos da administração local. Esta realidade social era uma característica da elite política mourense, pois dos 51 indivíduos identificados como parte integrante desse grupo todos eram alfabetizados (Tabela B) e metade (53%) beneficiou da Instrução Secundária e mesmo Superior.

Tabela B

A Elite Política Mourense : Níveis de educação formal

Habilitações Literárias	Número	%
Sabe Ler e Escrever	24	47
Instrução Secundária	13	25,5
Instrução Superior	14	27,5

Fonte : Quadro III – Anexo II.

De facto, 14 elementos eram titulares de um curso superior: dois no domínio da Agronomia e dois em Medicina, ambos ministrados em Lisboa e, os restantes dez formaram-se na Faculdade de Direito de Coimbra, que se tornou numa autêntica escola de futuros administradores e governantes. A elite política mourense não só estava alfabetizada como os seus membros tinham um nível de cultura e instrução que os habilitava a exercer cargos de chefia não só, a nível local mas também, a nível regional e até nacional.

Podemos apontar o exemplo dos irmãos : António Fialho Machado e Libânio António Fialho Gomes. O primeiro, formado em Direito, regressou a Moura e iniciou a sua carreira como Substituto do Juiz de Direito, cargo que lhe permitiu ganhar um certo prestígio social e que o levaria, posteriormente, a ocupar cargos políticos e administrativos a nível local e regional, ou seja, foi eleito vereador, presidente da Câmara Municipal de Moura e Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja, onde representou o dito

concelho.(12) O percurso de seu irmão foi bem diferente. Formado em Medicina pela Escola Superior Médico - Cirúrgica de Lisboa, tornou-se Médico do Partido Camarário (1884) e dois anos depois exercia o cargo de Governador Civil Substituto do Distrito de Beja. Tal cargo, lançou-o na vida política nacional pois, entre 1892 e 1904, foi eleito deputado durante seis anos pelo partido progressista.(13) A partir de 1905, foi eleito, durante cinco anos consecutivos, para o cargo de presidente da Câmara de Moura.(14)

A educação formal tornou-se, assim, num aspecto fundamental para a carreira política e administrativa, pois a construção de um capital escolar favorecia não só a superioridade social, mas também permitia ascender à esfera política.(15) Daí que as principais famílias mourenses tivessem uma especial preocupação com a educação dos seus descendentes. O investimento neste campo foi uma forma de, por um lado, perpetuar o prestígio social e a notabilidade que algumas dessas famílias, oriundas da aristocracia local, tinham adquirido e que quiseram ver continuada nos seus descendentes.

Segundo Helder Fonseca, a família exercia um papel muito importante, na medida em que, para além de, traçar desde cedo o destino profissional dos seus descendentes, era sobretudo a grande transmissora de experiência e de saberes para a direcção e gerência do património fosse ele de carácter agrícola ou mercantil.(16) Daí que, a educação formal servisse também, no caso de se tratar de uma família de grandes proprietários e lavradores, de complemento aos conhecimentos adquiridos para uma melhor administração do património e, como forma de, posteriormente, exercer um cargo na Administração Pública.

(12) Cf. *Actas das Sessões da Junta Geral do Distrito de Beja*, (1868-1885) (AHGCB - ADB); Vd. também Anexos V - Biografias

(13) Cf. Anexo II - Quadro XI.

(14) Cf. Anexo II - Quadro I-D.

(15) Helder Adegar Fonseca, 1995, pág. 604.

(16) *Ibidem*, pp. 605-608.

A família de José Miguel d' Oliveira é um exemplo da situação anterior. Um dos maiores contribuintes do concelho entre 1863 e 1889, proprietário e chefe do partido regenerador em Moura, José Miguel d' Oliveira exerceu até 1890 um papel muito importante na economia e na política local. Com o seu filho primogénito - Diogo Urbano Correia d' Oliveira, teve um cuidado especial na medida em que este, para além, da experiência e do saber familiar que adquiriu, também se formou em Agronomia, o que lhe possibilitou uma melhor administração da sua casa agrícola, a qual herdou de seu pai, uma participação bastante activa na Liga Regional de Agricultores do Baixo Alentejo (associação de interesses económicos) e um forte poder político local, onde exerceu vários cargos municipais. (16) Enquanto isso o seu irmão mais novo, José Miguel Correia d' Oliveira, tirou o curso de medicina e dedicou-se à actividade de médico municipal.

(16) Cf. Anexo V – Biografia: Diogo Urbano Correia d'Oliveira e José Miguel d'Oliveira.

3. Formas de Sociabilidade

Um outro elemento caracterizador da elite política local diz respeito à partilha de lugares de sociabilidade. Esses lugares que “ (...) põem em relevo os aspectos psicológicos, que compatibilizam as relações, acabam por funcionar como um mecanismo eficaz de legitimação das posições e da afirmação das distâncias e identificações que atravessam o universo social (...)” (1)

A sociabilidade, ou seja, “a aptidão geral dos indivíduos (e dos grupos) para viverem de modo mais ou menos intenso as variadas relações que se estabelecem em qualquer sociedade organizada, aceitando certas regras de conveniência (...)” (2) assumiu formas no século XIX algumas antigas outras novas ou pelo menos mais populares, como por exemplo, os cafés, os saraus, as soirées, o passeio público, as celebrações religiosas e profanas. Surgiram também, por toda a Europa, um conjunto de espaços privados onde “ *la masculinisation des rencontres va de pair avec la primauté des affaires politique et négoce*” (3), e o *Salão* do séc. XVIII onde existia uma papel reservado à mulher declina em proveito do *Círculo*, de onde as mulheres foram excluídas.(4) Portugal não ficou indiferente aos “ novos espaços” de sociabilidade e às mudanças que estes acarretaram. Os *Círculos* ou *clubs*, lugares de sociabilidade reservados, surgiram no Alentejo por volta de 1830/40. Os exemplos multiplicam-se por toda a região: em Évora fundou-se um dos primeiros clubes - o *Círculo Eborense*, reservado à elite local e a todas às pessoas da sua rede de relações quer a nível regional bem como nacional. O mesmo acontecia em Elvas, Montemor-o-Novo, Reguengos, Grândola ou Beja.(5)

(1) Maria Ana Bernardo, 1992, pág. VIII

(2) Rui Cascão, 1993/94, pág. 517.

(3) Guy Chaussinand-Nogaret, 1991, pág. 302.

(4) cf. Adelaine Daumard, 1992, pág. 243.

(5) cf. Helder Fonseca, 1995, pp. 222 e 223; Maria Ana Bernardo, 1992; Maria da Conceição Malta, 1993.

Teria a vila de Moura acompanhado este movimento? Existiu também nesta localidade uma associação reservada à sua elite? Segundo os *Annais de Moura*, surgiu por volta do ano de 1853 uma sociedade que se denominava *Círculo Mourense*. Para a análise desta sociedade identificámos primeiramente os sócios fundadores, bem como a sua profissão, a elegibilidade para deputado e cargos administrativos, a pertença ao grupo dos quarenta maiores contribuintes do concelho e os cargos políticos e administrativos que exerciam.(6) Com tratamento destes dados pretendemos responder a duas questões fundamentais: seria este um *clube de elite* e a elite política mourense fazia ou não parte deste Círculo?

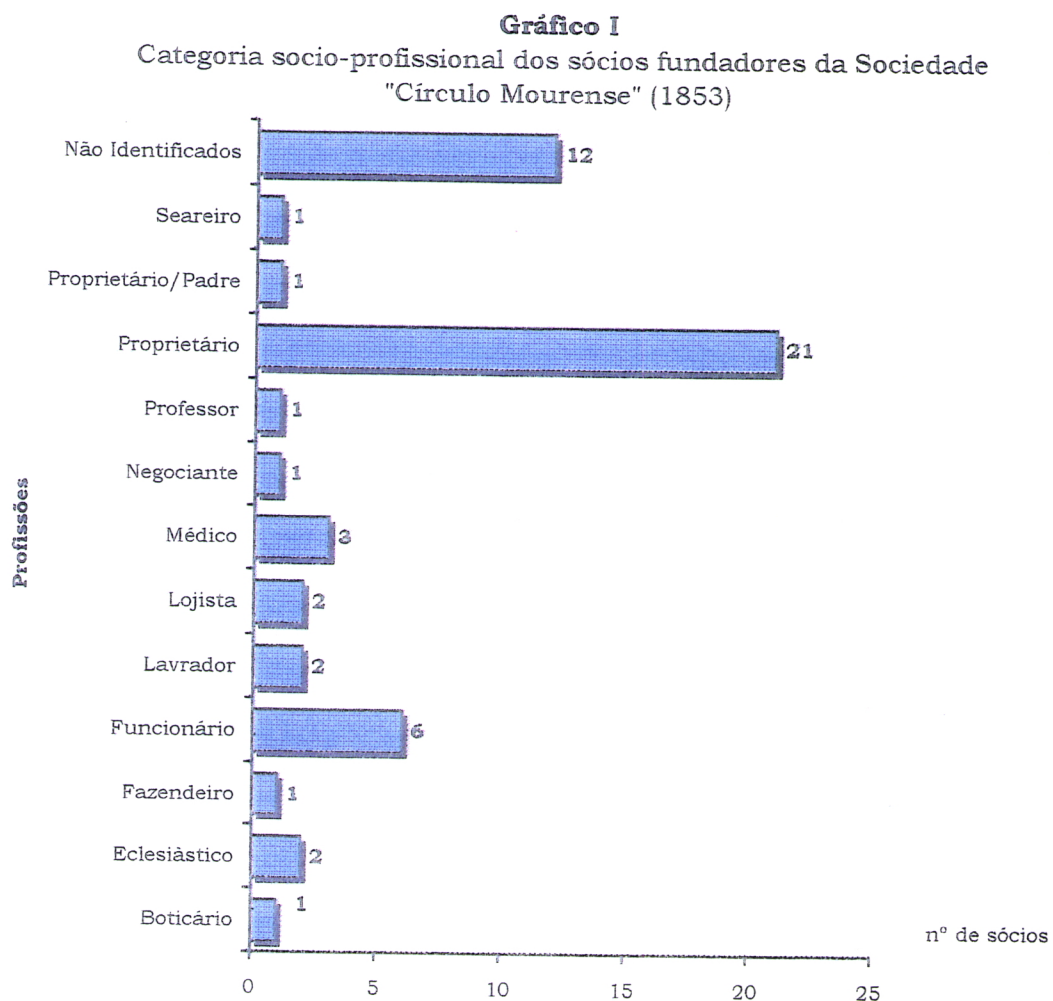
No ano da sua fundação (1853) a Sociedade tinha 54 membros. Após uma análise da sua composição “profissional” verificamos que, tal como representa o gráfico I, o número de proprietários e de funcionários sobressai em relação às outras categorias.

Se estabelecer-mos a comparação com os anos de 1876/77 e de 1881/82 continua a existir uma predominância de sócios ordinários ligados ao sector agrário : proprietário, lavrador, agrónomo, seareiro ou fazendeiro. (7)

Esta predominância não nos permite descurar a existência de uma certa pluralidade na origem socio-profissional dos sócios deste círculo. Encontramos também entre os sócios um grupo de homens cujas profissões lhes conferiam um certo estatuto social dentro da comunidade como é o caso dos funcionários, dos médicos e advogados, dos professores ou farmacêuticos.

(6)Vd. Anexo II – Quadro V, VI e VII

(7) Cf. Anexo II – Gráficos III – A e B.



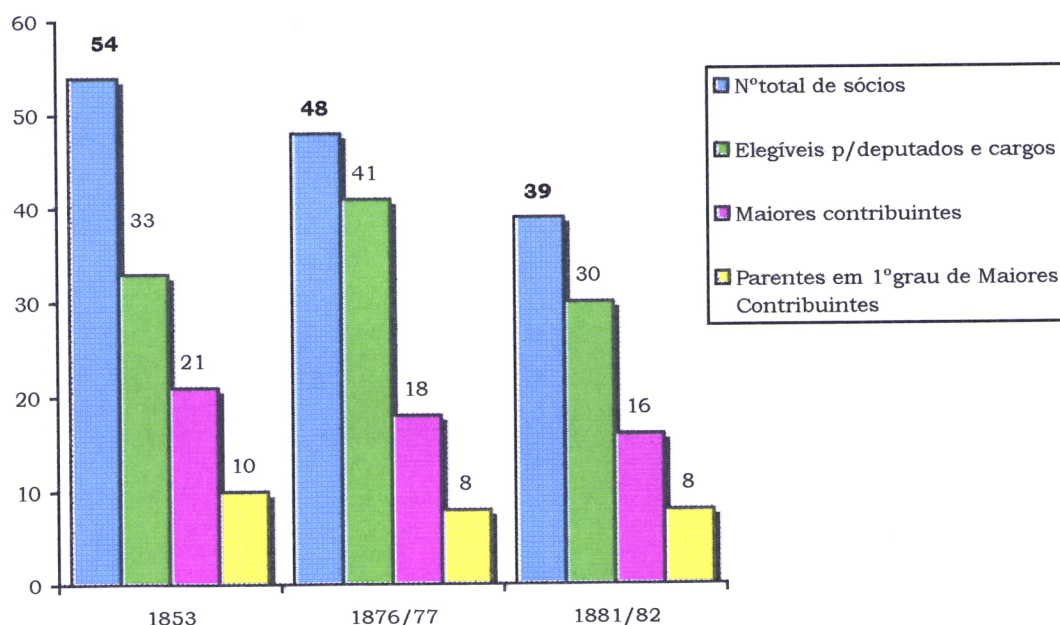
Fonte: Quadro V – Anexo II

Por outro lado, se cruzarmos os sócios do Círculo com as listas dos quarenta maiores contribuintes do concelho e com a elegibilidade encontramos resultados bastante interessantes. (Gráfico I-A)

Gráfico I A

Distribuição do total de sócios da Sociedade "Círculo Mourense" pelas categorias: Elegível para Deputado e Cargos, Maior Contribuinte e parentesco com Maiores Contribuintes (1853/82)

nº de sócios



Fonte : Quadros V, VI e VII – Anexo II

Durante os três períodos analisados verificamos que o número de sócios elegíveis para Deputados e Cargos Administrativos sofreu um aumento considerável desde 1853 até 1881/82, bem como, um aumento dos sócios maiores contribuintes. (Tabela C) Estes dois factores levavam-nos a crer que alguns sócios do Círculo detinham um certo poder económico, pois para além de integrarem a lista de maiores tributados do concelho faziam parte do grupo dos elegíveis e para tal, se não fossem titulares de grau académico, tinham que ser economicamente independentes e dispor de uma renda procedida de bens de raiz, comércio, indústria ou comércio. (8)

(8) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp.39 e 40.

Tabela C

Distribuição percentual de sócios da Sociedade "Círculo Mourense" pelas categorias: Elegível para Deputado e Cargos Administrativos, Maior Contribuinte e Parentesco em 1º grau de Maiores Contribuintes (1853 - 1882).

Anos	Elegíveis	Maiores Contribuintes	Parentes em 1º grau de Maiores Contribuintes
1853	61,1%	38,9%	18,5%
1876/77	83,6%	36,7%	16,3%
1881/82	83,3%	44,4%	22,2%
X	82,1%	40%	19%

Fonte: Gráfico I -A da página anterior.

Em seguida, analisamos os Quadros V, VI e VII (9) e encontramos uma presença quase constante dos mais importantes representantes dos órgãos administrativos locais e regionais, nomeadamente, os vereadores, Vice - Presidente e o Presidente da Câmara Municipal, os Procuradores à Junta Geral do Distrito, Juizes de Direito Substituto e o Administrador do Concelho, entre os sócios ordinários do "Círculo Mourense".

Por exemplo, em 1876/77, faziam parte da lista de sócios: os quatro vereadores da Câmara Municipal de Moura, bem como o seu presidente e vice-presidente, os quatro juizes substitutos do Juiz de Direito, o Administrador do concelho e o Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja. Ou seja, dos 48 sócios identificados 12 ocupavam os principais cargos políticos a nível local e regional e 7 eram funcionários da administração, nomeadamente, escrivães da fazenda, de direito e o Conservador do Registo Predial e seu ajudante.

Ao cruzar a lista de sócios desta Sociedade com a lista de membros da elite política mourense verificamos que, entre 1860 e 1910, dos 51 indivíduos identificados com pertencendo a esse grupo 12 (23,5%) fundaram o *club* e 30 (59%) estavam inscritos como sócios ordinários. Para além disso, dos sócios 34

(9) Vd. Anexos II.

que pertenceram à Direcção do círculo, entre 1860/87, 11 deles ocuparam no mesmo ano um cargo administrativo ou político, quer a nível local, regional ou até mesmo nacional.(10)

Outro aspecto que nos despertou a atenção refere-se aos sócios extraordinários, ou seja, aqueles que por viverem fora do concelho de Moura tinham um estatuto diferente dentro do círculo. A análise da lista destes sócios, no ano de 1875, permite estabelecer algumas conclusões: por um lado a presença de alguns elementos que pertenciam a outros clubes e por isso tinham uma rede de sociabilidade bastante larga. Podemos enunciar o caso do sócio extraordinário do “Círculo Mourense”, Diogo Francisco Vivião Passanha, um dos sócios fundadores da “*Sociedade Bejense*” em 1854, (11) morador em Ferreira e que mantinha relações de amizade com alguns mourenses.

Por outro, detectamos também a presença nessa lista de José Vitor da Costa Sequeira, irmão de Conselheiro Pedro Vitor da Costa Sequeira que foi eleito deputado pelo círculo de Beja em 1887, 1889 e 1892, com grande percentagem de votos nas assembleias eleitorais do concelho de Moura, de Francisco de Sá Camelo Lampreia eleito deputado pelo círculo eleitoral de Moura em 1871 e 1874 ou de Joaquim José Maria d’ Oliveira Valle, também sócio extraordinário do “Círculo Mourense” em 1873 e eleito deputado em 1879 pelo mesmo círculo eleitoral.(12) A presença deste elementos deixa-nos antever uma certa ligação entre a elite política mourense e alguns elementos da elite política a nível nacional e regional. As relações de sociabilidade que se estabeleciam no círculo uniam estes sócios e aos restantes sócios ordinários e, tal facto, leva-nos a perceber que existia um elevado grau relacionamento que por vezes ultrapassava as fronteiras do social.

(10) Cf. Anexo II - Quadro IX.

(11) Informações facultadas por Paula Marques, que se encontra a realizar uma dissertação de mestrado sobre esta Sociedade e que se intitula: *A “Sociedade Bejense” de meados do século XIX à Primeira República: Elite e Vida Associativa..*

(12) Cf. Quadro VIII com o Quadro XI

Para além dos clubes, existiam outros locais de sociabilidade, como é o caso do Teatro e do Passeio Público. No que diz respeito ao primeiro, “ *a ideologia liberal desde cedo se apercebeu da importância social do teatro, reconhecendo-lhe uma utilidade e proveito que transcendiam o mero aspecto recreativo. O teatro era considerado um agente socializador e difusor da ilustração e educação dos povos.*” (13) Em Moura, temos notícia de que o Teatro foi edificado em 1846. (14)

E, no que se refere ao Passeio Público, quase todas as localidades do País possuíam um espaço ao ar livre onde se desenvolvia parte da vida social e a vila de Moura também possuía esse espaço de convivência e de recreio público. O Passeio Público constituía um dos símbolos da civilização burguesa oitocentista, do seu sistema político e do seu modo de vida, era um local privilegiado de sociabilidade, o lugar de encontro das várias famílias, onde se realizavam algumas actividades musicais e culturais. (15)

Todos os factores aqui referenciados contribuíram para que entre os elementos da elite política mourense se estabelecesse um grau de coesão bastante forte, quer a nível de formação intelectual e cultural, quer a nível social através das relações familiares e das várias formas de relação com a sociedade. Mas identificação de qualquer grupo social também tem que ter em conta o seu protagonismo na actividade económica e na administração dos órgãos locais, daí a necessidade de caracterizar a elite mourense no âmbito do poder económico e da notabilidade.

(13) Rui Cascão, 1993/94, pág. 529

(14) José Avelino da Silva e Matta, 1855, pág. 78 .

(15) Rui Cascão, Ob. Cit., pág. 456.

4. Relações de Parentesco

Os laços de família exerciam um papel bastante importante na tomada de decisões, daí que consideramos o estudo das relações de parentesco uma análise necessária para melhor caracterizar a elite política mourense.

No sistema familiar das regiões meridionais da Europa do Sul encontram-se algumas semelhanças com o caso alentejano: “ *uma estrutura familiar nuclear resultante da residência neolocal (um casamento = uma nova casa), intensidade do matrimónio, precocidade relativa do casamento feminino e casamento um pouco mais tardio para o sexo masculino*”.(1)

A partir da reconstrução genealógica de algumas famílias locais e, após o cruzamento dessas informações com os elementos que ocuparam uma posição de hegemonia na vida política e administrativa da vila de Moura entre 1860 e 1910 (Gráfico I), apuramos os seguintes resultados:

- dos 51 elementos que identificamos cerca de 78,4% mantinham pelo menos uma relação de parentesco com outro indivíduo do mesmo grupo;
- em 49% dos casos essa relação de parentesco é de primeiro grau ou directa: pais, filhos, irmãos, cunhados, sogros, tios e sobrinhos.

Como podemos constatar, no Gráfico II, as relações de parentesco entre os elementos da elite política constituem uma espécie de teia familiar.

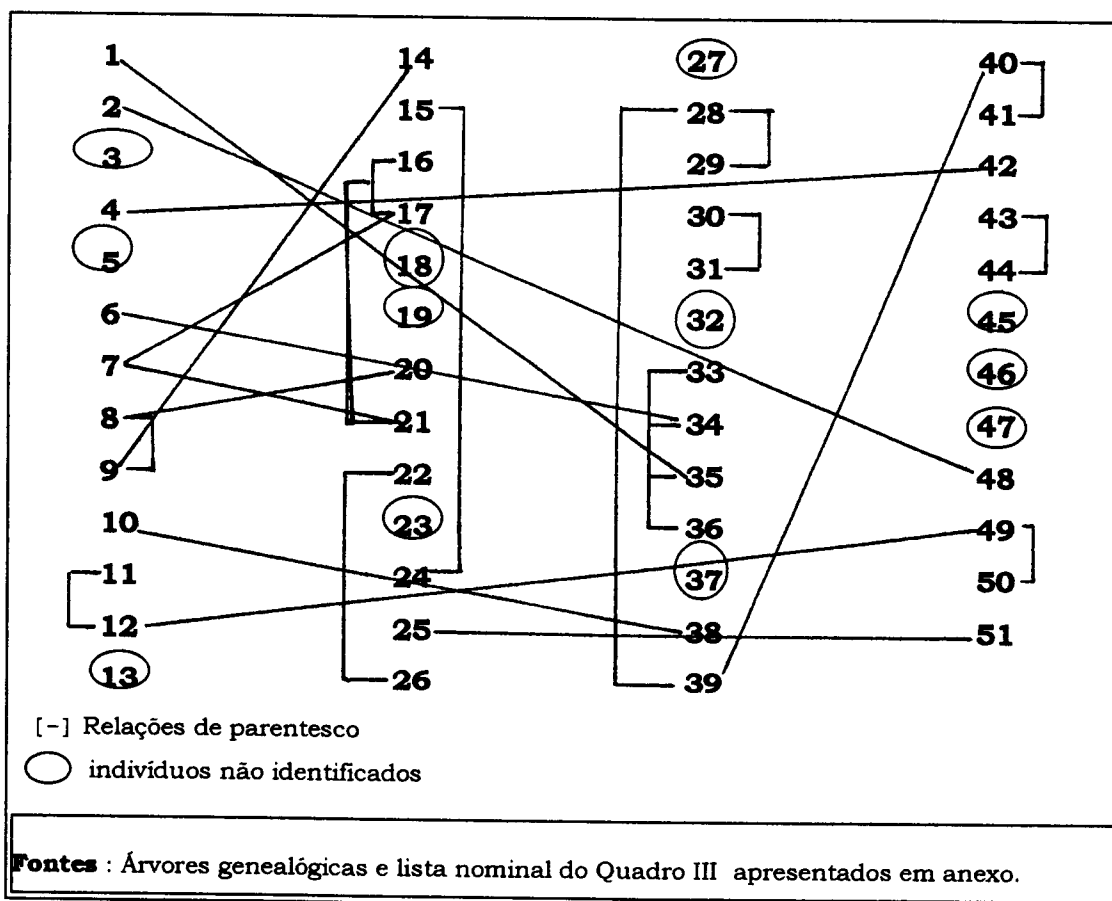
Durante cerca de cinquenta anos, os membros de algumas famílias mourenses repartiram entre si o poder local, apesar da legislação ser bem clara no que se refere, por exemplo, à incompatibilidade de exercício de funções no caso de existir uma presença simultânea de pais, filhos, irmãos e afins do mesmo grau, tios ou sobrinhos nos órgãos locais, como a vereação e o Conselho Municipal (Código Administrativo de Março de 1842).(2)

(1) Helder Fonseca, 1995, pág. 224; Vd. Também Robert Rowland, 1984, pp.27-30.

(2) Helder Fonseca, Ob. Cit., pág. 222.

Gráfico II

Relações de parentesco entre os elementos da elite política que exerceram cargos político - administrativos no concelho de Moura (1860 - 1910)



Essa incompatibilidade parecer ter sido violada em alguns casos, pois na análise realizada à lista de vereadores encontramos os seguintes exemplos: Francisco da Gama Vila Lobos Pinto e António Caeiro Carrasco, Junior, exerceram funções de vereadores da Câmara Municipal em 1876/77 e no grau de parentesco eram, respectivamente, tio e sobrinho; Augusto Carlos Fialho e Castro e António de Castro Fialho, primos em primeiro grau também

exerceram, em 1884/85, os cargos de vice - presidente e vereador, respectivamente.(3)

São numerosas as relações de parentesco entre os elementos da “classe política” mourense. Em relação ao período aqui estudado encontramos verdadeiros casos em que o controlo sobre o poder político local assemelha-se a uma espécie de *herança* ou um *património familiar*.

Tomem-se, como exemplos, os casos de José Miguel d’ Oliveira e de seu filho Diogo Urbano Correia d’ Oliveira; de António José da Costa Bravo de Negreiros e seu filho Gaspar da Costa Bravo de Negreiros; dos irmãos Manuel Vicente da Gama Pinto e Francisco da Gama Vila-Lobos Pinto, do filho deste Francisco da Gama Caeiro Pinto e de seus sobrinhos Miguel Urbano Fialho Pinto, António Caeiro Carrasco Júnior; de José Fialho Coelho, de seu filho António de Castro Fialho, de seus sobrinhos: António Maria e Francisco de Paula Fialho Segurado, Augusto Carlos Fialho e Castro, Libânio António e Carlos Augusto Fialho Gomes, António Fialho Machado; de Martinho José Raposo, de seu irmão João do Carmo Raposo e sobrinho João Pimenta Raposo.(4)

Estes exemplos permitem-nos tirar duas conclusões: o carácter restritivo e patrimonial do poder e a presença de estratégias endogâmicas de acesso ao mesmo. A existência de múltiplos e estreitos vínculos pessoais e familiares realça, por um lado, a articulação de uma estrutura de poder controlada e restrita a um grupo, para além de criar uma concepção patrimonial do poder político local.

No que se refere às estratégias endogâmicas de acesso ao poder, o casamento assumia várias funções: permitia, por um lado, a integração de recém-chegados, principalmente, funcionários e militares esbatendo a diversidade de origens e, por outro, estender o círculo de relações e encontrar o

(3) Cf. Anexo III – Genealogias A e C; Anexo II – Quadros I -B e I -C.

(4) Cf. Anexo III – Genealogias A, C, D.

apoio de uma nova família, o que por vezes facilitava uma carreira política. Manuel Albino de Azinhais Santos, natural de Campo Maior (Elvas), António Maria Tovar de Lemos, de Olivença (Espanha), José Miguel d' Oliveira, de Santiago do Cacém, José do Prado Fragoso Torres Salgueiro, natural de Vidigueira, são alguns exemplos de como o matrimónio permitiu a sua integração na vida social, política e, até mesmo, económica pois, alguns vieram para Moura como comerciantes e, após o seu casamento com a filha de um lavrador ou proprietário, acabaram por desenvolver o “negócio” da lavoura. Outros vieram exercer um cargo administrativo e acabaram por ali se estabelecer. Estes factos fizeram com que se estendessem, para além do concelho, as ramificações familiares e, por sua vez, as relações de parentesco, consanguinidade e afinidade.(5)

Mas o casamento também era uma forma de reprodução social, porque permitia recompôr aquilo que as partilhas dividiam e, se analisarmos a reconstituição familiar dos membros da elite política mourense (6), podemos concluir que o mercado matrimonial era de tal maneira rígido que raros eram os casos em que existiam casamentos fora do grupo.

A casa do proprietário e lavrador António Fialho Coelho e os matrimónios dos seus descendentes contribuíram para a situação referida anteriormente. O seu filho varão, José Fialho Coelho casaria com uma das filhas de António Januário de Castro e Lemos, importante proprietário da região e as suas quatro filhas contraíram matrimónio com proprietários descendentes das casas Pimenta D' Almeida, Lemos Segurado e Lemos Sousa e Castro.(7)

Do mesmo modo, na casa de João do Carmo Raposo, uma das suas filhas casou com o filho varão de José Miguel d' Oliveira (Diogo Urbano Correia d' Oliveira), outra casou com um dos descendentes de Joaquim António Vidal

(5) Cf. Adeleine Daumard, 1992, pág. 267-268; Helder Fonseca, 1996, pág. 224; José Cutileiro, 1977, pág. 59, 121 e 122.

(6) Cf.. Anexo III - Genealogias

(7) Cf. Anexos III – Genealogia C

da Gama e um dos seus filhos - Marcelino Pimenta Raposo desposou uma filha de Joaquim José Piteira Fernandes, natural de Portel, um grande lavrador e proprietário, estabelecendo-se assim uma teia de relações de parentesco.(8)

O caso mais peculiar que identificamos acontece entre as casas aristocratas Sanches Pereira de Gusman e Limpo de Lacerda: o matrimónio uniu duplamente, estas duas famílias. Os casamentos de Bernardo Sanches Barreto de Gusman com Mariana Francisca de Paula Limpo de Lacerda e de Maria do Carmo Sanches de Gusman com Rodrigo Limpo de Lacerda Ravasco, são um exemplo do carácter restrito e fechado deste grupo.(9)

Mas não só o casamento criava e reproduzia relações de parentesco entre os elementos que compunham a elite política mourense. O apadrinhamento de momentos que diziam respeito ao ciclo de vida, como o baptismo ou o matrimónio também era fundamental para avaliar grau de coesão do grupo. Após o exame dos livros de registos paroquiais das várias freguesias do concelho de Moura, constatamos que os padrinhos das duas cerimónias eram, geralmente, membros da elite local ou descendentes directos desse grupo. Encontramos os exemplos de José Maria Nogueira que foi padrinho de baptismo de dois filhos de Joaquim António Vidal da Gama (10); António Fialho Casqueiro, padrinho de baptismo de um filho de Honório Pessanha Mendonça (11); José Fialho Coelho e Francisco de Brito Pimenta d' Almeida, padrinhos de uma filha de José Anastácio Falé (12) ; José Maria de Gouveia Leitão Rombo, padrinho do filho de Joaquim Vidal da Gama (13) entre muitos

(8) Cf. Anexo III – Genealogia D

(9) Cf. Anexo III – Genealogia B

(10) Baptismo realizado em 15 de Janeiro de 1846. Vd. *Livro de Registo de baptismos da freguesia de Santo Agostinho*, 1845 - 1859 (fl. 2) – ADB.

(11) Cerimónia realizada em 1 de Julho de 1853. Vd. *Livro de Registo de baptismos da freguesia de Santo Agostinho*, 1845 - 1859 (fl. 49v) – ADB.

(12) Cerimónia realizada em 8 de Dezembro de 1853. Vd. *Livro de Registo de baptismos da freguesia de Santo Agostinho*, 1845 - 1859 (fl. 55) – ADB.

(13) Cerimónia realizada em 11 de Novembro de 1852. Vd. *Livro de Registo de baptismos da freguesia de Santo Agostinho*, 1845 - 1859 (fl. 46v) – ADB.

outros exemplos que ilustram a necessidade social que alguns pais tinham em encontrar um padrinho que estivesse à altura de orientar e ajudar o seu afilhado e com o qual estreitavam relações de afinidade e parentesco.

Por último, resta-nos chamar a atenção para uma das preocupações comuns aos membros da elite local, ou seja, a necessidade de garantir a sua memória familiar. Segundo José Sobral, essa memória – as recordações reais ou imaginárias de antecessores – *“é parte fulcral de afirmação da proeminência social a nível local e numa esfera de relações sociais mais amplas que, por vezes, transcende as fronteiras da própria localidade”*.(14)

Esta preocupação ficou inscrita no cemitério da vila de Moura. Nesse espaço deparamo-nos com a presença de um forte sentimento de coesão familiar, de pertença a um determinado grupo. A organização do espaço do cemitério não era neutra, traduzia uma estrutura social e nesta *“cidade dos mortos”* espelhava-se a *“sociedade dos vivos”*.

Nos lugares centrais resplandesce o estilo da elite local ao passo que a restante sociedade se espalhava pelos campos laterais. O próprio sentido de propriedade estava presente no espaço que se ocupava no cemitério e este era proporcional à grandeza patrimonial de carácter fundiário de cada família. O Jazigo de António Fialho Coelho e do seu filho José Fialho Coelho são exemplos dessa situação.(15)

Por outro lado, a ocupação do espaço no cemitério transmite-nos uma necessidade de perpetuar, de apelar à memória, de fugir ao anonimato e, como alguns autores já notaram, em muitos casos a magnificiência de algumas construções tumulares justificam a sua função, ou seja, cada túmulo era construído à imagem do seu proprietário, testemunhava os seus valores, a sua grandeza e a sua *“preponderância e vivência social”*.(16) As sepulturas eram

(14) José Manuel Sobral, 1995, pág. 301.

(15) Vd. Anexo VI – Imagens 2 e 3.

(16) Cf. Luís Miguel Carolino, 1996, pág. 271; Helder Adegar Fonseca, 1995, pág. 626-627.

parte fundamental de um trabalho de representação. Tal como as casas ou as terras, símbolos da família e da sua identidade, as sepulturas velam pela continuidade de uma memória e são o espelho do poder económico e político, do prestígio social e profissional.(17) Podemos nomear as construções tumulares das famílias de José Miguel d' Oliveira, de João de Brito Pimenta de Almeida, de João do Carmo Raposo, dos Tovar de Lemos ou dos Fialho Coelho que pela sua grandeza e ornamentação testemunham um estilo de vida e uma posição de destaque na sociedade mourense. (18)

A planta do cemitério permite-nos reter também outros aspectos da forma de ocupação social desse espaço. Entre a porta lateral esquerda e a porta de acesso à Igreja de S. Francisco estende-se uma longa alameda, centrada por um cruzeiro. As construções tumulares das principais famílias, que ocuparam uma posição de hegemonia económica, social e política a nível local, ficam situadas nessa alameda principal: os Fialho Coelho, os Pereira de Lacerda, os Raposo, os Fialho Gomes, os Tovar de Lemos, ou os Vidal da Gama, entre outros.(19) Este facto permite-nos concluir que em Moura, à semelhança do que acontecia noutros cemitérios como por exemplo no de Évora (20), a elite local construiu os seus jazigos nas alamedas principais por ser esse o *"local de passagem dos visitantes e logo garantia da perpetuidade da sua memória."*(20)

(17) Cf. José Sobral, Ob. Cit., pág. 367.

(18) Vd. Anexo VI .

(19) Vd. Planta do cemitério de Moura (séc. XIX) apresentada em anexo V.

(20) Vd. Luís Miguel Carolino, Ob. Cit., pág. 271-279.

(21) *Ibidem*, pág. 278.

5. Notabilidade e Poder Económico

O predomínio de um grupo de *notáveis* nos principais cargos políticos e administrativos é um fenómeno característico do século XIX e, para alguns autores, como Adeline Daumard, este facto pode ser interpretado como uma sobrevivência do Antigo Regime. O desejo de assumir responsabilidades era um aspecto fundamental para o grupo de notáveis, assim como, o prestar serviço à comunidade seria uma “justificação das suas actividades profissionais, das funções gratuitas que aceitavam, dos cargos que assumiam. O exercício de tais responsabilidades era antes de tudo um meio de afirmar a sua posição social e ao mesmo tempo impor as suas concepções de vida e filosofia” (1).

Tradicionalmente, a área de acção desses notáveis não ia muito além das fronteiras concelhias e o seu poder político emanava ou era um “prolongamento natural” de um poder social, baseado em posições económicas, pergaminhos familiares (títulos de nobreza) ou no prestígio cultural e profissional. Detinham, simultaneamente, o “poder interno e externo”, ou seja, controlavam os recursos mais raros e valiosos de uma determinada comunidade e serviam de mediadores entre o *Centro* e a *periferia*. Notáveis seriam, como Tavares de Almeida refere e segundo uma fórmula Weberiana, aqueles que estavam “*aptos a viver para a política, sem viverem da política*”.(2)

Desta forma, a maior ou menor consideração da qual um notável poderia beneficiar baseava-se no grau de influência (3) e nas relações

(1) Adeline Daumard, 1992, pág. 269

(2) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 131 e 132

(3) Oliveira Martins estabelece uma clara distinção entre prestígio e influência, considerando-as “o alicerce do poder”. Chama “*prestígio a essa acção eléctrica, a esse predomínio moral e intelectual, a essa confiança (...) que certos homens (...) provocam no povo*”. Quanto à influência, define-a como “*a acção directa que outros homens exercem em torno de si, conquistando sectários e aderentes. O prestígio é um sentido impessoal, a influência deve tudo à personalidade.*” Oliveira Martins, 1959, pp. 298-299.

que desenvolvia com a comunidade.(4) Um notável podia ser um protector, um conselheiro ou um intermediário contudo, para que fosse reconhecido como tal deveria dar provas do seu valor, ser útil a todos aqueles que nele confiassem os seus interesses.

Podemos aqui referir o exemplo de Domingos de Mira Ramalho, morador em Amareleja, maior contribuinte do Concelho de Moura e integrado na elite política do dito concelho, iniciou o seu percurso político como membro da Junta da Paróquia da referida freguesia em 1872.(5) O trabalho que desenvolveu nesse ano marcou a vida da população de Amareleja, nomeadamente, no que se refere ao início das obras da Igreja Paroquial e à construção da Torre do relógio público que, segundo *O Bejense*, era “obra de tanta utilidade para todas as classes” e. Estes factos fizeram com que os membros da Junta e, em especial, Domingos de Mira Ramalho, consolidassem o seu poder e influência nesta freguesia. (6)

Depois de conquistar uma posição cimeira na sociedade local, principal objectivo do notável passaria a ser a monopolização do seu poder e influência. Essa monopolização fica bem patente, por exemplo, no período de tempo em que cada notável ocupava um determinado cargo . Destacam-se os

(4) Podemos referir o caso de José Garcia Esteves, um notável de Amareleja, proprietário e natural da dita freguesia, que manteve com a sua comunidade uma relação muito positiva e grau de influência bastante elevado. Esta relação ficou bem patente na notícia publicada n’ *O Bejense*, na qual se refere que José Garcia Esteves, “incansável pela instrução e melhoramentos de seus conterraneos” fundou, em Agosto de 1874, a Sociedade “Dramática Artística”. Segundo ele, assim “faria um beneficio à mocidade amarellenjense, fazendo constituir uma sociedade dramática não só para nos servir de recreio” e desde logo se prontificou a empregar todos os meios e a disponibilizar a sua casa de residência como local destinado ao teatro até que este fosse construído. Estes actos levaram o autor do artigo a louvar Garcia Esteves pela sua “generosidade e bons actos praticados desde sempre, importantes conhecimentos naturaes de que [era] dotado como pelos seus reconhecidos e nobres sentimentos.” Vd. *O Bejense*, 15 de Agosto de 1874, n° 711.

(5) Eram também membros da dita Junta: Domingos Garcia Esteves, Marcelino António Ramos e António Garcia Salgueiro.

(6) *O Bejense*, 12 de Julho de 1873.

casos de Manuel Pires Lavado de Brito eleito durante 14 anos para a Câmara Municipal; Diogo Urbano Correia d'Oliveira e José Maria Nogueira eleitos durante 13 anos; José da Costa d'Aguilar Piçarra eleito 12 anos; Augusto Carlos Fialho e Castro e Gaspar da Costa Bravo de Negreiros eleitos 8 anos , bem como os casos de Libânio António Fialho Gomes que foi eleito deputado por Moura 7 anos, de Francisco Limpo de Lacerda Ravasco por 5 anos e de Manuel Pires Lavado de Brito por 4 anos.(7)

Mas não só a notabilidade era um aspecto que caracterizava a elite política mourense. A elegibilidade também assume um papel importante nesta análise. Segundo a lei eleitoral, existia uma distinção clara entre eleitores e elegíveis, ou seja, entre aqueles que apenas podiam exercer o poder de voto e os que, para além desse direito, estavam habilitados a exercer cargos político – administrativos.

Todos os textos constitucionais fazem depender a elegibilidade da posse de uma renda líquida anual de 400\$000 réis ou a prova de grau académico, à excepção da Constituição de 1820 que não define uma cota censitária específica mas estabelece que todos os elegíveis tinham que ser, economicamente, independentes com uma renda suficiente, referente a bens de raiz, comércio, indústria ou emprego.(8)

Portanto, as restrições censitárias de elegibilidade faziam com que a selecção dos candidatos aos vários cargos estivesse, por um lado, dependente do seu poder económico. Por vezes, “ *os elevados encargos eleitorais e o valor reduzido dos subsídios pagos (...) exigiam que os candidatos dispusessem de razoáveis meios de fortuna pessoal ou beneficiassem de apoio*”.(9)

Segundo Helder Fonseca, com o advento do Liberalismo “*a capacidade tributária passou a constituir um importante instrumento de reconhecimento*

(7) Vd. Anexo II – Quadro X

(8) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág.40.

(9) Por exemplo, em época de eleições eram os notáveis locais que tinham de pagar as despesas eleitorais dos respectivos círculos e dispor de recursos suficientes para os encargos inerentes à *compra de votos*. Cf. Pedro T. de Almeida , 1991, pág. 179; Javier Tusell, 1976, pp. 306 e 307.

externo de proeminência social ". Tanto assim que foi criado um conselho composto pelos eleitores que pagavam maior quota de décima do concelho e que tinham na actividade municipal várias competências. A esta assembleia de maiores contribuintes competia , por exemplo, a partir de 1852, a escolha dos membros que faziam parte das comissões de revisão do recenseamento eleitoral.(10)

Este tipo de atribuições conferia aos Maiores Contribuintes (11) um papel proponderante e uma acentuada participação na vida político-eleitoral do concelho. A importância deste grupo leva-nos a pensar se existiu, entre 1860 e 1910, alguma relação entre os membros da elite política mourense e os maiores contribuintes do concelho.

Após o cruzamento das duas listas (12), retiramos as seguintes conclusões:

- dos 51 membros identificados 96% pertencem à lista de maiores contribuintes do concelho;
- e os restantes 4%, que não conseguimos identificar como maiores contribuintes, mantinham uma relação de parentesco com os mais tributados do concelho.

Estes dados permitem-nos, assim, identificar a elite política mourense com os principais protagonistas da vida económica do concelho entre 1860 e 1910.

(10) Vd. Helder Fonseca, 1996, pp.191 e 192.

(11) O arrolamento dos Maiores Contribuintes concelhios era inscrito nas actas camarárias e nas actas de eleição das comissões de recenseamento eleitoral. A formação destas listas baseava-se no apuramento de todos aqueles que pagavam contribuições directas (predial, industrial, juros, foros, etc) e a base do escalonamento era a colecta sobre os rendimentos e bens possuídos e administrados pelo casal dentro do concelho de residência. Cf. Helder Fonseca, 1996, pág. 193; Vd. Também Regulamento eleitoral de 30 de Setembro de 1852.

(12) Cf. Anexo II - Quadro IV e Quadro XI.

Mas, este protagonismo económico da elite política de carácter local estende-se também ao nível da região do Baixo Alentejo, ou seja, encontramos alguns membros desta elite como sócios da *Sociedade Agrícola do Distrito de Beja*. (13)

Instalada a 27 de Maio de 1855, ficaram “*presidente da [1ª sessão] o sr. Dr. António Maria Tovar de Lemos, secretário o sr. José Pimenta Calca e membros da mesma sessão o sr. José Joaquim de Lemos Sousa e Castro(...)*”. Para a Comissão Filial da Sociedade, no concelho de Moura, foram eleitos como presidente Joaquim António Vidal da Gama, vice-presidentes João Alexandrino de Sousa Queiroga e José Maria Nogueira e secretários João Maria de Sá Camello Lampreia e o Padre José Maria Crujeira.(14)

Por outro lado, também encontramos referências à participação de lavradores do concelho de Moura em reuniões com o objectivo de solucionar alguns dos problemas da agricultura alentejana. É o caso da reunião que se realizou, no dia 23 de Novembro de 1888, na Câmara Municipal de Beja onde estiveram perto de trezentos lavradores. O seu objectivo primordial residia na escolha dos delegados (15) que iriam representar o distrito no Congresso Agrícola que se iria realizar, em Lisboa, no dia 10 de Janeiro de 1889.

(13) Em meados do século XIX, o Estado desencadeou um movimento associativo por todo o País em que, de acordo com o decreto de 20 de Setembro de 1844, eram criadas sociedades agrícolas em todas as sedes de distrito. O objectivo era reunir um conjunto de pessoas “*ilustradas e zelosas do bem público*”, de forma a melhorar a agricultura. Como tal o próprio regulamento limitava o acesso a esta sociedade a um grupo de sócios natos (da sede de distrito) e de vogais natos (nas comissões filiais concelhias). Vd. Helder Fonseca, Ob.Cit., pp.198 e 199.

(14) Cf. José Avelino da Silva e Matta, 1991, pág. 134.

(15) Estes delegados levaram algumas instruções como, por exemplo, “*a proibição da importação de trigos e farinhas enquanto o preço do trigo não subisse além dos 600 réis por 10 kilogramas, abolição de impostos sobre o azeite nacional, reformar as matrizes prediais e as tarifas e o serviço de ferro do sul e sueste, a organização da polícia rural e que as fardas para o exército, guarda fiscal e demais corporações fossem feitas de lã nacional entre outros aspectos*”. Cf. O Bejense, 24 de Novembro de 1888, n°1456.

Dos presentes foram nomeados delegados para a reunião preparatória do congresso “ *alguns dos mais importantes lavradores da região*” entre os quais figuravam o Conde de Ficalho, o Visconde da Ribeira Brava, Manuel Duarte Gomes Palma, Pedro Vitor da Costa Sequeira e os dois mourense: Diogo Urbano Correia d’Oliveira e João Pimenta Raposo. (16)

A nível nacional, também encontramos o exemplo do protagonismo económico do Visconde d’Altas Mórias, nomeadamente, pela sua presença, em 1888, no Conselho do Mercado Central de Produtos Agrícolas.(17) Neste conselho exerceu as funções de secretário, escolhido por unanimidade e de Síndico, que tinha como função principal a fiscalização de todo o mercado.(18)

(16) Cf. *O Bejense*, 24 de Novembro de 1888, n°1456.

(17) Este mercado era uma espécie de bolsa de produtos agrícolas que funcionava com agentes estabelecidos pelo governo, sob a fiscalização imediata de três Síndicos de nomeação régia, presidido por um conselho especial de delegados da Associação Comercial de Lisboa e da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa. Este mercado tinha como função “*acudir na necessidade de uma cotação semanal dos principais géneros agrícolas de produção portuguesa, como resolver de um modo simples o problema das transações agrícolas a todos os lavradores, libertando-os de intermediários dispendiosos e comprometedores, com vantagens para as entidades contratantes e maior segurança de qualidade nos artigos negociados, qualidade garantidas por análises especiais*”. Cf. *O Bejense*, 8 de Dezembro de 1888, n°1458.

(18) Cf. *O Bejense*, 8 de Dezembro de 1888, n°1458.

Capítulo III - As Eleições : Um Mecanismo de Controlo e Acesso das Elites ao Poder Político?

A prática eleitoral tornou-se, a partir de 1820, a forma mais regular de exercício da cidadania. Reformulada ao longo de todo o século XIX, esta prática sofreu várias alterações nas suas características, na medida em que, acompanhou a própria evolução política.

No Constitucionalismo Monárquico as eleições desempenharam três funções:

- legitimação do poder político, assegurando o cumprimento formal dos princípios liberais ;
- recrutamento das elites políticas, garantindo clientelas partidárias e a partilha alternada dos benefícios do poder (*rotativismo das elites*);
- controlo social, canalizando conflitos de toda a ordem para o terreno legal.(1)

Um jornal da época definia o acto eleitoral no Portugal oitocentista da seguinte forma:

“ As eleições entre nós não são como deviam ser, o acto mais solenne e respeitável dos governos representativos, não passam d’uma farça ridícula e de uma formalidade aparatosa e forçada, como resultado digno de todas as tranquiernas, que a imaginação sugere para se alcançar um fim embora se tropesse n’um degrau qualquer de infamia, traição ou de deshonra. Todos sabem que a urna quando falla em Portugal, erra quasi sempre, porque falla sem sentir e nos seus ditos sentenciosos,

(1) Cf. Isabel Nobre Vasques e Maria Manuela T. Ribeiro, 1993-94, pág. 19; Pedro Tavares de Almeida, 1985, pág. 112.

em presença da Lei, patentea a maior parte das vezes a vontade de dois ou tres homens que o acaso político ou alguns contos de réis collocaram nas circunstancias de arrebanhar o homem com censo mas sem senso. “ (2)

Esta definição e os pressupostos, anteriormente, referenciados, levantam algumas interrogações e servem de motivação para aprofundar um dos mais importantes momentos de exercício da cidadania. Assim, os principais objectivos deste capítulo são, por um lado, identificar, através dos processos eleitorais, os mecanismos utilizados pela elite política mourense para ascender, perpetuar e legitimar o seu poder e prestígio social. Por outro, pretendemos também encontrar características que permitam evidenciar o impacto do caciquismo nesta vila do interior alentejano.

De forma a concretizar tais objectivos iremos analisar a maioria das leis eleitorais, já que estas consagravam mecanismos artificiosos de deformação do próprio eleitorado, principalmente, através dos critérios de recenseamento eleitoral, da formação das comissões de revisão desse recenseamento, da organização dos círculos eleitorais e do próprio regime de escrutínio.

Para além disso, com o apoio de alguns factos de carácter eleitoral noticiados na imprensa, proceder-se-á ao reconhecimento dos vários processos de captação de voto, ou seja, algumas das práticas utilizadas, antes ou durante o acto eleitoral, pelos influentes/ caciques locais, de forma a “arrebanhar” os eleitores e assim construir o resultado eleitoral que mais lhe convinha.

Por fim, iremos analisar resultados eleitorais de que dispomos, porque podem dar algumas indicações sobre os níveis de participação do eleitorado mourense bem como, avaliar o impacto que as práticas caciquistas e os

(2) O Bejense, 4 de Julho de 1864, nº 180.

mecanismos de controlo do eleitorado tiveram na construção desses resultados e verificar se estes permitiram, ou não, o acesso e perpetuação da elite política mourense de 1860 a 1910.

1. Formas de controlo das práticas eleitorais

a) O Eleitorado Mourense e o Recenseamento Eleitoral

O Liberalismo Monárquico Português instituiu a cidadania política em princípios sexistas e censitários, facto que se traduziu na restrição da composição do corpo político - eleitoral . Se tomar-mos, como exemplo, o ano de 1877, para o qual conseguimos apurar dados precisos sobre a população total, o concelho de Moura tinha cerca de 16.506 habitantes dos quais apenas 2.262 (13,7%) preenchiam os requisitos para eleitores. Por isso, uma larga maioria, cerca de 14.244 habitantes (86,3%) estavam excluídos de votar e, do mesmo modo, de participar na vida política do seu município.

Apesar da base censitária variar ao longo dos anos (1), é com o Acto Adicional de 5 de Julho de 1852 que se consagra o sufrágio directo e o direito de voto reconhecido aos cidadãos portugueses, do sexo masculino, que tivessem “ maioridade legal ” (2) e uma renda líquida anual de cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego(3). Por outro lado, os cidadãos que estavam habilitados com um título “literário” encontravam-se então dispensados da prova do censo.

(1) Cf. Isabel Nobre Vasques e Maria Manuela Ribeiro, 1993/94, pág. 192; Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 33.

(2) O Acto Adicional não é muito claro quanto à ideia de “maioridade legal” e, só com a publicação do Decreto Eleitoral de 30 de Setembro de 1852, se adoptou a idade mínima de 25 anos. Esta disposição constitucional é aplicada até à promulgação do Código Civil de 1867, onde se estabelecia a maioridade de 21 anos. Mesmo a partir de então, a prática foi marcada por dúvidas e divergências o que afectara bastante os critérios de organização de recenseamentos e originara alguns procedimentos contraditórios nas várias comissões de recenseamento. Só com o Decreto de 28 de Março de 1895 se veio formalizar a idade de 21 anos como limiar mínimo para que ao cidadão fosse reconhecido o direito de votar. Pedro Tavares de Almeida ,1991, pág. 34.

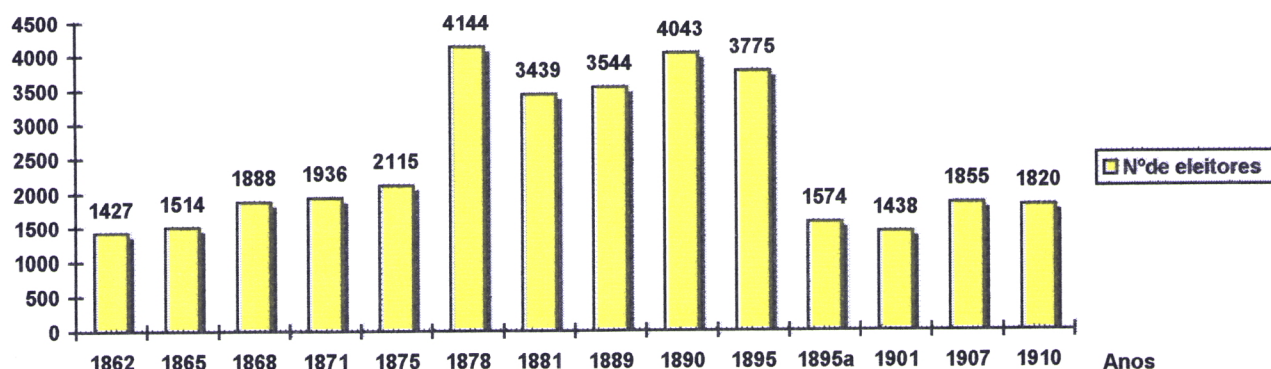
(3) ver António Lopes Cardoso, 1993, pág. 52 ; Helder Fonseca, 1988, pág. 96; Pedro Tavares de Almeida, Ob. Cit., pág. 34; Luís F. Antunes, 1981, pág. 77.

A Lei de Maio de 1878, sem tocar no princípio do sufrágio censitário, introduz, contudo, uma alteração significativa ao equiparar os cidadãos detentores dos rendimentos mínimos (100 \$000 réis) exigidos para o exercício do direito de voto, a todos aqueles que *“atestem saber ler e escrever”* ou que fossem chefes de família, ou seja, os que *“há mais de um ano vivem com qualquer ascendente, descendente, tio, irmão ou sobrinho, ou com sua mulher, provendo aos encargos da família”* (4).

Esta alteração da Lei Eleitoral é uma consequência das movimentações políticas que se iniciaram na década de 1860 e que reclamavam um alargamento e universalização do voto. Face a essa situação e de forma a *“conter e assimilar os fermentos da agitação social, evitando que estes pudessem degenerar em convulsões violentas”* (5), a reforma de 1878 alargou o sufrágio eleitoral. Desta forma, o volume de eleitores duplicou a nível nacional e o concelho de Moura acompanhou esse ritmo de crescimento (gráfico IV) pois, passou de um efectivo de 2.115, no ano de 1875, para 4.144 eleitores em 1878, ou seja, aumentou cerca de 49%.

Gráfico IV

Número de eleitores do concelho de Moura
1862-1910



Fonte: elaborado com base no Quadro XII, apresentado em anexo.

(4) *O Bejense*, 1878, n.º 907; vd. Também Isabel Vasques e Maria M. Ribeiro, Ob. Cit., pág. 192; Luís F. Antunes, 1981, pág.78; Pedro T. Almeida, 1985, pág.115.

(5) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp. 83 – 89.

A partir de 1895 regista-se um decréscimo que se deve às Reformas Eleitorais de 1895 e de 1896. Estas passaram a estabelecer como eleitores: os cidadãos portugueses com mais de 21 anos, com domicílio em território nacional, que pagassem uma contribuição não inferior a 500 réis ou que soubessem ler e escrever.(6) A categoria “chefe de família” foi, assim, eliminada.

Após a análise dos livros de recenseamento e dos cadernos eleitorais de 1895, deparámo-nos com duas realidades: a primeira dizia respeito ao número de eleitores recenseados de 1895, antes da promulgação da nova lei eleitoral e, a outra, correspondia ao número de cidadãos que, após essa lei, podiam exercer o seu direito de voto. Desta forma, foi possível reconhecer que o número de eleitores recenseados, em 1895, passou de 3.775 para 1.574, face ao aumento da restrições de recenseamento, sendo assim foi retirada a possibilidade de votar a cerca de 58,3% de indivíduos.(7)

Segundo Tavares de Almeida, a restrição do sufrágio em 1895 tinha dois objectivos: moderar as despesas eleitorais e impedir a progressão eleitoral dos republicanos. Por um lado, a Reforma Eleitoral de 1878 veio trazer à cena política portuguesa um elevado número de novos eleitores, oriundos na sua maioria dos meios rurais, facto que afectou as estruturas tradicionais do clientelismo, ou seja, a corrupção eleitoral alastrou-se, os custos eleitorais duplicaram e a margem de manobra e capacidade de oferta dos notáveis locais tornou-se cada vez mais restrita.

Estes aspectos favoreceram o aumento das pressões administrativas, o controlo das redes clientelares pelos mais abastados, economicamente, e a existência de um maior número de candidatos ministeriais, pois eram aqueles que tinham maiores meios económicos e humanos ao seu alcance para submeter o eleitorado.(8)

(6) Cf. *Diário do Governo*, 30 de Março de 1895, n°71, pág.843.

(7) Cf. Gráfico IV apresentado na página anterior.

(8) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 92.

Para além disso, a crise económica e financeira que surgiu por volta de 1890, conjugada à fragilidade das soluções e compromissos políticos das forças monárquicas, deu um “novo alento” aos republicanos, que começaram a ganhar uma expressão eleitoral muito significativa, em especial nos centros urbanos.(9)

A reforma eleitoral de 1895 diminuiu assim o número de eleitores, porque “*se o chefe de família não pagasse 500 réis de contribuição perdia a sua capacidade eleitoral e a capacidade eleitoral adquirida pelo facto de saber ler e escrever, só é reconhecida a requerimento do interessado*”. (10)

Mas o alargamento do eleitorado, a partir de 1878, residiu, sem dúvida, na concessão do direito de voto aos chefes de família - disposição que se manteve até 1895, e ao requisito “saber ler e escrever”. A Tabela D identifica, assim, o número de indivíduos que se recensearam nas várias freguesias do concelho de Moura, no ano 1878, através dos dois requisitos determinados pela nova lei e permite-nos reconhecer o impacto desses requisitos no alargamento do corpo eleitoral.

Tabela D

Número de eleitores recenseados em cada freguesia do concelho do Moura no ano de 1878
(com base na Lei Eleitoral de Maio de 1878)

Freguesias	Número de Recenseados por:	
	Saber Ler e Escrever	Ser Chefe de Família
Amareleja	7	301
Estrela	0	11
Pias	8	268
Póvoa	1	90
Safara	6	93
Santo Agostinho	13	156
Santo Aleixo	3	182
Santo Amador	0	45
São João Baptista	15	307
Sobral	7	108
Val de Vargo	3	103
Total	63	1664

Fonte: Caderno de recenseamento eleitoral suplementar do concelho de Moura, 1878 (ADB)

(9) Cf. Pedro T. Almeida, 1985, pág. 122-123.

(10) *O Bejense*, 6 de Abril de 1895, n ° 1.787

Verificamos, assim, um maior peso da categoria “ ser chefe de família” em relação ao “ saber ler e escrever”, facto que se deve ao elevado índice de analfabetismo da população, pois dos 4.144 eleitores recenseados em 1878, apenas 8.7% foram identificados com a habilitação literária :“ sabe ler ” .

Mas poderá a maior dimensão do corpo eleitoral, a partir de 1878, ser entendida como o resultado de um maior empenho da população em participar no processo eleitoral e, conseqüentemente, na vida política do concelho? Se o número de inscrições no recenseamento duplicou devido ao novos requisitos da lei de 1878, essas inscrições teriam sido um reflexo da vontade própria dos eleitores?

Da análise das actas de revisão do recenseamento eleitoral de 1878 e 1881 foram raros os casos em que os próprios cidadãos se deslocaram ao local onde decorria a revisão do recenseamento e propuseram à comissão a sua inscrição e, se alguns o fizeram, na maioria das vezes, eram sempre acompanhados por um cidadão mais notável que realizava a proposta. Noutros casos eram os próprios membros da comissão que propunham a inscrição ou a eliminação de eleitores. Estes aspectos deixam-nos perceber que a inscrição no recenseamento era, em parte, motivada pela submissão e manipulação dos eleitores recenseados.

Se procedermos a um exame das profissões dos novos eleitores inscritos em 1878 na categoria de “ chefes de família ”, verificamos que do total de 1.664 recenseados (11), 1.302 (78,2%) são jornaleiros , ou seja , trabalhadores rurais assalariados que não tinham terra para o seu próprio cultivo e, por isso, exerciam o seu trabalho em troco de dinheiro ou de subsistência. Os restantes 362 recenseados encontram-se divididos entre outras profissões como seareiro, sapateiro, almocreve, pastor, guarda, feitor, ganadeiro entre outras, algumas delas, tal como a de jornaleiro, ligadas a um patrão, factor que tinha um papel bastante importante na estrutura das relações eleitorais.

(11) Cf. Anexo II - Quadro XIII

Mas estas características não estão circunscritas ao ano de 1878, pois em 1881, como é possível observar no Quadro XIV (Anexo II), o número de recenseados, ao abrigo da Lei Eleitoral de 1878, foram 1.025 e cerca de 86% apresentam a profissão de jornaleiros e de criados.

Segundo Salvador Artacho, o controlo do factor *terra* por parte dos grandes e médios proprietários, assim como as relações contratuais que se estabeleciam com o corpo de assalariados agrícolas, rendeiros e criados de servir estruturou uma relação de vínculo económico entre patrão/ cliente. Eram, assim, estes vínculos clientelistas que permitiam o uso de inúmeros mecanismos de subordinação às decisões eleitorais, no plano da actuação política. (12) Daí que fosse imprescindível para a comissão de revisão do recenseamento desenvolver uma certa manipulação de determinadas relações clientelares, de forma a “construir” o corpo eleitoral que mais lhe convinha.

Estes aspectos levam-nos também à análise do caso específico dos chamados *criados de servir*. O Decreto Eleitoral de 1852 (artº.9) é bem explícito quando excluía de votar todos “*aqueles que moram com seus amos e por isso, são chamados familiares ou acessórios de família. Os empregados de lavoura e outros indivíduos que, embora tenham a denominação de criados, não moram com seus amos e por isso não são criados de servir, servos ou domésticos assalariados*”(13).

Apesar desta restrição, as interpretações ao decreto eram várias, conforme os interesses das comissões de recenseamento. Se, por exemplo analisar-mos as actas de revisão do recenseamento eleitoral de 1881 encontramos os seguintes casos: o agrónomo/proprietário Diogo Urbano Correia d’Oliveira pediu para serem inscritos nesse ano quatro indivíduos por serem chefes de família, ao que se opôs o Administrador do Concelho - José Joaquim da Costa Pinto Santiago - por serem criados de servir de José Miguel d’Oliveira, pai do proponente. Essa qualidade foi confirmada pelo Pároco e

(12) Salvador Cruz Artacho, 1994, pág. 42

(13) *Acta de Revisão do Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura*, 28 de Janeiro de 1881

Regedor da freguesia mas com a restrição de que não viviam em casa de seu amo.

O mesmo proponente pediu à comissão que se procedesse à inscrição de 55 criados de servir, ao que se seguiu de novo a reclamação do Administrador do Concelho contra essa inscrição, porque além de criados, viviam em casa de seus amos apesar de terem casa de habitação para as suas famílias. Foram então ouvidos o Pároco e Regedor que afirmaram que *“alguns comem em casa de seus amos e recebem as costumadas comedorias ”* (14). Apesar destas afirmações, todos foram inscritos no recenseamento (15).

Estas inscrições eram uma das forma de controlo sobre o eleitorado. Se a permanência de um determinado grupo nas diversas instâncias do poder político tinha que passar pelo referendo eleitoral, então a manipulação dos eleitores, ou melhor, de quem iria exercer o direito de voto, era um requisito prévio para assegurar a continuidade desse grupo.

É certo que estas relações de dependência entre patrão/ cliente eram aproveitadas para exercer um controlo social , já que em várias situações - a procura de emprego, o arrendamento de uma terra ou doenças que exigiam tratamento - levavam o “cliente” a recorrer à interceptção de “patronos poderosos ” (16). Aquilo que era exigido em troca deste favor era o voto.

Como já podemos constatar, o recenseamento eleitoral , apesar de não ser obrigatório, era bastante importante. A sua organização e revisão constituía um momento crucial do processo eleitoral. A inscrição dos eleitores procedia-se de duas formas: por um lado, os que estavam, automaticamente, inscritos pelas matrizes fiscais e, por outro, os cidadãos *“que evocavam o estatuto de alfabetizado ou de chefe de família ”* (este último apenas entre 1878 e 1894, como já, anteriormente, referimos) que apresentavam prova documental no acto da inscrição.(17)

(14) *Acta de Revisão do Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura*, 3 de Fevereiro de 1881.

(15) É importante referir que, durante a revisão do recenseamento eleitoral das várias freguesias do concelho só, no ano de 1881, foram inscritos cerca de 319 criados de servir.

(16) José Cutileiro, 1977 , pág. 325.

(17) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1985, pág. 124.

A entidade que executavam o recenseamento e a sua revisão anual era uma comissão, composta por sete membros e eleita numa reunião com os quarenta maiores contribuintes do concelho durante a primeira quinzena de Janeiro. Esta disposição manteve-se até à Lei Eleitoral de 1895, a partir da qual, as comissões eleitas pelos maiores contribuintes são substituídas por comissões formadas por apenas três membros um nomeado pelo Juiz de Direito, que era o presidente, outro pela Comissão Distrital e outro pela Câmara Municipal.(18)

Ao proceder a uma análise dos membros que fizeram parte das comissões de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura deparamo-nos com algo bastante interessante: entre 1860 e 1901 (19) conseguimos identificar 30 das 41 comissões eleitas entre o período considerado. A percentagem de membros que fizeram parte dessas comissões e, ao mesmo tempo, eram ou viriam a ser titulares de cargos na Câmara Municipal permite verificar se existe ligação entre a participação na revisão do recenseamento e a ascensão e /ou a perpetuação de uma elite política local. (Tabela E)

Tabela E

Percentagem do número de membros da Comissão de Recenseamento Eleitoral que foram titulares de cargos da Câmara Municipal de Moura (1860- 1901)

Anos	Número de titulares Dos cargos da Câmara Municipal	Número de membros da Comissão	Percentagem %
1860 - 1870	29	16	55,2 %
1871 - 1880	26	13	50 %
1881 - 1890	26	12	46,2 %
1891 - 1901	23	12	52,2 %

Fonte: Cruzamento dos dados dos Quadros I (A, B, C, D) com os dados do Quadros XV (Anexo II)

(18) *Diário do Governo*, 30 de Março de 1895, nº71, pág. 844.

(19) Depois do Decreto de 8 de Agosto de 1901, as comissões de recenseamento foram eliminadas e a fiscalização das operações eleitorais foi atribuída aos agentes do governo, nomeadamente, a secretários municipais e ao delegado do poder central - o Administrador do Concelho. *Diário do Governo*, 12 de Agosto de 1901, nº178, pág. 2147. Vd. Também Fernando F. Lopes, 1991, pág.408; Fernando F. Lopes, 1994, pp. 113-114. Ver Quadro XV, apresentado em anexo, com a identificação dos membros destas comissões entre 1861 e 1900.

Os resultados obtidos na Tabela E exprimem-se por si próprios pois, durante os quatro períodos temporais considerados, a percentagem de elementos que se podem cruzar nas comissões e na Câmara Municipal rondam entre os 46,2 e os 55,2%. O que significa que, em média, cerca de 50,9% dos elementos das comissões do concelho de Moura eram titulares de cargos naquele órgão do poder local.

Contudo, não podemos descurar todos os outros que à primeira vista parecem não ter qualquer importância, mas ao fazer um exame mais minucioso acabamos por reconhecer que entre os membros das comissões e os titulares, que não constam nas análises anteriormente referidas, estabelecem-se relações de parentesco o que nos leva a crer que nas respectivas comissões, para além dos interesses individuais em ascender a um cargo político, existiam também interesses que eram reforçados por laços de familiaridade. Não admira que desta forma fosse possível perpetuar um determinado grupo no topo do poder político do concelho de Moura.

Através da participação efectiva ou de laços de parentesco, a elite exercia um controlo sobre as comissões que funcionavam como um mecanismo de “escolha” do eleitorado e, de certa forma, fabricavam as eleições e legitimavam o poder. O recenseamento e a sua revisão eram, assim, fundamentais para conseguir a vitória nas eleições, o que levava as comissões a aceitar ou recusar inscrições ou reclamações de acordo com os seus interesses políticos.(20)

(20) Por exemplo, os Párcos e Regedores, com funções de testemunhar ou validar informações prestadas pelos cidadãos na altura do recenseamento, por vezes, não cumpriam a Lei devido a interesses políticos. Ou seja, *“conhec[iam] com grande facilidade os eleitores que [eram] da sua cor política e não se lhe arranca[va] declaração de que conheça pessoa ou residência de um eleitor que não [era] da sua cor (...)”*. *Diário da Câmara de Deputados*, 15 de Fevereiro de 1884, pág.359 (cit. por Pedro Tavares de Almeida, 1985, pág. 124).

Ao procedemos a uma análise das actas das sessões de revisão do recenseamento e, apesar de algumas serem bastante breves, enunciam os membros da comissão, todos os preceitos legais de funcionamento destas reuniões e o número de excluídos por falecimento, por serem estrangeiros ou por terem mudado de residência. As mais pormenorizadas apresentam encontramos aspectos e irregularidades que são imprescindíveis para este estudo.

Entre 1891 e 1892 foram apresentadas várias reclamações quanto ao recenseamento de alguns cidadãos. A primeira que podemos enunciar depreende-se com a classificação profissional de certos indivíduos: Libânio António Fialho Gomes reclamou contra a inscrição de 166 eleitores por estes serem criados de servir contudo, a comissão considerou estes eleitores como *“jornaleiros, feitores, guardas, pastores de gado, almocreves de parelha alheia, lagareiros (...)”* (21) e indeferiu a reclamação.

Em 1892 voltamos a assistir a um caso idêntico, com o mesmo reclamante que pedia a eliminação de 163 indivíduos por serem criados de servir. Ao que a comissão acordou que *“foram inscritos como chefes de família, por serem possuidores de prédios rústicos [e] exerce[rem] todos (...) profissões agrícolas ou da industria agrícola ”*(22) mas que devido à especificidade de nomes atribuídos às profissões por eles exercidas foram todos classificados como empregados agrícolas. Estes casos de classificação deviam ser resolvidos, de um modo geral, pelo Administrador do Concelho, conjuntamente, com o Regedor e Pároco da freguesia. As irregularidades praticadas por esta comissão de 1892 encontram-se justificadas, em parte, pela forma como se encontrava funcionar.

Segundo a declaração de Manuel José Gonçalves Perfeito, na acta de 5 de Fevereiro de 1892 : *“não sendo legalmente constituída a comissão de revisão de recenseamento eleitoral, por não se ter apresentado nas sessões o*

(21) *Acta de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura*, 6 de Abril de 1891.

(22) *Acta de revisão do recenseamento eleitoral do concelho do Moura*, 5 de Fevereiro de 1892.

Sr. Administrador do Concelho (...), como fiscal da lei e o respectivo Escrivão da Fazenda e Parocho das respectivas freguesias como determina a lei. E tendo-se dado casos imprevistos sobre o modo de classificação dos criados de servir [e de] serem classificados como empregados agrícolas o que não é de lei (...)vem lembrar ao Exmo Presidente da comissão que empregue todos os esforços a fim da comissão funcionar dentro dos limites da lei (...) lamento que a comissão (...) esteja funcionando ilegalmente sem os elementos precisos para um bom andamento [e] com irregularidades na revisão do recenseamento ”. Apesar desta declaração e das reclamações apresentadas durante a revisão do recenseamento de 1892, a comissão continuou a exercer as suas funções.(23)

Outro exemplo de irregularidades cometidas pelas comissões de recenseamento diz respeito às provas que eram necessárias apresentar para que uma determinada proposta de inscrição no recenseamento fosse aceite. Segundo a lei eleitoral, todos aqueles que se quisessem inscrever teriam que ter uma prova de como sabiam ler e escrever ou que eram chefes de família, como já, anteriormente, referimos e, essa prova teria que ser passada ou pelo pároco e /ou pelo regedor da freguesia onde residiam.

Contudo, nem sempre as inscrições eram acompanhadas por essas provas. Foi o que aconteceu na revisão do recenseamento eleitoral de 1880 em que são propostas as inscrições de dois indivíduos de Safara e que se fazem acompanhar, apenas, por um atestado do Juiz Ordinário dessa freguesia, o qual comprovava que os mesmos não eram criados de servir. Um dos vogais da comissão - Libânio António Fialho Gomes, pede à mesma que se proceda à discussão da proposta, tendo em conta se deviam ou não aceitar o atestado apresentado, já que nessa freguesia existiam regedor e pároco, as únicas pessoas legalmente autorizadas a passarem documentos dessa ordem. Depois de discutida a proposta, procedeu-se à votação.

(23) *Acta de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura*, 5 de Fevereiro de 1892.

O presidente da comissão - Augusto Carlos Fialho e Castro - declarou então que a reclamação efectuada contra a inscrição foi rejeitada por quatro votos contra e dois a favor, ao que o mesmo vogal objectou porque não votou a proposta e nem foi chamado a isso, logo a votação não poderia estar correcta, a menos que o próprio presidente tivesse votado, acto que só era permitido em caso de empate. Apesar das reclamações efectuadas, a comissão continuou a considerar rejeitada a proposta do vogal, ao que este declarou que iria recorrer da decisão da comissão para o tribunal competente, por aquela ter julgado válido um documento passado por uma autoridade incompetente.(24)

Seriam estas algumas das manobras utilizadas pelos influentes locais de forma a moldar o eleitorado a um determinado resultado eleitoral? O mais provável é que a inscrição destes dois indivíduos seja um exemplo de como as comissões recenseadoras, recorrendo a expedientes ilícitos, aperfeiçoavam a composição do eleitorado de acordo com as suas conveniências políticas.

A prova disso encontra-se na acta, imediatamente, posterior à que acabamos de analisar. No dia 2 de Março de 1880 foram apresentadas várias propostas de inscrição no recenseamento. Dentro delas encontramos uma proposta de inscrição que resulta, precisamente, no contrário daquilo que se constatou. Após a apresentação da certidão do Juiz Ordinário da freguesia de Santo Aleixo para inscrever quatro indivíduos como chefes de família, a comissão indeferiu a proposta por *“não poder aceitar esse documento, pois há regedor e parocho”* (25) nessa freguesia.

Estas são algumas provas de como as comissões de recenseamento *“ora sonogando o direito de voto a cidadãos que lhe são adversos, ora concedendo-a a «amigos» que não preenchiam as condições para serem recenseados”*(26) *“fabricavam”* o eleitorado mais conveniente. Esta situação é

(24) *Acta de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura*, 1 de Março de 1880

(25) *Acta de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura*, 2 de Março de 1880

(26) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 111

retratada na novela do Conde de Ficalho com a descrição da leitura do recenseamento em casa do Comendador João Lopes.(27)

Por vezes as dificuldades de recenseamento eram de tal ordem que as autoridades costumavam demorar os documentos necessários ou até se recusavam a passá-los, sob falsos pretextos, de forma a evitar a inscrição de alguns indivíduos. E as comissões de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura parece que não fugiam ao exemplo daquilo que se passava no resto do país.

Segundo a opinião de João Menezes, expressa no jornal republicano *A Luta* e corroborada por Trindade Coelho, o “ *cidadão maior de 21 anos, sabendo ler e escrever ou pagando contribuições, tem mais dificuldade em ser recenseado do que em ser ministro, conselheiro ou visconde* ”. (28) A garantia de rigor e isenção na inscrição no recenseamento constituía uma ficção, pois apesar das irregularidades serem por vezes denunciadas através de reclamações e recursos judiciais, raros foram os casos em que foi reposta a legalidade.

Apesar da falsificação e/ou da instrumentalização do recenseamento existiam outros mecanismo que eram necessários utilizar, pois a manipulação do recenseamento não garantia por si só a vitória nas eleições. As alianças entre influentes e os vínculos de dependência com os eleitores podiam ser abalados a qualquer momento por isso, todas as estratégias de captação de voto eram imprescindíveis antes e no próprio dia do acto eleitoral.

(27) Conde de Ficalho, 1888, pág.7.

(28) Artigo n' *A Luta* de 31 de Maio de 1906 (cit. por Fernando Farelo Lopes, 1994, pág. 118); vd. também Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Porto, 1908 (cit. por Pedro T. Almeida, 1985, pág. 125).

b) Processos de Captação de Voto

A mobilização do eleitorado iniciava-se cerca de um mês antes da data oficial para a ida às urnas. A chamada “campanha eleitoral” nos meios mais rurais era o palco de um conjunto de técnicas de mobilização onde dominavam as relações “face a face” e em que os métodos de captação de voto assumiam um carácter tradicional. Ao contrário do que acontecia nos meios urbanos, onde os partidos recorriam frequentemente a formas de comunicação para mobilização das massas e a imprensa assumia um papel preponderante como veículo privilegiado do combate político, nos círculos mais rurais o elevado índice de analfabetismo, a atitude perante a política e as condições económicas e sociais da maioria do eleitorado possibilitavam um conjunto de estratégias bastante diversificadas para captar o voto.

Estas estratégias são o pano de fundo das típicas formas de dominação do caciquismo. Os eleitores, *“longe de serem os intérpretes dos genuínos ideais de cidadania, tão proclamados pela retórica liberal são reduzidos a um corpo acéfalo, sem direito de voz própria, cujo voto é dirigido e manipulado ao sabor das conveniências dos influentes ou caciques”*.(1) Segundo Oliveira Martins, a palavra *cacique* era bastante utilizada em Espanha enquanto que em Portugal era mais frequente a designação de *influente*. Tanto no nosso país como em Espanha, o influente ou cacique *“é quem todo lo manda numa determinada zona de terreno - numa freguesia, num concelho, num distrito”*. O seu desprezo absoluto pela lei é uma das suas principais características, porque as leis têm por fim impedir os abusos e arbitrariedades e o cacique tem de firmar o seu poder no compadrio, pois vive de distribuição de dinheiro e favores que cobra através de um apoio político e eleitoral.(2)

(1) Tavares de Almeida, 1991, pág. 102.

(2) Oliveira Martins, 1959, pág. 151 e 152. Vd. também Salvador Artacho, 1994, pág. 26.

O cacique ou influente era a personagem central das eleições oitocentistas. Exercia, de um modo geral, funções de liderança na vida da comunidade local, controlava os seus recursos vitais como, por exemplo, o mercado de trabalho, os meios de produção e as fontes de crédito.

Este controlo permitia-lhe desenvolver uma estrutura de obediência em relação a todos aqueles que, necessariamente, dele dependiam. Os pilares desta estrutura assentavam na grande desigualdade social e de riqueza que permitia ao influente deter um poder de decisão quase ilimitado.(3)

O momento das eleições era primordial para testar redes de clientelas. O contrato que se estabelecia entre o *patrono* e o seu *cliente* baseava-se numa troca personalizada de bens e serviços. Se, por um lado, o *patrono* facultava ao seu cliente os meios de subsistência, bem como, a protecção e a distribuição de favores, o *cliente*, por seu lado, teria que lhe retribuir a “generosidade” através de demonstrações de lealdade e gratidão em especial na época eleitoral onde lhe era exigido o apoio político e o voto.

Neste sistema de relações de dependência clientelar nem sempre a cooperação entre as partes envolvidas se projectava pacífica. Por vezes, os caciques tinham que recorrer a métodos mais violentos para a submissão dos mais ousados. Segundo Tavares de Almeida, a momentânea elasticidade do mercado de oferta de bens permitia que alguns eleitores fizessem chantagem com o seu voto, cedendo-o a quem lhes oferecesse melhores recompensas. Daí que, o cacique utilizasse uma estratégia dupla para assegurar a disciplina do voto e manter a coesão das suas redes clientelares. Utilizava a generosidade para satisfazer as necessidades de cada um, realçando sempre antigos códigos de lealdade e, por outro lado, ameaçava com represálias de forma a submeter os mais renitentes. (4)

(3) Vd. Salvador Artacho, 1994, pág. 26.

(4) Tavares de Almeida, 1991, pp. 102-103.

Desta forma, o cacique podia utilizar duas formas de poder, segundo as expressões de Jonh Galbraith. Por um lado, conquistava a submissão das suas redes de clientes oferecendo um recompensa positiva, um promessa ou realidade de um benefício, atribuições próprias do chamado *poder compensatório*. Nos momentos em que os eleitores revelassem uma certa dificuldade em aderir à disciplina de voto, o cacique desenvolvia formas de *poder condigno*.

Esta forma de poder obtêm a submissão pela capacidade de impor as preferências de um indivíduo ou de um grupo através de uma recompensa negativa ou promessa de punição e o seu exercício varia com a urgência, amplitude, importância e dificuldade na submissão que se pretende.(5) No caso específico do caciquismo, a submissão dos eleitores à vontade de um determinado grupo e a captação dos seus votos para eleger esses grupo, só assumia um carácter mais punitivo, quando o poder compensatório se encontrava enfraquecido. A violência era uma forma de exercício desse poder. Por exemplo, em 1881 aconteceram grandes escândalos eleitorais em Moura. Segundo *O Bejense*, “lançou-se mão de todas as arbitrariedades. Eleição à cabralina . Chegou a cavalaria, infantaria e polícias. A villa e aldeias estão em estado de sitio.(...) Em Aldeia Nova já correu sangue. Um progressista foi barbaramente esfaqueado por muitos regeneradores. Consta-nos que se planeiam muitas violências que hão-de dar resultados funestissimos.” (6)

Por seu lado, o cacique também podia exercer o poder compensatório através de vários expedientes: promessas de isenção do recrutamento militar de um filho (7), construção de uma estrada, concessão de licenças para

(5) Jonh Kenneth Galbraith, 1983, pp. 20 - 22 e 30 - 37.

(6) *O Bejense*, 13 de Agosto de 1881, nº 1.076.

(7) As fraudes ao recenseamento militar, onde participavam as autoridades municipais, eram prática corrente e uma marca da vida política local oitocentista. Cf. Paulo Silveira e Sousa, 1996, pág. 233. Para além disso, até 1910, os “mancebos” apurados para o serviço militar tinham a possibilidade de evitar a corporação mediante o pagamento de uma indemnização e, como as famílias mais pobres não tinham meios financeiros para suportar tais despesas, eram os influentes locais que se ofereciam para pagar em troca de votos. Cf. José Cutileiro, 1977, pág. 289.

empreitadas municipais e de cartas de “recomendação”, reconstrução do telhado da igreja, resgate de hipotecas, oferta de empregos (8), a recompensa pecuniária ou a distribuição de terras para exploração seareira em condições vantajosas.

Nas zonas mais rurais a mobilização do eleitorado através das obras públicas, ou seja, dos chamados “melhoramentos materiais”, como os define Fernando F. Lopes, era uma prática bastante corrente. Eram “*benefícios colectivos concebidos com uma intenção particular*”.(9) Por exemplo, as “*estradas absurdas e dispendiosas vão servir exclusivamente as propriedades dos grande influentes eleitorais que a seu turno, ou por si ou por interposta pessoas põem à disposição dos governos partidários a vontade submissa e o voto subserviente no Parlamento*”. (10)

Mas mobilização dos eleitores também assumia outras formas, nomeadamente, através de : chantagem por dívidas (11) com ameaça de processo judicial, ameaças de desemprego, cessação de contratos de arrendamento ou até de violência física e prisão, práticas características do poder condigno.

(8) A notícia D (Anexo IV) constitui um exemplo de como se processava a atribuição de empregos de forma a captar eleitores e votos a favor do governo. À partida todos aqueles que pretendiam ser admitidos tinha que apresentar-se ao Administrador do Concelho *que “ depois de lhe extorquir o voto”* era enviado ao prior que lhe exigia que jurasse “*aos santos evangelhos votar com o governo”* e mandava-o encontrar um fiador para ao voto. Prestada a fiança o prior passa um bilhete de admissão. Na notícia publicada exemplifica-se o tipo de bilhetes que eram atribuídos aos diferentes eleitores. Cf. Notícia D – Anexo IV.

(9) Fernando Farelo Lopes, 1994, pág. 29.

(10) Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, 1899, pág. 142 (citado por Fernando F. Lopes, 1994, pág. 29)

(11) Esta forma de exercer pressão política e eleitoral era praticada pelos logistas aos seus clientes mais pobres, pois quase sempre estes últimos estavam em dívida para com os primeiros.

Este tipo de relações estão bem definidas nas imagens literárias de algumas obras da literatura oitocentista como, por exemplo, *A Queda de um Anjo* (1866) de Camilo Castelo Branco, *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) de Júlio Dinis, *Uma Eleição Perdida* (1888) do Conde de Ficalho entre muitas outras.⁽¹²⁾ O seu testemunho é válido se o confrontar-mos com outras fontes. No entanto, podem ser um meio de encontrar retratos de ambientes e de comportamentos políticos que de outra forma seria difícil de conhecer. A literatura parte da “*efabulação do real, transformando-o e construindo uma abordagem paralela dos indivíduos e da sociedade*”. Se nos abstrair-nos do romance, da caricatura e fantasia, que envolve a maioria dos textos literários do séc. XIX, encontramos estes testemunhos verdadeiramente imprescindíveis para qualquer investigação desta época.

As imagens e representações do poder local, das suas elites e protagonistas políticos estão bem patentes em várias obras da literatura oitocentista.⁽¹³⁾ O romance de Júlio Dinis faz-nos um retrato bastante minucioso das trocas de favores, das lealdades e das dependências clientelistas que antecediam o acto eleitoral, bem como a obra de Camilo Castelo Branco referida anteriormente.

Contudo, a novela do Conde de Ficalho retrata uma realidade que está mais ligada a esta investigação. *Uma Eleição Perdida* é o relato dos acontecimentos que antecedem uma eleição algures no Alentejo.

O autor faz um retrato das principais práticas políticas e sociais do mundo rural, onde a política se resumia a uma luta pela afirmação do poder pessoal através do recurso a formas menos legais de captar o voto dos eleitores. A personagem principal desta novela, Júlio de Azevedo, candidato a deputado pelos oposicionistas locais, trazia de Lisboa algumas ideias sobre o combate eleitoral.

(12) Paulo Silveira e Sousa, 1996, pp. 222 – 241.

(13) Cf. José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, 1982, pp. 662-663; Paulo Silveira e Sousa, 1996, pp. 222 - 223; Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp. 97-98.

O debate e propaganda de ideias, de princípios e programas partidários, os comícios concorridos eram as formas através das quais o candidato pretendia movimentar a população. Só que estes aspectos eram realidades estranhas e distantes da luta eleitoral.

O retrato que o autor desta narrativa nos faz do amanuense da administração é característico de alguns galopins eleitorais, pois este personagem passou a maior parte da novela a contar, a partir do livro de recenseamento eleitoral, o número de eleitores que já se encontravam comprometidos com o seu partido e a seleccionar aqueles sobre quem se podia exercer qualquer tipo de coacção.

Também o relato político de Domingos Tarrozo, *A Forma de Votar* (1898), citado por Tavares de Almeida, descreve a compra de votos como “*cousa vulgar. No Sábado, véspera da eleição, as notabilidades eleitorais ou os seus agentes munidos com dinheiro, partem para as aldeias mais pobres e mais nomeadas de miséria e ausência de ilustração e de escrúpulos a fim de transaccionarem a compra do voto por alguns réis*”.(14)

No concelho de Moura os processos de mobilização do eleitorado assumiram algumas das formas que já aqui foram referenciadas. Não encontramos fontes suficientes para nos dar uma ideia de como se processavam os preparativos das eleições no concelho em análise, apenas foi possível detectar algumas notícias da imprensa regional.

No jornal *O Bejense* e a propósito das eleições para a Câmara de Deputados de 1865, foram publicadas várias notícias sobre os acontecimentos que antecederam o dia da eleições nos concelhos de Moura, Serpa e Barrancos que compunham o circulo eleitoral nº 142. Segundo o dito jornal, “*as Autoridades [foram] chamadas ao Governo Civil [de Beja] e todas as que não se prestaram a acceitar o papel de galopins (...) foram suspensas ou*

(14) Domingos Tarrozo, *A Forma de Votar*, Lisboa, 1898, pp. 8-9 (cit. por Pedro Tavares de Almeida, 1991,pág. 112).

demittidas. A corrupção empregou-se em larga escala, chegando até um empregado do governo, segundo se diz a comprar por 450\$000 réis 66 votos em Barrancos.” Em Serpa, os apoiantes do candidato governamental praticaram todo o tipo de acções: “ *corromperam eleitores, praticaram actos illegaes e prepotentes, ameaçando uns com processos fiscaes, a prometterem a outros livrarem-lhes os filhos do recrutamento, atemorisarem este, a seduzirem aquelle com promessas fallazes, etc (...)*”(15).

No que diz respeito à primeira notícia é importante salientar o papel que o Governador Civil assumia nestas situações. Era uma figura crucial no sistema caciquista. Como agente do poder central, estabelecia a ligação entre o Estado e as populações, entre o ministro do Reino e os órgãos locais e actuava por vezes com uma certa autonomia e capacidade de manobra, não só na definição de regras mas também na própria negociação de apoios políticos e eleitorais, especialmente, aos candidatos a deputados apresentados pelo governo. Era ele que tomava nota do que era preciso para vencer as eleições: estradas, sinos, muros, dinheiro para o cemitério, o adiantamento de uma quantia para almoçaradas e favores pessoais para alguns influentes locais compunham o lote dos pedidos.(16)

O seu papel era relevante. Bastava-lhe exercer, convenientemente, as suas atribuições de superior hierárquico e submeter os funcionários administrativos e seus subordinados a agentes eleitorais em “bonecos” ao serviço do governo. (17) A permanência do Governador Civil no cargo era uma espécie de norma da confiança política do partido que se encontrava no poder e a sua substituição acontecia sempre que o Governo “ muda de mãos”. (18)

(15) *O Bejense*, 15 de Julho de 1865, n.º 238.

(16) Cf. Paulo Silveira e Sousa, 1996, pág. 227-228.

(17) Cf. José Varela Ortega, 1977, pág. 408; Salvador Artacho, 1994, pág. 36.

(18) Vd. também Fernando Farelo Lopes, 1994, pp. 103-104; Joaquim Costa, 1974, pág. 50; Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág.110; Salvador Artacho, 1994, pág. 36; José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, 1982, pp.649 - 671.

Em 1865 foram publicadas algumas notícias sobre o papel que o Governador Civil - José Borges Pacheco, teve no apoio aos candidatos governamentais a deputados nos círculos que compunham o distrito de Beja. Face a tais apoios e à corrupção que se gerou, o Dr. Borges Pacheco acabou por demitir o Administrador do Concelho e o seu Substituto pois estes funcionários não aceitaram o papel de galopins eleitorais. (19)

O governo do Conde d' Avila " *procurou para as autoridades, homens que só sirvam para as eleições, despedindo aquelles que queiram tratar das necessidades dos seus distritos(...) corrompe com os empregos e com dinheiro do paiz, pagando a galopins e a jornaes que o defendam* ".(20)

Estas denúncias na imprensa eram também uma arma para promover um candidato e captar o voto de alguns eleitores, nomeadamente, dos mais letrados. *O Bejense*, de facção oposicionista, nas eleições de 1865, dedicou durante quatro semanas as suas primeiras páginas à divulgação dos candidatos da oposição, ao relato dos actos de corrupção que se fizeram sentir em todo o distrito por parte dos agentes governamentais e nem uma única vez encontramos referência ao programa político apresentado por cada candidato.

Para o concelho de Moura podemos referir os acontecimentos da eleição de 1979 em que os apoiantes dos dois candidatos: Joaquim José Maria Oliveira Vale (progressista) e José Maria Borges (regenerador), desenvolveram uma série de processos de captação de voto. Em relação à primeira candidatura foram realizados alguns encontros com a população, nomeadamente, em Pias onde foi recebido em grande festa.(21) Para fazer face

(19) *O Bejense*, 24 de Junho de 1865, n° 235.

(20) *O Bejense*, 8 de Julho de 1865, n° 237.

(21) Cf. *O Bejense*, 16 de Outubro de 1979, n° 980.

a esta situação e “aos argumentos de Vale” os apoiantes de José Maria Borges desencadearam um conjunto de acções. Segundo *O Bejense*, “Cortez, em Pias oferecendo terras gratuitamente por uns tantos annos a quem votar em Borges” (22) e “ (...) J. Fialho mandando abrir os seus celeiros aos que votarem em Borges”.(23) São estas as circunstâncias que antecediavam um dos principais actos de exercício da cidadania.

Contudo, a captação dos votos só era válida se os caciques exercessem formas de pressão e coacção até ao momento em que o eleitor depositava o seu voto na urna eleitoral. O acompanhamento dos eleitores no dia das eleições até à urna era fundamental para assegurar o voto incondicional desses eleitores, evitando que fossem aliciados por outros influentes.

Este aspecto levava o cacique a arrebanhar os seus clientes no dia da eleição e a acompanhá-los até à assembleia eleitoral, depois de uma passagem pela taberna onde lhes era dada uma refeição, que variava em abundância e qualidade com o grau de concorrência que se tinha gerado entre os candidatos. Este “repasto” ia desde o celebre carneiro com batatas, pão, vinho e os cigarros para o caminho entre a taberna e a assembleia até aos figos, castanhas assadas e vinho.(24)

Segundo Javier Tusell, que descreve a situação espanhola face ao caciquismo, o preço do voto estava sujeito à especulação. A subida do seu preço era um indício de progresso na consciência dos cidadãos. Face a essa subida, a inacessibilidade da compra de voto conduziu os caciques a utilizar outros factores de manipulação do eleitorado, onde os géneros alimentícios e a bebida, nomeadamente, o vinho constituíam meios baratos de corrupção utilizados nos meios mais pobres.(25)

(22) Vd. Notícia E - Anexo IV.

(23) *O Bejense*, 16 de Outubro de 1979, nº 980.

(24) Cf. Domingos Tarroso, *Ob. Cit.*, pp. 8-9, 11-12; Fernando Farelo Lopes, 1994, pág. 130; José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, 1982, pág. 663.

(25) Javier Tusell, 1976, pág. 137-138

c) O Acto Eleitoral

A organização territorial das eleições de deputados agrupava os eleitores por unidades geográficas que se denominavam **círculos** (Lei eleitoral de 9 de Abril de 1838). Estes podiam assumir duas categorias nas eleições legislativas para a Câmara de Deputados: os uninominais e os plurinominais, quer elegessem apenas um ou mais deputados, respectivamente.

Os círculos uninominais foram introduzidos pela Lei de Novembro de 1859, mantiveram-se até à Reforma Eleitoral de 21 de Maio de 1884, a partir da qual começou a vigorar um regime misto e foi o Decreto de 28 de Março de 1895 que generalizou a todo o território nacional a divisão plurinomial do território eleitoral. Esta divisão sofreu ainda alterações com as Leis Eleitorais de 21 de Maio de 1896 e 26 de Julho de 1899, que restabeleceram os círculos uninominais e por fim o Decreto de 8 de Agosto de 1901 que instalou de novo a divisão plurinomial que viria a dominar até ao final da Monarquia.(1)

Cada círculo era formado por uma ou várias unidades concelhias, aspecto que variava conforme a distribuição da população. Nas áreas mais densamente povoadas os círculos apenas eram constituídos por um único concelho. No caso específico do Alentejo, área em que se inscreve o nossa investigação, os círculos cobriam uma área territorial muito maior .(2).

(1) Estas alterações criaram um debate político durante a segunda metade do século XIX sobre as vantagens e inconvenientes de cada uma das divisões. Colocou em confronto duas facções: os defensores da centralização e os da descentralização política. Para mais informações sobre o assunto vd. Isabel Vasques e Maria Manuela Ribeiro, 1993/94, pág. 192. Por outro lado, o debate que se gerou também estava relacinado com o facto de que a divisão uninominal favorecer a autonomia e a influência dos interesses locais enquanto que os círculos plurinominais “afogavam” esses interesses em favor das autoridades centrais e das direcções partidárias.Vd. *O Bejense*, 25 de Abril de 1896, n°1847. Cf. Fernando F. Lopes, 1991, pág.406; José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, 1982, pp.653-654.

(2) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp. 46 - 47.

A Tabela F e os Mapas III (Anexo I) mostram as várias designações e características dos círculos onde se integrou o concelho de Moura desde 1860, bem como os outros concelhos que os englobavam, tendo em conta as alterações legislativas que se verificaram entre 1869 e 1901.

Tabela F

O Concelho de Moura e o Círculo Eleitoral onde se integrava

Anos	Designação do círculo eleitoral	Concelhos que integravam o círculo:
1860-1868	n ° 142 - Moura (uninominal)	Barrancos, <u>Moura</u> , Serpa (?)
1869-1877	n ° 87 -Moura (uninominal)	Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, <u>Moura</u> , Vidigueira,
1878-1883	n ° 117 - Moura (uninominal)	Barrancos, <u>Moura</u> e Serpa
1884 - ?	n ° 89 - Beja (plurinominal)	Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja , Cuba, Ferreira de Alentejo, <u>Moura</u> , Serpa, Vidigueira
1896 - 1900(?)	n° 110(?) - Moura (uninominal)	Alvito, Barrancos, Cuba, <u>Moura</u> , Vidigueira
1901	n ° 89 - Beja (plurinominal)	Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja , Cuba, Ferreira de Alentejo, <u>Moura</u> , Serpa, Vidigueira

Fonte: *O Bejense* , 17 de Abril de 1869, n°434; *Ibidem*, 25 de Abril de 1896, n°1847. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp. 246-251.

Segundo Tavares de Almeida, a demarcação dos territórios eleitorais à semelhança do que acontecia noutros países da Europa, baseava-se em princípios administrativos existentes e por afinidades de vizinhança ou de interesses. Esta operação de delimitação dos círculos tinha que ter em conta vários aspectos: a distribuição da população, a localização das sedes dos círculos, as facilidades de comunicação entre os concelhos agregados e alguns aspectos de carácter político.

No caso específico do concelho de Moura e, a partir da análise cartográfica dos círculos eleitorais que integraram este concelho, Moura esteve sempre ligada a concelhos como Vidigueira, Cuba, Alvito, Ferreira do Alentejo, Serpa e Barrancos, enquanto sede do círculo eleitoral.(3)

A associação destes concelhos num mesmo círculo estava, de acordo, com a existência de uma certa homogeneidade ou afinidade de interesses e de vizinhança para as quais contribuíram em parte as relações de amizade e parentesco. Não podemos deixar de aqui recordar que a elite mourense mantinha com as elites de outros concelhos vizinhos um forte relacionamento familiar. Alguns membros da elite mourense tinham a sua naturalidade/origens nesses concelhos, outros estabeleceram, através de estratégias matrimónias, fortes laços de parentesco. Daí que, fosse mais fácil e propícia a comunicação entre os vários concelhos do círculo, bem como a celebração de compromissos e apoios políticos ou de negociações das influências locais quanto, por exemplo, à escolha do candidato para as eleições da Câmara de Deputados. Para exemplificar esta situação podemos enunciar a naturalidade de Libânio António Fialho Gomes, José do Prado Fragoso Torres Salgueiro e de António Fialho Machado, com raízes familiares em Vidigueira.(4)

Este relacionamento familiar e de amizade funcionava como um factor importante para um melhor articulação entre as elites locais de cada concelho que, no caso de conflito, chegavam mais facilmente a um consenso. O excerto de uma carta noticiada n' *O Bejense* (5) pode dar-nos uma ideia de como os acordos eleitorais por vezes se faziam com base em critérios pessoais de amizade ou parentesco. A quando da eleição de 16 de Abril de 1869 (6) José

(3) Cf. Anexo I – Mapas III (A, B, C).

(4) Cf. Anexo V - Biografias

(5) Vd. Notícia B - Anexo IV

(6) O Decreto-Lei de 18 de Março de 1869 reformulou a divisão dos territórios eleitorais e o concelho de Moura passou a fazer parte do círculo n.º 87 (Tabela J). Este facto trouxe às primeiras eleições, que se realizaram após essa reformação, alguns conflitos entre os influentes locais de cada concelho que compunham o círculo. Julgavam que o círculo iria eleger dois deputados, para cujos cargos já tinham pretendentes, e no final apenas um podia ser eleito.

Miguel d' Oliveira participou numa reunião, em Cuba, na casa do Visconde da Esperança, de forma a aclarar a situação que se criou quando Manuel Pires Lavado de Brito e José Carlos Infante Passanha, se mostraram disponíveis ao lugar de deputado pelo círculo eleitoral de Moura - n.º 87. Para além das circunstâncias que envolveram este caso, existe algo bastante importante: José Miguel d' Oliveira assumiu uma posição de neutralidade, face à “ *antiquíssima e estreitíssima amizade com o Sr. Infante Passanha* ” e “ *às relações políticas e pessoais que tinha com o Sr. Lavado de Brito* ”. (7) Tais afirmações foram suficientes para Lavado de Brito retirar a sua candidatura e dar o seu apoio a Infante Passanha. Desta forma, o acordo que se estabeleceu entre os concelhos da margem direita e esquerda do Guadiana foi facilitado pelas relações de amizade que José Miguel d' Oliveira mantinha com a família Infante Passanha e que não lhe permitiram guerrear pela eleição de Lavado de Brito. (8)

Na realização do acto eleitoral, cada círculo organizava-se através da divisão em uma ou mais assembleias de voto. Apesar da inexistência de fontes para identificar todas as assembleias eleitorais que compunham o círculo eleitoral, onde se integrava o concelho de Moura verificamos que, entre 1861 e 1901, houve várias alterações na estrutura das assembleias eleitorais do concelho de Moura. (9) Este factor deve-se, nomeadamente, à perda de algumas freguesias para outros concelhos vizinhos como o caso de Pias e Val de Vargo que passaram para o concelho de Serpa.

Em cada assembleia, o acto eleitoral realizavam - se de um modo geral ao Domingo na igreja paroquial.(10) E só, a partir de 1870, houve uma

(7) Cf. Anexo IV – Notícia B

(8) *O Bejense*, 1869, n.º434.

(9) Cf. Anexo II - Quadro XVI

(10) Cf. Anexo IV – Documento IV. Este facto só por si já permitia algumas formas de pressão sobre o eleitorado. Algumas notícias dão-nos conta de determinadas situações em que os caciques locais aproveitavam a missa de Domingo para prender os eleitores dentro da igreja até que se realizasse o acto eleitoral.

simultaneidade na realização das operações de escrutínio em todo o território português, face ao desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Todas as assembleias eleitorais do País passaram, então, a iniciar os seus trabalhos às nove horas de manhã de Domingo.(11)

Segundo o *Repertório Jurídico Português*, cada assembleia era presidida por um membro da comissão de recenseamento eleitoral, que tinha como primeira função o transporte de todos os documentos necessários para a realização do acto eleitoral, nomeadamente, os cadernos eleitorais com o nome dos eleitores e elegíveis das freguesias que pertenciam a cada uma das assembleias, bem como, as folhas que serviam para lavrar as actas de eleição da mesa da assembleia eleitoral e da eleição propriamente dita.(12)

Depois de reunidos todos os eleitores da assembleia, o presidente propunha os membros que iriam fazer parte da mesa da assembleia eleitoral: dois escrutinadores, dois secretários e quatro para os revezarem, escolhidos entre os eleitores que comparecessem à abertura das urnas.(13) Como a proposta do presidente tinha que ser aprovada por $\frac{3}{4}$ dos eleitores presentes era natural que os influentes locais se esforçassem para ter os seus eleitores reunidos assim que abria a assembleia de voto.(14)

Podemos então interrogar-nos sobre quem fez parte das mesas das assembleias eleitorais do concelho de Moura. Seria a participação nestas mesas uma das formas de controlo sobre o acto eleitoral? Estas interrogações levam-nos à análise dos elementos que fizeram parte das mesas das várias assembleias nas eleições para vereadores da Câmara Municipal de Moura e para a Câmara de Deputados.

(11) A assembleia encontrava-se em funcionamento até ao pôr do Sol e, caso não fosse possível a votação de todos os eleitores presentes, o escrutínio retomava na manhã seguinte.

(12) António Joaquim Lopes da Silva, 1890, pp. 57-60.

(13) Vd. Anexo IV - Documento IV.

(14) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 75.

Os Quadros XVII e XVIII (15) representam a composição das mesas das assembleias eleitorais de algumas eleições que se realizaram no concelho de Moura. Foram identificadas as mesas de 10 actos eleitorais para a Câmara Municipal e 13 dos 29 que se realizaram entre 1860 e 1910 para a eleição de deputados.

Através do cruzamento entre os dois Quadros e a lista nominativa do grupo que identificamos como a elite política mourense (16) retiramos as seguintes conclusões:

- 30,1% dos membros fizeram parte das mesas das assembleias, não só nas eleições municipais, mas também nas eleições para deputados,

- 9,6% dos membros das mesas para a eleição de vereadores pertenciam à elite política mourense e

- 43,2 % mantinham entre si relações de parentesco.

Nos anos de 1881, 1892 e 1904 realizaram-se, simultaneamente, eleições legislativas e eleições municipais. A participação dos mesmos membros nas assembleias dos dois tipos de eleição situou-se entre os 81% (1892) e os 48% (1904). Estes dados denunciam uma situação de controlo das mesas eleitorais por parte de alguns elementos que dividiam entre si as tarefas de escrutinadores, secretários ou revesadores. Por outro lado, quando confrontamos a lista de membros da Câmara Municipal de Moura com a composição das mesas das assembleias para a eleição de vereadores verificamos que existem alguns membros da Câmara que fizeram parte das mesas no ano em que foram eleitos. Por exemplo, Diogo Urbano Correia d' Oliveira exerceu funções de presidente da mesa da assembleia eleitoral de Safara em 1881 e de Amareleja em 1892(17) e foi eleito para a Câmara nas

(15) Vd. Anexo II.

(16) Cf. Anexo II – Quadro III

(17) Cf. *Acta de Constituição da mesa da assembleia eleitoral de Safara na eleição para vereadores da Câmara Municipal de Moura*, 6 de Novembro de 1881 (ADB – AHGCB); *Acta de Constituição da mesa da assembleia eleitoral de Amareleja na eleição para vereadores da Câmara Municipal de Moura*, 6 de Novembro de 1892 (ADB – AHGCB).

duas eleições.(18) O mesmo aconteceu com António Inácio Leite Ferreira (19), José Maria Gonçalves Perfeito (20), Manuel Albino de Azinhais Santos (21), entre outros. Estes factos alertam para a relação que existia entre uma possível eleição e o controlo/ manipulação das mesas eleitorais.

Depois de formada a mesa era feita uma acta e um edital com a relação dos nomes aprovados ou eleitos que compunham a mesa que era, posteriormente, afixado na porta do edificio onde a assembleia estivesse reunida. (22) No caso da eleição da mesa se realizar antes da hora estipulada, era considerada nula.

Após a constituição da mesa eram válidos todos os actos eleitorais que, legalmente, fossem praticados estando pelo menos três vogais presentes. Assistiam também à eleição os párocos e regedores da paróquia para informar sobre a identidade dos votantes, caso fosse necessário, bem como, o Administrador do Concelho ou o seu representante.

Os trabalhos eleitorais iniciavam-se quando o presidente da assembleia procedia à chamada dos eleitores e começava pelas freguesias mais distantes. Cada eleitor dirigia-se à mesa, entregava o seu boletim de voto ao presidente que o introduzia na urna e era feita a descarga no livro de recenseamento. No final do acto eleitoral, os escrutinadores contavam o número de boletins de

(18) Cf. Anexo II – Quadros I (C e D)

(19) Pertenceu à mesa da assembleia eleitoral de Amareleja em 1878 e foi eleito vereador em 1879 e 1880. Cf. Anexo II – Quadros I (B) e XVII

(20) Fez parte da mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista em 1900, 1904 e 1908 e foi eleito vereador em 1900, 1905 e 1910. Para além de seu irmão, Manuel José Gonçalves Perfeito, ter sido eleito para a Câmara em 1893, quando ele compunha a mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista em 1892. Cf. Anexo II – Quadros I (D) e XVII

(21) Eleito para a Câmara em 1901/02 depois de fazer parte da mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista em 1900. Cf. Anexo II – Quadros I (D) e XVII

(22) Vd. Anexo IV - Documento VI.

voto e confrontavam esse número com o das descargas assinaladas. Apurados os votos, afixavam o edital com os resultados e realizavam as respectivas actas de eleição.(23)

Todos estes aspectos fazem parte da descrição de como se devia proceder ao acto eleitoral. Algumas das disposições referidas, anteriormente, nem sempre eram cumpridas na sua totalidade, apesar da lei eleitoral punir todas fraudes e pressões ilícitas que surgiam no dia do escrutínio.(24)

Contudo, as frequentes “amnistias” aos corruptos tinham um efeito de dissuasão para quem delatava infracções ou fraudes. Para Javier Tusell, o problema estava na “*dificultad de probar que se habian cometido transgressiones de la ley*”. E, no caso de protestos face ao não cumprimento de certos trâmites legais e formais, de um modo geral, eram interpretados como “*incorrecciones nascidas de la ignorancia*”. (25) Para além disso, os documentos privados e outro tipo de provas não podiam ser apresentados em tribunal, pois não tinham qualquer valor. Mesmo que “*las actas de presencia probaran la existencia de graves infracciones electorales, la elección no podia ser anulada a no ser aquellas (...) que afectara gravemente los resultados finales*”. (26)

(23) Cf. Anexo IV – Documento V.

(24) Segundo a Lei Eleitoral de 23 de Novembro de 1859, “*todos aqueles que por via de noticias falsas, boatos caluniosos, ou quaisquer outros artificios fraudulentos surpreenderem ou desviarem votos, determinarem ou tentarem determinar um ou muitos eleitores a abster-se de votar (...)*” (artº135) ou “*aquelles que por vias de facto, violências ou ameaças contra um eleitor, fazendo-lhe recear algum dano para a sua pessoa, familia ou fortuna o (...) influirem ou tentarem influir sobre o seu voto serão punidos com pena de prisão de 3 meses a 3 anos de prisão e multa de 50\$000 a 1.000\$000 réis. (artº136)*”. O *Bejense*, 10 de Agosto de 1878, nº919.

(25) Javier Tusell, 1976, pág. 504.

(26) *Ibidem*, pág. 505.

Durante o escrutínio aconteciam vários factos que alteravam o funcionamento legal das assembleias de voto.(27) As artimanhas mais usuais iam desde a viciação das actas de constituição da mesa e da própria eleição, ao extravio ou invalidação indevida de boletins, do roubo das urnas aos “eleitores volantes” que através da identidade de outros eleitores percorriam as assembleias de voto.(28) Esta questão põe em discussão um outro aspecto: o segredo do voto. Segundo o Decreto de 30 de Setembro de 1852 (art.º 61º), o voto era por escrutínio secreto, de tal forma que, “*nenhum eleitor se conheça ou possa vir a saber o voto*”. Para tal, regulamentou-se que os boletins de voto não podiam ser de cor ou transparentes (29), nem conter sinais que possibilitassem a posterior identificação do votante.(30) No entanto, o anonimato das opções eleitorais era mais fácil de manter no meios urbanos do que nos mais rurais, porque nestes últimos a forte implantação do clientelismo e os vínculos de dependência não davam hipóteses aos votantes de dissimularem ou esconderem as suas intenções de voto. Para além disso, o controlo exercido sobre os eleitores no dia do escrutínio era, de tal forma, apertado que eram conduzidos e vigiados até à boca das urnas.

(27) O controlo de legitimidade dos sufrágios estava a cargo de uma comissão especial, eleita pela Junta Preparatória da Câmara de Deputados: a *Comissão de Verificação de Poderes*. Este sistema foi desenvolvido em Inglaterra e adoptado em vários países europeus, nomeadamente, Portugal. Contudo, era um sistema defeituoso, como o classifica Tavares de Almeida pois, essa comissão era composta por deputados que tinham o poder de deliberar sobre a validade dos seus próprios mandatos. Esta situação manteve-se até 1884 em que a nova lei conferiu ao poder judicial o julgamento de situações de delito eleitoral. Foi criado o *Tribunal de Verificação de Poderes* que não conseguiu uma actuação mais eficaz e imparcial. Ver Tavares de Almeida, 1991, pág. 78.

(28) José Varela Ortega, 1977, pp. 411-412.

(29) Cf. Anexo IV – Documento V.

(30) O exemplo que encontramos deste tipo de situação aconteceu na eleição para vereadores da Câmara Municipal de Moura em que juntamente com o boletim de voto, o eleitor Carlos Augusto Fialho Gomes enviou uma carta destinada a seu irmão Libânio para tratar de assuntos pessoais. O caso foi detectado, o voto anulado e a carta foi enviada juntamente com outros documentos da mesma eleição ao Governador Civil. Vd. Anexo IV – Documento II.

Os boletins de voto eram entregues a cada eleitor à entrada da assembleia pelos caciques ou influentes e, como não havia um modelo uniformizado, traziam já inscrito o nome do candidato em quem aquele eleitor iria votar. (31) Noutras ocasiões “ *as mulheres da vida pública, assalariadas pela autoridade, dentro e fora da igreja, met[iam] a mão nos bolsos dos eleitores e com palavras e gestos dos mais desenvoltos, rouba[vam] e troca[vam] listas*”. (32)

Estas situações aconteciam por todo o país. No concelho de Moura tivemos notícia que em 1878, “ *no Sobral, a autoridade mandou roubar a urna pelo official de diligencias da administração do concelho, mas os populares prenderam-no*”. (33)

O voto não era mais do que uma “ *expressão de um vínculo clientelista ou deferência pessoal* ”. Num retrato feito por Rodrigues de Freitas, em 1894, ele reconhece que: “ *A grande maioria dos cidadãos concorre às assembleias eleitorais (...) sem compreender a importância do que vai praticar. (...) esses cidadãos que não tinham a menor ideia do que se passava nos grandes centros ou nas assembleias legislativas, não conheciam nada de programas dos partidos, e embora soubessem os nomes deles, só o distinguiam por ser influente(...); a grande maioria vota segundo as relações particulares (...)*”. (34)

Segundo a descrição de João Alves d’ Almeida Araujo, numa correspondência enviada ao jornal *O Século XIX* e transcrita pelo jornal *O Bejense*, o autor perdeu as “ *illusões que tinha de que as eleições eram a vontade do povo:- ver ir à urna, como prezos os votantes das aldeias, - ver dar assaltos noturnos aos votantes e levá-los à força, - ver usar ameaças com recrutamento e prisões, como razões e argumentos de persuadir os votantes (...)*”. (35)

(31) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp. 67-69, 111-114.

(32) *O Bejense*, 22 de Julho de 1865, n.º 239.

(33) *O Bejense*, 10 de Agosto de 1878, n.º 919.

(34) Rodrigues de Freitas, “ *Uma digressão a Traz-os-Montes*” in *Páginas Avulsas*, Porto, 1906, pp. 167-177. (cit. por Tavares de Almeida, Ob. Cit., pág. 118.)

(35) *O Bejense*, 22 de Julho de 1865, n.º 239.

2.2. Análise dos resultados eleitorais

O último aspecto que pretendemos desenvolver relaciona-se com a análise dos resultados, não só das eleições para a Câmara de Deputados mas também, das eleições realizadas para constituir a vereação municipal do concelho de Moura entre 1860 e 1910. Apesar de não termos conseguido obter os dados necessários para proceder a uma análise detalhada e minuciosa de todas as eleições que se realizaram durante este largo período temporal, propomo-nos, através dos elementos que conseguimos apurar, proceder à concretização de dois objectivos: por um lado, conhecer os níveis de participação do eleitorado mourense, estabelecendo uma comparação entre as eleições para deputados e as eleições para vereadores da Câmara Municipal. Por outro, procuramos definir as causas que possam justificar esses níveis de participação, de forma a conhecer o impacto que as práticas caciquistas tiveram na mobilização do eleitorado mourense.

Primeiramente, iremos realizar um exame dos níveis de participação dos eleitores do concelho de Moura nas eleições para a Câmara de Deputados. A Tabela G, que representa o número de votantes nas eleições legislativas de 1861 a 1887 e a sua percentagem em relação ao número de eleitores recenseados, pode dar-nos uma ideia de como se procedeu a afluência às urnas.

Tabela G

Número de votantes do concelho de Moura nas eleições para a Câmara de Deputados e a sua percentagem em relação ao número total de eleitores inscritos (1861/1887)

Anos	Número de Votantes	Número de Eleitores	Percentagem (%)
1861	1226	?	?
1864	1149	1590	72,2
1865	1440	1514	95,1
1868	972	1888	51,5
1881	2084	3439	60
1887	3098	?	?

Fontes: *Livros de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura, 1864, 1865, 1868 e 1881 (ABMM); Cadernos eleitorais e respectivas Actas de Eleição para Deputados de 1861, 1864, 1865, 1868, 1881 e 1887 (AGCB)*

Os níveis de participação do eleitorado mourense entre 1861 e 1887 são bastante elevados e aproximam-se dos valores apresentados para Lisboa e Porto por Tavares de Almeida (1) . Mas estes resultados serão um reflexo da realidade eleitoral e do interesse da população mourense em participar na vida política através da escolha dos seus representantes ? A afirmação de Oliveira Martins exprime em parte a cultura política da maioria das populações rurais: “*Abster-se, isolar-se, separar-se daquilo a que na linguagem espúria dos nossos dias se chama política, isto é, a arte de fazer eleições à custa de empregos e negócio (...)*” (2). Daí que, para autores como Pedro Tavares de Almeida, os índices de participação eleitoral elevados, nos meios rurais, são considerados falsos indicadores, porque existia um grande afastamento das populações em relação à actividade política, vista como uma esfera à parte, um universo exterior aos problemas do quotidiano (a qual não entendiam nem tinham a mínima motivação para nela participar). Para além disso, havia uma fraca fiscalização ao acto eleitoral e onde persistiam as estruturas sociais acentuadas por laços de solidariedade e de dependência pessoal. (3) As formas de mobilização clientelista do eleitorado, as fraudes que existiam nas operações de escrutínio, o controlo dos caciques são factores que não permitem que se faça uma avaliação correcta da extensão real da participação voluntária e consciente dos cidadãos ou da afluência à urna.(4)

Podemos aqui exemplificar esta situação com o que aconteceu na eleição parlamentar de 23 de Outubro de 1892. Segundo *O Bejense*, o candidato Libânio António Fialho Gomes enviou um telegrama ao Rei, no qual afirmava que “ *o governador civil de Beja e outros amigos do ministro das obras públicas furiosos com a derrota que soffreram por não poderam fazer triumphar*

(1) Tavares de Almeida aponta a percentagem de participação eleitoral para Lisboa na ordem dos 58,9% e de 61,4% para o Porto na eleição de 1868. Nas eleições de 1881 os valores voltam a aproximar-se da percentagem de participação do concelho de Moura, o Porto com 63 e Lisboa com 61,4% . Vd. Tavares de Almeida, 1991, pág. 145.

(2) Oliveira Martins, 1959, pág. 308

(3) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág.147

(4) Cf. Pedro Tavares de Almeida, 1985, pág. 137.

a candidatura do dr. Mendes Lima, apesar da chapelladas d'Albernoa e Santa Maria, projectam ainda roubar-me a eleição que legitimamente ganhei por 1.086 votos. Já conseguiram substituir as actas de Villa de Frades reduzindo a minha maioria para 557 votos".(5)

Como podemos constatar no exemplo anterior torna-se difícil reconhecer se os resultados publicados traduzem dados reais ou se foram falsificados. Assim, iremos utilizar esses resultados para reflectir sobre a sua evolução temporal, sobre situações e comportamentos políticos que deixam antever algumas estratégias de autolegitimação eleitoral utilizadas pelos candidatos e pelos caciques locais.

Por conseguinte, a forte afluência às urnas (real ou fictícia) durante o período aqui considerado (1861-1887) para além de encontrar uma explicação na dependência do eleitorado (6) em relação aos seus "patronos", pode derivar de outros factores que iremos de seguida analisar.

A eleição de Julho de 1865 parece ter sido o momento em que uma maior percentagem de eleitores (95,1%) se dirigiu à urna para exercer o seu direito de voto e escolher o deputado que iria representar o círculo eleitoral nº142, onde se integrava para além do concelho de Moura, o de Barrancos e o de Serpa. A este círculo apresentaram-se, segundo *O Bejense* (7), dois candidatos a deputados: José Joaquim de Castro e Lemos (Governamental) e Manuel Pires Lavado de Brito (Oposicionista).

No período temporal entre a proclamação das candidaturas e o dia da eleição (14 de Julho) muitos foram os acontecimentos que podem estar na origem de uma elevada participação do eleitorado. O primeiro refere-se à

(5) *O Bejense*, 5 de Novembro de 1892, nº1661.

(6) Não nos podemos esquecer de como se procedia à inscrição no recenseamento eleitoral. Foram várias as formas utilizadas para introduzir, na esfera do eleitorado, indivíduos que mantinham fortes relações de dependência económica e social como era o caso dos "criados de servir", classificados das mais diversas formas para contornar a lei eleitoral.

(7) *O Bejense*, 17 de Junho de 1865, nº234.

corrupção que no círculo de Moura, segundo uma notícia do mesmo jornal, “já campe[ava] (...) e onde os funcionários que se não prestam a aceitar o degradante papel de galopins eleitoraes estão sendo garrotados(...)”.(8) Por outro lado a influência do candidato oposicionista fez com que o candidato José Joaquim de Castro e Lemos desistisse, ao que foi nomeado um outro : António Maria Tovar de Lemos, que segundo *O Bejense*, em relação ao outro em termos de influência “... anda[va] ella por ella .”(9) Após esta nomeação, os ataques na imprensa regional aumentaram. Não se tratava de, apenas, apoiar o candidato oposicionista do círculo de Moura mas também, todos os outros candidatos do distrito de Beja que se encontravam prontos a derrotar os seus adversários governamentais. Aí teceram-se algumas considerações sobre o governo vigente e sobre os conservadores - progressistas que cometeram em todo o distrito e, em especial em Moura e Mértola, toda a qualidade de “desaforo”: chegaram mesmo a atacar nas encruzilhadas aqueles que se recusavam a apoiar a sua lista.(10)

A luta eleitoral foi de tal forma cerrada entre os dois candidatos que nos leva a encontrar nessa competição uma das justificações, que estaria na base de tão grande afluência às urnas. Quanto maior era a competição entre os candidatos, maior seria a mobilização política.

O número de votos alcançados , na sua maioria, derivavam do combate renhido que fez com que : “ as Autoridades [fossem] chamadas ao governo civil e todas as que não se prestaram a acceitar o papel de galopins (...) foram suspensas ou demittidas. A corrupção empregou-se em larga escala, chegando até a um empregado do governo, segundo se di[sse], a comprar por 450\$000 réis 66 votos em Barrancos.”(11)

Desta forma, os resultados desta eleição exprimiram-se num total de 1.423 votos para o candidato Manuel Pires Lavado de Brito e de 878 votos para o candidato António Maria Tovar de Lemos. Os Gráficos representam a

(8) *O Bejense*, 17 de Junho de 1865, n°234.

(9) *O Bejense*, 24 de Junho de 1865, n°235.

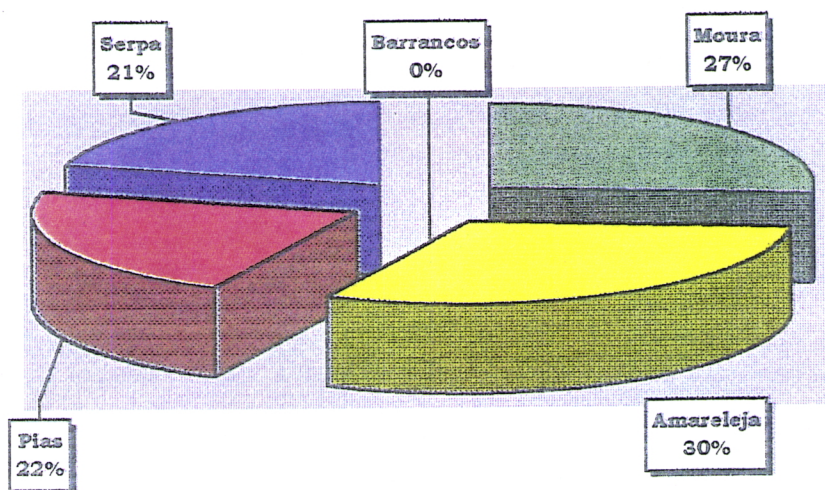
(10) *O Bejense*, 1 de Julho de 1865, n°236.

(11) *O Bejense*, 15 de Julho de 1865, n° 238.

distribuição percentual da votação de cada um dos candidatos pelas cinco assembleias que compunham o círculo n°142.

Gráfico VI - A

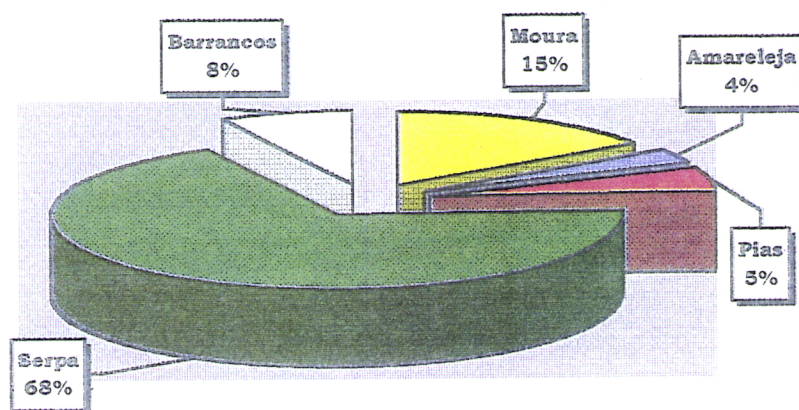
Distribuição percentual da votação obtida pelo candidato Manuel Pires Lavado de Brito no Círculo Eleitoral n° 142 (Eleição para a Câmara de Deputados - 14 de Julho de 1865)



Fonte: Acta de eleição para deputados, 14 de Julho de 1865 (ADB)

Gráfico VI - B

Distribuição percentual da votação obtida pelo candidato António Maria Tovar de Lemos no Círculo Eleitoral n°142 (Eleição para a Câmara de Deputados - 14 de Julho de 1865)



Fonte: Acta de eleição para deputados, 14 de Julho de 1865 (ADB)

Um aspecto a salientar da análise dos gráficos anteriores prende-se com o candidato governamental – Tovar de Lemos, que apenas conseguiu superar a percentagem de votos do seu adversário na assembleia de Serpa. Este facto foi associado, na imprensa, às acções praticadas pelos seus “amigos” que “corromperam eleitores, praticaram actos illegaes e prepotentes, ameaçando uns com processos fiscaes, a prometterem a outros livrarem-lhes os filhos do recrutamento, a atemorisarem este, a seduzirem aquelle com promessas fallazes, etc.(...) (12)

Estas e outras declarações eram divulgadas pela imprensa e tinham por vezes um papel importante na *campanha eleitoral*. Neste caso, *O Bejense* foi um dos meios utilizados pelos oposicionistas para legitimar a candidatura de Manuel Pires Lavado de Brito, publicando estas e outras notícias que tiveram um impacto bastante forte, para além de, servirem de estímulo à luta eleitoral.

Esta disputa eleitoral fez com que a participação no concelho de Moura ascendesse aos 95,1%.(13) Se fizermos a comparação com outras eleições verificamos também que as eleições legislativas de 1861 e 1887 foram disputadas por mais do que um candidato o que, segundo Pedro Tavares de Almeida, pode ser um indicador de concorrência eleitoral. A maior tendência para uma elevada percentagem de votantes acontecia, de um modo geral, nos sufrágios em que havia competição (14), ou seja, quando dois ou mais candidatos disputavam o mesmo cargo, factor que se comprova nos resultados do concelho de Moura.

Mas a maior ou menor participação dos eleitores nas eleições parlamentares pode também estar relacionada um outro factor: a naturalidade do candidato. Este aspecto é mais fácil observar quando analisamos os círculos uninominais que apenas elegem um deputado e que, em termos espaciais, são mais restritos. Assim, identificamos os deputados

(12) *O Bejense*, 15 de Julho de 1865, n°238.

(13) Cf. Tabela G apresentada na pág. 86.

(14) Cf.. Pedro Tavares de Almeida, 1991, pág. 141.

eleitos nos círculos uninominais em que Moura era a sede do círculo (15) e todos eles, à excepção do Conde da Foz, têm a sua naturalidade no concelho de Moura.

Já Alexandre Herculano, em 1858, fazia referência a este aspecto. Na sua *Carta aos Eleitores do Círculo de Cintra* reconhece que “ *nenhum círculo eleitoral deve escolher para seu representante indivíduo que lhe não pertença, que por larga experiência não tenha conhecido as suas necessidades e misérias, os seus recursos e esperanças; que não tenha com os que o elegerem comunidade de interesses que variam (...) de distrito para distrito e às vezes de concelho para concelho (...)*”(16). No caso do candidato não pertencer ao círculo “*(...) os eleitores deviam pedir conselho àqueles que o conhecem, que viverem no meio de nós há longos annos do produto do seu trabalho e que gosarem de solida reputação.*”(17), ou seja, os mais influentes da região.

Quanto às eleições para a Câmara Municipal, no concelho de Moura eram eleitos sete vereadores efectivos e sete vereadores substitutos. O sistema eleitoral deste tipo de eleições estava condicionado pela organização administrativa, ou seja, o número de vereadores eleitos por cada concelho dependia do seu número de habitantes, a partir do qual eram classificados de 1ª, 2ª ou 3ª ordem.(18) Como tal, o concelho de Moura era de 2ª ordem.

(15) Vd. Anexo II – Quadro XIX. Para esta análise apenas consideramos os resultados das eleições de 1861, 1864, 1865, 1868, 1881, 1899 e 1900.

(16) Luís F. Antunes, 1981, pág. 83.

(17) *Ibidem*, pág. 85.

(18) Segundo o Código Administrativo de 17 de Julho de 1886, que introduziu a classificação tripartida dos concelhos, eram de 1ª ordem os que tinham mais de 40.000 hab.; de 2ª ordem os que estivessem entre os 15.000 e os 40.000 hab.; os de 3ª eram os concelhos com um número de habitantes inferior a 15.000. Cf. João B. Serra, 1988, pág. 1040. Só em 1895, o novo Código de 2 de Março introduziu outras disposições para esta classificação, isto é, os concelhos de 1ª ordem são todas as capitais de distrito e outros que revelarem importância industrial e comercial; os de 2ª ordem são os concelhos que correspondem as sedes de comarca ou que não o sendo dispõem de recursos suficientes para custerar os encargos do concelho, ou porque a distância, a dificuldade de comunicação com a sede de comarca permitisse essa classificação. Os de 3ª ordem são todos os outros.

No caso destas eleições encontramos resultados bem diferentes dos que apurámos para as eleições parlamentares. A Tabela H, representativa do número de votantes do concelho de Moura para as eleições dos membros da Câmara Municipal, elucida-nos quanto ao grau de participação eleitoral neste tipo de eleições.

Tabela H

Número de votantes do concelho de Moura nas eleições para a Câmara Municipal ,
a sua percentagem em relação ao número total de eleitores inscritos
e a percentagem de abstenções (1867/1908)

Anos	Número de Votantes	Número de Eleitores	Percentagem (%)	Percentagem de abstenção
1867	281	1432	19,6	80,4
1875	408	2115	19,2	80,8
1877	1088	2262	48,1	51,9
1878	1008	4144	24,3	75,7
1881	966	3439	28,0	72
1904	749	1604	46,6	53,4
1908	495	1941	25,5	74,5

X = 30,2 %

X = 69,2 %

Fontes: *Cadernos eleitorais com Actas de eleição para vereadores da Câmara Municipal de Moura, 1867, 1875, 1877, 1878, 1881, 1904, 1908 (ADB); Quadro XI apresentado em anexo.*

Como podemos observar, em média, entre 1867 e 1908 (19) apenas 30,2 % do eleitorado exerceu o seu direito de voto. Quer estes resultados correspondam à realidade quer sejam, meramente, fictícios podem levar-nos a retirar algumas conclusões.

(19) Não podemos deixar de referir que entre 1867 e 1908 não se registaram apenas 7 eleições para a Câmara Municipal, só que a inexistência de fontes sobre outros actos eleitorais deixam a investigação restrita a esta amostra.

Parece que a escolha dos membros que fariam parte da Câmara Municipal de Moura não mobilizou grande número de eleitores. O número de abstenções revela alguma indiferença do eleitorado mourense em relação às eleições municipais. Por um lado, é fruto do desinteresse geral sobre a actividade política. E por outro lado, deve-se à menor mobilização de eleitores, ou seja, não podemos esquecer que, em comparação com as eleições legislativas, os níveis de mobilização de apoios indispensáveis à reprodução e legitimação das instituições a nível central eram muito maiores do que a mobilização eleitoral para eleger os corpos da administração local.

Segundo Paulo Silveira e Sousa, as eleições municipais eram menos importantes para a reprodução do sistema caciquista de um ponto de vista nacional e por isso não sofria grandes pressões dos governos centrais. A estrutura central do Estado utilizava todos os meios, nomeadamente, económicos para a *compra de votos* e conseguir assim a reprodução da sua elite através das eleições parlamentares.(20)

As eleições municipais decorriam de um modo geral sem grandes problemas. Eram negociadas entre os principais influentes locais que colocavam na Câmara os seus homens. As eleições eram assim *fabricadas* e apenas eram necessários alguns eleitores para legitimar tal acto. Por exemplo, nas eleições municipais de 1892, *O Bejense* retrata os factos que aconteceram em alguns concelhos do Baixo Alentejo e que nos elucidam sobre esta questão. Na vila de Cuba “ *os triumphos monarchicos reuniram em capitulo na noite de sexta feira e accordaram em que fossem vereadores A, B e C. Segundo o costume distribuíram os votos, tantos a fulano na primeira assemblea, tantos a sicrano na segunda e mandaram lavrar as actas (...)*”. Em Ferreira do Alentejo a “ *camara monarchica e os que a compoe escolhidos a taboleiro(...)*” e em Mértola “ *eleitores compareceram 54, mas as actas resam de setecentos e tantos (...)*” (21)

(20) Paulo Silveira e Sousa, 1996, pág. 231.

(21) *O Bejense*, 12 de Novembro de 1892, nº1662.

O caso do concelho de Moura também se enquadra nesta situação. Na eleição municipal de 1892 também *“houve ACCORDO entre os bandos monarchicos ! E que accordo! Os regeneradores foram tomando cinco cadeiras e os progressistas ficaram ...com duas. Ninguém dirá que são muito exigentes, mas todos dirão que são ... muito fáceis de contentar. Os progressistas ficam representados pelos cidadãos Manuel Perfeito, que é cavaleiro da Ordem de Christo e M. Ignácio Nunes (...); os regeneradores são representados pelos cidadãos dr. S.Thiago, Piteira Fernandes, Fialho Pinto, Raphael Mendes Guerreiro e Francisco Pulido Garcia.”* (22)

(22) *O Bejense*, 12 de Novembro de 1892, n°1662.

Conclusão

O estudo da elite política local do concelho de Moura integrada no sistema eleitoral que lhe permitia a ascensão ao exercício efectivo do poder foi o objectivo deste estudo.

Através da caracterização realizada à elite política mourense acabamos por retirar algumas conclusões bastante valiosas. Por um lado, este grupo apresenta origens sociais e geográficas, tradições económicas muito diversas. Ao contrário do que se poderia crer, grande parte dos seus membros não são originários dos meios aristocráticos. Para além das famílias brazonadas, existem também descendentes de homens ligados à lavoura e ao comércio.

Por outro lado, a ascensão política de alguns dos membros da elite local deveu-se a uma “herança” familiar, na medida em que os seus ascendentes tiveram um papel importante nos órgãos de administração local, nomeadamente, na vereação da Câmara Municipal.

A nível educacional, a elite política encontrava-se, totalmente, alfabetizada e os seus membros tinham um nível de instrução e cultura que os habilitava a exercer cargos, não só a nível local, mas também a nível regional e nacional. A educação parece ter tido um papel fundamental na carreira política, porque favorecia a superioridade social e permitia ascender à esfera do exercício do poder político.

Nas formas de sociabilidade e relações de parentesco, o grupo revelou a sua coesão e grau de fechamento. Uma grande percentagem de indivíduos da elite política local mantinha, pelo menos, uma relação de parentesco com outro indivíduo do mesmo grupo e, em quase metade dos casos, essa relação era de primeiro grau, ou seja, no mesmo grupo encontramos pai e filho(s), irmãos, tio e sobrinho(s), genro e sogro e cunhados. Tratava-se de uma autêntica teia familiar, como o prova a própria reconstituição genealógica.

Um outro aspecto a referir está ligado ao duplo papel que o casamento assumia neste grupo. As estratégias de acesso ao poder tinham também um carácter endogâmico: o casamento serviu para integrar os recém-chegados ao concelho, esbater a diversidade de origens e alargar o círculo de relações, factores que facilitavam a carreira política.

Por outro lado, também assumiu o papel de reprodutor social pois, da análise que realizámos, quase todas as famílias, a que pertenciam os membros da elite política, eram aparentadas entre si o que demonstra um certo grau de coesão e fechamento do grupo.

Mas se os membros da elite local partilharam entre si os cargos políticos e administrativos do concelho, também partilharam os mesmos lugares de sociabilidade, frequentavam os mesmos bailes, os mesmos saraus literários, o mesmo clube. Um espaço de sociabilidade masculina, característico do século XIX, o Clube parece ter sido um local apropriado para a elite política mourense se reunir. Depois de uma pesquisa aos membros que fizeram parte da Sociedade “Círculo Mourense” concluímos que mais de 50% dos indivíduos, que identificamos como elite política, eram sócios ordinários da sociedade. (Quadro III – Anexo II)

Com o triunfo do Liberalismo, a vida política local passou a ser controlada pelos maiores contribuintes. A maioria dos titulares de cargos da administração pública municipal e regional passaram a ser eleitos dentro deste grupo. Ao identificar os maiores contribuintes no exercício de cargos políticos e administrativos, reconhecemos o grupo como os notáveis locais. A acção deste notáveis não ia muito além das fronteiras do concelho. O seu poder baseava-se na posição económica, no prestígio profissional ou nos títulos de nobreza. Podia assumir um papel de protector ou de conselheiro, mas a maior ou menor consideração de que beneficiava dependia do seu grau de influência. A partir do momento, em que conseguisse uma posição de relevo na sociedade passava a monopolizar esse poder e influência. Esse monopólio é observável, por exemplo, no período de tempo que cada notável ocupava determinados cargos.

Estas características marcaram o grupo que exerceu os principais cargos políticos e administrativos do concelho de Moura . Mas foram as eleições o veículo que lhe permitiu a ascensão e perpetuação no poder político ? Um instrumento de controlo social?

Tendo em conta um conjunto de circunstâncias, podemos afirmar que a elite política de Moura desenvolveu uma acção bastante importante em todos os momentos da prática eleitoral. Se a permanência de um determinado grupo no poder dependia do sistema eleitoral, então a sua manipulação era imprescindível.

Primeiro, acentuou a sua presença no órgão que à partida permitia um acesso directo aos eleitores: a Comissão de Recenseamento Eleitoral, pois, em média, metade dos elementos que figuravam nas comissões eram titulares de cargos administrativos. De acordo com as alterações eleitorais que surgiram entre 1860 e 1910, as comissões interpretavam as reformas e moldavam o eleitorado à medida das suas pretensões. Pelos vários exemplos que conseguimos apurar, através da análise das actas das sessões de revisão do recenseamento, concluímos que estas comissões por vezes retiravam o direito de voto a quem lhes era adverso e atribuíam-no a “amigos” que por vezes não preenchiam os requisitos necessários.

Apesar da instrumentalização do recenseamento ser fundamental para a vitória nas eleições, outros factores também tinham um papel importante. Era necessário mobilizar o eleitorado para a ida às urnas.

O interesse da população em participar na vida política através da eleição dos seus representantes está bem patente na percentagem de abstenções nas eleições municipais.(Tabela H) A política era vista como um universo exterior aos problemas quotidianos da população, daí a sua fraca motivação para participar. É, neste contexto que, o cacique ou influente desenvolvia um conjunto de processos de captação de voto que tinham por base um série de relações de dependência clientelar, que nem sempre se revelavam pacíficas.

O modelo de relações em que se fundamentava o clientelismo desenvolvia um conjunto de características muito específicas. De acordo com a análise realizada por Tavares de Almeida, essa interacção social envolvia uma cooperação entre vários actores sociais com um carácter personalizado e estruturada verticalmente. Estabelecia a existência de um contrato de natureza informal que é materializado pela troca de diferentes tipos de bens e serviços. Por outro lado, implicava uma distribuição desigual dos recursos sociais e do poder político entre os agentes envolvidos. Neste tipo de relações coexistem a lealdade, a reciprocidade, a amizade com a submissão pessoal, a ameaça de coerção.(1)

No concelho de Moura, os processos de mobilização do eleitorado assumiram várias formas, desde a compra de votos com dinheiro, a distribuição de terras até às ameaças fiscais ou a livrar o filho de recrutamento. Neste plano, o Governador Civil assumia um papel fundamental, pois estabelecia a ligação entre o Estado e as populações e definia as regras de negociação dos apoios eleitorais. A análise das eleições municipais e parlamentares dão-nos conta dos mecanismos utilizados por alguns influentes para alcançar o voto pretendido. O grau de mobilização política do eleitorado dependia, por um lado, dos níveis de competição dos candidatos, nomeadamente, quando se tratava de eleições parlamentares. Ao comparar o nível de participação destas eleições com as eleições municipais, verificamos uma maior indiferença do eleitorado em escolher os seus representantes municipais. Esta característica está relacionada, em parte, com o facto de que, nas eleições para a Câmara Municipal, os principais influentes negociarem entre si as cadeiras da vereação e, por isso, o acto eleitoral em si servia apenas para legitimar uma situação.

Mesmo assim, durante o acto eleitoral, a elite política continuava a exercer o seu controlo. A composição das mesas das assembleias eleitorais são o reflexo dessa situação. São alguns os exemplos de candidatos à vereação da Câmara Municipal que exerceram, no ano da eleição, funções na mesas eleitorais e acabaram por ser eleitos.

(1) Pedro Tavares de Almeida, 1991, pp.132-135.

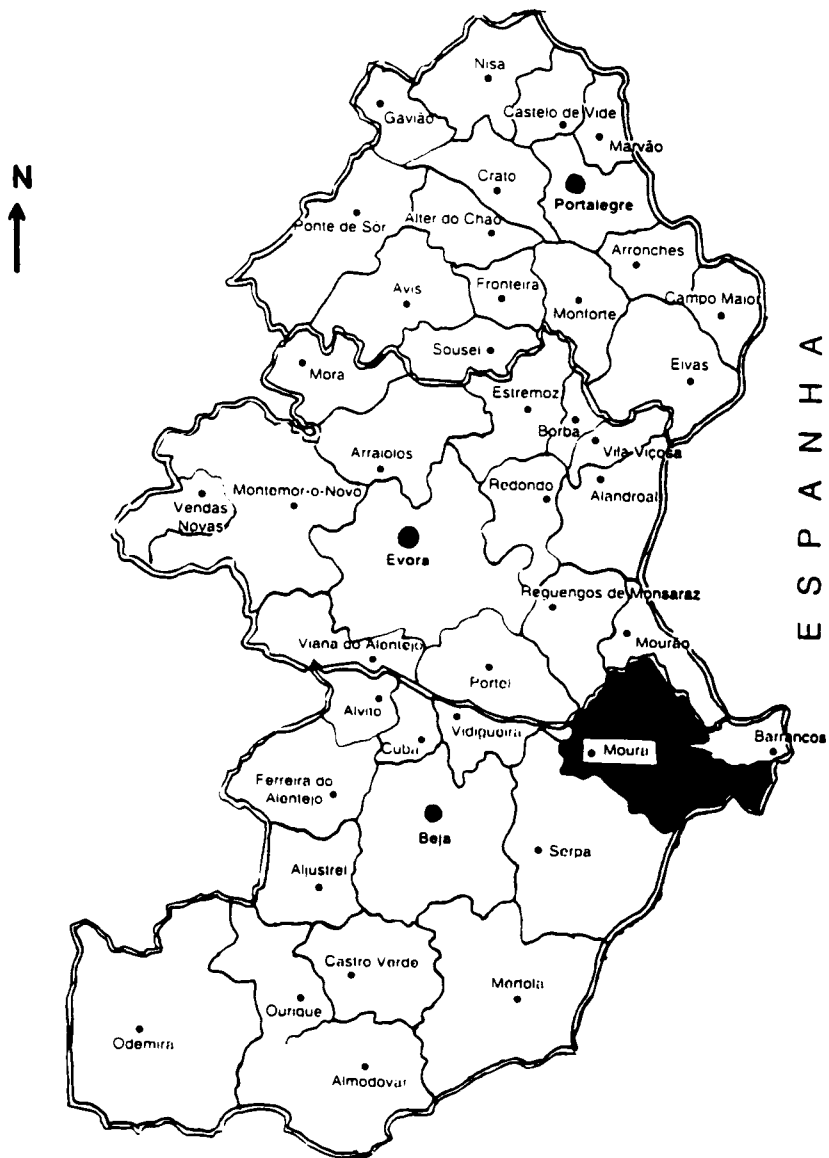
Como foi possível constatar ao longo desta dissertação, a elite política do concelho de Moura, de 1860 a 1910, constituiu-se como um grupo coeso, que partilhava entre si o poder político e administrativo e o protagonismo económico. Apesar da diversidade das suas origens, no plano sociológico formou-se como um grupo que frequentava os mesmos espaços de sociabilidade, que criou uma verdadeira teia nas relações de parentesco.

Anexos

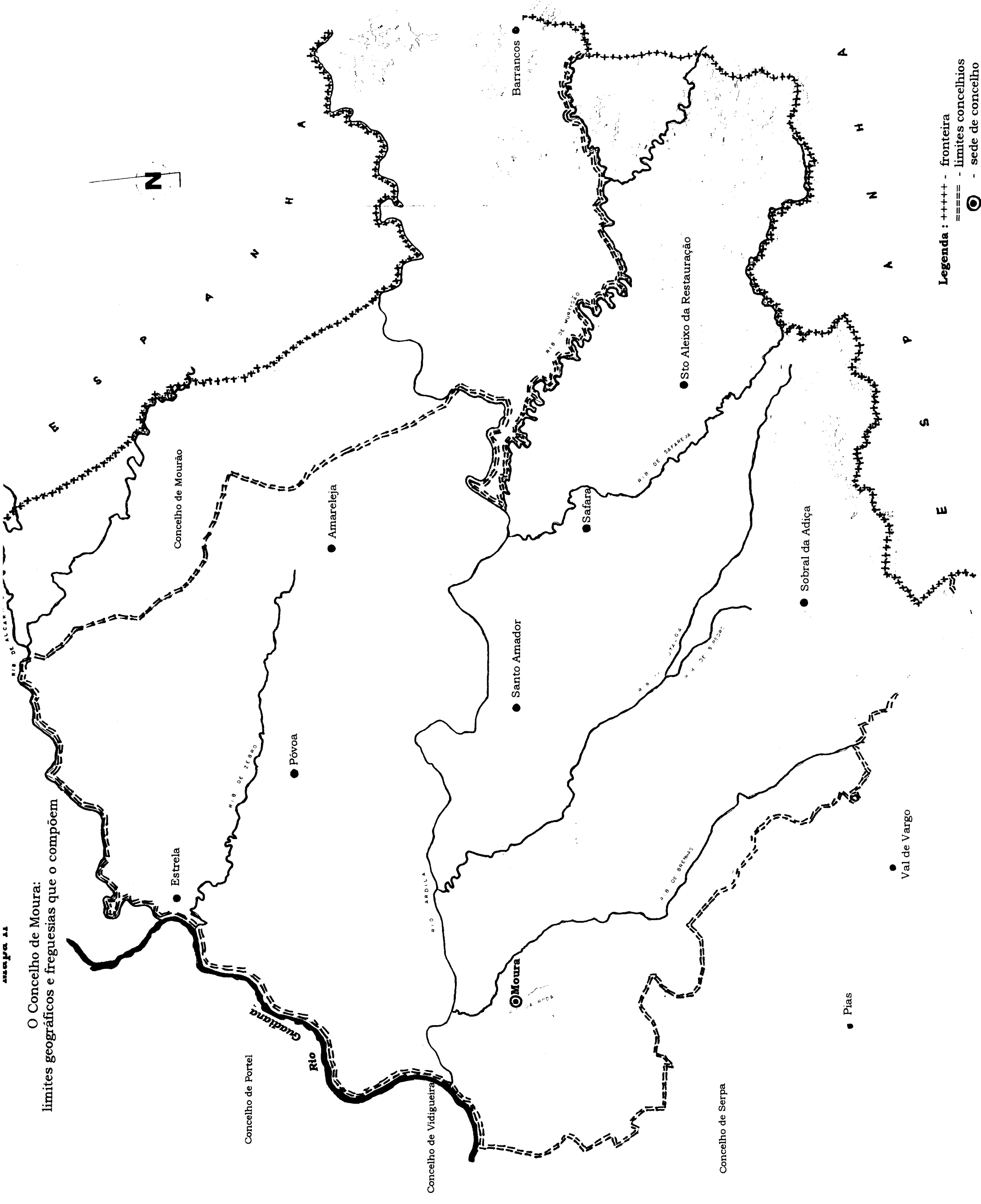
I - Cartografia

Mapa I

O Concelho de Moura : localização espacial e concelhos limítrofes



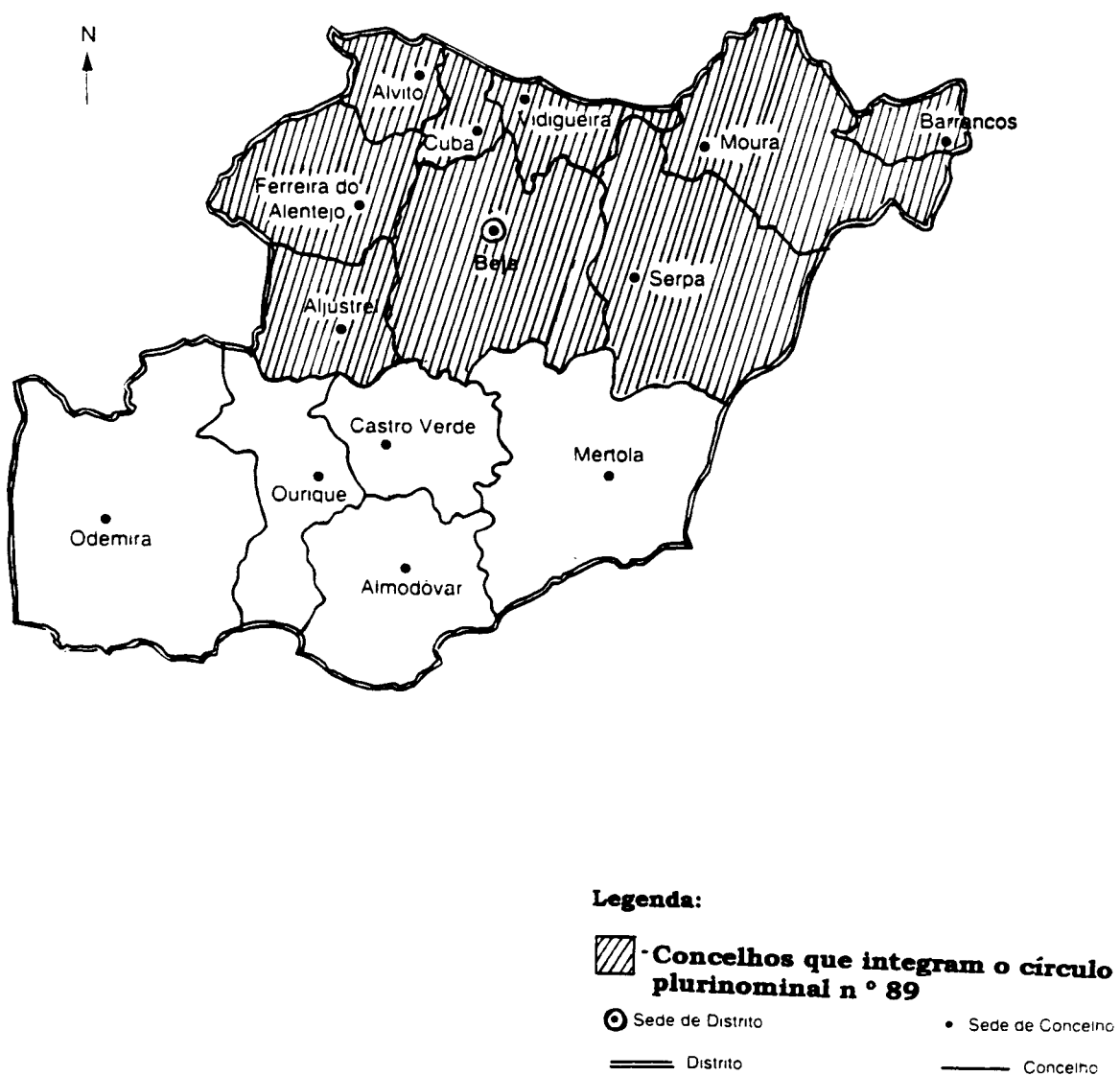
O Concelho de Moura:
limites geográficos e freguesias que o compõem



Legenda : +++++ - fronteira
 ===== - limites concelhios
 (O) - sede de concelho

Mapa III - C

O Círculo Eleitoral n.º 89 - Beja (Lei de 21 de Maio de 1884)



II – Quadros e Gráficos

Quadro I - A

Titulares dos Cargos da Câmara Municipal de Moura : identificação, anos em que ocuparam esses cargos e relação com a lista de maiores contribuintes

1860/1870

Nomes	Presidente	Vice- Presidente	Vereador	Maior Contribuinte
1. Abrantes, João Maria	-----	-----	1862,63,	?
2. Almeida, Francisco de Brito Pimenta d'	1864,65	-----	-----	1860,63,65 a 69
3. Almeida, João de Brito Pimenta d'	-----	-----	1862,63,	1862 a 70
4. Baptista, Joaquim Santana	-----	-----	1868,69	?
5. Brito, Manuel Pires Lavado de	1862,63, 66 a 69	-----	-----	1862,63
6. Casqueiro, António Fialho	-----	-----	1866,67	1860,63 a 70
7. Coelho, José Fialho	-----	-----	1860,61,68,69	1860,63 a 70
8. Esteves, João Garcia	-----	-----	1870	?
9. Falcato, Joaquim Maria	-----	-----	1864,65	?
10. Fernandes, Joaquim José Piteira	-----	-----	1866,67	1864,65,67 a 70
11. Ferreira, António Inácio Leite	-----	-----	1870	1870
12. Furtado, Francisco Pessanha M.	-----	-----	1864,65	1864 a 70
13. Furtado, João Pedro de Mendonça	-----	1870	-----	?
14. Gama, Joaquim António Vidal da	1860,61	-----	-----	1860,62,63,64,
15. Grave, João d' Almeida	-----	-----	1864	1863 a 70
16. Janeiro, Manuel dos Santos	-----	-----	1864,65	?
17. Lampeira, João M ^a de Sá Camelo	-----	1862,63,66 a 68	-----	?
18. Limpo, João António Caeiro	-----	-----	1860,61,	?
19. Lopes, António Joaquim	-----	-----	1862,63	1860,62/64,67 -69
20. Machado, António Fialho	-----	-----	1870	?
21. Negreiros, António José Bravo	-----	-----	1860,61	1860,64,65,66
22. Nogueira, José Maria	1870	-----	1860,61,	?
23. Oliveira, José Miguel d'	-----	-----	1866,67,68	1864 a 70
24. Pinto, Francisco Gama Vila Lobos	-----	-----	1864,65,68,69	1863 a 70
25. Pinto, Manuel Vicente da Gama	-----	-----	1860,61,	1860,62,70
26. Raposo, Martinho José	-----	-----	1862,63,66 a 69	1862 a 70
27. Rombo, José M ^a de Gouveia Leitão	-----	-----	1870	?
28. Salgueiro, José do Prado Torres	-----	1860,61	-----	1860,63 a 70
29. Ximenes, João da Guarda	-----	1864,65	-----	1865

Fontes: Livro de Actas da Câmara Municipal de Moura, 1860 - 1870; Livro de Actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura, 1860 - 1866, 1870 (ABMM)

Quadro I - B

Titulares dos cargos da Câmara Municipal de Moura: identificação, anos em que ocuparam esses cargos e relação com a lista de maiores contribuintes

1871/1880

Nomes	Presidente	Vice-Presidente	Vereador	Maior Contribuinte
1. Brito, Manuel Pires Lavado de	1874,75,78,79	-----	1871,72,73	?
2. Carrasco Junior, António Caeiro	-----	-----	1876,77	?
3. Carrasco, Manuel Caeiro	-----	-----	1878	?
4. Coelho, José Fialho	1878,80	-----	1878,79	1876,77,78,80
5. Esteves, José Garcia	-----	-----	1871,78	1877,78
6. Fernandes, Francisco Piteira	-----	-----	1876,77,79	1876,77,78,
7. Fernandes, Joaquim José Piteira	-----	-----	1878,79,80	1876,77,78,80
8. Ferreira, António Inácio Leite	-----	-----	1871,74,75,78 a 80	1876,77,78
9. Furtado, João Pedro de Mendonça	-----	1871-73,76,77	-----	?
10. Janeiro, Estevão Mendes	-----	-----	1874,75	?
11. Lampreia, João M ^a de Sá Camelo	-----	1874,75	-----	1878
12. Lemos, Francisco da Paula Segurado	-----	-----	1878	?
13. Machado, António Fialho	1876,77,78	-----	1871	1876,
14. Negreiros, Gaspar da Costa Bravo de	-----	-----	1878	1876,77,78,80
15. Nogueira, José Maria	1871,72,73	1878,79	1880	?
16. Oliveira, Diogo Urbano Correia d'	-----	-----	1876,77,78,80	1877,
17. Oliveira, José Miguel d'	-----	-----	1874,75,78,79	1876,77,78,80
18. Pinto, Francisco da Gama Vila Lobos	-----	-----	1876,77,78	1876,77,78,80
19. Pinto, Manuel Vicente da Gama	-----	-----	1872,73	1876,77,78,80
20. Pulido, Francisco Garcia	-----	-----	1880	1880
21. Raposo, João do Carmo	-----	-----	1874,75,	1876,78,80
22. Ribeiro, Eugénio Arnaldo de Barros	-----	1878	-----	?
23. Rombo, José M ^a Gouveia Leitão	-----	-----	1871	?
24. Segurado, António Maria Fialho	-----	-----	1874,75,	1876,77,78,80
25. Segurado, Eduardo Augusto	-----	-----	1876,77,	1876,77,78,
26. Ximénes, João da Guarda	-----	-----	1872,73	?

Fontes: Livro de Actas da Câmara Municipal de Moura, 1871-1880 ; Livro de actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura, 1876 - 80 (ABMM)

Quadro I - C

Titulares dos cargos da Câmara Municipal de Moura: identificação, anos em que ocuparam esses cargos e relação com a lista de maiores contribuintes

1881/1890

Nomes	Presidente	Vice-Presidente	Vereador	Maior Contribuinte
1. 1. Altas Mórias, Visconde de	1887,89	-----	-----	1881,82,85,86,87
2. Castro, Augusto Carlos Fialho e	1886,90	1884,85	1886	1881,82,85 a 90
3. Coelho, José Fialho	1881	-----	-----	1881,82
4. Cordeiro, António Maria	-----	-----	1881,82	1882,85,86,87
5. Fernandes, Francisco Piteira	-----	1884,85	-----	?
6. Fernandes, Joaquim José Piteira	-----	-----	1881,	1881,82,85 a 90
7. Ferreira, António Inácio Leite	-----	-----	1881,	?
8. Fialho, António de Castro	-----	-----	1882 a 86	1885 a 90
9. Fortes, António Monteiro	-----	1888	1887,89	?
10. Gomes, Carlos Augusto Fialho	-----	-----	1887,88,89	1881,82,85,86 a90
11. Henriques, Manuel Fortunato Xavier	-----	-----	1887,88	?
12. Janeiro, Rafael Mendes	-----	-----	1884,85	?
13. Janeiro, Estevão Mendes	-----	-----	1884,85	?
14. Negreiros, Gaspar da Costa Bravo	-----	-----	1886	1881,82,85 a 90
15. Nogueira, José Maria	1882,84,85,86	1881	1883	?
16. Nunes, Matias Inácio	-----	-----	1884,85	?
17. Oliveira, Diogo Urbano Correia d'	-----	1882,83,90	1881	1887,88,89,90
18. Perfeito, Manuel José Gonçalves	-----	-----	1884,85	?
19. Piçarra, José J. da Costa Aguilar	1888	1889	1887,90	1881,82,85 a 90
20. Pinto, Francisco da Gama Caeiro	-----	-----	1882 a 86,90	1885 a 90
21. Pinto, Miguel Urbano Fialho	-----	-----	1884,85	1889,90
22. Pulido, Francisco Garcia	-----	-----	1881 a 85	1881,82,85 a 90
23. Ramalho, Domingos de Mira	-----	-----	1887,88,89	1881,82,85 a 90
24. Raposo, João Pimenta	1885	1886	1884,85	1887 a 90
25. Santiago, José J. da Costa Pinto	1884,85	-----	-----	?
26. Segurado, Eduardo Augusto	-----	-----	1882,83	?

Fontes: Livro de Actas da Câmara Municipal de Moura, 1881 - 1890 ; Livro de actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura , 1881-1885/ 1888-1890 (ABMM)

Quadro I - D

Titulares dos Cargos da Câmara Municipal de Moura : identificação, anos em que ocuparam esses cargos e relação com a lista de maiores contribuintes

1891/ 1910

Nomes	Presidente	Vice-Presidente	Vereador	Maior Contribuinte
1. Abrantes, João António	-----	-----	1891,92,93,	?
2. Almeida, José Augusto Jordão d	-----	1898,99,1900	1897,	?
3. Casqueiro, António Fialho	-----	-----	1897,	?
4. Castro, Augusto Carlos Fialho e	1891,92,93	-----	-----	1904,1908
5. Falé, Anastácio Ramalho	1902,03,08	-----	1900,01,	?
6. Fernandes, Francisco Piteira	-----	1893	1908	1908
7. Fortes, António Monteiro	-----	-----	1897,98	?
8. Gomes, Libânio António Fialho	1905 a 10	-----	-----	?
9. Janeiro, Manuel dos Santos	-----	-----	1891,92	?
10. Janeiro, Rafael dos Santos	-----	-----	1891,92,93	?
11. Mata, José Caetano Nogueira da	1897 a 1900	-----	-----	1904,
12. Negreiros, Gaspar da Costa Bravo	-----	1902,03,04,08	1900,01	1892-95, 1904-08
13. Nunes, Matias Inácio	-----	-----	1893,97,99, 1905,07,09, 10	?
14. Oliveira, Diogo Urbano Correia d	1900,01	1891,92,93	-----	1892 a95,1904,08
15. Perfeito, José Maria Gonçalves	-----	-----	1897 a 1900, 1905 a 10	?
16. Perfeito, Manuel José Gonçalves	-----	-----	1893	?
17. Piçarra, José da Costa d'Aguilar	-----	1905 a 09	1891,92,93	1892,1904,08
18. Pinto, António Maria Ganço	-----	-----	1897	?
19. Pinto, Francisco da Gama Caeiro	-----	-----	1891,92,93	1892,93,
20. Pinto, Miguel Urbano Fialho	-----	1897	1893	1892,93,94,95, 1908
21. Pulido, Francisco Garcia	-----	-----	1893	1892,93,95,1904
22. Ribeiro, Marcos Cortes	-----	-----	1891 a 93, 1900 a 1904	?
23. Santiago, José J. da Costa Pinto	1893,97	-----	-----	?
24. Santos, Manuel Albino Azinhais	-----	1900,01	1902	?

Fontes: Livro de Actas da Câmara Municipal de Moura , 1891 - 1910; Livro de Actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura, 1892 - 1908. (ABMM)

Quadro II

Actividade profissional dos membros da elite política mourense (1853 - 1910)

	Nomes	Ciclo De Vida	1843-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900	1901-1910
1.	Abrantes, João António	1848 - [...]	-	Lavr. (67)	Lavr. (77)	Lavr. (81)	-	-
2.	Almeida, João de Brito Pimenta d'	1822 - 1886	Prop.(53)	Lavr.(65)/ Prop.(67)	Prop.(77)	Prop.(81)	-	-
3.	Almeida, José Augusto Jordão d'	1858? - [...]	-	-	Pároco (77)	Pároco (81)	Pároco (95)	-
4.	Altas Mórias, Visconde de	1841 - [...]	-	-	Prop.(78)	Prop.(81)	Prop.(95)	Prop.(04)
5.	Brito, Manuel Pires Lavado de	1826? - [...]	-	Bach.(67)	Prop.(78)	Prop.(81)	-	-
6.	Carrasco Junior, António Caeiro	1848 [...]	-	Log.(67)	Log.(77)	Log.(81)	Neg.(95)	Com.(04)
7.	Casqueiro, António Fialho	1817 - [...]	Lavr.(53)	Lavr.(69)	Lavr(75)Prop(78)	Prop.(81)	-	-
8.	Castro, Augusto Carlos Fialho e	1847 - [...]	-	-	Lavr.(77)	Prop.(81)	Prop.(95)	Prop.(04)
9.	Coelho, José Fialho	1826 - 1884	Prop.(53)	Lavr.(67)	Lavr.(77)	Lavr.(81)	-	-
10.	Falé, Anastácio Ramalho	1845? - [...]	-	-	-	Alfêres (86)	-	Major (04)
11.	Fernandes, Francisco Piteira	1843 - [...]	-	-	Lavr.(78)	Lavr.(81)	Prop.(95)	Prop.(08)
12.	Fernandes, Joaquim José Piteira	1840? - [...]	-	-	Prop.(78)	Prop.(81)	Prop.(95)	Lavr.(04)
13.	Ferreira, António Inácio Leite	1846 - [...]	-	Prop.(65)	Prop.(77)	Prop.(81)	-	-
14.	Fialho, António de Castro	1858 - [...]	-	-	-	Lavr.(81)	Lavr.(95)	Lavr.(04)
15.	Gama, Joaquim António Vidal da	- [...]	Adv.(43);prop.(53)	Prop.(65)	-	-	-	-
16.	Gomes, Carlos Augusto Fialho	1848 - 1900	-	-	Lavr.(77)	Lavr.(81)	-	-
17.	Gomes, Libânio António Fialho	1850 - 1910	-	-	-	Médico (81)	Médico (95)	Médico (04)
18.	Henriques, Manuel Fortunato Xavier	1829 - [...]	-	-	Prop.(78)	Prop.(81)	Prop.(95)	-
19.	Lampreia, João Maria de Sá Camelo	1824 - 1878	Escl.(53)	Lavr.(67)	Prop.(78)	-	-	-
20.	Lemos, António Maria Tovar de	1811 - [...]	Prop.(53)	Prop.(67)	Prop.(77)	Prop.(81)	-	-
21.	Machado, António Fialho	1843 - 1890	-	Bach.(67)	Lavr.(75/78)	Lavr.(81)	-	-
22.	Mata, José Caetano Nogueira da	1839? - [...]	-	-	Escl.(77)	Escl.(81)	Neg.(95)	Neg.(04)
23.	Mendonça, João Pedro de	[...]	-	Adm. Com(67)	Prop.(77)	-	-	-
24.	Negreiros, Antório José da Costa Bravo	[...]	Lavr.(53)	-	-	-	-	-
25.	Negreiros, Gaspar da Costa Bravo de	1846? - [...]	-	-	Lavr.(78)	Lavr.(81)	Lavr.(95)	Lavr.(04)
26.	Nogueira, José Maria	1800 - 1890	Prop.(57)	Prop.(67)	Adv.(78)	Prop.(81)	-	-
27.	Nunes, Matias Inácio	1823 - [...]	-	Neg.(67)	Log.(75)	Prop.(81)	Prop.(95)	-
28.	Oliveira, Diogo Urbano Correia d'	1851 - [...]	-	-	Agron.(77)	Agron.(81)	Agron.(95)	Agron.(04)
29.	Oliveira, José Miguel d'	1812? - [...]	Feit.(43); neg(53)	Prop.(67)	Prop.(77)	Prop.(81)	-	-
30.	Perfeito, José Maria Gonçalves	1857 - [...]	-	-	-	Neg.(81)	Com (95)	-

Nome(s) (cont.)	Ciclo De Vida	1843-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890	1891-1900	1901-1910
31. Perfeito, Manuel José Gonçalves	1844 - [...]	-	-	Neg/Prop.(78)	Log./prop. (81)	-	-
32. Piçarra, José da Costa d'Aguilar	1840 - [...]	-	Prop. (67)	-	Prop.(81)	Prop.(95)	Prop.(04)
33. Pinto, Francisco da Gama Caeiro	1854 - 1893	-	-	-	Lavr. (81)	-	-
34. Pinto, Francisco da Gama Vila Lobos	1827 - 1884?	Faz.(53)	Lavr.(65/67)	Lavr.(78)	-	-	-
35. Pinto, Manuel Vicente da Gama	1813 - 1884	Prop.(57)	Prop.(65)	Lavr.(75/78)	Lavr. (81)	-	-
36. Pinto, Miguel Urbano Fialho	1862? - [...]	-	-	-	-	Prop.(95)	Prop.(08)
37. Pulido, Francisco Garcia	1854? - [...]	-	-	Prop.(77)	Lavr.(81)	Prop.(95)	Prop.(04)
38. Ramalho, Domingos de Mira	1826? - [...]	-	Lavr. (67)	Lavr. (77)	Lavr.(81)	-	-
39. Raposo, João do Carmo	1823 - 1886	Log.(53)	Prop.(67)	Prop.(77)	Prop.(81)	-	-
40. Raposo, João Pimenta	1854 - [...]	-	-	-	Agron.(81)	Agron.(95)	-
41. Raposo, Martinho José	1815 - 1871	Prop.(53)	Prop.(67)	-	-	-	-
42. Ravasco, Francisco Limpo de Lacerda	1848? - [...]	-	-	Prop.(78)	Prop.(81)	Prop.(95)	Prop.(04)
43. Ribeiro, Eugénio Arnaldo de Barros	1835 - [...]	-	-	Cons.(75/77)	Cons.(81)	-	-
44. Ribeiro, Marcos Cortes	1831? - [...]	-	Alfaiate (67)	Alfaiate(78)	Alfaiate (81)	Alfaiate/ Prop(95)	Alfaiate/ Prop(04)
45. Rombo, José Maria de Gouveia Leitão	1822 - [...]	Escr.(53)	Prop. (67)	Prop.(78)	Prop.(81)	-	-
46. Salgueiro, José J. do Prado Fragoso T.	1822? - [...]	Prop.(53-57)	Prop.(67)	Adm. Con.(78)	Prop.(81)	-	-
47. Santiago, José Joaquim da Costa Pinto	1841 - [...]	-	-	Adv.(78)	Adm. Con.(80/81)	Adv.(93)	-
48. Santos, Manuel Albino Azinhais	1851 - [...]	-	-	Escr.(74)	Escr.(83)	Prop.(95)	Prop.(00)
49. Segurado, António Maria Fialho	1845? - 1882	-	-	Prop.(77)	Prop.(81)	-	-
50. Segurado, Eduardo Augusto	1843 - [...]	-	-	Lavr (75)	Prop.(81)	-	-
51. Ximênes, João da Guarda	1799 - 1873	Lavr (53)	Lavr (67)	Lavr (72)	-	-	-

Fonte: Livros de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura , 1853, 1857, 1865, 1867, 1874, 1875, 1877, 1878, 1881, 1893, 1895, 1904.

Legenda: Adv. = advogado; Agron. = agrônomo; Adm. Con. = Administrador do Concelho; Bach. = bacharel; Com. = comerciante; Escr. = escrivão; Faz. = fazendeiro; Feit. = feitor; Lavr. = lavrador; Log = logista ; Med. = médico; Neg. = negociante; Prop. = proprietário

Quadro III

A Elite Política Mourense: identificação, habilitações literárias e relação com a Sociedade “Círculo Mourense”

Nomes	Habilitações literárias	Sociedade “Círculo Mourense”
1. Abrantes, João António	Sabe ler e escrever	Sócio ordinário
2. Almeida, João de Brito Pimenta d'	Sabe ler e escrever	Sócio fundador
3. Almeida, José Augusto Jordão d'	Instrução secundária	Sócio ordinário
4. Altas Mórias, Visconde de	Instrução superior	Sócio ordinário
5. Brito, Manuel Pires Lavado de	Instrução superior	Sócio ordinário
6. Carrasco Junior, António Caeiro	Sabe ler e escrever	Sócio ordinário
7. Casqueiro, António Fialho	Sabe ler e escrever	Sócio fundador
8. Castro, Augusto Carlos Fialho e	Instrução secundária	Sócio ordinário
9. Coelho, José Fialho	sabe ler e escrever	Sócio fundador
10. Falé, Anastácio Ramalho	sabe ler e escrever	-
11. Fernandes, Francisco Piteira	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
12. Fernandes, Joaquim José Piteira	Instrução secundária	Sócio ordinário
13. Ferreira, António Inácio Leite	instrução superior	Sócio ordinário
14. Fialho, António de Castro	Instrução secundária	Sócio ordinário
15. Gama, Joaquim António Vidal da	instrução superior	Sócio fundador
16. Gomes, Carlos Augusto Fialho	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
17. Gomes, Libânio António Fialho	instrução superior	Sócio ordinário
18. Henriques, Manuel Fortunato Xavier	Instrução secundária	Sócio ordinário
19. Lampreia, João Maria de Sá Camelo	instrução superior	Sócio fundador
20. Lemos, António Maria Tovar de	instrução superior	Sócio fundador
21. Machado, António Fialho	instrução superior	Sócio ordinário
22. Mata, José Caetano Nogueira da	instrução secundária	Sócio ordinário
23. Mendonça, João Pedro de	instrução secundária	Sócio ordinário
24. Negreiros, António José da Costa Bravo de	sabe ler e escrever	-
25. Negreiros, Gaspar da Costa Bravo de	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
26. Nogueira, José Maria	instrução superior	Sócio fundador
27. Nunes, Matias Inácio	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
28. Oliveira, Diogo Urbano Correia d'	instrução superior	Sócio ordinário
29. Oliveira, José Miguel d'	instrução secundária	Sócio fundador
30. Perfeito, José Maria Gonçalves	sabe ler e escrever	-
31. Perfeito, Manuel José Gonçalves	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
32. Piçarra, José da Costa d' Aguilar	instrução secundária	-
33. Pinto, Francisco da Gama Caeiro	sabe ler e escrever	-
34. Pinto, Francisco da Gama Vila Lobos	sabe ler e escrever	-
35. Pinto, Manuel Vicente da Gama	sabe ler e escrever	-
36. Pinto, Miguel Urbano Fialho	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
37. Pulido, Francisco Garcia	sabe ler e escrever	-
38. Ramalho, Domingos de Mira	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
39. Raposo, João do Carmo	instrução secundária	Sócio fundador
40. Raposo, João Pimenta	instrução superior	Sócio ordinário
41. Raposo, Martinho José	sabe ler e escrever	Sócio fundador
42. Ravasco, Francisco Limpo de Lacerda	instrução superior	Sócio ordinário
43. Ribeiro, Eugénio Arnaldo de Barros	instrução superior	Sócio ordinário
44. Ribeiro, Marcos Cortes	sabe ler e escrever	-
45. Rombo, José Maria de Gouveia Leitão	instrução secundária	Sócio fundador
46. Salgueiro, José J. do Prado Fragozo Torres	instrução secundária	Sócio fundador
47. Santiago, José Joaquim da Costa Pinto	instrução superior	Sócio ordinário
48. Santos, Manuel Albino Azinhais	instrução secundária	Sócio ordinário
49. Segurado, António Maria Fialho	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
50. Segurado, Eduardo Augusto	sabe ler e escrever	Sócio ordinário
51. Ximenes, João da Guarda	sabe ler e escrever	Sócio ordinário

Fonte: Livros de recenseamento eleitoral, 1853-1895; Livro de sócios da Sociedade “Círculo Mourense”, 1853-1882.

Nome do contribuinte	Freg.	1867	1868	1875	1878	1881	1883	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1904
Segurado, António Maria Fialho	S. Agost.	-	70	100	130	85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurado, Eduardo Augusto	S. Agost.	-	-	89	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurado, Francisco da Paula Fialho	S. Agost.	-	-	83	230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silva, Bernardo Correia da	S. João	39	38	60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valente, Francisco Pereira	Sobral	-	-	-	-	-	48	50	51	75	78	120	114	114	119	134	134	-
Zorro, António José	S. Agost.	-	-	90	130	35	30	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: Freg. = Freguesia; Amarel. = Amareleja ; S. João = S. João Baptista; S. Agost. = Santo Agostinho ; S. Amad = Santo Amador
a) Não apresenta contribuição, apesar de ser assinalado como Maior Contribuinte.

Nota: Os rectângulos sombreados representam os cinco maiores contribuintes do concelho do respectivo ano.

Fontes: *Livros de Actas do Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura, 1867-1888; Livros de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura, 1881-1904;*

Quadro V

122

Lista de Sócios Fundadores da Sociedade “Círculo Mourense” (1853)

Nome	Data de admissão	Profissão	Maior Contribuinte	Elegível	Cargo Político - administrativo
António de Brito Pimenta	1853	Escrivão	-	-	-
António de Brito Pimenta d' Almeida	1853	Lavrador	1	1	-
António Cândido de Brito (Dr)	1853	Médico	-	1	-
António Carlos Sousa e Costa	1853	Proprietário	1	1	-
António Dias Rico	1853	Escrivão	1	-	-
António Fialho Casqueiro	1853	Lavrador	1	1	Vereador
António José Zorro	1853	Lojista	1*	1	-
António de Lemos Sousa e Castro	1853	Recebedor	1	-	-
António Maria Tovar de Lemos (Dr)	1853	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto
Bernardo Sanches Barreto de Gusman	1853	Proprietário	-	1	-
Domingos Maria Gavião Peixoto	1853	?	-	?	-
Fortunato António Xavier Henriques	1853	Médico	-	1	-
Francisco Augusto de Lemos Sousa e Castro	1853	Proprietário	1*	1	-
Francisco Lobo de Brito Guerreiro d'Aboim	1853	Proprietário	-	1	-
Francisco de Brito Pimenta d'Almeida	1853	Proprietário	1	1	-
Francisco Eduardo Rodrigues Manito (Dr)	1853	Proprietário	1	1	-
Francisco Justiniano de Sousa e Costa	1853	?	1*	?	-
Francisco Inácio d' Oliveira Marrecas	1853	Prior	-	-	-
Francisco Maria Pacheco	1853	Boticário	-	1	-
Francisco Pessanha de Mendonça Furtado	1853	Proprietário	1*	-	-
Francisco Severino d' Almeida Amaral	1853	?	-	-	-
Frederico Augusto Pereira de Moraes(Dr)	1853	?	-	-	-
Honório Augusto de Brito Mendonça	1853	?	1*	-	-
João Alexandrino de Sousa Queiroga	1853	Médico	1	1	-
João d' Almeida Grave	1853	Proprietário	1	1	Vereador
João de Brito Pimenta d' Almeida	1853	Proprietário	1	1	-
João do Carmo Raposo	1853	Lojista	1*	1	Vereador
João Maria de São Camelo Lampreia	1853	Escrivão	-	1	-
Joaquim António Correia d' Almeida	1853	?	1*	?	-
Joaquim António Pereira d' Almeida	1853	?	-	?	-
Joaquim António Vidal da Gama (Dr)	1853	Proprietário	1	1	-
Joaquim Gomes Coelho Quadros	1853	Proprietário	1	1	-
José Augusto de Sousa e Costa (Dr)	1853	Proprietário	1*	1	-
José António Valente	1853	Seareiro	-	-	-
José Avelino de Silva e Mata	1853	?	-	?	Juiz de Direito
José de Brito de Lobo da Mota	1853	?	-	?	-
José Cândido Pinto	1853	?	-	?	-
José Fialho Coelho	1853	Proprietário	1	1	Vereador
José Joaquim de Lemos Sousa e Castro	1853	Proprietário	1	1	-
José Joaquim Santiago	1853	Padre	-	-	-
José Joaquim de Sousa Lixa	1853	Escrivão	-	-	-
José Maria Crujeira	1853	Proprietário/ Padre	1	1	-
José Maria Nogueira (Dr)	1853	Proprietário	-	1	-
José Maria de Gouveia Leitão Rombo	1853	Escrivão	-	-	-

Nome (cont)	Data de admissão	Profissão	Maior Contribuinte	Elegível	Cargo Político - administrativo
José Miguel d' Oliveira	1853	Negociante	1	1	-
José Pires Lavado	1853	?	-	?	-
José Pimenta Calca	1853	Proprietário	1	1	-
José do Prado Fragoso Torres Salgueiro	1853	Proprietário	1*	1	-
Luis José Pereira e Horta	1853	?	-	-	-
Manuel José Xavier	1853	Professor	-	-	-
Martinho José Raposo	1853	Proprietário	1	1	-
Rodrigo José Correia d' Almeida	1853	Proprietário	1*	1	-
Rodrigo Limpo de Lacerda Ravasco	1853	Proprietário	1	1	-
Victaliano Gregório da Silva	1853	Fazendeiro	-	1	-

Legenda: 1= Sim; Escrivão⁽¹⁾ = escrivão da fazenda; Escrivão ⁽²⁾ = escrivão da administração; Escrivão 3= escrivão de direito; 1* =Parente em 1º grau de um maior contribuinte (Filho, irmão, neto, genro, cunhado)

Fontes: *Lista de Sócios da Sociedade " Círculo Mourense "*, 1853; *Livros de recenseamento eleitoral do concelho de Moura*, 1853.

Quadro VI

Lista de Sócios Ordinários da Sociedade " Círculo Mourense " (1876/77)

Nome	Data de admissão	Profissão	Maior Contribuinte	Elegível	Cargo Político - administrativo
Agostinho Bernardo Vidal da Gama	1873	Médico	1*	1	-
António Caeiro Carrasco, Junior	1875	Lojista	-	1	Vereador (76/77)
António de Brito Pimenta d'Almeida	1866	Proprietário	1*	1	-
António de Castro Fialho	1875	Lavrador	1*	1	-
António Dias Rico	1853	Escrivão ⁽¹⁾	-	1	-
António dos Santos Dias	1871	Professor	-	-	-
António Fialho Casqueiro	1853	Proprietário	1	1	-
António Fialho Machado (Dr)	1868	Lavrador	-	1	Procurador à Junta Geral (76); Presidente Câmara(76/77)
António Francisco da Gama Pinto	1864	Médico	1	1	-
António Inácio Leite Ferreira	1871	Proprietário	1	1	-
António Joaquim Bravo de Negreiros	1872	Lavrador	1	1	-
António Joaquim Coelho	1872	Padre	-	-	-
António José Zorro	1853	Lojista	1	1	-
António Maria Tovar de Lemos (Dr)	1853	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto(77)
Augusto Carlos Fialho e Castro	1869	Lavrador	1	1	Juiz de Direito Substituto(77)
Bernardo Sanches Barreto de Gusman	1864	Proprietário	1	1	-
Carlos Augusto Fialho Gomes	1864	Lavrador	1*	1	-
Diogo Urbano Correia d'Oliveira	1869	Agrónomo	1	1	Vereador (76/77)
Eduardo Augusto Segurado	1874	Proprietário	1	1	Vereador (76/77)
Eugénio Arnaldo de Barros Ribeiro (Dr)	1871	Conservador	-	1	-
Francisco Justiniano de Sousa e Costa	1874	Conservador/ Ajudante	-	1	-
Francisco Paula Fialho Segurado	1875	Lavrador	1	1	-
Francisco Piteira Fernandes	1866	Lavrador	1	1	Vereador(76/77)
Francisco Rodrigues Pires Lavado	1874	?	1*	?	-
Henrique Jorge de Paula	1874	Padre	-	-	-
João António Vidal da Gama	1876	Proprietário	1*	1	-
João d' Almeida Grave	1871	Proprietário	1	1	-

Nome (cont.)	Data de Admissão	Profissão	Maior Contribuinte	Elegível	Cargos Político - Administrativos
João do Carmo Raposo	1853	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto(77)
João Maria de Sá Camelo Lampreia	1853	Proprietário	-	1	-
João Pedro de Mendonça	1859	Proprietário	-	1	Vice-Presidente da Câmara (76/77)
Joaquim José Piteira Fernandes	1875	Proprietário	1	1	-
José Augusto de Castro Fialho	1869	?	1*	?	-
José Caetano Nogueira da Mata	1859	Escrivão ⁽²⁾	-	1	-
José Cândido Pinto	1866	Escrivão ⁽³⁾	-	-	-
José Dias Rico	1876	?	-	?	-
José do Prado Torres Salgueiro	1853	Proprietário	1	1	Administrador do Concelho (76/77)
José Fialho Coelho	1853	Lavrador	1	1	Juiz de Direito Substituto(77)
José Hipólito Braga	1873	Escrivão ⁽¹⁾	-	-	-
José Joaquim Costa Pinto Santiago (Dr)	1876	Advogado	-	1	-
José Maria Nogueira (Dr)	1866	Advogado	-	1	-
José Martins Caeiro	1866	Lojista	-	1	-
José Miguel d' Oliveira	1866	Proprietário	1	1	-
Manuel Albino Azinhais Santos	1876	Escrivão ⁽¹⁾	-	1	-
Manuel dos Santos Ramos (Dr)	1866	Advogado	-	1	-
Manuel Pires Lavado de Brito (Dr)	1858	Proprietário	-	1	-
Rafael António de Brito	1858	Lavrador	-	1	-
Rodrigo José Correia d'Almeida	1853	Proprietário	1	1	-
Rodrigo Limpo de Lacerda Ravasco	1873	Proprietário	1*	1	-

Legenda: 1= Sim; Escrivão⁽¹⁾ = escrivão da fazenda; Escrivão⁽²⁾ = escrivão da administração; Escrivão 3= escrivão de direito; 1* =Parente em 1º grau de um maior contribuinte (Filho, irmão, neto, genro, cunhado)

Fontes: *Lista de Sócios da Sociedade "Círculo Mourense", 1876/77; Livros de recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1876/77; Livros de Actas das sessões da Câmara Municipal de Moura, 1876/1877.*

Quadro VII

Sócios Ordinários da Sociedade "Círculo Mourense"- 1881/82

Nome	Data de admissão	Profissão	Maior Contribuinte	Elegível	Cargo Político - administrativo
Agostinho Bernardo Vidal da Gama	1873	Médico	1*	1	-
António Caeiro Carrasco Junior	1875	Lojista	-	1	Juiz de Direito Substituto(81)
António de Castro Fialho	1875	Lavrador	1*	1	Vereador (82)
António Dias Rico	1853	Escrivão ⁽¹⁾	-	1	-
António dos Santos Dias	1871	Professor	-	-	-
António Fialho Machado	1866	Lavrador	-	1	-
António Francisco Gama Pinto	1864	Médico	1*	1	-
António Joaquim Coelho	1872	Padre	-	-	-
António José Zorro	1853	Lojista	1	1	-
António Maria Cordeiro	1878	Proprietário	1	1	Vereador(81/82)
António Maria Tovar de Lemos	1853	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto(81)

Nome (cont.)	Data de admissão	Profissão	Maior Contribuinte	Elegível	Cargo Político - administrativo
Augusto Carlos Fialho e Castro	1869	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto(81); Procurador à Junta Geral (81/82)
Bernardo Sanches Barreto de Gusman	1875	Proprietário	1	1	-
Carlos Augusto Fialho Gomes	1880	Lavrador	1	1	-
Diogo Francisco da Mata Zorro	1864	?	1*	?	-
Diogo Urbano Correia d'Oliveira	1869	Proprietário	1	1	Vereador(81); Vice-Presidente da Câmara(82)
Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	?	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto(81)
Francisco Paula Fialho Segurado	1875	Lavrador	1*	1	-
Francisco Piteira Fernandes	1876	Lavrador	1	1	-
Gaspar da Costa Bravo Negreiros	1877	Lavrador	1	1	-
João do Carmo Raposo	1853	Proprietário	1	1	Juiz de Direito Substituto(81); Procurador à Junta Geral (81/82)
Joaquim José Piteira Fernandes	1875	Proprietário	1	1	Vereador (81)
Joaquim Pascoal de Faria	1879	?	-	?	-
José Augusto de Castro Fialho	1869	?	1*	?	-
José Caetano Nogueira da Mata	1859	Escrivão ⁽²⁾	-	1	-
José d' Arriaga Silveira	1879	?	-	?	-
José Dias Rico	1876	?	-	?	-
José do Prado Torres Salgueiro	1853	Proprietário	1	1	Administrador do Concelho(82)
José Fialho Coelho	1853	Lavrador	1	1	Presidente da Câmara (81)
José Hipólito Braga	1873	Escrivão ⁽¹⁾	-	-	-
José Joaquim da Costa Pinto Santiago	1876	Advogado	-	1	Administrador do Concelho(81)
José Miguel d' Oliveira	1866	Proprietário	1	1	-
Libânio António Fialho Gomes	1880	Médico	1*	1	-
Manuel Albino Azinhais Santos	1876	Fazendeiro	-	1	-
Manuel dos Santos Ramos	1866	Advogado	-	1	-
Manuel Pires Lavado de Brito	1858	Proprietário	-	1	-
Marcelino Pimenta Raposo	1877	?	1*	?	-
Rodrigo José Correia d'Almeida	1853	Proprietário	-	1	-
Visconde d' Altas Móras	?	Proprietário	1	1	-

Legenda: 1= Sim; Escrivão⁽¹⁾ = escrivão da fazenda; Escrivão ⁽²⁾ = escrivão da administração; Escrivão 3= escrivão de direito; 1* =Parente em 1º grau de um maior contribuinte (Filho, irmão, neto, genro, cunhado)

Fontes: Lista de Sócios da Sociedade " Circulo Mourense ",1881/82; Livros de recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1881/82; Livros de Actas das sessões da Câmara Municipal de Moura, 1881/ 1882.

Quadro VIII

Sócios extraordinários da Sociedade “ Circulo Mourense “
(1875)

Nomes
Alfredo Pereira Tovar de Lemos
António Caetano de Castro Calado (Dr)
António de Castro Fialho
António de Paula de Sousa Couceiro
António Fialho Machado (Dr)
António José d' Araujo
António Maria Tovar de Lemos, Junior (Dr)
António Severino Alves Galvão
António Xavier Pinto da Silva
Belchior de Vasconcelos Gusmão
Diogo Alexandre d' Almeida Soares
Diogo Francisco d' Affonseca Vivião Passanha
Eduardo Augusto Tovar de Lemos
Francisco Jerónimo Lima
Francisco Joaquim de Sá Camello Lampreia (Dr)
João Alexandrno de Sousa Queiroga
João Correia Sanches de Gusmão (Dr)
João Ernesto Lara
João José Zorro da Matta
João Limpo Pereira de Lacerda
João Maria Fialho Gomes
Joaquim José de Vasconcelos Gusmão (Dr)
Joaquim Marques Pereira (Dr)
José Augusto Cecilia Kool
José Fortunato Freire Themudo (Dr)
José Joaquim de Castro Guedes
José Victor da Costa Sequeira
Libânio António Fialho Gomes
Manuel José Fialho Gomes
Manuel Quaresma Limpo de Lacerda
Pedro Carrasco Guerra
Rodrigo Limpo Ravasco de Lacerda
Severino Augusto Bizarro

Quadro IX

127

Os Sócios dirigentes da Sociedade “ Círculo Mourense “ e a sua ocupação de cargos políticos e administrativos a nível local, regional e nacional

Anos	Sócios dirigentes	Ocupação de Cargo Político/Adm.
1856	Francisco de Brito Pimenta d' Almeida (presidente) Francisco de Brito Lobo Guerreiro d' Aboim (director) Domingos Maria Gavião Peixoto (director) Francisco Maria Pacheco (director)	- - - -
1857-1859	António Maria Tovar de Lemos (presidente) José do Prado Fragoso Torres Salgueiro (vice-presidente) Joaquim António Correia d' Almeida (director) Rodrigo José Correia d' Almeida (director) Francisco Justiniano de Sousa e Costa (secretário)	- - - - -
1860	António Maria Tovar de Lemos (presidente)	-
1861	José do Prado Fragoso Torres Salgueiro (presidente) João Maria de Sá Camelo Lampreia (vice - presidente) António José Zorro (director) José Caetano Nogueira da Mata (director)	1 - - -
1864	Francisco de Brito Pimenta d' Almeida (director) Domingos Maria Gavião Peixoto (director) Manuel Pires Lavado de Brito (director)	1 - 1
1866	António Fialho Machado (vice - presidente)	-
1867	Diogo Francisco da Mata Zorro (director) João Maria de Sá Camelo Lampreia (director)	- -
1868	Francisco da Mata Zorro (director) Francisco Anastácio Pulido (director)	- -
1869	António Maria Tovar de Lemos (presidente)	1
1870	José Miguel d' Oliveira (director) Libânio António Fialho Gomes (secretário)	- -
1871	Joaquim José Piteira Fernandes (director) António José Zorro (tesoureiro)	- -
1873/74	António Fialho Machado (presidente) João Maria de Sá Camelo Lampreia (vice - presidente) António de Brito Pimenta d' Almeida (tesoureiro) Diogo Urbano Correia d' Oliveira (secretário)	1 1 - 1
1875	Diogo Urbano Correia d' Oliveira (secretário)	1
1876	Augusto Carlos Fialho e Castro (secretário)	-
1878	Eugénio Arnaldo Barros Ribeiro (presidente) José Fialho Coelho (director) Libânio António Fialho Gomes (vice - presidente) António de Castro Fialho (secretário)	1 1 - -
1882	Manuel dos Santos Ramos (presidente) Augusto Carlos Fialho e Castro (secretário) Manuel Albino de Azinhais Santos (secretário)	- 1 -
1887	José Augusto de Castro Fialho (presidente) Diogo Urbano Correia d' Oliveira (director)	- -

Fontes: Livro de actas de reunião da direcção da Sociedade " Círculo Mourense ", 1856 - 1887; Quadros I - A,B,C,D apresentados em anexo

Legenda: 1= todos os individuos identificados com este número ocuparam no ano em que faziam parte dos corpos dirigentes do " Círculo Mourense " cargos políticos e administrativos (Juiz , Vereador, Presidente e Vice-presidente da Câmara, Deputado, Administrador do Concelho, Procurador à Junta Geral do Distrito)

QUADRO X

128

Titulares dos Principais Cargos Político - Administrativos do concelho de Moura: identificação e número de anos que ocupou o cargo

Nomes	Número de anos que ocupou o cargo de :								
	Pres. Cam.	Vice-Pres.	Verea	Juiz Sub.	Adm. Con.	Proc. Junta	Gover. Civil	Deput	Maior Contr.
1. Abrantes, João António	-	-	3	-	-	-	-	-	X
2. Almeida, João de Brito Pimenta d'	-	-	2	-	-	-	-	-	X
3. Almeida, José Augusto Jordão d'	-	-	4	-	-	-	-	-	X
4. Altas Mórias, Visconde de	2	-	-	4	-	-	-	-	X
5. Brito, Manuel Pires Lavado de	10	-	4	2	1 a)	-	-	4	X
6. Carrasco Junior, António Caeiro	-	-	2	1	-	-	-	-	X
7. Casqueiro, António Fialho	-	-	3	-	1	-	-	-	X
8. Castro, Augusto Carlos Fialho e	5	2	1	4	3	-	-	-	X
9. Coelho, José Fialho	3	-	6	4	-	-	-	-	X
10. Falé, Anastácio Ramalho	4	-	2	-	-	-	-	-	?
11. Fernandes, Francisco Piteira	-	3	3	-	-	-	-	-	X
12. Fernandes, Joaquim José Piteira	-	-	7	-	-	-	-	-	X
13. Ferreira, António Inácio Leite	-	-	9	1	-	-	-	-	X
14. Fialho, António de Castro	-	-	4	-	-	-	-	-	X
15. Gama, Joaquim António Vidal da	2	-	-	-	-	-	-	-	X
16. Gomes, Carlos Augusto Fialho	-	-	2	2	-	-	-	-	X
17. Gomes, Libânio António Fialho	6	-	-	-	-	-	1ª)	7	X
18. Henriques, Manuel Fortunato Xavier	-	-	2	-	-	-	-	-	X
19. Lampreia, João Maria de Sá Camelo	-	7	2	4	-	-	-	-	X
20. Lemos, António Maria Tovar de	-	-	-	12	-	-	1	-	X
21. Machado, António Fialho	-	-	2	2	-	5	-	1	X
22. Mata, José Caetano Nogueira da	4	-	-	1	-	2	-	-	X
23. Mendonça, João Pedro de	-	-	-	-	13	-	-	-	X
24. Negreiros, António José Costa Bravo	-	-	2	-	-	-	-	-	X
25. Negreiros, Gaspar da Costa Bravo de	-	4	4	-	-	-	-	-	X
26. Nogueira, José Maria	5	3	5	1	2	-	-	-	X
27. Nunes, Matias Inácio	-	-	12	-	-	-	-	-	X
28. Oliveira, Diogo Urbano Correia d'	2	7	4	2	-	4	-	-	X
29. Oliveira, José Miguel d'	-	-	7	1	-	-	-	-	X
30. Perfeito, José Maria Gonçalves	-	-	9	-	-	-	-	-	X
31. Perfeito, Manuel José Gonçalves	-	-	3	-	5	-	-	-	X
32. Piçarra, José da Costa d' Aguilar	1	7	4	-	-	-	-	-	X
33. Pinto, Francisco da Gama Caeiro	-	-	9	-	-	-	-	-	X
34. Pinto, Francisco da Gama Vila Lobos	-	-	7	-	-	-	-	-	X
35. Pinto, Manuel Vicente da Gama	-	-	2	-	-	-	-	-	X
36. Pinto, Miguel Urbano Fialho	-	1	3	-	-	-	-	-	X
37. Pulido, Francisco Garcia	-	-	2	-	-	-	-	-	X
38. Ramalho, Domingos de Mira	-	-	3	-	-	-	-	-	X
39. Raposo, João do Carmo	-	-	3	6	-	3	-	-	X
40. Raposo, João Pimenta	1	1	2	-	-	-	-	-	X
41. Raposo, Martinho José	-	-	6	3	-	2	-	-	X
42. Ravasco, Francisco Limpo de Lacerda	-	-	-	2	-	-	-	5	X
43. Ribeiro, Eugénio Arnaldo de Barros	-	-	1	-	-	2	-	-	?
44. Ribeiro, Marcos Cortes	-	-	8	-	-	-	-	-	X
45. Rombo, José Maria de Gouveia Leitão	-	-	2	-	-	-	-	-	X
46. Salgueiro, José J. do Prado Fragoso T.	-	2	-	8	7	-	1ª)	-	X
47. Santiago, José Joaquim da Costa Pinto	4	-	1	-	1	-	-	-	X
48. Santos, Manuel Albino Azinhais	-	-	1	-	5	-	-	-	X
49. Segurado, António Maria Fialho	-	-	2	-	-	-	-	-	X
50. Segurado, Eduardo Augusto	-	-	4	-	-	-	-	-	X
51. Ximenes, João da Guarda	-	2	1	-	-	-	-	-	X

Fontes: Livro de actas das sessões da Câmara Municipal, 1860-1908; Actas de revisão do recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1860-1898; Livro de actas das sessões da Junta Geral do Distrito de Beja, 1860-78; O Bejense, 1861-1896.

Legenda: Pres. Cam. = Presidente da Câmara Municipal; Vice-Pres. = Vice-Presidente da Câmara Municipal; Vereas. = Vereador da Câmara Municipal; Juiz Sub. = Substituto do Juiz de Direito da Comarca; Adm. Con. = Administrador do Concelho; Proc. Junta = Procurador da Junta Geral do Distrito; Gover. Civil = Governador Civil; Deput. = Deputado; Maior Contr. = Maior Contribuinte; a) substituto; ? = não foi possível identificar por não se ter tido acesso a todas as listas de maiores contribuintes entre 1860 e 1910.

Quadro XI

Os Eleitos para a Câmara de Deputados nas eleições legislativas de 1860 a 1910 :
identificação, partido a que pertenciam e número do circulo eleitoral em que se integrava o concelho de Moura

Data das Eleições	Nome(s) do(s) Eleito(s)	Partido	Nº do Circulo
<i>Janeiro de 1860</i>	Francisco Martins Pulido	?	142 (Moura)
<i>Abril de 1861</i>	?	?	142 (Moura)
<i>Setembro de 1864</i>	Manuel Pires Lavado de Brito	Oposicionista (Progr.)	142 (Moura)
<i>Julho de 1865</i>	Manuel Pires Lavado de Brito	oposicionista (Progr.)	142 (Moura)
<i>Março de 1868</i>	Manuel Pires Lavado de Brito	oposicionista (Progr.)	142 (Moura)
<i>Abril de 1869</i>	José Carlos Infante Passanha	Progressista	87 (Moura)
<i>Março de 1870</i>	José Carlos Infante Passanha	Progressista	87 (Moura)
<i>Setembro de 1870</i>	Augusto Faria	Avilista	87 (Moura)
<i>Julho de 1871</i>	Francisco de Sá Camelo Lampreia	Histórico	87 (Moura)
<i>Julho de 1874</i>	Francisco de Sá Camelo Lampreia	Histórico	87 (Moura)
<i>Outubro de 1878</i>	?	?	117 (Moura)
<i>Outubro de 1879</i>	Joaquim José Maria de Oliveira Vale	Progressista	117 (Moura)

Data das Eleições	Nome(s) do(s) Eleito(s) (cont.)	Partido	Nº do Circulo
<i>Agosto de 1881</i>	Conde da Foz	Regenerador	117 (Moura)
<i>Junho de 1884</i>	?	Maioria regeneradora	89 (Beja)
<i>Março de 1887</i>	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco; António José Pereira Borges; Pedro Vítor da Costa Sequeira	Maioria Progressista	89 (Beja)
<i>Março de 1890</i>	?	Maioria regeneradora	89 (Beja)
<i>Outubro de 1892</i>	Pedro Vítor da Costa Sequeira; Joaquim Alves Mateus; Libânio António Fialho Gomes	Maioria Progressista (?)	89 (Beja)
<i>Abril de 1894</i>	Libânio António Fialho Gomes	Progressista	110 (Moura)
<i>Novembro de 1895</i>	?	?	110 (Moura)
<i>Mai de 1897</i>	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	Progressista	110 (Moura)
<i>Novembro de 1899</i>	?	?	110 (Moura)
<i>Novembro de 1900</i>	Libânio António Fialho Gomes	Progressista	110 (Moura)
<i>Outubro de 1901</i>	Libânio António Fialho Gomes; João de Sousa Tavares; Joaquim António de Santana; Joaquim Faustino Poças Leitão; António de Sousa Pinto de Magalhães; Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	?	21 (Beja)

Data das Eleições	Nome(s) do(s) Eleito(s) (cont.)	Partido	Nº do Circulo
<i>Junho de 1904</i>	Libânio António Fialho Gomes; João Carlos de Melo Barreto; Joaquim António de Santana; Joaquim Faustino Poças Leitão; António de Sousa Pinto de Magalhães; Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	?	21 (Beja)
<i>Fevereiro de 1905</i>	?	?	21 (Beja)
<i>Abril de 1906</i>	?	?	21 (Beja)
<i>Agosto de 1906</i>	Libânio António Fialho Gomes; João de Sousa Tavares; José Joaquim de Castro; José Lopes Perestrelo de Vasconcelos; Manuel Duarte; Carlos Fuzeta; Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	?	21 (Beja)
<i>Abril de 1908</i>	?	?	?
<i>Agosto de 1910</i>	?	?	?

Fontes: O Bejense, 1864 a 1874, 1879, 1881, 1894 ; Actas de eleição e actas de apuramento eleitoral de 1887, 1889, 1892, 1897, 1900, 1901, 1904, 1906 (AGCB).

Quadro XII

132

Número de eleitores recenseados nas várias freguesias do concelho de Moura (1862/1910)

Freguesia \\ Anos	Amarel	Estrela	Pias	Póvoa	Safara	S.João	StAg	StAm	StoAlei	Sobral	Val de Vargo	Total
1862	187	20	183	88	111	306	222	52	87	116	55	1427
1864	227	19	165	87	151	325	241	53	115	141	66	1590
1865	139	18	170	77	142	333	247	52	94	124	64	1514
1866	220	15	168	88	140	330	254	56	100	135	68	1574
1867	200	22	139	84	128	311	221	47	99	121	60	1432
1868	319	35	174	162	136	323	248	60	95	185	79	1888
1869	292	19	166	123	130	306	228	52	85	146	77	1624
1870	287	20	200	125	167	324	273	59	111	175	63	1863
1871	304	20	240	120	172	399	260	65	110	176	70	1936
1872	300	20	254	119	171	434	273	65	109	175	69	1989
1873	302	23	244	119	170	430	277	60	109	178	70	1982
1875	346	23	271	118	185	423	299	72	133	209	36	2115
1876	417	24	295	127	188	422	328	85	137	211	90	2324
1877	405	21	276	118	188	415	315	82	137	214	91	2262
1878	713	34	577	209	418	741	478	131	328	320	192	4144
1881	573	28	567	188	275	584	465	122	332	255	50	3439
1886	564	a)	521	203	355	666	403	d)	317	278	143	3450
1888	597	a)	526	197	371	577	409	d)	328	275	154	3295
1889	601	b)	545	237	376	580	417	d)	335	299	154	3544
1891	705	b)	616	262	293	613	450	102	330	316	153	3830
1893	746	b)	682	286	289	638	454	105	345	331	167	4043
1894	754	b)	697	279	288	586	414	101	343	336	174	3912
1895	719	b)	648	278	273	567	403	102	323	337	125	3775
1895 e)	249	7	187	92	119	353	221	32	96	152	62	1574
1897	239	7	167	85	107	319	207	33	89	143	53	1449
1898	239	7	c)	85	107	319	207	33	89	143	c)	1229
1900	263	b)	c)	101	118	333	214	33	97	138	c)	1297
1901	261	b)	c)	108	138	392	242	42	105	150	c)	1438
1902	299	b)	c)	111	163	418	291	60	123	176	c)	1641
1904	319	b)	c)	106	152	403	280	58	118	168	c)	1604
1905	371	b)	c)	142	180	498	321	69	142	191	c)	1614
1906	365	b)	c)	144	175	479	309	66	139	186	c)	1863
1907	360	b)	c)	144	169	481	310	65	138	188	c)	1855
1908	376	b)	c)	162	181	502	312	63	148	197	c)	1941
1909	362	b)	c)	154	176	479	296	61	144	188	c)	1860
1910	357	b)	c)	151	170	467	293	57	143	182	c)	1820

Fontes: Actas de recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1888 -1895 ; livro de recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1862, 1864-1873, 1875-1881 (ABMM)

Legenda: Amarel = freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Amareleja; Estrela = freguesia de Nossa Senhora da Estrela; Pias = freguesia de Santa Luzia das Pias; Póvoa = freguesia de S. Miguel da Póvoa; Safara = freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Safara; S. João = freguesia de São João Baptista de Moura; StAg = freguesia de Santo Agostinho de Moura; StAm = freguesia de Santo Amador ; Sto Ale = freguesia de Santo Aleixo da Restauração; Sobral = freguesia de S. Pedro do Sobral; Val de Vargo = freguesia de São Sebastião de Val de Vargo; a) entre 1886 e 1888 esta freguesia foi anexada à de Amareleja; b) desde 1889 até 1910 a freguesia da Estrela foi anexada à freguesia da Póvoa; c) a partir de 18 as freguesias de Pias e de Val de Vargo passaram para o concelho de Serpa ; d) entre 1886 e 1889 a freguesia de Santo Amador esteve ligada a Safara; 1895 e) = os dados apresentados correspondem ao número de eleitores que foram recenseados após a Lei eleitoral de 1895

Quadro XIII

Categoria profissional dos eleitores recenseados como *chefe de família* ao abrigo da Lei eleitoral de Maio de 1878
(1878)

Profissões	Freguesias	Amareleja	Estrela	Pias	Póvoa	Safara	Santo Agostinho	Santo Aleixo	Santo Amador	São João Baptista	Sobral	Val de Vargo	Total
Abegão	-	-	-	1	-	-	1	3	-	-	1	2	8
Alfaiate	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Albardeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Almocreve	-	-	4	-	-	-	4	8	-	18	-	-	34
Bojeiro	2	-	1	-	-	-	1	-	-	7	-	-	11
Cabreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Cantoneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Feitor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Ferreiro	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	1	5
Ganadeiro	-	-	1	-	-	-	1	38	-	6	-	-	48
Guarda	1	-	-	-	-	-	4	2	-	13	-	1	21
Hortelão	-	-	-	-	-	-	5	-	-	10	-	-	15
Jornaleiro	292	9	224	89	-	82	119	84	38	192	85	88	1302
Lagareiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5	-	-	6
Lavrador	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Lojista	-	-	1	-	-	-	2	-	-	1	1	-	5
Moleiro	-	-	4	-	-	-	2	1	1	2	-	2	12
Oleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Pastor	1	-	1	-	-	3	-	8	1	10	2	-	26
Pedreiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5	1	-	7
Porqueiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	6	-	-	7
Proprietário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	6
Sacristão	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Sapateiro	-	-	8	-	-	-	8	5	1	15	3	1	41
Seareiro	5	-	18	1	-	8	3	32	2	-	7	8	84
Serralheiro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Tendeiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	3
Vaqueiro	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	4
Total		301	11	268	90	93	156	182	45	307	108	103	1664

Fonte: Caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1878 (ADB)

Quadro XIV

Categoria profissional dos eleitores recenseados como "chefes de família" ao abrigo da Lei Eleitoral de Maio de 1878
(1881)

Profissões	Freguesias	Amareleja	Estrela	Pias	Póvoa	Safara	Santo Agostinho	Santo Aleixo	Santo Amador	São João Baptista	Sobral	Val de Vargo	Total
Abegão				3		2				5			10
Carpinteiro										2			2
Criado		84		67	19	16	39	20	29	29	4	30	308
Escrevente										1			1
Ferreiro										2			2
Ganadeiro		3								1			4
Guarda										2			2
Hortelão				1			3			6			10
Jornaleiro		59	7	124	25	45	64	59	21	133	12	25	574
Lavrador							1						1
Lojista						1							1
Oleiro										2			2
Pastor								2					2
Proprietário							1						1
Sapateiro		1		2			2			7	1		13
Seareiro		6		6	2	11	2	27	2	3	3		62
Vendedeiro										1			1
Total		153	7	203	46	75	112	108	52	194	20	55	1025

Fonte: Livros de Recenseamento eleitoral do concelho de Moura, 1881 (BMM)

Quadro XV

Lista de membros das comissões de recenseamento eleitoral do concelho de Moura
(1861 - 1900)

Nome	Presidente	Vice - Presidente	Vogal
Aboim, Francisco de Brito Lobo Guerreiro d'	-----	-----	1890
Abrantes, João António	1890, 1892	1891	1884
Abrantes, João Maria	-----	-----	1865, 1867
Almeida , António de Brito Pimenta	-----	-----	1868
Almeida, Francisco Jordão d'	-----	-----	1889, 1890, 1894
Almeida, Joaquim António Correia d'	-----	-----	1864,1866,1868
Almeida, Rodrigo José Correia d'	-----	-----	1862, 1865,1869, 1873
Altas Móras, Visconde de	-----	-----	1881, 1887
Brito, Francisco Fialho de	-----	-----	1877, 1881, 1885
Brito, Manuel Pires Lavado de	1864	-----	-----
Brito, Rafael António de	-----	-----	1866,68
Camacho, Francisco Joaquim	-----	-----	1881
Carrasco, Manuel Caeiro	-----	-----	1875, 1878
Carvalho, Francisco Joaquim de	-----	-----	1877
Casqueiro, António Fialho	-----	-----	1862, 1865, 1881
Castro, Augusto Carlos Fialho e	1880, 1884	1888, 1889	1878, 1882
Coelho, José Fialho	-----	-----	1877
Costa , Joaquim José de Santana e	-----	-----	1861, 1864, 1880
Falcato, Joaquim Maria	-----	-----	1866
Falé, José Jacinto Pais de Matos	-----	-----	1889
Fernandes, Francisco Piteira	-----	-----	1867, 1879
Fernandes, Joaquim Piteira	-----	-----	1868, 1873
Ferreira, António Inácio Leite	-----	-----	1877,1878
Furtado, José M ^a Pessanha Mendonça	-----	-----	1867,1869
Galamba, Manuel de Jesus	-----	-----	1884,1887 a1895
Gama, João António Vidal da	-----	-----	1879
Gama, Joaquim António Vidal da	1863	-----	-----
Gomes, Carlos Augusto Fialho	-----	-----	1883, 91
Gomes, Libânio António Fialho	-----	-----	1880
Gusman , Bernardo Sanches	-----	1861	1868
Henriques, Manuel Fortunato Xavier	-----	-----	1870, 1883,1883, 1885 a 1887
Lampreia, João M^a de Sá Camelo	1873	-----	1864, 1870
Machado, António Fialho	1866	1865	1882 a 1886
Mata, José Caetano Nogueira da	1887, 1888	-----	1893
Matos, Francisco Pedro de	-----	-----	1861
Mendonça, João Pedro de	1875, 1878	-----	-----
Mira, José Duarte Ferreira de	-----	-----	1888, 1889
Nogueira, José Maria	1868, 1877	1866, 1867	-----
Nunes, Matias Inácio	-----	-----	1888 a 1892
Oliveira, Diogo Urbano Correia d'	1879	1894, 1895	1881, 1882,1884 a 1892
Oliveira, José Miguel Correia d'	-----	-----	-----
Oliveira, José Miguel d'	-----	1880	-----
Oliveira, Valentim Nunes	-----	-----	1895

Nome (cont.)	Presidente	Vice - Presidente	Vogal
Penedo, António Manuel	-----	-----	1861
Perfeito, José Maria Gonçalves	-----	-----	1900
Perfeito, Manuel José Gonçalves	-----	-----	1882, 1883, 1891, 1892
Piçarra, José da Costa de Aguiar	-----	-----	1887, 1888, 1890
Pinto, André M ^a Ferreira Vila Lobos	-----	-----	1869
Pinto, Francisco da Gama	-----	-----	1861
Pinto, Francisco da Gama Caeiro	1889, 1891	1892	1886, 1888
Pinto, Francisco da Gama Ganso	-----	-----	1877, 1881, 1885, 1887
Pinto, Francisco da Gama Vila Lobos	-----	-----	1879
Pinto, Manuel Vicente da Gama	-----	-----	1863
Pinto, Miguel Urbano Fialho	-----	-----	1900
Pulido, Francisco Anastácio	-----	-----	1861
Ramos, Manuel dos Santos	1862, 1865, 1867, 1869	-----	-----
Raposo, João do Carmo	-----	-----	1878, 1880, 1882
Raposo, João Pimenta	1885, 1886	1887	1883, 1890, 1893, 1894
Raposo, Manuel do Carmo	-----	-----	1861, 1875
Raposo, Marcelino Pimenta	-----	-----	1893 a 1895
Raposo, Martinho José	-----	-----	1861
Ravasco, Francisco Limpo de Lacerda	-----	-----	1880, 1882, 1884
Ribeiro, Marcos Cortes	-----	-----	1878, 1895
Rombo, José M^a de Gouveia Leitão	-----	-----	1862, 1866, 1867
Salgueiro, José do Prado F. Torres	1881	1868	-----
Santiago, José Joaquim da Costa Pinto	1894, 1898	-----	1883 a 1886
Santos, Manuel Albino Azinhais	1900	-----	-----
Segurado, António Maria Fialho	-----	-----	1869
Segurado, Eduardo Augusto	-----	-----	1878, 1880
Segurado, Francisco da Paula Fialho	-----	1877, 1881	1865
Ximenes, João da Guarda	-----	-----	1862, 1867, 1869
Zorro, António José	-----	-----	1863, 1878

Fontes: Livros de Actas da Comissão de Revisão do Recenseamento Eleitoral, 1861 - 1875, 1877-1900. (ABMM)

Legenda: Numa cor mais escura estão identificados os membros das comissões que pertenciam à elite política local do concelho de Moura entre 1860 e 1910.

Quadro XVI

137

As assembleias eleitorais do concelho de Moura e respectivas freguesias
(1861 - 1901)

Anos	Assembleias	Freguesias
1861-1868	S. João Baptista	S. João Baptista Santo Agostinho
	Amareleja	Amareleja Safara Santo Aleixo Estrela Póvoa
	Pias	Sobral Pias Orada Val de Vargo
	<i>Total</i>	3
1881 - 1889	S. João Baptista	S. João Baptista Santo Agostinho
	Amareleja	Amareleja Estrela Póvoa
	Pias	Pias Orada Val de Vargo
	Safara	Santo Amador Safara Santo Aleixo Sobral
	<i>Total</i>	4 <i>Total</i> 12
1897	S. João Baptista	S. João Baptista Val de Vargo Santo Agostinho Pias Póvoa Estrela
	Safara	Safara Barrancos Amareleja Sobral Santo Amador Santo Aleixo
	<i>Total</i>	2 <i>Total</i> 12
1899 - 1901	S. João Baptista	S. João Baptista Santo Agostinho
	Amareleja	Amareleja Póvoa Estrela
	Safara	Safara Sobral Santo Aleixo Santo Amador
	<i>Total</i>	3 <i>Total</i> 9

Fonte: Cadernos Eleitorais do concelho de Moura, 1861-1868, 1881-1889, 1897, 1899-1901 (ADB)

Quadro XVII

138

As assembleias eleitorais do concelho de Moura nas eleições para vereadores da Câmara Municipal: identificação dos membros das mesas eleitorais, funções desempenhadas e data da eleição (1867 - 1908)

Nome:	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
Adelino José Caetano	1881 (4)	Amareleja
Adriano Ferreira Neto Padre	1867 (2)	Safara
Agostinho Aresta Jorge	1877 (3); 1878 (3); 1881 (3); 1904 (4)	Amareleja
Álvaro Mendes Fialho	1878 (4); 1881 (4)	S. João
Amandio José Rogado, Sénior	1875 (2)	Pias
Anastácio Ramalho Falé	1904 (1); 1908 (1)	S. João; Amareleja
António Agostinho Lopes	1904 (3), 1908 (2)	Amareleja
António Branco Santana	1892 (2)	Amareleja
António de Brito Pimenta	1878 (4)	Safara
António Dias Rico	1867 (3)	S. João
António dos Santos Martins	1895 (4)	Pias
António Duarte, Junior	1900 (4)	S. João
António Falé Ramalho	1867 (3)	S. João
António Fialho Machado	1877 (1)	S. João
António Fialho Prego	1900 (3)	Safara
António Fialho Rodrigues	1881 (2)	Safara
António Francisco d' Oliveira Galamba	1904 (4)	S. João
António Francisco Pança	1875 (3); 1877(2); 1878 (2); 1881(4)	Amareleja
António Garcia Salgueiro	1878 (4)	Amareleja
António Inácio Leite Ferreira	1878 (1)	Amareleja
António Joaquim Pereira	1881 (4)	Safara
António José Marvão Junior	1900 (2)	Amareleja
António Manuel Travelho	1900 (2)	S. João
António Marciano Rodrigues Acabado	1908 (4)	Safara
António Maria Rebelo	1895 (4)	S. João
António Maria Santiago	1892 (4)	S. João
António Mariano Fortes Acabado	1892 (4)	Pias
António Monteiro Caeiro	1878 (4)	Safara
António Pelina	1908 (4)	Amareleja
António Rodrigo Caeiro	1877 (2)	Amareleja
António Rodrigues Janeiro	1867 (2)	Pias
António Rodrigues Rogado	1867 (3)	Pias
Augusto Carlos Fialho e Castro	1878 (1); 1881 (4)	S. João
Bento António Espada	1892 (3)	Pias
Bento Carrasco Baião	1892 (4)	Pias
Caetano José de Carvalho	1867 (3)	Safara
Carlos Inácio de Campos	1867 (4)	S. João
Carlos Monteiro Bravo de Negreiros	1892 (2); 1900 (2)	Safara
Diogo José Moreno	1878 (4)	Pias
Diogo Urbano Correia d' Oliveira	1881 (1); 1892 (1)	Safara; Amareleja
Domingos d' Almeida e Silva	1892 (3)	Amareleja
Domingos Maria da Mata	1892 (2)	Pias
Domingos Rodrigues Acabado	1908 (4)	Safara

Nome: (cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
Eduardo Augusto Segurado	1878 (1)	Pias
Estevão Mendes Janeiro	1867 (1); 1875 (1); 1877 (1)	Pias
Eufrázio Caetano Bossa	1892 (4); 1895 (4)	Safara
Ezequiel Joaquim de Carvalho	1878 (3)	Safara
Francisco António de Carvalho	1877 (2); 1878 (2); 1881 (3); 1892 (2); 1895 (2); 1900 (3)	S. João
Francisco Borrhalho	1900 (2); 1904 (4)	Safara
Francisco Brás Rogado	1875 (3); 1877 (3); 1878 (3)	Pias
Francisco Caeiro Vieira	1881 (2)	Amareleja
Francisco Coelho Acabado	1908 (2)	Safara
Francisco da Silva	1904 (3); 1908 (2)	Amareleja
Francisco de Carmo Raposo Lúcio	1895 (1)	Pias
Francisco de Paula Fialho Segurado	1881 (1)	S. João
Francisco de Paula Pacheco	1904 (4)	S. João
Francisco dos Santos Agostinho	1904 (4)	Safara
Francisco dos Santos Lebre	1881 (4); 1892 (2); 1900 (2)	Amareleja
Francisco Fialho de Brito	1881 (1)	Amareleja
Francisco Garcia Pulido	1878 (2); 1881(4)	Amareleja
Francisco Grosso dos Reis	1904 (2); 1908 (3)	Amareleja
Francisco Joaquim Nunes	1904 (3)	S. João
Francisco Justiniano de Lemos Sousa e Castro	1877 (2); 1881(2)	S. João
Francisco Manuel Espada Zorro	1877(3); 1878(3)	Pias
Francisco Pedro de Matos	1867 (1)	Amareleja
Francisco Rodrigues Pires Lavado	1867 (4)	Safara
Francisco Simões de Miranda	1895 (2); 1904 (2); 1908 (3)	Safara
Jacinto Conde Cardoso	1867 (2); 1878(4); 1892 (3);	Amareleja
Jacinto Pais de Mendonça Furtado	1878 (2)	S. João
João António Abrantes	1892 (1)	S. João
João António Vidal da Gama	1878 (4)	S. João
João Caeiro Limpo	1867 (2)	Safara
João Fortunato Serra	1867 (2); 1875 (3)	S. João
João Maria Cordeiro	1908 (4)	S. João
Joaquim Amante	1867 (2)	Amareleja
Joaquim António Abrantes	1881 (3); 1892 (1); 1895 (1)	Safara
Joaquim António Acabado	1878 (2); 1881(3)	Safara
Joaquim da Costa	1908 (3)	S. João
Joaquim Maria Falcato	1867 (2)	S. João
Joaquim Marques de Faria	1892 (4); 1895 (3); 1900 (3); 1904 (3)	Safara
Joaquim Santana Cipriano	1875 (3); 1877(3); 1878 (3); 1900 (3)	Amareleja
Jorge Martins Pinheiro	1904 (4)	Amareleja
José Agostinho	1900 (4)	Safara
José Alexandre Barradas	1895 (3); 1900 (4) : 1904 (3); 1908 (3)	Safara
José António de Carvalho	1904 (1)	Amareleja
José António Vidal da Gama	1908 (4)	S. João
José Avelino de Carvalho	1878 (2)	Pias
José Baptista	1867 (3)	Safara
José Bernardo Pires Lavado	1881 (2); 1892 (3)	Safara
José Bernardo Ravasco	1878 (4); 1895(4)	Safara
José Daniel Fortes	1875 (2); 1878 (4)	Amareleja
José Dias Rico	1875 (2); 1877(3); 1878 (3); 1892 (3)	S. João
José do Carmo Namorado	1881 (4)	Safara

Nome: (cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
José Duarte Ferreira de Mira	1892 (2); 1900 (3)	S. João
José Fialho Prego	1867 (3); 1875 (1)	Amareleja
José Francisco Caeiro	1867 (4)	Pias
José Francisco da Costa Torres	1867 (3); 1875 (3)	Pias
José Francisco Ravasco d' Almeida	1878 (4)	Amareleja
José Garcia Esteves	1877 (1)	Amareleja
José Gaspar Garcia	1892 (3)	Safara
José Jacinto Pais de Matos Falé	1881 (4)	S. João
José Jacinto Pessanha de Mendonça Furtado	1875 (3); 1878 (3)	S. João
José Joaquim Candeias	1895 (3)	S. João
José Joaquim da Costa Pinto Santiago	1895 (1)	S. João
José Maria da Conceição	1878 (3)	Safara
José Maria Gonçalves Perfeito	1892 (3); 1895 (2); 1900 (2); 1904 (2); 1908 (2)	S. João
José Maria Moita	1867 (2); 1877(2); 1878 (2)	Pias
José Martins Caeiro	1867 (1)	Safara
José Mestre Perfeito	1904 (2)	Safara
José Miguel Correia d' Oliveira	1900 (1)	Amareleja
José Miguel d' Oliveira	1875 (1)	S. João
José Miguel Fialho Rodrigues	1867 (4)	Safara
José Pedro Alves	1908 (2)	S. João
José Pires Lavado Rodrigues	1878 (4); 1881(4)	Safara
José Ponces	1892 (4)	Amareleja
José Silvestre Baptista Limpo	1892 (2); 1895 (2)	Safara
José Simões Ferreira	1908 (1)	Safara
José Vicente Pais	1900 (4)	Amareleja
Lourenço Dias	1875 (2)	Amareleja
Lourenço Martins de Carvalho	1895 (2)	Pias
Manuel Albino de Azinhais Santos	1877 (3); 1878 (4); 1881 (3); 1900 (1)	S. João
Manuel Baleiro	1900 (4)	Amareleja
Manuel Caeiro Gonçalves	1892 (3); 1895 (3)	Pias
Manuel Carneiro Caetano	1908 (3)	Amareleja
Manuel de Jesus Galamba	1881 (2); 1892 (1)	S. João Pias
Manuel do Carmo Raposo	1881 (4)	S. João
Manuel dos Santos Janeiro	1875 (2); 1877(2) 1878 (4)	Pias
Manuel dos Santos Ramos	1867 (1)	S. João
Manuel Francisco Borges	1892 (2); 1895 (2)	Pias
Manuel Machado	1895 (3)	Pias
Manuel Marques Duque	1904 (1); 1908 (2)	Safara
Manuel Martins Pinheiro	1904 (4)	Amareleja
Manuel Martins Serrano	1881 (2); 1900 (3); 1904 (2)	Amareleja
Manuel Verissimo Rita	1908 (4)	Amareleja
Marcelino António Ramos	1867 (3)	Amareleja
Marcos Cortes Ribeiro	1878 (1); 1904 (2); 1908 (1)	Safara
Matias Inácio Nunes	1867 (4); 1875 (2); 1878 (4); 1892 (4); 1895 (3)	S. João
Miguel Urbano Fialho Pinto	1900 (1)	Safara
Pedro Augusto Escoria	1892 (4)	Amareleja
Rafael António Gonçalves	1878 (2); 1881(4)	Safara
Rafael Mendes Janeiro, Júnior	1878 (4)	Pias

Nome: (cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
Rafael Rodrigues Janeiro	1878 (4)	Pias
Sebastião Dias Rico	1908 (3)	S. João
Silvestre Gomes Hipólito	1895 (4)	Pias
Teodorico Arnaldo Fallé	1900 (4); 1908 (3)	S. João

Fonte: *Cadernos eleitorais com actas da constituição das mesas das assembleias eleitorais de S. João Baptista, Amareleja, Safara e Pias, nas eleições para vereadores da Câmara Municipal de Moura de 29 de Dezembro de 1867, 28 de Novembro de 1875, 25 de Novembro de 1877, 4 de Agosto de 1878, 6 de Novembro de 1881, 6 de Novembro de 1892, 8 de Dezembro de 1895, 18 de Novembro de 1900, 6 de Novembro de 1904, 1 de Novembro de 1908. (ADB)*

Legenda: (1) = Presidente da mesa da assembleia eleitoral e membro da comissão de recenseamento eleitoral
 (2) = Escrutinador da mesa da assembleia eleitoral
 (3) = Secretário da mesa da assembleia eleitoral
 (4) = Revesador (suplente) da mesa da assembleia eleitoral

Nota: Junto à data de cada eleição, o número entre os parênteses () corresponde à função que desempenhou na mesa da assembleia eleitoral da qual fez parte.

Quadro XVIII

As assembleias eleitorais do concelho de Moura nas eleições para a Câmara de Deputados: identificação dos membros das mesas eleitorais, funções desempenhadas e data da eleição (1861 - 1906)

Nome:	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
Agostinho Aresta Jorge	1864 (3); 1865 (3); 1881 (3); 1904 (4)	Amareleja
Alvaro Limpo Baptista	1904 (2)	Safara
Alvaro Mendes Fialho	1881 (4)	S. João
Amandio José Rogado	1864 (4); 1865 (4); 1868 (4)	Pias
André Maria Ferreira Vila Lobos	1868 (2)	S. João
António Agostinho Lopes	1904 (2); 1906 (2)	Amareleja
António Branco de Santana	1889 (3)	Amareleja
António Cândido Garradas	1900(2)	S. João
António Dias Rico	1864 (3); 1865 (3); 1868 (2)	S. João
António dos Anjos Santana	1900 (2)	Amareleja
António dos Santos d' Almeida	1868 (4)	S. João
António dos Santos Dias	1864 (2)	S. João
António Fialho Janeiro	1889 (4)	Safara
António Francisco Raposo	1887 (4)	S. João

Nome: (cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
António Franco Pança	1887 (4)	Amareleja
António Garcia Salgueiro	1881(4); 1889 (4); 1900 (1)	Amareleja
António Guinapo Ferreira	1906 (4)	Amareleja
António Inácio Nunes	1868 (4)	Amareleja
António José Martinho	1899 (1); 1900 (3)	Safara
António Luís Simões	1899 (2) :1900 (3)	Amareleja
António Manuel da Palma	1881 (4)	Safara
António Maria d' Almeida Raio	1889 (2)	S. João
António Maria d' Almeida Rodrigues	1887 (2)	S. João
António Maria Santiago	1887 (4); 1892 (4); 1900 (4)	S. João
António Monteiro	1861 (3)	Amareleja
António Pedro Rogado	1868 (4)	Pias
António Rodrigues Janeiro	1861 (3); 1864 (2); 1865 (2); 1868 (2); 1887 (4)	Pias
António Rodrigues Moita	1889 (2)	Pias
António Rodrigues Rogado	1864 (3); 1865 (3); 1868 (3)	Pias
Bento António Espada	1892 (2)	Pias
Bento Carrasco Júnior	1889 (4); 1892 (3)	Pias
Bento Maria Machado	1868 (4)	Pias
Caetano José de Carvalho	1868 (3)	Amareleja
Carlos Monteiro Bravo de Negreiros	1889 (2); 1892 (2); 1901 (2); 1906 (2)	Safara
Diogo José Moreno	1861 (2); 1865 (4); 1881 (2)	Pias
Diogo Urbano Correia d' Oliveira	1881 (1); 1887 (1); 1889 (1)	Safara Amareleja
Domingos Aresta Jorge	1900 (4)	Amareleja
Domingos Barreto Garcia	1881 (3)	Amareleja
Domingos Guinapo	1861 (4)	Amareleja
Eufrásio Caetano Bossa	1892 (2); 1901 (4); 1906 (4)	Safara
Francisco Anastácio Pulido	1861 (1)	Pias
Francisco António de Carvalho	1881 (4); 1887 (3)	S. João
Francisco António de Castro	1900 (1)	S. João
Francisco Borralho	1881 (4); 1904 (4)	Safara
Francisco Caeiro Vieira	1881 (2)	Amareleja
Francisco Coelho Acabado	1906 (2)	Safara
Francisco da Gama Caeiro Pinto	1889 (1)	S. João
Francisco da Gama Ganso Pinto	1881 (1); 1887 (1)	Pias
Francisco da Paula Fialho Segurado	1881 (1)	S. João
Francisco da Silva	1887 (4); 1899 (3); 1901 (2); 1904 (2)	Amareleja
Francisco de Assis Preto	1881 (2)	Pias
Francisco de Paula Pacheco	1900 (4) ; 1904 (4)	S. João
Francisco dos Santos Agostinho	1900 (4); 1901 (4)	Safara
Francisco dos Santos Lebre	1881 (4); 1887 (2); 1889 (2); 1901 (4)	Amareleja
Francisco Fialho de Brito	1881 (1)	Amareleja
Francisco Grosso Reis	1901 (3); 1904 (3)	Amareleja
Francisco Justiniano de Lemos e Costa	1881 (2); 1892 (3)	S. João
Francisco Manuel Espada Zorro	1887 (3); 1889(3)	Pias
Francisco Pessanha Mendonça Furtado	1887 (2)	S. João
Francisco Romão Fragoso	1892 (4)	Pias
Francisco Borralho	1906 (4)	Safara

Nome: (Cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
Inácio Augusto de Carvalho	1900 (4)	Amareleja
João António Abrantes	1892 (1)	S. João
João António Vidal da Gama	1899 (2); 1901 (4)	S. João
João Baptista Caeiro Cebolinho	1864 (4)	Amareleja
João Fortunato Serra	1868 (4)	S. João
João Maria Abrantes	1865 (1)	Pias
João Maria de Sá Camelo Lampreia	1864 (1)	Pias
João Martins Serrano	1906 (3)	Amareleja
Joaquim António Abrantes	1892 (1)	Safara
Joaquim António Acabado	1881 (3); 1889 (3)	Safara
Joaquim António Correia d' Almeida	1864 (1) 1868 (1)	Amareleja Pias
Joaquim Augusto d' Azevedo Ramos	1881 (2)	Safara
Joaquim Ferreira da Costa	1864 (3); 1868 (3)	S. João
Joaquim José da Rosa Baptista	1892 (4)	Safara
Joaquim Marques de Faria	1899(3); 1901 (3); 1904 (3); 1906 (3)	Safara
José Alexandre Barradas	1899 (4); 1900 (4); 1906 (3)	Safara
José Alves da Cruz	1881 (4); 1887 (4)	Pias
José António Fernandes	1881 (4)	Safara
José António Nunes	1868 (4)	Amareleja
José António Vidal da Gama	1900 (2)	S. João
José António Vieira	1906 (3)	S. João
José Avelino de Carvalho	1881 (3)	Pias
José Baptista	1861 (2); 1864 (3); 1868 (3)	Amareleja
José Bernardo Pires Lavado	1889 (2); 1892 (4)	Safara
José Caetano Gato	1861 (3); 1864 (2); 1865 (2);	Amareleja
José Caetano Nogueira da Mata	1864 (4); 1865 (2); 1887 (1)	S. João
José Cândido Pinto	1864 (2)	S. João
José d' Almeida Cruz	1864 (4)	Pias
José d' Almeida Farinha	1865 (4)	S. João
José da Rocha Ramos	1906 (1)	S. João
José Daniel Fortes	1868 (2)	Amareleja
José Daniel Fortes Silvestre	1861 (2)	Amareleja
José de Mira Ramalho	1900 (3)	Amareleja
José Dias Rico	1881 (4); 1892 (2)	S. João
José Duarte Ferreira de Mira	1889 (3); 1892 (3); 1899 (3); 1900 (3); 1901 (3); 1904 (3)	S. João
José Estevão Afonso	1904 (3)	S. João
José Estevens Bilouro	1861 (2); 1868 (4)	Pias
José Ferreira Missas	1899 (2); 1900 (2); 1901 (2); 1904 (4)	Amareleja
José Fialho Prego	1868 (2)	Amareleja
José Francisco da Costa Torres	1861 (4); 1864 (3); 1868 (3)	Pias
José Gaspar Garcia	1892 (3)	Safara
José Hipólito Braga	1881 (3)	S. João
José Inácio Baião	1892 (4)	Pias
José Jacinto Pais de Matos Falé	1887 (3); 1889 (1)	Safara
José Jacinto Pessanha de Mendonça	1868 (3)	S. João
José Joaquim Candeias	1881 (2)	Safara
José Joaquim Fernandes Piteira	1868 (1)	Amareleja
José Joaquim Monteiro	1868 (4)	Amareleja

Nome: (cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
José Lourenço Correia d' Almeida	1881 (4)	Pias
José Maria da Conceição	1881 (3)	Safara
José Maria Gonçalves Perfeito	1889 (2) ; 1892 (2); 1899 (2); 1901 (1); 1904 (2); 1906 (2)	S. João Safara
José Maria Moita	1868 (2)	Pias
José Maria Nogueira	1868 (1)	S. João
José Maria Pessanha de Mendonça	1864 (4)	S. João
José Martins Caeiro	1865 (4)	S. João
José Mestre Perfeito	1889 (4); 1900 (2); 1904 (3)	Safara
José Silvestre Baptista Limpo	1892 (3)	Safara
José Valente Serrano	1900 (2); 1901 (2) ; 1904 (2)	Safara
Libânio António Fialho Gomes	1901 (1)	S. João
Manuel Albino de Azinhais Santos	1881 (4)	S. João
Manuel António Ramos	1887 (3); 1889 (3); 1899 (1); 1906 (1)	Amareleja
Manuel Aresta Jorge	1904 (1)	Amareleja
Manuel Augusto Saramago	1889 (3)	S. João
Manuel Baptista Machado	1889 (3)	Safara
Manuel Caeiro Gonçalves	1889 (3); 1892 (3)	Pias
Manuel Cortes Ribeiro	1881 (4)	S. João
Manuel d' Oliveira	1861 (4)	Pias
Manuel da Cruz Rogado	1865 (4)	Pias
Manuel de Jesus da Costa	1864 (2)	Pias
Manuel de Jesus Galamba	1889 (1)	Pias
Manuel do Carmo Raposo	1889 (4)	S. João
Manuel dos Santos Ramos	1865 (1)	S. João
Manuel Francisco Baião	1901 (3)	S. João
Manuel Francisco Borges	1887 (4); 1892 (2)	Pias
Manuel Jesus da Costa	1881 (3)	Pias
Manuel Joaquim Correia	1861 (4)	Pias
Manuel Joaquim Correia Junior	1881 (4)	Pias
Manuel Joaquim Monteiro	1868 (4)	Amareleja
Manuel José Machado junior	1906 (3)	S. João
Manuel Marques Duque	1899(4); 1900 (4)	Safara
Manuel Martins Pinheiro	1906 (3)	Amareleja
Manuel Martins Serrano	1881 (2); 1887 (3); 1901 (3); 1904(3); 1906 (2)	Amareleja
Manuel Pinheiro Guinapo	1889 (2); 1899 (4)	Amareleja
Manuel Pires Lavado de Brito	1864 (1)	S. João
Manuel Verissimo Rita	1901 (4)	Amareleja
Matias Costa Junior	1881 (4)	Amareleja
Matias Inácio Nunes	1864 (4); 1868 (4); 1889 (4); 1892 (4)	S. João
Miguel de Carvalho	1864 (4)	Amareleja
Pedro Augusto Escoria	1887 (2); 1889 (4)	Amareleja
Rafael Mendes Janeiro Junior	1881 (4); 1887 (2); 1889 (4)	Pias
Rafael Rodrigues Janeiro	1887 (2); 1889 (2)	Pias
Rodrigo António Pimenta	1864 (4)	S. João
Sebastião Alexandre Limpo de Lacerda	1904 (1)	S. João
Sebastião Dias Rico	1901 (2); 1904 (2)	S. João

Nome: (cont.)	Data da eleição e função desempenhada:	Assembleia eleitoral de:
Sebastião José Rosado Correia	1887(3)	Pias
Silvestre Baptista	1900 (1)	Safara
Teodorico Arnaldo Falé	1900(3)	S. João
Vicente Ferreira	1887 (4)	Pias
Victoriano Gregório da Silva	1865 (2)	S. João

Fonte: *Cadernos eleitorais com actas da constituição das mesas das assembleias eleitorais de S. João Baptista, Amareleja, Safara e Pias, nas eleições para deputados de 19 de Março de 1861, 4 de Setembro de 1864, 2 de Julho de 1865, Março de 1868, 21 de Agosto de 1881, 6 de Março de 1887, 20 de Outubro de 1889, 23 de Outubro de 1892, 26 de Novembro de 1899, 25 de Novembro de 1900, 6 de Outubro de 1901, 26 de Junho de 1904 e 19 de Março de 1906.* (ADB)

Legenda: (1) = Presidente da mesa da assembleia eleitoral e membro da comissão de recenseamento eleitoral
 (2) = Escrutinador da mesa da assembleia eleitoral
 (3) = Secretário da mesa da assembleia eleitoral
 (4) = Revesador (suplente) da mesa da assembleia eleitoral

Nota: Junto à data de cada eleição, o número entre os parênteses () corresponde à função que desempenhou na mesa da assembleia eleitoral da qual fez parte.

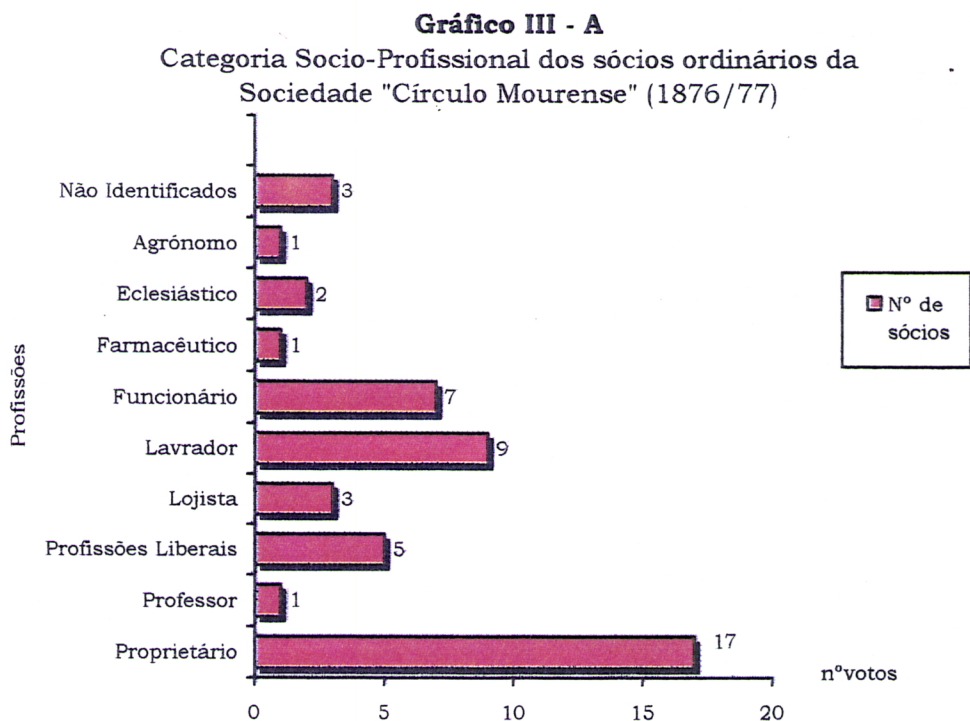
Quadro XIX

Os resultados das eleições para a Câmara de Deputados no concelho de Moura: data da eleição, identificação dos candidatos e total de votos obtidos nas respectivas eleições (1861 - 1906)

Data da eleição	Nome dos candidatos	Número de Votos
19 de Maio de 1861	Francisco Martins Pulido	639
	José Joaquim de Lemos Sousa e Castro	586
	Jerónimo Parreira	1
Setembro de 1864	Manuel Pires Lavado de Brito	1142
Julho de 1865	Manuel Pires Lavado de Brito	1125
	António Maria Tovar de Lemos	214
22 de Março de 1868	Manuel Pires Lavado de Brito	972
21 de Agosto de 1881	Conde da Foz	2084
6 de Março de 1887	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	1125
	António José Pereira Borges	846
	Pedro Vitor da Costa Sequeira	654
	Julio Marques de Vilhena	303
	José d'Abreu do Couto Amorim Novais	119
	José Jacinto Nunes	21
	Joaquim Teófilo Braga	18
	José António Simões Raposo	3
	Augusto Manuel Alves da Veiga	2
	António d' Almeida Grave Lemos	1
	António José Zorro	1
	António Maria Tovar de Lemos	1
	João Maria Angelino	1
	António Francisco Baptista d'Oliveira	1
	António Francisco Pinto	1
Diogo Urbano Correia d'Oliveira	1	
20 de Outubro de 1889	Pedro Vitor da Costa Sequeira	1284
	Francisco Mateus Palma Junior	1135
	José Maria d'Andrade	810
	António José Pereira Borges	616
	Vitor Francisco Mateus da Palma Junior	365
	António Pinto de Sousa Magalhães	14
	Augusto Fuschini	10
	José Maria Latino Coelho	10
	Augusto Manuel Alves da Veiga	10
	José Alves Pimenta d'Avelar Machado	1

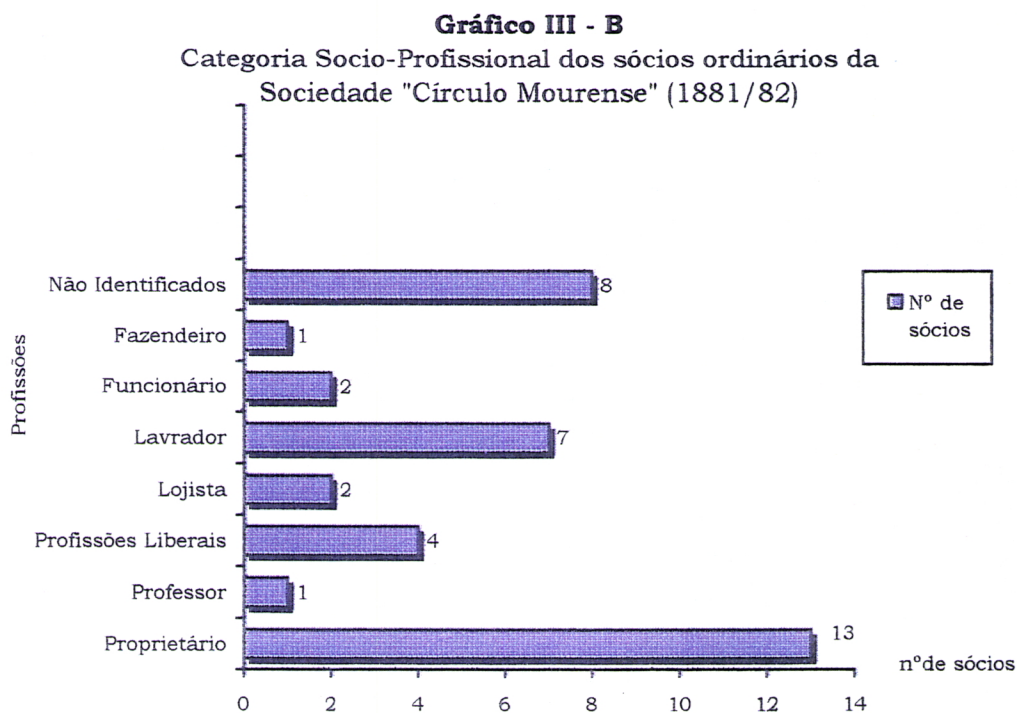
Data da eleição (cont.)	Nome dos candidatos	Número de Votos
23 de Outubro de 1892	Pedro Vitor da Costa Sequeira	1430
	Libânio António Fialho Gomes	1176
	João Marcelino Arroio	1153
	Joaquim Alves Mateus	1128
	José Mendes Lima	154
	Manuel Brito Camacho	7
	Diogo Zorro	3
	Fernando Pereira Osório Cabral	2
	João Pinheiro Chagas	1
	Sebastião Dias Rico	1
	Manuel Forres	1
	Brás Carneiro	1
	Visconde da Ponte	1
	Manuel Rodrigues Martins	1
2 de Maio de 1897	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	556
	João Fervilha	3
	Visconde da Ribeira Brava	3
	José Estevão de Morais Sarmento	1
26 de Novembro de 1899	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	892
25 de Novembro de 1900	Libânio António Fialho Gomes	211
6 de Outubro de 1901	João de Sousa Tavares	574
	António de Sousa Pinto de Magalhães	574
	Joaquim António de Sant'ana	573
	Libânio António Fialho Gomes	481
	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	471
	Joaquim Faustino de Poças Leitão	104
26 de Junho de 1904	António de Sousa Pinto de Magalhães	1004
	João Carlos de Mello Barreto	1004
	Libânio António Fialho Gomes	949
	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	946
	Joaquim António de Sant'ana	915
	Joaquim Faustino de Poças Leitão	914
19 de Agosto de 1906	Carlos Fuzeta	1081
	José Joaquim de Castro	1081
	Manuel Duarte	1079
	Libânio António Fialho Gomes	1004
	Francisco Limpo de Lacerda Ravasco	976
	José Lopes Perestrelo de Vasconcelos	628
	João de Sousa Tavares	289
	Miguel Oliveira Fernandes	1

Fonte: Cadernos eleitorais com actas de eleição para Deputados da Nação das assembleias eleitorais do concelho de Moura, 19 de Maio de 1861, Setembro de 1864, Julho de 1865, 22 de Março de 1868, 21 de Agosto de 1881, 6 de Março de 1887, 20 de Maio de 1889, 23 de Outubro de 1892, 2 de Maio de 1897, 26 de Novembro de 1899, 25 de Novembro de 1900, 6 de Outubro de 1901, 26 de Junho de 1904, 19 de Agosto de 1906. (ADB)



Fonte: Quadro VI – Anexo II

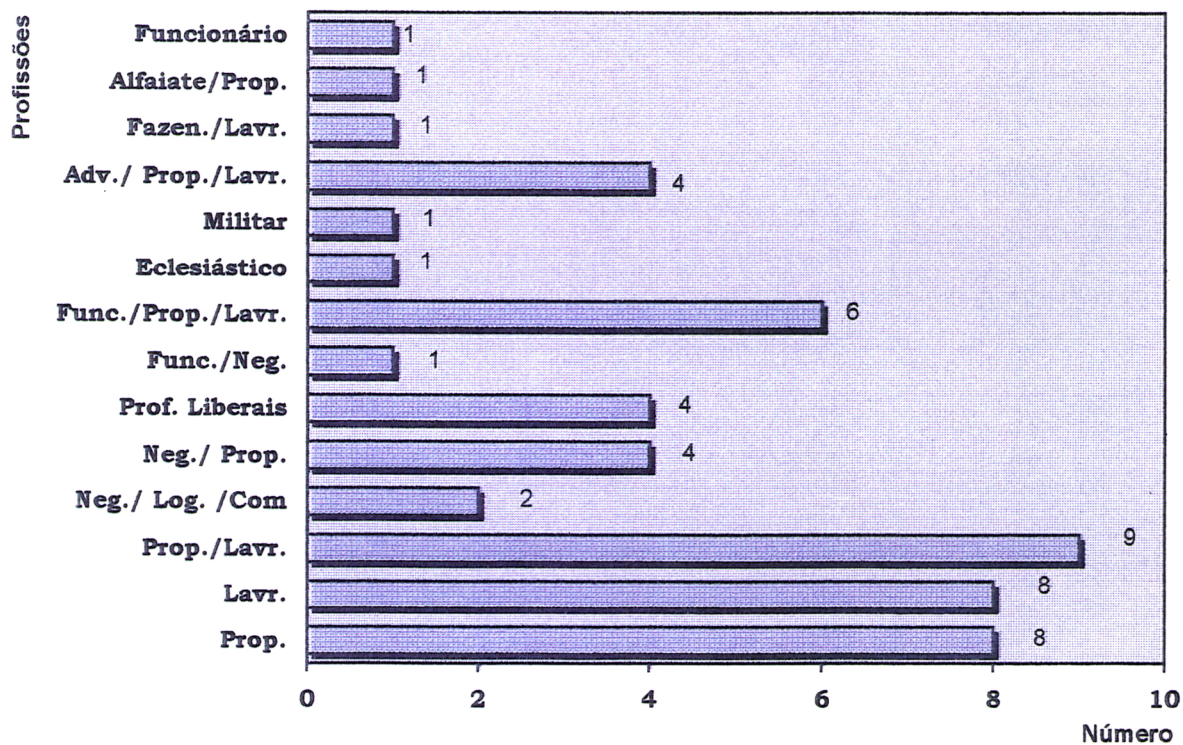
Legenda: Funcionário: esta categoria engloba os Escrivães da Fazenda, da Administração, de Direito, o Conservador Privativo da Comarca e o Ajudante; Profissões Liberais: engloba médico e advogado.



Fonte: Quadro VII – Anexo II

Legenda: Funcionário: esta categoria engloba os Escrivães da Fazenda, da Administração, de Direito, o Conservador Privativo da Comarca e o Ajudante; Profissões Liberais: engloba médico e advogado.

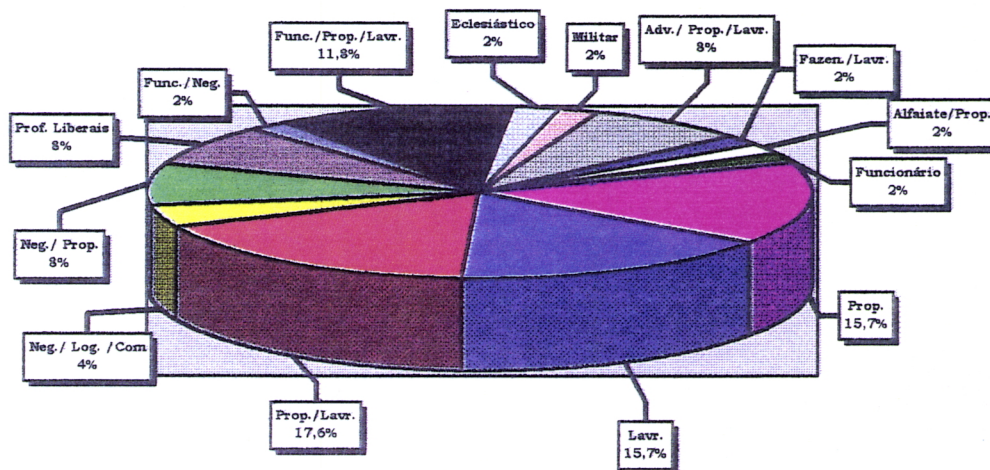
Gráfico V - A
 Actividade Socio-Profissional dos Membros da Elite Política Mourense



Fonte: Quadro II

Legenda: Adv.=Advogado; Com=Comerciante; Fazen.= Fazendeiro; Func.=Funcionário; Lavr.=Lavrador; Log.=Logista; Neg.=Negociante; Prop.=Proprietário.

Gráfico V - B
 Actividade Socio - Profissional dos Membros da Elite Política Mourense
 (distribuição percentual)

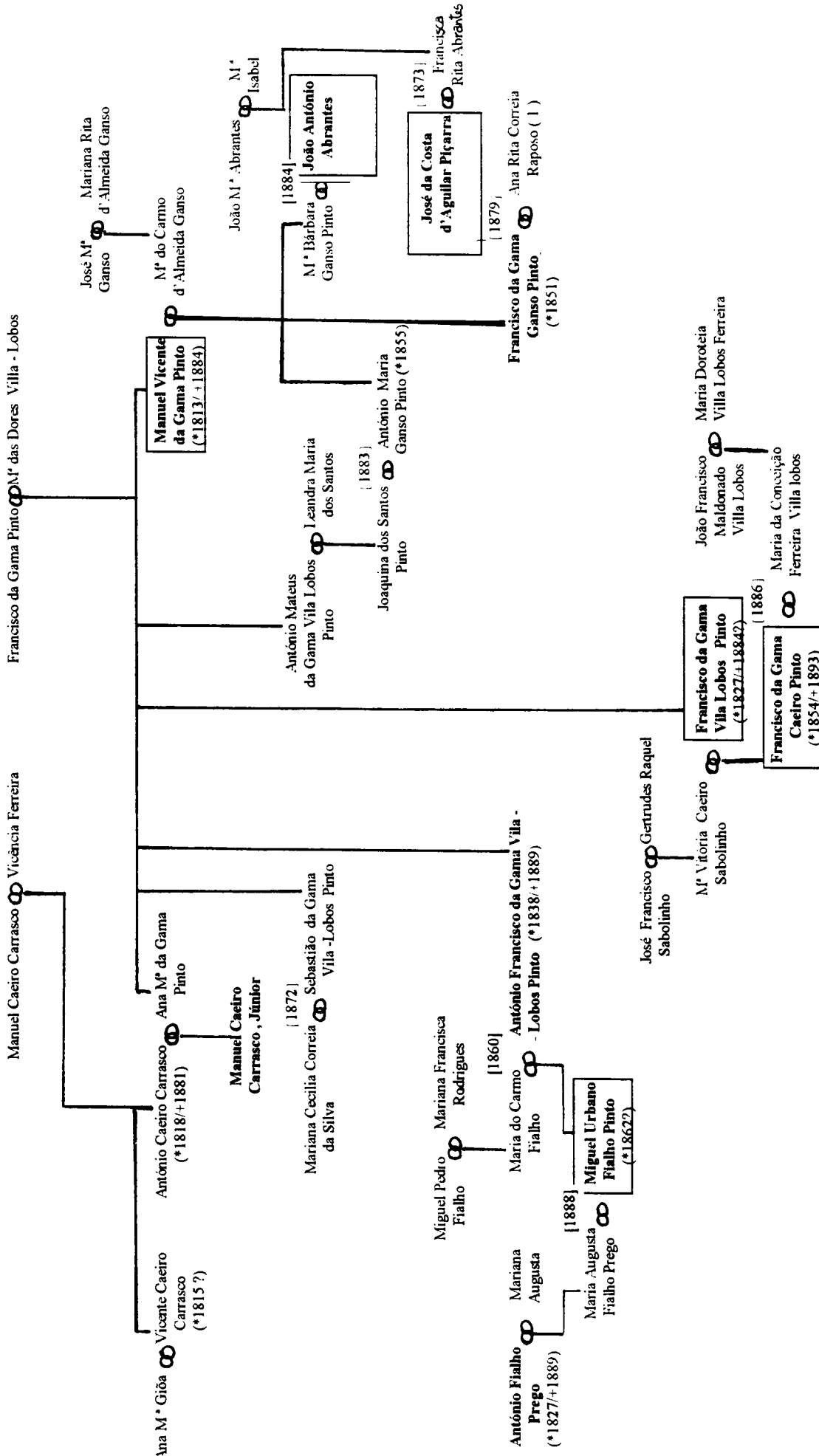


Fonte: Quadro II

Legenda: Adv.=Advogado; Com=Comerciante; Fazen.= Fazendeiro; Func.=Funcionário; Lavr.=Lavrador; Log.=Logista; Neg.=Negociante; Prop.=Proprietário.

III - Genealogias

Árvore Genealógica A

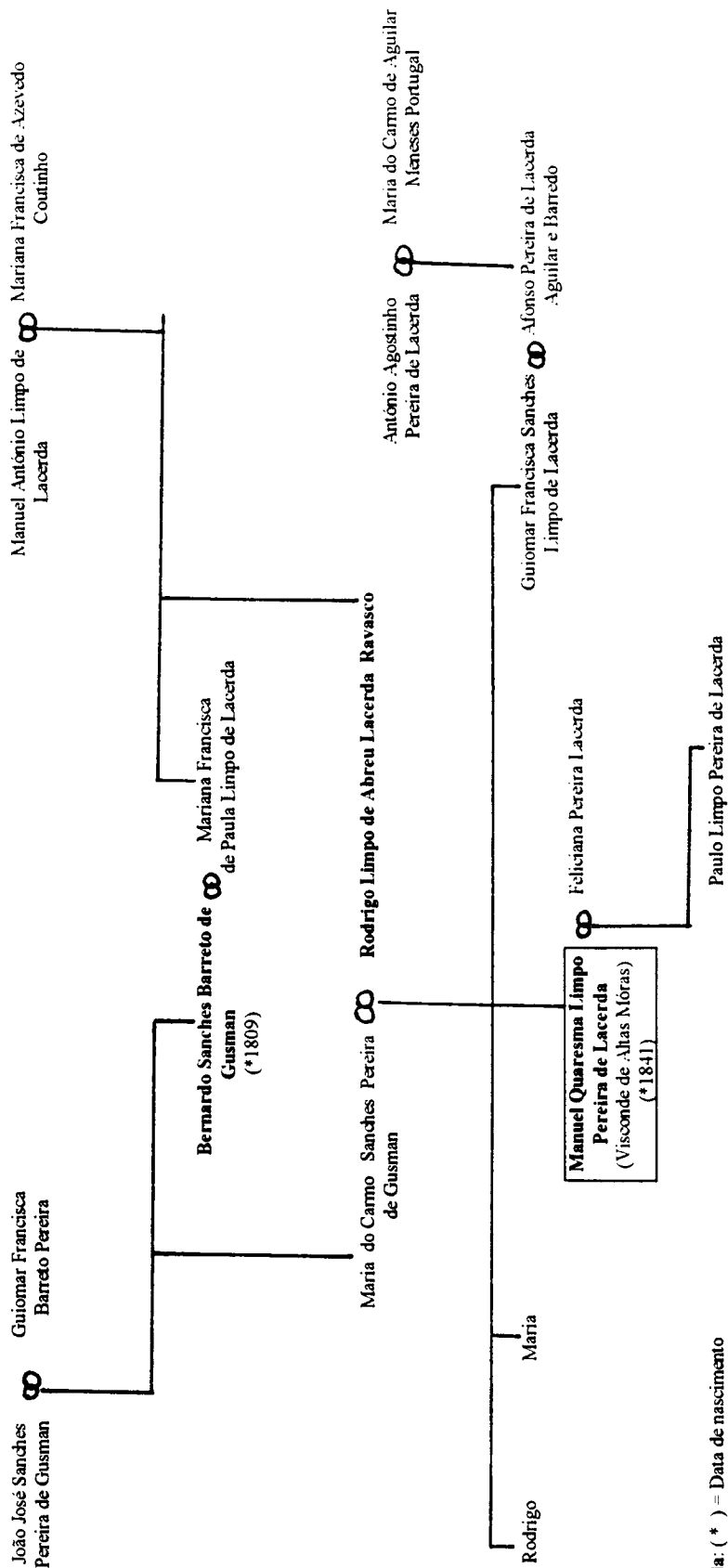


Legenda: (1) ver árvore genealógica D
 (*) = data de nascimento
 (+) = data de óbito
 [] = data de casamento

Nota: Os nomes identificados numa cor mais escura representam os maiores contribuintes entre 1860 e 1910 e os que se encontram dentro de um retângulo são os membros da elite política.

Fontes: Livros de registo de baptismos, casamentos e óbitos das paróquias de Amareleja, São João Baptista, Santo Agostinho e Safara, 1806 a 1893 (Fundo Notarial - ADJ)

Árvore Genealógica B

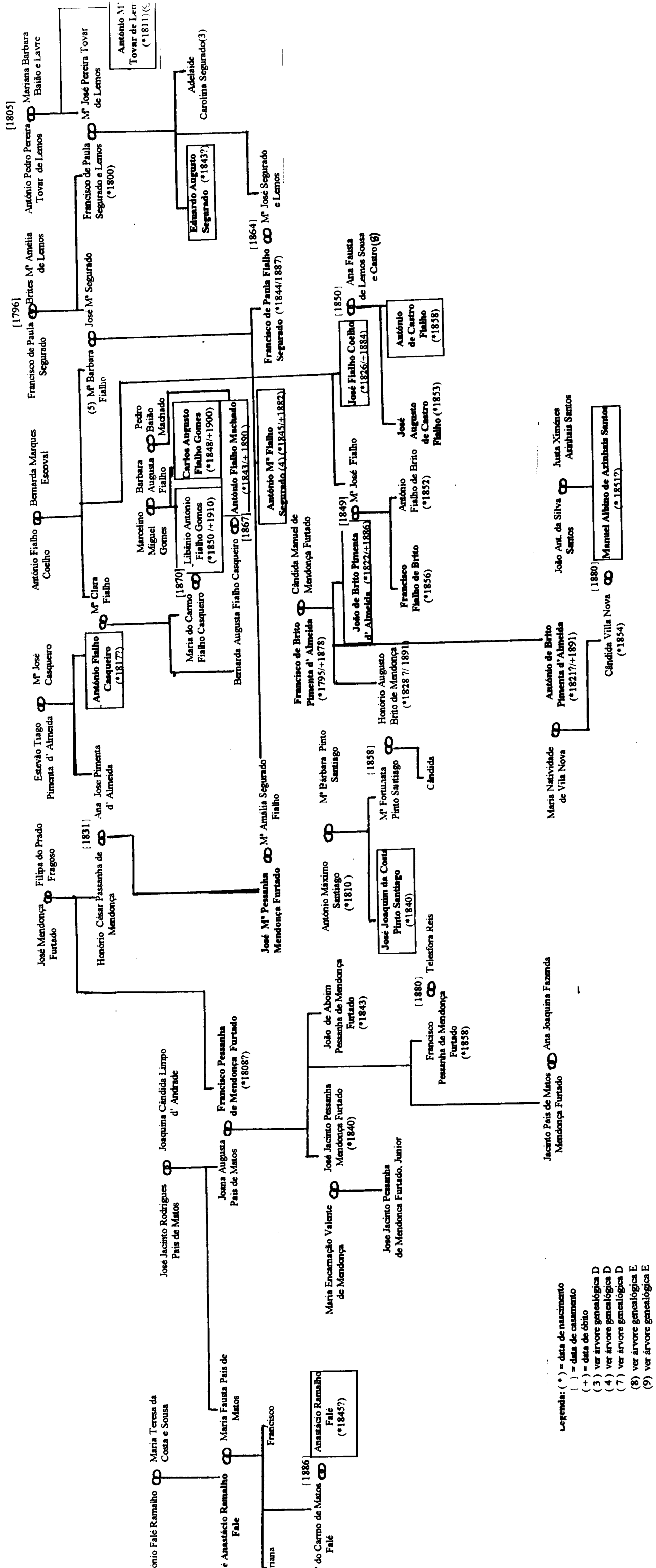


Legenda: (*) = Data de nascimento
 |] = Data de casamento

Fontes: Livro de registos de baptizados, casamentos e óbitos das paróquias de São João Baptista, Santo Agostinho, 1806 a 1843 (Fundo Notarial - ADIB)

Nota : Os nomes identificados numa cor mais escura representam os maiores contribuintes entre 1860 e 1910 e os que se encontram dentro de um retângulo são os membros da elite política.

Árvore Genealógica C

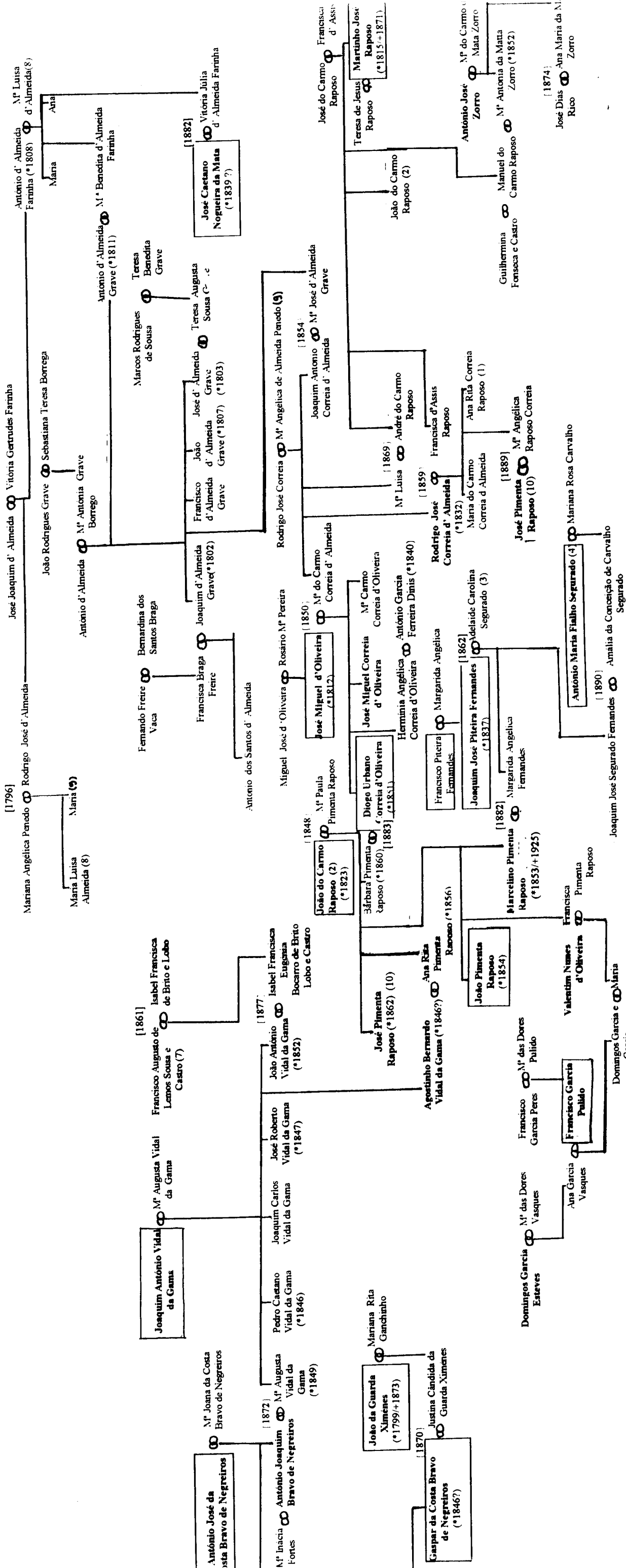


Legenda: (*) = data de nascimento
 () = data de casamento
 (+) = data de óbito
 (3) ver árvore genealógica D
 (4) ver árvore genealógica D
 (7) ver árvore genealógica D
 (8) ver árvore genealógica E
 (9) ver árvore genealógica E

Fontes: Livros de registo de baptismos, casamentos e óbitos das paróquias de Amaraljeira, São João Baptista, Santo Agostinho, Safara, 1806 - 1893 (Fundo Notarial - ADB)

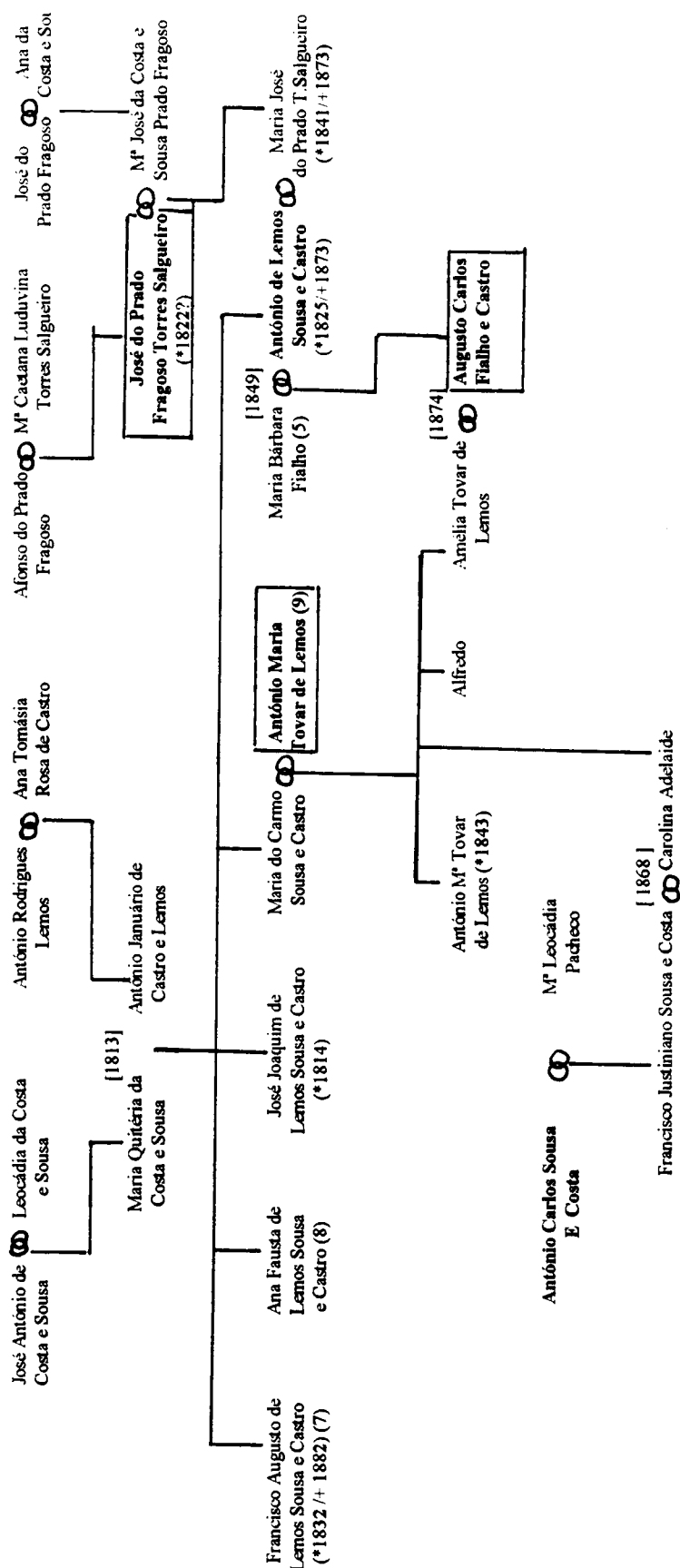
Nota: Os nomes identificados numa cor mais escura representam os maiores contribuintes entre 1860 e 1910 e os que se encontram dentro de um retângulo são os membros da elite política.

Árvore Genealógica D



Legenda : (*) = data de nascimento
 (+) = data de óbito
 () = data de casamento
 (1) ver árvore genealógica A
 (3) ver árvore genealógica C
 (4) ver árvore genealógica C
 (7) ver árvore genealógica C

Fontes : Livros de registo de baptismos, casamentos e óbitos das paróquias de *Amareleira, Santo Agostinho São João Baptista, Sobral e Salara*, 1843 a 1870 (Fundo Notarial - ADB)
 Nota : Os nomes identificados numa cor mais escura representam os maiores contribuintes entre 1860 e 1910 e os que se encontram dentro de um retângulo são os membros da elite política.

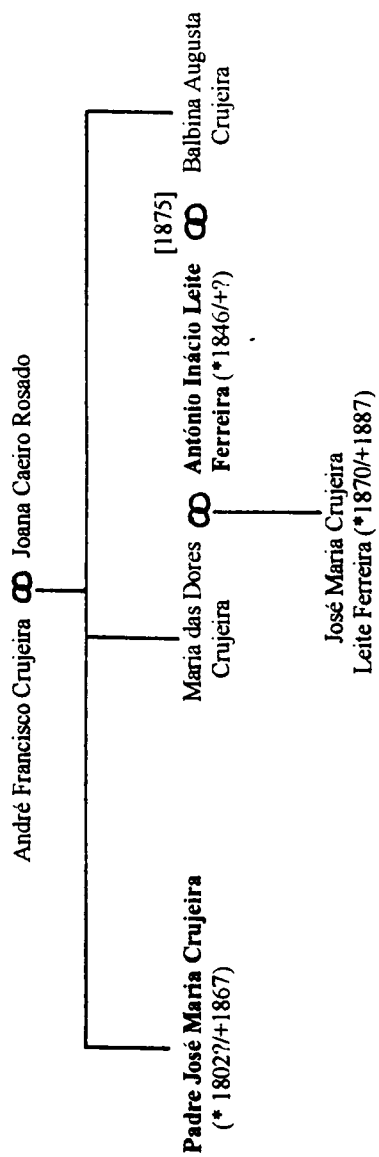


Legenda : (*) data de nascimento
 (+) = data de óbito
 [] = data de casamento
 (5) ver árvore genealógica C
 (7) ver árvore genealógica D
 (8) ver árvore genealógica C
 (9) ver árvore genealógica C

Fontes : Livros de registo de baptismos , casamentos e óbitos das paróquias de Santo Agostinho e São João Baptista de Moura, 1806 1874. (Fundo Notarial ADI)

Árvore Genealógica E

Árvore Genealógica F



Fontes: Livros de registos de casamentos e óbitos das paróquias de São João Baptista, 1867, 1875, 1887 (fundo Notarial – ADB)

Nota: Os nomes identificados numa cor mais escura representam os maiores contribuintes entre 1860 e 1910 e os que se encontram dentro de um retângulo são membros da elite política.

IV - Notícias

E

Outros Documentos

Notícia A

Nós bem dizia-mos que ao governo ser-lhe-ia difícil alcançar em todos os districtos do reino, uma victoria eleitoral tão completa como na de Beja.

Os seus propostos conhecendo as grandes sympathias que gosam nos circulos para onde os arrumaram, não para ficarem mais desembaraçadas as arcadas do terreiro do Paço, mas pelos seus merecimentos, vão desistindo das candidaturas.

O sr. Castro e Lemos que era o candidato governamental pelo circulo 142 (Moura) desistio já, e dizem-nos que o independente Botelho Palma, que embirrava com payões até nas quintas, mas que hoje já gosta d'elles, depois que o governo o propoz pelo circulo 144 (Mertola) tenciona fazer o mesmo, e isto porque nem pelo menos em Almodovar, terra da sua naturalidade e aonde assentou o seu quartel general, arranja dois centos de votos. Já é popularidade!

Mas se os candidatos vão desistindo por não poderem com tanta gloria, se não querem um triumpho tão ruidoso, quere-o o governo e por isso apenas sobre o que o sr. Castro e Lemos havia feito, começou logo a buscar entre a lama da arcada um successor para s. ex.^a Trabalhou mas encontrôu. O sr. Tovar segundo nos consta, é agora o seu candidato pelo circulo de Moura.

Deus queira que acertasse, bem, mas parece-nos que não. Do sr. Castro e Lemos ao sr. Tovar não vae grande differença, e em influencia, anda ella por ella. Comtudo pôde ser que a deste ultimo, tenha augmentado depois que deixou de ser patulea e se tornou conservador-progressista ou cabro-soutulho que é uma e a mesma coisa.

- *Alteri tempi alteri pensieri.* ...

Notícia A (1)

[...] Mas se no círculo de Mértola o combate foi renhido ao de Moura então ainda foi mais. As autoridades foram chamadas ao governo civil e todas as que se não prestaram a accètar o degradante papel de galopins electoraes, ou foram suspensas ou demittidas. A corrupção empregou-se em larga escala, chegando até um empregado do governo, segundo se diz, a comprar por 450\$000 reis 66 votos em Barrancos!

Em Serpa, que faz parte do mesmo círculo, também os amigos do candidato governamental praticaram acções famosas. Entrados na lucta pela mais abjecta apostasia, perderam, ao darem o osculo de paz no cabralismo e na unha negra, tudo quanto haviam aprendido no nosso campo. Esquecidos os bons principios, serviram-se da maxima cabrosoutulho—todos os meios são bons com tanto que se consigam os fins—e eis-os a corromperem os electores, a praticarem actos illegaes e prepotentes, a ameaçarem uns com processos fiscaes, a prometterem a outros livrarem-lhes os filhos do recrutamento, a atemorisarem este, a seduzirem aquelle com promessas fallazes etc. etc. [...]

Póde dizer-se que foi completa a derrota do sr. Tovar e brilhante o triumpho do sr. Britto Lavado. Foi pena que o sr. Borges Pacheco não mandasse, como queria, para aquelle círculo uma força militar. Se a tem mandado, então com certeza que o triumpho do sr. Britto Lavado era completo, porque o brilho das bayonetas ia em vez de atemorisar, despertar o brio de alguns electores, [...]

Sr. redactor - Lendo em o nº 433 do seu jornal, uma carta do Sr Infante Passanha , de 5 do corrente mez, e os comentários, que v. lhe faz, encontrei transcriptos, entre elles, alguns periodos d'uma carta da Cuba, na qual v. diz que se narra *minuciosamente* o que se passou na reunião, que teve lugar em casa do Sr Visconde da Esperança . Nos periodos transcriptos da alludida carta, encontram-se, inexactidões, que não posso nem devo deixar passar sem a precisa rectificação, visto que se me attribuem palavras, que eu não proferi; e mesmo porque a resolução final d' aquella assembléa não foi dito a que o escriptor da carta apresenta no fim do 3º periodo da mesma, transcripto por V. Não é meu intuito fazer a narração circunstanciada de tudo quanto occorreu na reunião do dia 30 de Março passado, e que eu muito desejo esquecer. O meu único fim é tornar bem sabida que eu não disse na mencionada reunião, que o Sr. Lavado de Britto não tinha cor política; assim como não foi nella definitivamente decidida a candidatura de Sr. Infante Passanha e posta de parte a do Sr. Lavado de Britto. Todas as pessoas, que conhecem o Sr. Lavado de Britto sabem que elle foi eleito deputado da opposição nas duas ultimas legislaturas, e que opposição se conservava apresentando-se como tal n' esta eleição. O mesmo Visconde da Esperança, que presidiu a reunião da Cuba, não o podia ignorar: poucos dias haviam decorrido depois que o Sr. Lavado de Britto, na sua volta de Lisboa, lhe disse que era opposição. Portanto, como poderia eu avançar que o Sr. Lavado de Britto não tinha cor política? É certo que fallando-se na necessidade de reduzir as despesas publicas, por meio de bem entendidas economias, eu disse que o Sr. Lavado de Britto desejava tanto como os que se achavam presentes, a boa administração das cousas publicas; pois era como nós lavrador e proprietário, e a sua vida particular e política ahi estava para o abonar. Mas como encontrar aqui a declaração que o Sr. Lavado de Britto não tinha *cor* política?

Foi, na verdade, Sr. redactor, uma interpretação bem forçada, a do escriptor da carta da Cuba.

Não é menor a inexactidão do *minucioso informador*, ommittindo circumstancias importantissimas, quando diz que a assembleia escolheu o Sr. Infante Passanha, não estando em combinações anteriores feitas entre este e o Sr. Lavado de Britto. Permitta-me, Sr. redactor, que neste ponto eu dê esclarecimentos, que julgo indispensáveis ao conhecimento da verdade. Os Srs. Infante Passanha e Lavado de Britto estavam em combinações, para ambos se apresentarem candidatos pelo círculo de Moura, quando se dizia que os círculos seriam de dois deputados.

Mais tarde soube-se que os círculos continuavam a ser d' um só deputado , mas com mais larga circumscripção. Então estavam aquelles dois cavalheiros em Lisboa, e nessa ocasião ofereceu o Sr. Lavado de Britto ao Sr. Infante Passanha a candidatura por este círculo, promettendo-lhe todo o seu apoio. O Sr. Infante Passanha recusou-se por mais de uma vez a acceitar a candidatura offerecida, e levou o Sr. Lavado de Britto a apresentar a sua com a promessa formal de o apoiar, elle e os seus amigos, nos concelhos da margem direita do Guadiana. Era este o estado das coisas, quando recebi uma carta da Cuba, assignada entre outros cavalheiros, pelo Sr. Visconde da Esperança, convidando-me a comparece, com uma commissão, que se ellegesse em Moura, na Quinta da Esperança, na Cuba, no dia 30 de Março passado, afim de alli se escloher o candidato por este círculo. Dei a ler a carta a alguns meus amigos e todos me disseram que julgavam inopportuna a reunião de commissões na Cuba para o fim indicado; visto que constava por carta do Sr. Infante Passanha que os seus amigos da Margem direita acceitavam a desistência, da sua candidatura e promettiam apoiar a do Sr. Lavado de Britto, apoio que já anteriormente se haviam compromettido quando se esperavam os círculos de

dois deputados. E em vista d' estes motivos resolveram não nomear comissão, dizendo-me que, se eu, quizesse, por deferencia aos signatários da carta da Cuba fosse aquella reunião, mas como pessoa particular e amigo intimo dos Srs. Infante Passanha e Lavado de Britto podendo alli mostrar que este dois cavalheiros e os seus amigos, em todos os concelhos do círculo, haviam já antecipadamente resolvido a questão de candidaturas, a cujo pretexto se haviam feito convites a todos os Srs. que se achassem presentes. E foi, Sr. redactor, o que eu efectivamente expuz à assembléa; depois exigio o Sr. Visconde de que o Sr. Infante Passanha viesse à assembléa rectificar o que eu achava de expôr, veio effectivamente, e não só rectificou, mas pediu a aprovação da assembléa, pois estava certo e muito confiava na capacidade do Sr. Lavado de Britto; depois alguém perguntou quem autorisara S. Ex^a a fazer tal? A isto respondeu o mesmo Sr, que a pergunta era violenta e pedia licença para se retirar. Ora a questão parecia decidida como natural e logicamente o devia ser.

Mas, e sinto dizer-lo, a impugnação, as resistencias vieram d' onde nunca deveriam partir. Quando o silêncio de todos mostrava o geral assentimento, levanta-se o Sr. Luiz António, irmão do Sr. Infante Passanha, e declara á assembléa que não respeitava os compromissos de seu irmão, e que elle não daria o apoio á candidatura do Sr. Lavado de Britto !!!...

Renuncio, Sr. redactor, a descrever a impressão que me causou esta declaração, bem como de não renovar dores ainda demasiado vivas, omitirei outros factos que nunca deveriam ter occorrido.

Basta declarar, porque é a pura expressão da verdade, que dando eu a seguinte resposta a uma pergunta do Sr. Dr. Henriques Lucas de Aguiar - que o concelho de Moura com os seus 1888 votos seria compacto com o Sr. Lavado de Brito - aquelle Sr. depois de calcular as probabilidades a favor do Sr. Lavado de Britto nos concelhos da margem direita, concluiu que a eleição do Sr. Lavado de Britto era a

mais segura, e que por isso elle devia ser o candidato por este círculo. A assembléa mostrou o seu assentimento e accordo. Depois, Sr. redactor, houve jantar na Quinta da Esperança.

E como o direi ? Sem que eu presenciasse qualquer outra discussão sobre a questão da candidatura, veem pedir-me que ouvisse eu o Sr. Lavado de Brito, depois de o informar de quanto ali havia occorrido, e que decidisse elle, em ultima instancia, este malfadado negócio da candidatura. E com effeito parti para Moura, narrei toda a verdade ao Sr. Lavado de Britto, e , na presença de muitos amigos, disse-lhe que não se prendesse comigo, pois se eu por motivos d' antiquissima e estreitissima amizade com o Sr. Infante Passanha o não podia guerriar, também em attenção ás relações politicas e pessoais que tinha com o Sr. Lavado de Britto não protegeria a eleição d' aquelle cavalheiro.

Que a minha posição seria de absoluta neutralidade, retirando-me para o campo durante a lucta eleitoral.

O Sr. Lavado de Britto sem dar lugar ao mais pequeno commentário, e sem elle mesmo os fazer, respondeu immediatamente que retirava a sua candidatura, que apoiava a do Sr. Infante Passanha, authorisando logo a participá-lo para a Cuba, como ali me tinham pedido, o que effectivamente fiz no dia seguinte, primeiro de Abril.

O procedimento do Sr. Lavado de Britto não commentarei, ahi fica consignado. Portanto, Sr. redactor, não foi na Cuba como erradamente diz o escriptor da carta, a que me tenho referido, que se escolheu para candidato o Sr. Infante Passanha ; quem o escolheu foi o Sr. Lavado de Britto dando a resposta, que hoje é já do dominio publico, e tendo assim occasião de provar que offerecimento foi feito por elle, em principio, ao Sr. Infante Passanha, era leal e sincero. Desculpe-me, Sr. redactor a proflixidade; julguei-a, porém indispensável para a exacta apreciação dos dois pontos de que me ocupei.

De V. etc.

José Miguel d' Oliveira (1)

(1) O Bejense, 1869, n.º 434

CORRESPONDENCIAS

Moura 11 de abril de 1869.

Ca. Sr. redactor.—Lendo em o n.º 433 do seu jornal, uma carta do sr. Infante Passanha, de 5 do corrente mez, e os commentarios, que v. lhe faz, encontrei transcriptos, entre elles, alguns periodos d'um cartá da Cuba, na qual v. diz que se narra *minuciosamente* o que se passou na reunião, que teve lugar em casa do sr. visconde da Esperança. Nos periodos transcriptos da alludida carta, encontram-se, com exactidões, que não posso nemdevo deixar passar sem a precisa rectificação, visto que se me attribuem palavras, que eu não proferi; é mesmo porque a resolução final daquelle assembléa não foi a que o escripto da carta apresenta no fim do 3.º periodo da mesma, transcripto por v.: Não é meu intuito fazer a narração circunstanciadamente tudo quanto occorreu na reunião do dia 30 do março passado; e que eu muito desesquerdado: «O meu unico fim é tornar bem sabido que eu não disse na mencionada reunião, que o sr. Lavado de Britto não tinha côr politica; assim como que não n'ella definitivamente decidida a candidatura do sr. Infante Passanha, e posta de parte a do sr. Lavado de Britto.

Todas as pessoas, que conhecem o sr. Lavado de Britto sabem que elle foi eleito deputado da opposição, nas duas ultimas legislaturas, e que opposição se conservava apresentando-se como tal n'esta eleição. O mesmo sr. visconde da Esperança, que presidio á reunião da Cuba, não o podia ignorar: poucos dias haviam decorrido depois que o sr. Lavado de Britto, na sua volta de Lisboa, lhe disse que era opposição. Portanto, como poderia eu avançar que o sr. Lavado de Britto não tinha côr politica? É certo que fallando-se na necessidade de reduzir as despesas publicas, por meio de bem entendidas economias, eu não sei que o sr. Lavado de Britto desejava tanto como os que se achavam presentes a boa administração das cousas publicas; por era como nós lavrador e proprietario, em sua vida particular e politica, ali estava para o abonar.

Mas, como encontrar aqui a declaração de que o sr. Lavado de Britto não tinha côr politica?

Foi, na verdade, sr. redactor, uma interpretação bem forçada, a do escripto.

carta da Cuba!!!...
 Não é menor a inexactidão da *minuciosamente informador*, ommittindo circumstancias importantissimas, quando diz que a assembléa escolheu o sr. Infante Passanha, não estando pelas combinações anteriores feitas entre este e o sr. Lavado de Britto. Permitta-me, sr. redactor, que n'este ponto eu dê esclarecimentos, que julgo indispensaveis ao descobrimento da verdade. Os srs. Infante Passanha e Lavado de Britto estavam em combinações, para ambos se apresentarem candidatos pelo circulo de Moura, quando se dizia que os circulos seriam de dois deputados.

Mais tarde soube-se que os circulos continuavam a ser d'um só deputado, mas com mais larga circumscripção. Então estavam aquelles dois cavalheiros em Lisboa, e n'essa occasião offereceu o sr. Lavado de Britto ao sr. Infante Passanha a candidatura por este circulo, promettendo-lhe todo o seu apoio. O sr. Infante Passanha recusou-se por mais d'uma vez a aceitar a candidatura offerecida, e levou o sr. Lavado de Britto a apresentar a sua com a promessa formal de o apoiar, elle e os seus amigos, nos concelhos da margem direita do Guadiana. Era este o estado das cousas, quando recebi uma carta da Cuba, assignada entre outros cavalheiros, pelo sr. visconde da Esperança, convidando-me a comparecer, com uma commissão, que se elegesse em Moura, na quinta da Esperança, na Cuba, no dia 30 de março passado, afim de ali se escolher o candidato por este circulo. Dei a ler a carta a alguns meus amigos e todos me disseram que julgavam inopportuna a reunião de commissões, na Cuba, para o fim indicado; visto que constava por carta do sr. Infante Passanha que os seus amigos da margem direita aceitavam a desistencia, da sua candidatura e promettiam apoiar a do sr. Lavado de Britto, apoio a que já anteriormente se haviam compromettido quando se esperavam os circulos de dois deputados. E em vista d'estes motivos resolveram não nomear commissão, dizendo-me que, se eu quizesse, por deferencia aos signatarios da carta da Cuba, fosse áquella reunião, mas como pessoa particular, o amigo intimo dos srs. Infante Passanha e Lavado de Britto podendo ali mostrar que estes dois cavalheiros e os seus amigos, em todos os concelhos do circulo, haviam já anticipadamente resolvido a questão de candidaturas, a cujo pretexto se haviam feito convites a todos os srs. que se achassem presentes. E foi, sr. redactor, o que eu effectivamente expuz á assembléa; depois exigio o sr. visconde de que o sr. Infante Passanha viesse á assembléa rectificar o que eu acabava de expor, veio effectivamente, e não só rectificou, mas pediu a approvação da assembléa, pois estava certo e muito confiante na capacidade do sr. Lavado de Britto; depois algum perguntou quem authorisara s. ex.ª a fazer tal? a isto respondeu o mesmo sr. que a pergunta era violenta e pediu licença para se retirar.

Ora a questão parecia decedida como natural e logiquement o devia ser.

Mas, e sinto dizel-o, a impugnação, as resistencias vieram d'onde nunca deveriam partir. Quando o silencio de todos mostrava o geral assentimento, levanta-se o sr. Luiz Antonio, irmão do sr. Infante Passanha, e declara á assembléa que não respeitava os compromissos de seu dito irmão, e que elle não daria apoio á candidatura do sr. Lavado de Britto!!!...

Renuncio, sr. redactor, a descrever a impressão dolorosa que me causou esta declaração, bem como, para não renovar dores ainda demasiado vivas, ommittirei outros factos que nunca deverjam ter occorrido.

Basta declarar, porque é a pura expressão da verdade, que dando eu a seguinte resposta a uma pergunta do sr. dr. Henrique Lucas de Aguiar—que o concelho de Moura com os seus 1888 votos seria compacto com o sr. Lavado de Britto—aquele sr. depois de calcular as probabilidades favor do sr. Lavado de Britto nos concelhos da margem direita, concluiu que a eleição do sr. Lavado de Britto era a mais segura, e que por isso elle devia ser o candidato por este circulo. A assembléa mostrou o seu assentimento e accordo. Depois sr. redactor, hoje jantar na quinta da Esperança. E como o direi?

Sem que eu presenciasse qualquer outra discussão sobre a questão da candidatura, veem pedir-me que ouvisse eu o sr. Lavado de Britto, depois de o informar de quanto ali havia occorrido, e que decidisse elle em ultima instancia, este maldadado negocio da candidatura. E com effeito parti para Moura, narrei toda a verdade ao sr. Lavado de Britto, e, na presença de muitos amigos, disse-lhe que, senão prendesse o amigo, pois se eu por motivos d'antiquissima e estreitissima amisade com o sr. Infante Passanha q não podia guerrear, talvez bem em attenção ás relações politicas pessoas que tinha com o sr. Lavado de Britto não protegeria a eleição d'aquelle cavalheiro.

Que a minha posição seria de absoluta neutralidade, retirando-me para o campo durante a lucta eleitoral.

O sr. Lavado de Britto sem dar lugar ao mais pequeno commentario, e sem o mesmo os fazer, respondeu immediatamente que retirava a sua candidatura, que pedia ao sr. Infante Passanha, authorisando-me logo a participal-o para a Cuba como ali me tinham pedido, o que effectivamente fiz no dia seguinte, primeiro de abril procedimento do sr. Lavado de Britto não o commentarei, ali fica consignado. Portanto, sr. redactor, não foi na Cuba como erradamente diz o escripto da carta, a que me tenho referido, que se escolheu para candidato o sr. Infante Passanha; quem o escolheu foi o sr. Lavado de Britto dando a resposta, que hoje é já de dominio publico, e tendo assim occasião de provar que o offerecimento feito por elle em principio, ao sr. Infante Passanha, era leal e sincero. Desculpe-me, sr. redactor, a prolixidade; julguei-a, porem, indispensavel para a exacta apreciação dos dois pontos, de que me occupei.

De v. etc.

Noticia C

NOTÍCIAS DIVERSAS

Obtiveram deste districto, na exposição agrícola:

Premio pecuniario

José Miguel de Oliveira, por um carneiro e seis ovelhas.

Menção honrosa

Visconde de Altas Moras um por grupo de ovelhas:

José Maria Parreira Cortez—idem

Visconde de Lobão—idem:

Joaquim Faustino Poças Leitão—idem.

GADO SUINO

Premio pecuniario

Visconde da Corte, por um varasco alentejano:

Conde da Esperança, por uma porca, idem.

Menção honrosa

João Maria Parreira Cortez, por uma porca alentejana.

As quatro cabras que o sr. João do Carmo Raposo expoz, foram consideradas dignas de premio.

Notícia D

[...]

Constituido o triumvirato, para logo foi despedida do trabalho toda a gente, que estes preclarissimos varões suppozeram affiçõada á opposição, e desde então ninguem mais foi admittido, sem que previamente se compromettesse a votar por o governo. A fórma pratica da admissão é original e engenhosa:— o pretendente, a trabalho, tem de apresentar se ao administrador, que, depois de lhe extorquir a declaração de voto, o manda ao prior, e este, fazendo-lhe uma extensa pratica repassada de *uncção e santidade*, exige-lhe que jure aos santos evangelhos votar com o governo, e manda-o alem disso buscar fiador ao voto. Prestada esta fiança, passa-lhe então um bilhete de admissão, que depois de visado pelo administrador, é apresentado á terceira pessoa d'este benemerito triumvirato, o conductor Serpa, o qual só então recebe o pretendente!

A formula d'estes bilhetes tambem merece ser conhecida.

Eil-a:

«Para trabalho.

José Antonio —(duvidoso).

Claudina Rita.

A. M. Freitas.»

O eleitor que se apresentar com bilhete assim é admittido, mas vigiado de perto e interpellado diariamente sobre o voto.

«Para trabalho.

Domingos Affonso — (com prevençãõ).

A. M. Freitas.»

O eleitor que se apresentar com bilhete assim, em geral não é admittido.

«Para aguadeiro.

José Thomar — (res...).

A. M. Freitas.»

Não sabemos ainda a significaçãõ d'esta senha.

«Vae para ser admittido a trabalho.

Antonio Gonçalves — de Martinlongo.

A. M. Freitas.»

O eleitor, que se apresentar com bilhete assim, é reputado seguro e logo admittido.

«Meu charo

O portador é o capataz Filippe José; desejo saber para que tarefa vae.

Seu etc.

Gregorio de Moraes.»

Este bilhete é o diploma do capataz, passado pelo administrador, e obteve o seguinte beneplacito:

«Amigo e Sr.

Só pôde ir para a tarefa n.º 3, de que é olheiro Joaquim Lopes.
29=6.=78.

Seu amigo

A. Serpa.»

SUPPLEMENTO AO N.º 981 DO BEJENSE 163

Noticias eleitoraes

Porto.—(*Extracto de uma carta particular*) . . . e confirmo o que disse na minha de hontem. Marianno de Carvalho tem a eleição muito duvidosa.

Lisboa.—Se não houver maioria absoluta no circulo 95. os republicanos, no desempate, darão os votos ao candidato progressista. Assim Elias Garcia, o renegado, ficará fóra do parlamento.

Fafe.—Tornaram a ser apedrejadas as vidraças da casa do sr. Moreira de Rey ao som de *moras*. Grande excitação. Chegou tropa.

Odemira.—Agentes de Neves distribuem dinheiro. Dizem que em Ourique estão soldados do 17. Feira de Castro prejudica-nos

Reguengos.—Desistio da sua candidatura o sr. José Maria dos Santos.

Arcos.—Os progressistas mataram um regenerador ; na Figueira tambem foi morto outro.

Lisboa.—Estiveram tumultuosos os *meetings*. Houve barulho no do sr. Zophimo, e no republicano da rua da Escola Polytechnica. Este acabou á facada.

Temos o resultado das eleições em :

Valença, Ponte de Lima, Vianna. Espozende, Famalicão, Guimarães, Braga, Villa Verde, Cabeceira de Bastos, (R) Celorico, Montalegre, Chaves, Aguiar. Moncorvo, Mogadouro, (R) Canavezes, Paredes, Feira, Arouca, Oliveira de Azemeis, Agueda, (C) Aveiro, (C) Anadia, Monte-Mór-o-Velho, (R) Coimbra, Louzã, (C) Arganil, (C) Penacova, Mangualde, Vizeu, Vouzella, S. Pedro de Sul, Simphães, Moimenta, Pesqueira, Gouveia, Sertam, Pombal, Leiria, Mafra, Belem, S. Thiago de Cacem, Gollegã, Thomar, Abrantes, Portalegre, Elvas, Aviz, Monte-Mor-o-Novo, Extremoz, Beja. (C) Mertola, Tavira, Angra, Felgueiras, (R) Paredes, (R) Cantanhede, (R) Caldas, Cuba.

Os circulos que não são designados por letra capital votaram com o governo. Os que levam *R* elegeram regeneradores, e *C*, constituintes.

Penamacôr—Grandes tumultos provocados pelos inimigos do sr. Vaz Preto.

Moura.—Cortezes, em Pias offerecendo terras gratuitamente por uns tantos annos a quem votar em Borges.

Beja.—Por Beja, foi votado sem opposição, o nosso amigo o sr. Nobre de Carvalho. Na assembléa do Salvador teve 471 votos. em Quintos, 329 e em Beringel 603.

Odemira, 19, ás 5,35 t.—Assembléa do Salvador, hoje 717 listas. Resultado provavel a favor do dr. Neves.

M. Sr. cumprime levar ao conhecimento de V.ª
um grave successo que teve lugar hoje na assembleia
eleitoral a que V.ª me incumbiu d'assistir. Trata-
ra-se da eleição da mesa; a proposta do presiden-
te foi rejeitada por um numero consideravel
de eleitores presentes, ficando eleitos apenas os
quatro primeiros vogaes na ordem da proposta.
Competia aos que rejeitaram a proposta do presi-
dente eleger por aclamação a minoria da mesa,
sob proposta de um de entre elles. Este direito
tinham os eleitores da facção progressista pla-
neado tiral-o a seus adversarios empregando
para isso o seguinte estratagemma. — Alguns
dos que se chamam progressistas em vez de, co-
mo era natural, approvarem a proposta do
presidente que n'esta assembleia se capitane-
ava, passaram para o lado esquerdo do presiden-
te. Entre estes encontrava-se o cidadão Esti-
ltonio Monteiro Fortes, que é um dos candida-
tos progressistas n'esta eleição. Apenas o
presidente convidou os que lhe rejeitaram a
proposta a eleger por aclamação a minoria
da mesa, o cidadão Estiltonio Fortes leu uma
lista de nomes que era toda composta de progressis-
tas. — Esta proposta foi logo rejeitada pelos elei-
tores da facção regeneradora, indignados com
o vergentoso expediente empregado por seus adver-
sarios. Requeri do presidente que permittisse que
um dos eleitores regeneradores fizesse uma pro-
posta, que seria de certo approvada pelos seus con-

relegionarios. O presidente indifferente e ordenou que se procedesse a escrutinio secreto. — e' este tempo ja' muitos dos eleitores, que tinham approvedo a proposta do presidente e que por isso não tinham direito a interferir na eleição da minoria da mesa, tinham fornado para a lado d'aquelles a que tal direito assistia, continuando o presidente com um facciosismo indito a desprezar as muitas observações tendentes a evitar o escandalo de ante-mão preparado. Os animos dos eleitores regenerados talvez se não conservassem frios e impassiveis ante a audibrio que seus adversarios estavam fazendo de seus direitos. Desejando eu evitar alguma alteração da ordem, concordei com o presidente da mesa em que se fizesse o escrutinio, mas requeri que se desse um prazo razoavel aos eleitores da minoria para fazerem suas listas, se to não estarem prevenidos para a operação ordenada. Requeri tambem por varias vezes que não se consentisse que os que não tinham direito a votar se juntassem aos que tinham esse direito. O Presidente porém, a tudo se recusou. Centa muitos dos presentes que não tinham direito a eleger a minoria, chamando em altos brados — vote votos! — dirigiram-se para a urna e principiar a lancar n'ella as listas que ja' traziam preparadas, não podendo os verdadeiros eleitores usar do seu direito por não terem listas feitas. O presidente e membros da mesa ja' eleitor nem ao mes

se devam do trabalho de verificar se as que vota-
ram tão tumultuariamente eram ou não eleitores. 166

Foi então que eu, vendo calçada aos pés d'uma
facação, resolvida a atropelar todas as principles
do decoro, a lei que eu estava incumbido de
fazer respeitar, accudi em desagravo d'ella
prendendo o presidente que tão insolitamente a
offendia. Por parte dos eleitores presentes não
houve proposta alguma de presidente, que formas-
se outra mesa para se proceder a eleição; nem
mesmo este acto se poderia praticar-se, por quan-
to o presidente se appareceu de todas as papeis da
eleição ainda lavrados, da urna que estava so-
bre a mesa, e até do meu alvará de delegado de
V.ª. que tinha apresentado para comprovar a minha
qualidade de. Com esta exposição verdadeira dos
factos poderia V.ª. formar o respectivo auto contra
o presidente. Podem ser inqueridos como teste-
muntas; fore elle quel Fralho, Joaquin Antonio
e Brantes, elle o el Cerario Canasce, elle o el
el conteiro Braro de Regreiros, o official comman-
dante da farea aqui estacionada, e outros e outros
que indicarei sendo preciso. - Deus Guarde a
V.ª. - Safara dois de dezembro de mil o to centos e
tenta e tres. M. Am Administrador do Concelho
de elle ouva. - O Delegado na anemblea de Safara
Eugenio Arnaldo de Barros Ribeiro

Coeto conforme

(1) Este documento encontra-se transcrito na página seguinte para uma melhor leitura e interpretação do seu conteúdo.

« Ill.mo Srº cumpre-me levar ao conhecimento de V.S.^a. um grave successo que teve logar hoje na assembleia eleitoral a que V.S.^a me incumbiu a assistir. Tratava-se da eleição da mesa; a proposta do presidente foi rejeitada por um número considerável de eleitores presentes, ficando eleitos apenas os quatro primeiros vogaes na ordem da proposta. Competia aos que rejeitaram a proposta do presidente eleger por aclamação a minoria da mesa sob proposta de um de entre elles. Este direito tinham os eleitores da facção progressista planeado tiral-o a seus adversários empregando para isso o seguinte stratagemã. Alguns dos que se aclamaram progressistas em vez de, como era natural, approvarem a proposta do presidente que nesta assembleia as capitaneava, passaram para o lado esquerdo do presidente. Entre estes encontrava-se o cidadão António Monteiro Fortes, que é um dos candidatos progressistas n' esta eleição. Apenas o presidente convidou os que lhe rejeitaram a proposta a eleger por aclamação a minoria da mesa, o cidadão António Monteiro Fortes leu uma lista de nomes que era toda composta de progressistas. Esta proposta foi logo rejeitada pelos eleitores da facção regeneradora, indignados com o vergonhoso expediente empregado pelos seus adversários. Requeri ao presidente que permittisse que um dos eleitores regeneradores fizesse uma proposta, que decerto seria approvada pelos seus correlegionários. O presidente indeferiu e ordenou que se procedesse a escrutínio secreto. A este tempo já muitos eleitores, que tinham aprovado a proposta do presidente e que por isso não tinham o direito de interferir na eleição da minoria da mesa, tinham passado para o lado daquelles a que tal direito assistia, continuando o presidente com um faccionismo (...)a desprezar as minhas observações tendentes a evitar o escandalo de ante-mão preparado. Os animos dos eleitores regeneradores talvez se não conservassem frios e impassíveis ante ludibrio que seus adversários estavam fazendo de seus direitos.

-
- a) Transcrição do documento I apresentado anteriormente. Este officio foi enviado pelo Bacharel Eugénio Arnaldo de Barros Ribeiro, representante do administrador do concelho na assembleia eleitoral de Safara que narra os acontecimentos succedidos na dita assembleia quando se procdeu à eleição da mesa eleitoral no dia 2 de Dezembro de 1883.

Desejando eu evitar alguma alteração da ordem, concordei com o presidente da mesa em que se fizesse o escrutínio, mas requeri que se desse um prazo razoavel aos eleitores da minoria para fazerem lista, visto não estarem prevenidos para a operação ordenada. Requeri também por várias vezes que não se consentisse que os que não tinham direito a votar se juntassem aos que tinham esse direito. O presidente porem a tudo se recusou. Então muitos dos presentes que não tinham direito a eleger a minoria clamando em altos brados – Votos! Votos!-dirigiram-se para a mesa e principiaram a lançar n'ella as listas que já traziam preparadas, não podendo os verdadeiros eleitores usar do seu direito por não terem listas feitas. O presidente e membros da mesa já eleitos nem ao menos se deram ao trabalho de verificar os que votaram tão temultuariamente eram ou não eleitores. Foi então que eu, vendo calcada aos pés d' uma facção, resolvida atropelar todos os princípios de decoro, a lei que eu estava incumbido de fazer respeitar, accudi em desaggravo d' ella prendendo o presidente que tão insolitamente o offendia. Por parte dos eleitores presentes não houve proposta de presidente que formasse outra mesa para se proceder à eleição; nem mesmo este acto já poderia praticar-se por quanto o presidente se apossou de todos os papeis da eleição ainda lacrados, da urna que estava sobre a mesa e até do meu alvará de delegado de V.S^a. que tinha apresentado para comprovar a minha qualidade. Com esta exposição verdadeira dos factos poderá V.S^a. formar o respectivo auto contra o presidente. Podem ser inqueridas como testemunhas : José Miguel Fialho, Joaquim António Abrantes, Manuel Cesario Carrasco, Manuel Monteiro Bravo de Negreiros, o official commandante da força aqui estacionada e outros que indicarei sendo preciso. Deus guarde a V.S^a. Safara dois de dezembro de mil oitocentos oitenta e três. Ill.mo Srº. Administrador do Concelho de Moura . O Delegado na assembleia de Safara Eugénio Arnaldo de Barros Ribeiro.

E esta conforme»

Estimado Leônidas

Sobral 1 de Novembro de 1881.

No mesmo dia que vim vi a Fieidade de Monte Branco que está limpa de o anno passado até a meia ladeira da serra, exceto uns trechos de matos que está de matos e este mata é no meio da Fieidade, tendo toda a Fieidade muita mata de cabocça que hoje não parecem tantas por que estão desmontadas de o anno passado, a ser valto para mim Sr. de J. João sei, agora outros podem avaliar em mais o menos, por que não tem monte, nem água para os gados beberem, que he este um grande prejuizo.

Alimpreza que a dita tem não é coisa de feita por que fora dada de cervicos e como avencação os sarungacos a mão, e outros socorros.

Não te esqueças de pedires a Letra.
Dispoi de quem é

Teu Branco
Carlos

Signado
Buenos Aires
170
Carmelo
G. Pinto.

Auto de novo Eleição

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus
Christo de mil oitocentos e setenta e um, aos
seis dias do mez de Novembro, nesta City
de Santo Antonio dos Reis, local previamente
destinado para a assembleia eleitoral, tem
de comparecer pelas nove horas da manhã
o Cidadao Francisco da Gama Gama Pinto,
Vogal da Communhão do Recenseamento des-
te Concelho, para presidir a esta assem-
bleia eleitoral que tem de proceder a' elei-
ção de quatro vereadores effectivos e qua-
tro ditos substitutos que devem fazer par-
te da Camara Municipal deste Conce-
lho da Alameda no quadrante de mil oitocentos
e setenta e dois a mil oitocentos
e setenta e cinco, a fim de fornecerem os
lugares dos Vogas cessantes no quadrante
de mil oitocentos e setenta e oito a mil
oitocentos e setenta e um, em conformi-
dade com o que prescreve o paragrafo do
terceiro do Artigo novo do novoCodigo
Administrativo, e por se ate' as onze,

onze horas e meia, sem que comparecesse um
 numero sufficiente de electores para compor a
 mesa da eleição; pelo que o referido presi-
 dente, em virtude do que determina o artigo
 oitenta e tres do citadoCodigo, man-
 dou levantar o presente auto de não eleição
 pelo facto do não comparecimento dos
 electores. Em 18 annos de Mesa da Cãmara,
 o escrevi e presidi do mesmo Presidente,
 e com elle os Reverendos Parochos de Pias
 e Val de Fongo o asygnari;

Francisco da Gama Jansen Pinto.

O Sr. Francisco de Paula e Meira Quirino

De Juro Secario da Cãmara Cãmara.

Mesmoes Jansen de Cortez

<p> <u>W. de Almeida</u> Lourenço Acitator Fialho Junta de Condições de Merg </p>	<p> Jerimacho Brito Camacho Pinto </p>
---	---

Nos dois dias do mez de Novembro do anno de
 mil oitocentas e oitenta e um pelas nove horas
 da manhã nesta Parochia e Igreja de S. J. do
 do se proceder a eleição de quatro vereadores
 effectivos, e quatro vereadores substitutos
 para a Camara Municipal de Moura conju-
 ncto o Cidadão Diogo Urbano Correia d'Al-
 veira membro da Commissão recenseadora da
 do Concelho para presidir a mesma assembleia
 e apresentando neste acto o competente titulo,
 logo na conformidade do art. 278 do codigo
 Administrativo propoz aos electores presentes
 para escrutinadores os Cidadãos Antunio Tealby
 Rodrigues, e Joze Bernardino Pereira Lavado pa-
 secretarios os Cidadãos Joze Antunio
 Abrantes, e Joze Antunio Acabado, e pa-
 vereadores os Cidadãos Antunio Joze
 Joze de Barros Namorado, Joze Pereira Lavado ed-
 driguey, e Raphael Antunio Goncalves com os
 cunctos os electores que approvaram esta pro-
 posto a separarem para o lado direito, e
 que a rejeitarem para o esquerdo. e em

sido approvada a proposta por uma maioria
 ficaram as cidades assim mencionadas
 convocadas pelo Sr. Presidente a tomarem
 assento; e depois de affixada nos prazos da Junta
 a redacção dos membros que compoem a mesa
 de lavros este acto que foi lido as assembleias
 e nos devidamente assignado, e em Joazeiro
 Antonio Hebaldo secretario da mesa affix
 e assignei. Dizeo Urbano Corraes Oliveira
 Jose Bernardes Pires Loureiro
 Joazeiro Antonio Hebaldo
 Antonio Fialho Rodrigues
 Joazeiro Antonio Hebaldo

Documento V

C. D. Coimbra
Machado
Lima
Abrantes
Fialho

Simão
Brito
174
Machado
Pinto.

Acta da eleição

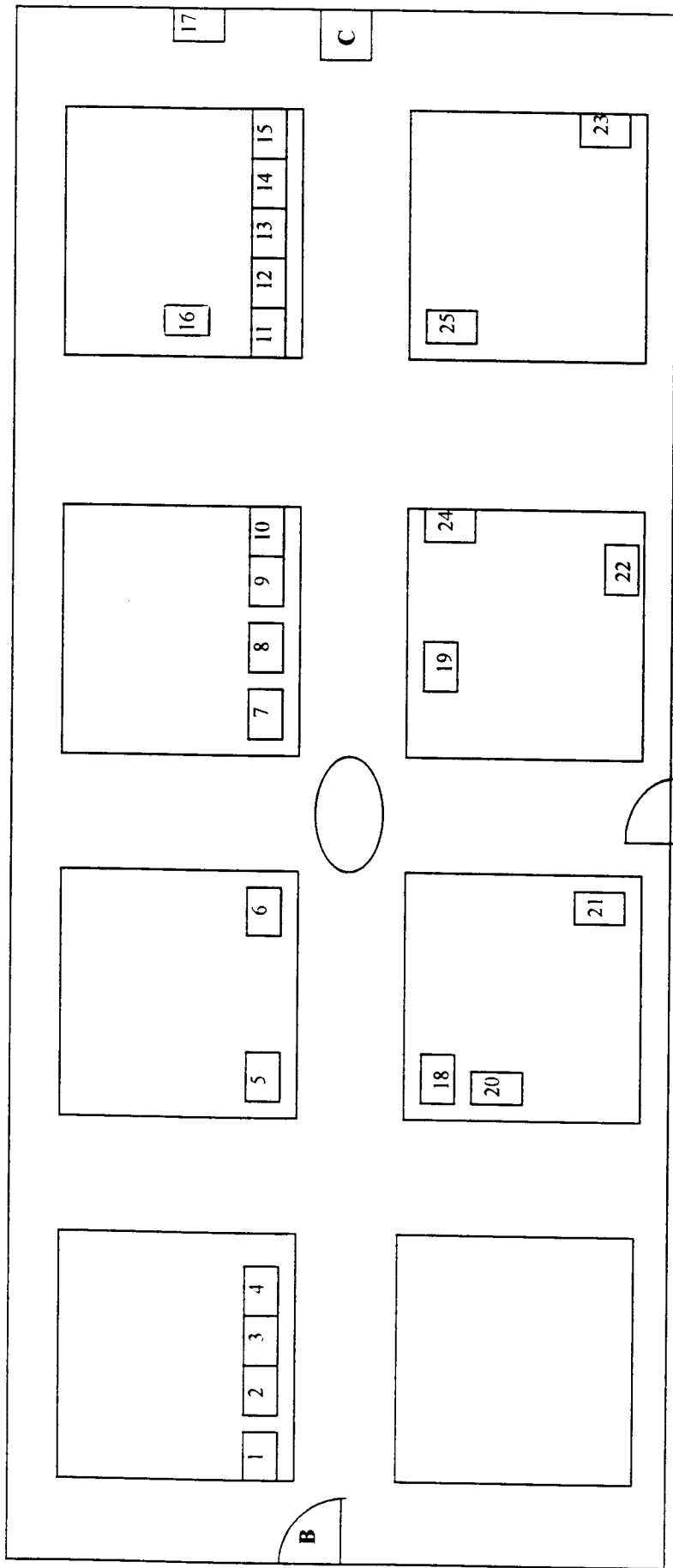
No seis dias do mez de Novembro do anno
de mil oitocentas e oitenta e um, nesta Ca-
rdeal da Igreja de Tafaraõ acudando se pres-
ente o Cidadão Diogo Urbano Correia d'Al-
veira membro da Commissão de recenseamen-
to desta Comarca presidente desta assem-
bleia eleitoral, que tem de eleger quatro
vereadores effectivos, e quatro vereadores
substitutos para o quadriennio de mil e
oitocentas e oitenta e oitenta e dois a mil
e oitocentas e oitenta e cinco mil e
constituido a mesa definitiva com o pre-
sidente e os Cidadãos Joaquim Antonio de
Albuquerque, Joaquim Antonio Abrantes Secretarios
e os Cidadãos Antonio Fialho Rodriguez, Jo-
se Bernardes Pinheiro Lavado escripturaes, e An-
tonio Joaquim Pereira, Jose de Campo Namora
de, Jose Pinheiro Lavado Rodriguez, e Raphael
Antonio Gonçalves vereadores, estando pre-
sentes os respectivos Parochos, e delegados au-
nunciarios o presidente que huy proceder-se
ao escriptorio para a eleicao de quatro vere-
adores effectivos e quatro substitutos, designan-
do o contendo das listas seguintes os art.

298 e 299 do Cod. Administrativo, e em-
merando as eleições constantes do art. 298
do mesmo Cod. Em seguida lançou⁷⁵ pre-
sidentemente na urna a sua lista, e fez a ob-
meda geral commandada pelas regras da lei.
Todas as cidadãos recenseadas que se achavam
presentes lançaram na urna a sua lista obser-
vando-se sempre os art. 306 e 307 do mes-
mo Cod. Depois da chamada, e recibida
as listas d'alguns electores que se apresentaram
No entanto o presidente humo chamada geral
se todas as que não tinham votado. Sendo
logo a ming da tarde declarou o presidente
que d'os momentos começaram a contar-se
as duas horas marcadas no art. 308. Recibida
as listas dos electores que nesse intervallo con-
correram mandados o presidente contar todas
as que se achavam na urna e confrontar
o numero com as notas de descarga nos ca-
dernos do recenseamento de que resultou
conhecer-se que o no. das listas foi de cento e
noventa e numero igual ao das descargas. Proce-
dendo-se ao apuramento dos votos na conformi-
dade do disposto no art. 311 do mesmo Cod.
Administrativo verificou-se haverem si-
do votadas as cidadãos seguintes Doutor Jo-
se Maria Nogueira, Antunes de Castro e
Francisco da Gama Luiz Pinto, Eduardo
Augusto de Aguiar, com cento e nove votos
para vereadores effectivos, e as cidadãos

Antonio Maria Vianna de Aguiar, Antonio
Lacino Carrasco, João Antonio Abrantes, e
Nepes Mendes Junior com ~~oito~~
e dois votos para vereadores substitutos,
os cidadãos Visconde das Alagoinhas, Antonio
Monteiro Fortes, Domingos de Mello Namalho,
Francisco Manoel Espada, com tres votos para
vereadores effectivos, e os cidadãos Alvaro
Pimenta, Lou Vianna Pires Junior, Francisco
Pedro de Mattos, João Baptista Esteves com tres
votos. 9^{os} vereadores substitutos, havendo sessen-
ta e quatro listas inutilizadas por serem de pa-
pel de cor e riscado dezo pautado (62) e de papel
transparente e pautado (2), todas estas listas opo-
niam-se pelo ultimo voto cidadãos acima me-
ncionados havendo mais duas listas inutiliza-
das por ser de papel branco e pautado em 9^o
vinham transcritas os nomes dos oito pri-
meiros cidadãos mencionados. Proceder-se a to-
das as outras formalidades legais do que tudo
para constar se lavrará a presente acta que
os Juizes Antonio Hebaldo Secretario que
a escrevi e assignei com todos os vogaes da-
mesma

Diogo Urbano Carreira e Oliveira
João Buarque Pires Loureiro
Antonio Vianna Rodrigues
João Maria Antonio e Moreira
Sebastião Antonio Hebaldo

Planta do Cemitério de Moura (século XIX)



Legenda:

- 1 = Jazigo de Valentim Nunes d' Oliveira
- 2 = Jazigo de José da Costa d' Aguilar Piçarra
- 3 = Jazigo de Joaquim António de Castro Vidal da Gama
- 4 = Jazigo de António Joaquim Bravo de Negreiros
- 5 = Jazigo de António Maria Ganso Pinto e Rafael Mendes Janeiro
- 6 = Jazigo de família de Manuel dos Santos Ramos
- 7 = Jazigo de José Maria Crujeira
- 8 = Jazigo de José Fialho Coelho
- 9 = Jazigo de Famílias : Pereira Lacerda, Limpo Lacerda e Sanches de Gusman
- 10 = Jazigo de João do Carmo Raposo
- 11 = Jazigo de António Fialho Coelho
- 12 = Jazigo de Família de António Francisco da Gama Vila - Lobos Pinto e de Francisco da Gama Vila - Lobos Pinto
- 13 = Jazigo de Família de Marcelino Fialho Gomes, Libânio António Fialho Gomes e Carlos Augusto Fialho Gomes

- 14 = Jazigo de família de José Fernandes Raposo
- 15 = Jazigo da família Tovar de Lemos
- 16 = Jazigo de António Fialho Casqueiro
- 17 = Sepultura de Justa Ximenes Azinahis Santos
- 18 = Jazigo de António Caeiro Carrasco e Ana Maria Vila - Lobos
- 19 = Sepultura de António Fialho Prêgo
- 20 = Sepultura de José Pimenta Raposo
- 21 = Jazigo de Joaquim José Piteira Fernandes
- 22 = Jazigo de Martinho José Raposo
- 23 = Sepultura de Família Caeiro Carrasco
- 24 = Jazigo de José Miguel d' Oliveira
- 25 = Jazigo de Família de João de Brito Pimenta d' Almeida

- A = Entrada Principal
- B = Entrada Lateral Esquerda
- C = Entrada de Acesso à Igreja de S. Francisco

V - Biografias

António Fialho Casqueiro	
Data de Nascimento: 1817	Naturalidade: Moura
Morada: Rocio de Sto Agostinho	Habilitações Literárias: sabe ler
Profissão : Lavrador (1853-75), Proprietário (1878-81)	
Filiação: Estevão Tiago Pimenta d' Almeida (Moura) Maria José Fialho Casqueiro (Santo Amador)	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria Clara Fialho (Barrancos)
Partido Político: ?	Elegível para: cargos administr. e deputado
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1866, 1867 . Administrador do Concelho de Barrancos em 1887 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral de Moura em 1862, 1865, 1881 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1864 a 1868, 1871, 1872, 1875, 1877, 1878 . Sócio Fundador da Sociedade " Círculo Mourense " (1853-1879) 	
obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . exonerado do cargo de Administrador do Concelho de Barrancos em 1890 	

Nome António Fialho Machado	
Data de Nascimento: 1843	Naturalidade: Vidigueira
Morada: Rocio da Glória (1867)	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Bacharel (1867); Lavrador (1877-1881)	
Filiação: Pedro Baião Machado (Vidigueira) Bárbara Augusta Fialho Gomes (Barrancos)	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Bernarda Augusta Fialho Casqueiro
Partido Político: ?	Elegível para: Deputado e cargos adm.
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Juiz substituto do Juiz de Direito na comarca de Moura em 1867 e 1873 . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1870 e 1871 . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja representante do concelho de Moura em 1868, 1876, 1885 . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja representante dos concelhos de Moura e Barrancos em 1878 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1876, 1877, 1878 . Eleito para a Câmara dos Deputados 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vice - Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1865 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1866 . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1883 e 1886 . Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral da freguesia de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 25 de Novembro de 1877 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Maiores Contribuintes industriais do concelho de Moura em 1886, 1888, 1889 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense" (1866-68, 1875-?) 	
Obs.	
.faleceu em 6 de Outubro de 1890 com 47 anos	

Nome Augusto Carlos Fialho e Castro	
Data de Nascimento: 1847	Naturalidade: Moura
Morada: Rua das Tendras (1874)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Lavrador (1877), Proprietário (1881-1895)	
Filiação: António de Lemos Sousa e Castro (Moura) Maria Bárbara Fialho (Barrancos)	
Estado Civil : casado (1874)	Cônjuge: Amélia Tovar de Lemos
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1877, 1878, 1881, 1883. . Procurador substituto à Junta Geral do Distrito de Beja por Moura em 1878 - 1879. . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja por Moura em 1880, 1881, 1882 (onde ocupou o lugar de vice - secretário da Junta) . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1884, 1885 . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1886 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1886, 1890, 1891, 1892, 1893 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista nas eleições para a Câmara Municipal de 4 de Agosto de 1878 . Presidente da mesa eleitoral de apuramento da eleição para a Câmara Municipal e para Procuradores à Junta Geral do Distrito de Beja de 4 de Agosto de 1878 . Presidente da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1880 . Suplente na mesa da assembleia eleitoral de S. João de Baptista para a eleição da Câmara Municipal em 6 de Novembro de 1881 . Vice - Presidente da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1888 e 1889 . Membro da comissão concelhia de Moura na Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo (1888) . Conselheiro do Governador Civil de Beja em 1905/1906 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes de 1875 a 1878, 1880 a 1882, 1886 a 1890, 1904, 1908 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1869 - ?) 	
Obs.	
. Colaboração particular e como autoridade no Museu Arqueológico de Beja (1893); agraciado com a Comenda da Conceição em 1890 pelo governo	

Nome Carlos Augusto Fialho Gomes	
Data de Nascimento: 1848	Naturalidade : Sobral (Moura)
Morada: Rua Gonçalo Garcia	Habilitações Literárias:
Profissão : Lavrador (1864 – 81)	
Filiação: Marcelino Miguel Gomes (Vidigueira) Bárbara Augusta Fialho	
Estado Civil : casado	Cônjuge: ?
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administ.
Cargos Político – Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1887, 1888 . Juiz substituto de Juiz de Direito da comarca de Moura em 1893, 1894 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1883 e 1891. 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1880 a 1882, 1885, 1886, 1888, 1889 a 1894 . Sócio Ordinário da Sociedade “ Circulo Mourense “ (1864 - ?) 	
obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . Faleceu em 5 de Dezembro de 1900 	

Nome Diogo Urbano Correia d' Oliveira	
Data de Nascimento: 1851	Naturalidade: Moura
Morada: Rua do Pinheiro (1883)	Habilitações Literárias: Curso de Agronomia
Profissão : Agrónomo/ proprietário	
Filiação: José Miguel d' Oliveira (Santiago do Cacém) Maria do Carmo Correia d' Almeida	
Estado Civil : casado (1883)	Cônjuge: Bárbara Pimenta Raposo
Partido Político: Regenerador	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja por Moura e Barrancos em 1874 . Juiz substituto do Juiz de Direito da Comarca de Moura em 1879 , 1885 . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1876, 1877, 1878, 1881 . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1880, 1882, 1883, de 1890 a 1893 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1900, 1901 . Provedor da Misericórdia de Moura em 1896 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral de Safara na eleição municipal de 6 de novembro de 1881 e na eleição para a Câmara de Deputados de 21 de Agosto de 1881 . Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral de Amareleja na eleição municipal de 6 de Novembro de 1892 e na eleição para a Câmara de Deputados de 6 de Março de 1887 e de 20 de Outubro de 1889 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1879 . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1881, 1882, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892 . Vice - Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1894, 1895 . Membro do Colégio Distrital de Eleitores para a eleição de um Par do Reino (1893) . Vice-secretário da mesa da Assembleia da Liga Regional do Baixo Alentejo em Maio de 1888. 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Sócio Ordinário da Sociedade " Circulo Mourense " (1869 - ?) . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1887 a 1894 	

Nome Domingos de Mira Ramalho	
Data de Nascimento: 1826?	Naturalidade: Amieira (Portel)
Morada: Rua de Baixo (Amareleja)	Habilitações Literárias: sabe ler
Profissão : Lavrador (1867-81)	
Filiação: ?	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Antónia Bernarda d' Almeida Ravasco (Safara)
Partido Político: ?	Elegível para: Deputado e Cargos Administr
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1887 e 1888	
Outras Funções e/ou Cargos:	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1861, 1866, 1870 a 1873, 1875, 1878, 1881	
. Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense "	
Obs.	
. Comprou uma casas nobres, em 1874, na Praça da vila de Moura , compostas por 9 casa no 1º piso e 9 casas no rés-do-chão , corredor, quintal e tanque que tem a norte a rua das Estalagens, pelo sul o lagar de João do Carmo Raposo, pelo poente as casas e adega de António d' Almeida Grave.	

Nome Eduardo Augusto Segurado	
Data de Nascimento: 1843	Naturalidade:
Morada: Rua de Serpa Pinto (1869)	Habilitações Literárias: Sabe ler
Profissão : Lavrador (1874-77); Proprietário (1881)	
Filiação: Francisco Paula Segurado e Lemos Maria José Pereira Tovar de Lemos	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria da Glória Fragoso Segurado
Partido Político: ?	Elegível para: Deputados e cargos administ.
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1876, 1877, 1881 a 1883.	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Presidente da mesa da assembleia eleitoral de Pias na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 4 de Agosto de 1878 . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1880	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1871, 1872, 1873, 1875, 1878 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1874 - 1883)	
Obs.	

Nome		Eugénio Arnaldo de Barros Ribeiro	
Data de Nascimento:	1835	Naturalidade :	
Morada: ?		Habilitações Literárias:	Bacharel em Direito
Profissão : Conservador Privativo da Comarca de Moura (1872/1877))			
Filiação: ?			
Estado Civil :	casado	Cônjuge: ?	
Partido Político: ?		Elegível para:	deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos			
<ul style="list-style-type: none"> . Conservador Privativo da comarca de Moura em 1872 a 1877 . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja representante do concelho de Moura em 1878, 1879 . Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1878 			
Outras Funções e/ou Cargos:			
Outros aspectos:			
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura . Sócio ordinário da Sociedade "Círculo Mourense" (1871- ?) 			
obs.			

Nome Francisco Piteira Fernandes, Junior	
Data de Nascimento: 1842?	Naturalidade : Portel
Morada: Rua Gonçalo Garcia	Habilitações Literárias: sabe ler
Profissão : Lavrador (1878/1881); Proprietário (1904)	
Filiação: Francisco Piteira Fernandes Margarida Angélica	
Estado Civil : casado	Cônjuge: ?
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político – Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1876, 1877. . Vice – Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1884, 1885, 1893 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1867 e 1879 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1876 a 1881 . Sócio Ordinário da Sociedade “Círculo Mourense” (1866-? ; 1876-?) 	
Obs.	

Nome Francisco Sebastião Garcia Pulido	
Data de Nascimento: 1854 (?)	Naturalidade: Amareleja
Morada: Rua da Fonte Nova - Amareleja (1878)	Habilitações Literárias: Sabe ler
Profissão : Lavrador (1877-1881) ; Proprietário (1895-1904)	
Filiação: Francisco Garcia Peres (Sevilha) Maria das Dores Pulido (Nodar - Évora)	
Estado Civil : casado (1880)	Cônjuge: Ana Garcia Vasques
Partido Político:?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1880 a 1885, 1893	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Escrutinador na mesa da Assembleia Eleitoral de Amareleja na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 4 de Agosto de 1878	
. Escrutinador na mesa da Assembleia de Apuramento na eleição para a Câmara Municipal e dos Procuradores à Junta Geral do Distrito de Beja em 4 de Agosto de 1878	
. Secretário da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1882	
. Suplente na mesa da Assembleia Eleitoral de Amareleja na eleição para a Câmara Municipal de 6 de Novembro de 1881	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1880 a 1882, 1885 a 1892, 1904, 1908	
obs.	

Nome Gaspar da Costa Bravo de Negreiros	
Data de Nascimento: 1846?	Naturalidade : Sobral
Morada: Rua Larga de S. Pedro (1904)	Habilitações Literárias : sabe ler
Profissão : Lavrador (1878 - 1904)	
Filiação: António José da Costa Bravo de Negreiros Maria Joana Bravo de Negreiros	
Estado Civil : casado (1870)	Cônjuge: Justina Cândida da Guarda Ximénes (Pias)
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
<p>. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1878, 1886, 1900, 1901</p> <p>. Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1902, 1903, 1904, 1908</p>	
Outras Funções e/ou Cargos:	
Outros aspectos:	
<p>. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1874 a 1894, 1904, 1908</p> <p>. Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1877-?)</p>	
Obs.	

Nome Joaquim António Vidal da Gama	
Data de Nascimento:	Naturalidade: Moura
Morada: Rua de Serpa Pinto	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Advogado (1843), Proprietário (1865)	
Filiação: Joaquim Carlos Vidal da Gama Rita Clementina	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria Augusta Vidal da Gama
Partido Político: ?	Elegível para: cargos administrativos
Cargos Político – Administrativos	
. Membro do Conselho Municipal em 1834 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1860 e 1861	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1863	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1860, 1862, 1864, 1865, 1867 . Sócio fundador da Sociedade “Círculo Mourense” (1853 - ?)	
obs.	

Nome Joaquim José Piteira Fernandes	
Data de Nascimento: 1840?	Naturalidade: Portel
Morada: Rua de Serpa (1862)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : proprietário (1878 -1904)	
Filiação: Francisco Piteira Fernandes (Portel) Margarida Angélica Fernandes	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Adelaide Carolina Segurado Fernandes (Moura)
Partido Político:?	Elegível para: Deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1866, 1867, 1878 a 1883	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Vogal da Comissão de recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1868	
Outros aspectos:	
. Membro da comissão concelhia de Moura na Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo em 1888	
. Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1866-1872, 1875-?)	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1863, 1866 a 1871, 1874 a 1878, 1880 a 1883, 1885 a 1891, 1894, 1904, 1908	
obs.	

Nome João António Abrantes	
Data de Nascimento: 1848	Naturalidade : Moura ?
Morada: Rua de Serpa Pinto	Habilitações Literárias: Sabe ler
Profissão : Lavrador (1867/ 1881)	
Filiação: João Maria Abrantes Maria Isabel	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria Bárbara Ganso Pinto
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1891 a 93.	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Moura em 1884. . Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral de S. João Baptista na eleição para a Câmara de Deputados em Outubro de 1892 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Moura em 1890, 1892. . Vice - Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Moura em 1991.	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1891 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense"	
Obs.	

Nome João da Guarda Ximénes	
Data de Nascimento: 1799	Naturalidade : Moura
Morada: Rua do Escalatrim (1864), Rua dos Espingardeiros (1873)	Habilitações Literárias: sabe ler
Profissão : Lavrador (1853-1870)	
Filiação: Bento José Sales Ximénes Isabel Policarpa da Guarda Fragoso	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria Rita Ganchinho
Partido Político: ?	Elegível para: cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
. Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1864 e 1865 . Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1872	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Vogal da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1862, 1867, 1869	
Outros aspectos:	
. Sócio Ordinário da Sociedade "Círculo Mourense"	
obs.	
. Faleceu com 74 anos em 1873	

Nome João de Brito Pimenta d' Almeida	
Data de Nascimento: 1822	Naturalidade: Moura
Morada: Rua das Tendas (1862)	Habilitações Literárias: sabe ler e escrever
Profissão : Lavrador (1865) ;Proprietário (1867- 1881)	
Filiação: Francisco de Brito Pimenta d' Almeida (Moura) Cândida Manuel de Mendonça (Vidigueira)	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria José Fialho de Brito (Barrancos)
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal em 1862 e 1863 . Escrivão da Santa Casa da Misericórdia de Moura em 1869 . Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Moura em 1874 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Participação e atribuição de um prémio na Exposição Agrícola de Lisboa em 1884 . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1862 a 1870, 1872 a 1884 . Sócio fundador da Sociedade " Círculo Mourense "(1853- 1872) 	
Obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . Candidato a vereador em 1867 em cujas eleições apenas obteve um voto . Os bens seguintes foram vendidos em hasta pública devido a uma acção hipotecária movida por António Joaquim de Carvalho (Beja) em 1876: Herdade da Comenda (Barrancos), Herdade de Val Vinagrinho (Safara), Herdade de Poupana (Santo Amador), Herdade dos Garrotes, Herdade do Pombal, Herdade do Corvo , Herdade das Tojeiras Pretas (Póvoa), Herade das Pereiras, Herdade dos Coelhoos, Herdade de Val de Picote de Baixo , Herdade dos Estaços (Santo Amador), Herdade d. M^a Pena Ventosa, Herdade dos Condes (Santo Aleixo da Restauração), Herdade de Vila Ruiva, Herdade dos Cotéis (Santo Agostinho), Horta das Amendoeiras, Herdade de D. Margarida, Herdade do Formoso, quatro olivais (S. João Baptista),, Herdade das Carapinhas, Herdade da Pipa, Herdade do Zambujeiro, Herdade do Monte Branco, Herdade da Capela, Herdade de Botas de Serva, metade da Herdade da Bolazina (Pias), morada de casas na Rua das Tendas, na Rua de Serpa e no Passeio Público . 	

Nome João do Carmo Raposo	
Data de Nascimento: 1823	Naturalidade: Moura
Morada: ?	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Lojista (1853); Proprietário (1867-81)	
Filiação: José do Carmo Raposo Francisca de Assis	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria Paula Pimenta Raposo
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1873 a 1875. . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1864, 1875, 1878, 1879, 1881, 1883 . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja por Moura em 1880, 1881, 1882 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1878, 1880 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Recebeu medalha na Exposição Agrícola Internacional de Londres em 1862 . Participação e atribuição de um prémio na categoria de azeites de oliveira na Exposição Universal de Paris em 1867 . Expositor premiado em Filadelfia na categoria de : Azeites em 1877 . Recebeu o prémio de “menção honrosa” pelo gado caprino que expôs, em 17 de Maio de 1884, na Exposição Agrícola de Lisboa . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1862 a 1875, 1878, 1881, 1886. . Sócio Ordinário da Sociedade “ Círculo Mourense “ (1853-83) 	
Obs.	

Nome João Maria de Sá Camello Lampreia	
Data de Nascimento: 1824	Naturalidade: Moura
Morada: Rua de Santo Agostinho	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Escrivão (1853), Lavrador (1867), Proprietário (1878)	
Filiação: João Lampreia de Sarre (Castro Marim) Isabel de Sá Camello	
Estado Civil : Solteiro	Cônjuge:
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1862, 1863, 1866, 1867, 1868, 1874, 1875 . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1862, 1869 . Recebedor da Fazenda da comarca de Moura de Fevereiro a 30 de Junho de 1864 . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1871, 1872, 1873, 1875 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral de Pias na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 4 de Setembro de 1864 . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1870 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Sócio Fundador da Sociedade "Círculo Mourense" (1853 -1878) . Membro da Lista dos Quarenta Maiores contribuintes do concelho de Moura em 1878 	
Obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . faleceu em 11 de Julho de 1878 com 54 anos e sem descendentes directos . Cidadão mais votado nas eleições para a Câmara Municipal em 1867 	

Nome João Pimenta Raposo	
Data de Nascimento: 1854	Naturalidade : Moura
Morada: ?	Habilitações Literárias: Curso de Agronomia
Profissão : Agrónomo (1881 /1895)	
Filiação: João do Carmo Raposo Maria Paula Pimenta	
Estado Civil: ?	Cônjuge: ?
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1884, 1885, 1908. . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1885. . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1886. 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1885/86 . Vice - Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1887 . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1883, 1890, 1893 e 1894. 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1887 a 1890 . Sócio Ordinário da Sociedade "Círculo Mourense" 	
Obs.	

Nome José Caetano Nogueira da Mata	
Data de Nascimento: 1839	Naturalidade: Moura
Morada: Rua do Morgadinho (1872/82)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Escrivão (1877- 1881); Negociante (1895-1904)	
Filiação: António Adriano da Mata Pinto (Beja) Gertrudes Emília da Mata Nogueira (Moura)	
Estado Civil : Casado	Cônjuge: Vitória Júlia d' Almeida Farinha
Partido Político: ?	Elegível para: deputado (1881)
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Secretário do Administrador do Concelho em 1872 . Escrivão da Fazenda de 1875 a 1881 . Procurador à Junta Geral do Distrito por Moura em 1884/85 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1897, 1898, 1899, 1900 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1862 , 1893, 1895 . Suplente na mesa da Assembleia eleitoral de S. João Baptista na eleição para a Câmara de Deputados de 4 de Setembro de 1864 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1887 , 1888 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Maiores Contribuintes (industrial) em 1886, 1888, 1889, 1893, 1895 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense "(1859-?) 	
obs.	

Nome José da Costa de Aguiar Piçarra	
Data de Nascimento: 1840	Naturalidade: Moura
Morada: Praça (1885)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Proprietário (1867, 1881 - 1904)	
Filiação: Pedro Eloy Piçarra Benta Maria da Conceição Aguiar	
Estado Civil : Casado	Cônjuge: Francisca Rita Abrantes (1873) Maria José Barbosa (1877)
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador Substituto da Câmara Municipal de Moura em 1878 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1888 . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1887, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909 . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1890, 1891, 1892, 1893 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1882, 1887, 1888, 1890 . Presidente da Assembleia de apuramento de votos da eleição municipal de 1 de Novembro de 1908 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1880, 1881, 1882, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1904, 1908 	
obs.	

Nome José do Prado Fragoso Torres Salgueiro	
Data de Nascimento: 1822	Naturalidade: Vidigueira
Morada: Rua Larga de S. Pedro (1872)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Proprietário (1853 - 1881)	
Filiação: Afonso do Prado Fragoso Maria Caetana Ludovina Torres Salgueiro	
Estado Civil : Casado	Cônjuge: Maria José da Costa e Sousa
Partido Político: ?	Elegível para: Deputado e cargos admin.
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1860/61 . Juiz Substituto do Juiz de Direito na comarca de Moura de 1865 a 1872 . Administrador substituto do concelho de Moura em 1872 . Administrador do Concelho de Moura de 1874 a 1878, 1882 e 1883 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Suplente na mesa eleitoral da freguesia de S. João Baptista na eleição para a Câmara de Deputados de 19 de Maio de 1861 . Vogal - suplente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1862 . Vice - Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1868 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1881 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1860,1863 a 1871, 1874,1877,1878. . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense "(1853-1881) 	
Obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . Exonerado do cargo de Administrador Substituto do concelho de Vidigueira em Janeiro de 1887 	

Nome		João Pedro de Mendonça	
Data de Nascimento:		Naturalidade : ?	
Morada: Rua de Serpa Pinto (1873)		Habilitações Literárias: instrução secundária	
Profissão : Capitão do Exército (1862); Proprietário (1877)			
Filiação: ?			
Estado Civil : casado		Cônjuge: Maria José Alvares Quintino de Mendonça	
Partido Político: Regenerador		Elegível para: deputado e cargos administr.	
Cargos Político - Administrativos			
<ul style="list-style-type: none"> . Administrador do Concelho de Moura 1861 a 1865, 1867 a 1873. . Vice - presidente da Câmara Municipal de Moura em 1873, 1876 e 1877 			
Outras Funções e/ou Cargos:			
<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1875 e 1878 			
Outros aspectos:			
<ul style="list-style-type: none"> . Sócio Ordinário da Sociedade "Círculo Mourense" (1859-?) . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura 			
Obs.			
<ul style="list-style-type: none"> . General da Brigada Reformado em 1876 			

Nome José Fialho Coelho	
Data de Nascimento: 1826	Naturalidade: Moura
Morada: Rua das Tendas (1862); Rocio da Glória nº6 (1869)	Habilitações Literárias: Sabe ler e escrever
Profissão : Proprietário (1853); Lavrador (1867-1881)	
Filiação: António Fialho Coelho (Santo Amador) Bernarda Joaquina Marques Escoval (Barrancos)	
Estado Civil : Casado (1850)	Cônjuge: Ana Fausta de Lemos Sousa e Castro
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos:	
<p>. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1860, 1861, 1868, 1869, 1878, 1879</p> <p>. Juiz - substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1875, 1877, 1878</p> <p>. Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1878, 1880, 1881.</p>	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<p>. Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1877</p>	
Outros aspectos:	
<p>. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes de 1860, 1863 a 1870, 1872 a 1875, 1877, 1881</p> <p>. Sócio fundador da Sociedade " Círculo Mourense " (1853-1884)</p>	
obs.	
. Faleceu com 58 anos em 27 de Setembro de 1884	

Nome José Maria Gonçalves Perfeito	
Data de Nascimento: 1857	Naturalidade :
Morada: ?	Habilitações Literárias: sabe ler
Profissão : Comerciante (1895)	
Filiação: João Baptista Gonçalves Perfeito Camila Rosa Gonçalves Perfeito	
Estado Civil: Casado	Cônjuge: Maria José Valente
Partido Político: ?	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1897 a 1900, 1905 a 1910.	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Secretário da mesa da Assembleia Eleitoral da freguesia de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 1892.	
. Escrutinador na mesa da Assembleia Eleitoral da freguesia de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 8 de Dezembro de 1895, 18 de Novembro de 1900, 6 de Novembro de 1904, 1 de Novembro de 1908.	
. Escrutinador na mesa da Assembleia Eleitoral da freguesia de S. João Baptista na eleição para a Câmara de Deputados de 20 de Outubro de 1889, 23 de Outubro de 1892, 26 de Novembro de 1899, 26 de Junho de 1904, 19 de Agosto de 1906.	
. Presidente na mesa da Assembleia Eleitoral da freguesia de Safara na eleição para a Câmara de Deputados de 6 de Outubro de 1901	
. Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1900.	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura	
obs.	

Nome José Maria Nogueira	
Data de Nascimento: 1800	Naturalidade: Moura (Santo Aleixo)
Morada: Rua Serpa Pinto	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Advogado (1843); Proprietário (1857- 81)	
Filiação: Francisco Nogueira Calado Joana Angélica da Purificação Nogueira	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Paula Elisa (1855)
Partido Político: Progressista	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político – Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1860, 1861, 1878, 1880, 1883, . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1870 a 1873, 1882 . Vice – Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1878, 1879, 1881 . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1878 . Administrador do Concelho de Moura em 1884, 1885 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vice – Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1866, 1867 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1868, 1877 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Sócio Fundador da Sociedade “ Círculo Mourense “ (1853 - 63, 1866 - 80) 	
Obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . Faleceu no dia 4 de Novembro de 1890 com 90 anos 	

Nome José Miguel d 'Oliveira	
Data de Nascimento: 1812	Naturalidade: Santiago do Cacem
Morada: Terreiro da Olarias (1864)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Feitor (1843); Negociante (1853); Proprietário (1877 - 1881)	
Filiação: Miguel José d' Oliveira (S. Tiago do Cacem) Rosário Pereira Oliveira	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria do Carmo Correia d' Almeida
Partido Político: Histórico / Regenerador	Elegível para: deputado e cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1866 a 68, 1874, 1875, 1878, 1879 . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1873	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Chefe do Partido Regenerador em Moura . Vogal - suplente da Comissão de Recenseamento Eleitoral em 1862 . Presidente da mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de 28 de Novembro de 1875 . Vice - Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral em 1880 . Membro da Comissão concelhia de Moura na Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo (1888)	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1863 a 1890 . Expositor premiado em Filadelfia na categoria de : Queijos em 1877 . Recebeu prémio pecuniário na Exposição Agrícola de Lisboa pelo gado ovino que expôs (17 de Maio de 1884) . Sócio fundador da Sociedade " Círculo Mourense " (1853 - 63, 1866 - 83?)	
Obs.	
. Procurador de Luís d' Afonseca Maldonado Vivião Passanha (Ferreira) em 1875 na compra de uma propriedade no concelho de Moura . Faleceu em 19 de Dezembro de 1890 com 78 anos.	

Nome José Joaquim da Costa Pinto Santiago	
Data de Nascimento: 1841	Naturalidade: Moura
Morada: Rua de Serpa Pinto	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Advogado (1878)	
Filiação: António Máximo Santiago Maria Bárbara Pinto Santiago	
Estado Civil : Solteiro	Cônjuge:
Partido Político: Regenerador	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Administrador do Concelho de Moura em 1880,1881 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1884, 1885, 1893, 1897 . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1888 . Agente do Ministério Público em 1888 . Membro da Junta do Tribunal Administrativo do distrito de Beja em 1888 . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1893 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1886 e 1895 . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1894, 1897, 1898 . Presidente da Assembleia de apuramento de votos para a eleição municipal de Setembro de 1897 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Vinte Maiores Contribuintes da contribuição industrial de 1886, 1893, 1895 . Sócio Ordinário da Sociedade "Círculo Mourense" (1876-?) 	
obs.	

Nome Libânio António Fialho Gomes	
Data de Nascimento: 28/11/1850	Naturalidade: Vidigueira
Morada: Rua Gonçalo Garcia (1870)	Habilitações Literárias: Curso de Medicina
Profissão : Médico – cirurgião (1881 – 1904)	
Filiação: Marcelino Miguel Gomes (Vidigueira) Bárbara Augusta Fialho (Barrancos)	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria do Carmo Fialho Casqueiro
Partido Político: progressista	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político – Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Governador civil substituto de Beja em 1886 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1905 a 1910 . Eleito para a Câmara de Deputados em 1892, 1893, 1894, 1900, 1901, 1904, 1906 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1880 . Médico do Partido camarário em 1884 . Representante do grupo progressista de Barrancos na reunião do partido em Beja no dia 4 de Maio de 1895 . Presidente da mesa da Assembleia Municipal de S. João Baptista na eleição de 6 de Outubro de 1901 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes em 1886, 1888, 1889, 1893, 1895 . Sócio - Extraordinário da Sociedade “ Círculo Mourense “ em 1875 e Sócio - Ordinário da mesma Sociedade a partir de 1879 	
obs.	
. Faleceu em 24 de Abril de 1910	

Nome Manuel Albino de Azinhais Santos	
Data de Nascimento: 1851	Naturalidade : Campo Maior (Elvas)
Morada: Rua da Saboeira (1880); Praça (1904)	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão : Escrivão (1874-83); Proprietário (1895 -1900)	
Filiação: João António da Silva Santos (Campo Maior) Justa Ximénes de Azinhais Santos (Amieira)	
Estado Civil : casado (1880)	Cônjuge: Cândida de Vila - Nova Vasconcelos de Brito (Moura)
Partido Político:	Elegível para: cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Escrivão da Fazenda de 1874 a 1877 . Escrivão da Administração em 1883 . Administrador do Concelho de 1891 a 1895 . Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1900 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Secretário da mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 25 de Novembro de 1877 . Suplente na mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 4 de Agosto de 1878 . Presidente da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1900 . Presidente da mesa da assembleia eleitoral de S. João Baptista na eleição para a Câmara Municipal de Moura de 18 de Novembro de 1900 . 	
Outros aspectos:	
. Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1876 - ?)	
obs.	

Nome Manuel Fortunato Xavier Henriques	
Data de Nascimento: 1829	Naturalidade : ?
Morada: Rua Estreita de S. Pedro	Habilitações Literárias: instrução secundária
Profissão: Proprietário (1878 – 81)	
Filiação: ?	
Estado Civil : casado	Cônjuge: ?
Partido Político:	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político – Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1887, 1888.	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Vogal da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1870, 1883, 1885 a 1887.	
Outros aspectos:	
. Sócio Ordinário da Sociedade “Círculo Mourense” . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1886	
obs.	

Nome Manuel José Gonçalves Perfeito	
Data de Nascimento: 1844	Naturalidade: S. Martinho de Ruivais (Braga)
Morada: Rua de Serpa Pinto (1890)	Habilitações Literárias: Sabe ler e escrever
Profissão : Negociante/proprietário (1878); Lojista / Proprietário (1881) ;	
Filiação: João Baptista Gonçalves Perfeito Camila Rosa Gonçalves Perfeito	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Matilde da Conceição Hilário Perfeito
Partido Político: progressista	Elegível para: deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1884, 1885, 1893 . Administrador do Concelho de Moura em 1888, 1889, 1890, 1897, 1898	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral de 1883, 1891, 1892	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Maiores Contribuintes do concelho de moura em 1886, 1888 . Sócio Ordinário da Sociedade "Círculo Mourense"	
obs.	
. Cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo	

Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda (Visconde de Altas Mórias)	
Data de Nascimento: 1841	Naturalidade: Moura
Morada: Rocio da Glória	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Proprietário (1878 - 1904)	
Filiação: Rodrigo Limpo de Lacerda Ravasco (Lágos) Maria do Carmo Sanches Pereira de Gusman (Setúbal)	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Feliciana Pereira Lacerda (Loulé)
Partido Político: progressista	Elegível para: deputado e cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1879, 1885, 1893, 1894 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1887 , 1888. 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1881, 1887 . Membro Substituto do Concelho Fiscal da Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo em 1888 . Representante do centro progressista de Moura e Barrancos nas exéquias pelo eterno descanso do Bispo de Viseu realizadas em 11 de Março de 1882 . Membro da " Comissão de Vinhos e Azeites" representante do concelho de Moura em 1896 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1892, 1893, 1894 . Membro da Comissão Concelhia na Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo em 1888 . Participação no Congresso Agrícola realizado a 20 de Fevereiro de 1888 em Lisboa . Participação e atribuição de um prémio de "menção honrosa" na Exposição Agrícola de Lisboa em 1884 . Proprietário da "Fábrica de Moagem Altas Mórias", inaugurada em 10 de Setembro de 1894 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1864- ?) 	
Obs.	

Nome Manuel Pires Lavado de Brito	
Data de Nascimento: 1826?	Naturalidade: ?
Morada: Rocio da Glória (1860)	Habilitações Literárias: Bacharel em Direito
Profissão : Advogado (1875) ; Proprietário (1878 -1881)	
Filiação: ?	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria da Glória Vasconcelos Gusmão
Partido Político: Progressista (1864-1870); Histórico (1871), Progressista (1878)	Elegível para: deputado e cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
<ul style="list-style-type: none"> . Administrador substituto do Concelho de Moura em 1863 . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1864, 1865 . Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1862, 1863, 1866, 1867, 1868, 1869, 1874, 1875, 1878, 1879, 1888. . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1871, 1872, 1873, 1878 . Eleito para a Câmara de Deputados em 1864, 1865, 1868 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Presidente da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1864 . Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral de S. João Baptista na eleição de 4 de Setembro de 1864 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura em 1862, 1863, 1888, 1889 . Sócio Ordinário da Sociedade " Círculo Mourense " (1858 - ?) 	
obs.	
. cidadão mais votado na eleição para a Câmara Municipal em 1867	

Nome		Manuel Vicente da Gama Pinto	
Data de Nascimento:	1813	Naturalidade :	Moura
Morada:	Rua de Serpa Pinto	Habilitações Literárias:	sabe ler
Profissão : Proprietário (1857/ 1865); Lavrador (1875/1881)			
Filiação: Francisco da Gama Pinto (Moura) Maria da Dores Villa – Lobos (Badajoz)			
Estado Civil :	casado	Cônjuge:	Maria do Carmo d'Almeida Ganso
Partido Político:	?	Elegível para:	deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos			
. Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1860, 1861, 1872, 1873.			
Outras Funções e/ou Cargos:			
. Vogal da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1863.			
Outros aspectos:			
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1860, 1862, 1870, 1876 a 1878, 1880.			
obs.			

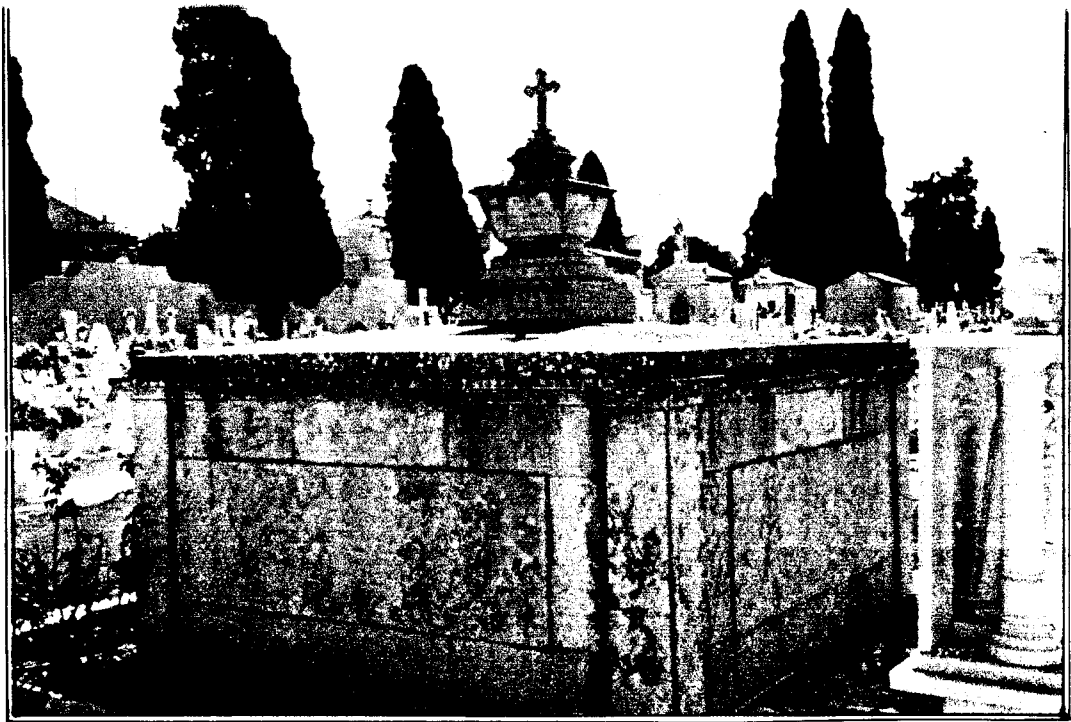
Nome		Marcos Cortes Ribeiro	
Data de Nascimento:	1831	Naturalidade :	?
Morada:	Rua de Serpa Pinto	Habilitações Literárias:	Sabe ler
Profissão : Alfaiate (1867-78), Proprietário (1904)			
Filiação: ?			
Estado Civil :	casado	Cônjuge:	
Partido Político:	?	Elegível para:	deputado e cargos administr.
Cargos Político - Administrativos			
. Vereador da Câmara Municipal de Moura de 1891 a 93, 1900 a 1904.			
Outras Funções e/ou Cargos:			
. Vogal da comissão de recenseamento eleitoral do concelho de Moura em 1878, 1895			
. Presidente da mesa da assembleia eleitoral de Safara para a eleição da Câmara Municipal em 4 de Agosto de 1878 e 1 de Novembro de 1908			
. Escrutinador na mesa da assembleia eleitoral de Safara para a eleição da Câmara Municipal em 6 de Novembro de 1904			
Outros aspectos:			
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura			
obs.			

Nome Martinho José Raposo	
Data de Nascimento: 1815	Naturalidade: Évora
Morada: Praça	Habilitações Literárias: sabe ler e escrever
Profissão : Proprietário (1853-1867)	
Filiação: José do Carmo Raposo Francisca d' Assis Raposo	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Teresa de Jesus Raposo
Partido Político: ?	Elegível para: Cargos Administrativos
Cargos Político - Administrativos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1862, 1863, 1866, 1867, 1868, 1869 . Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Moura em 1868, 1869, 1870 . Procurador à Junta Geral do Distrito de Beja , representante de Moura e Barrancos em 1864/1865 	
Outras Funções e/ou Cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Secretário da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1861 	
Outros aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> . Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1862 a 1871 . Sócio fundador da Sociedade " Círculo Mourense " (1853-63) 	
Obs.	
<ul style="list-style-type: none"> . cidadão mais votado na eleição para a Câmara Municipal em 1867 . faleceu em 18 de Abril de 1871 com 56 anos 	

Nome Miguel Urbano Fialho Pinto	
Data de Nascimento: 1862	Naturalidade: Moura
Morada: Rua Gonçalo Garcia (1888)	Habilitações Literárias: sabe ler e escrever
Profissão : Proprietário (1908)	
Filiação: António Francisco da Gama Vila Lobos Pinto (Moura) Maria do Carmo Fialho Rodrigues (Santo Amador)	
Estado Civil : casado	Cônjuge: Maria Augusta Fialho
Partido Político: regenerador	Elegível para: cargos administrativos
Cargos Político - Administrativos	
. Vereador da Câmara Municipal de Moura em 1884, 1885, 1893 . Vice - Presidente da Câmara Municipal de Moura em 1897	
Outras Funções e/ou Cargos:	
. Vogal da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura em 1900	
Outros aspectos:	
. Membro da Lista dos Quarenta Maiores Contribuintes do concelho de Moura de 1891 a 1894 e em 1904 . Sócio ordinário da Sociedade " Círculo Mourense "	
obs.	

VI - Imagens

Imagem 1



*Jazigo de
José Miguel d'Oliveira (24)*

*Jazigo de
João do Carmo Raposo e sua Família
(10)*

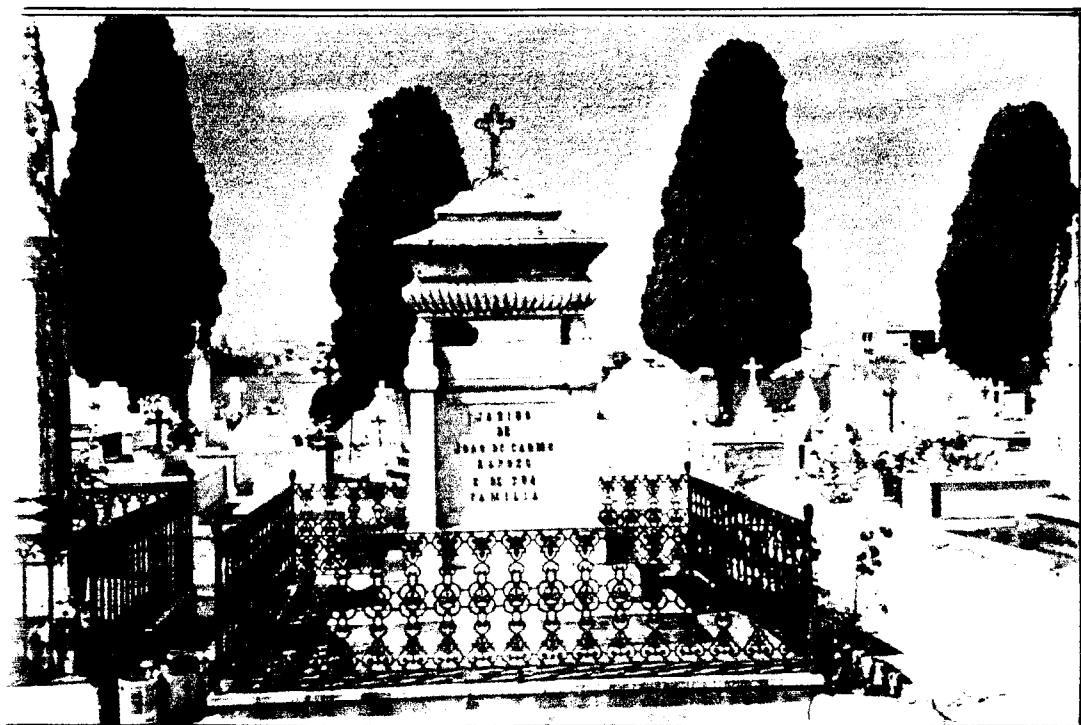


Imagem 2



Imagem 3

*Jazigo de
José Fialho Coelho (8)*

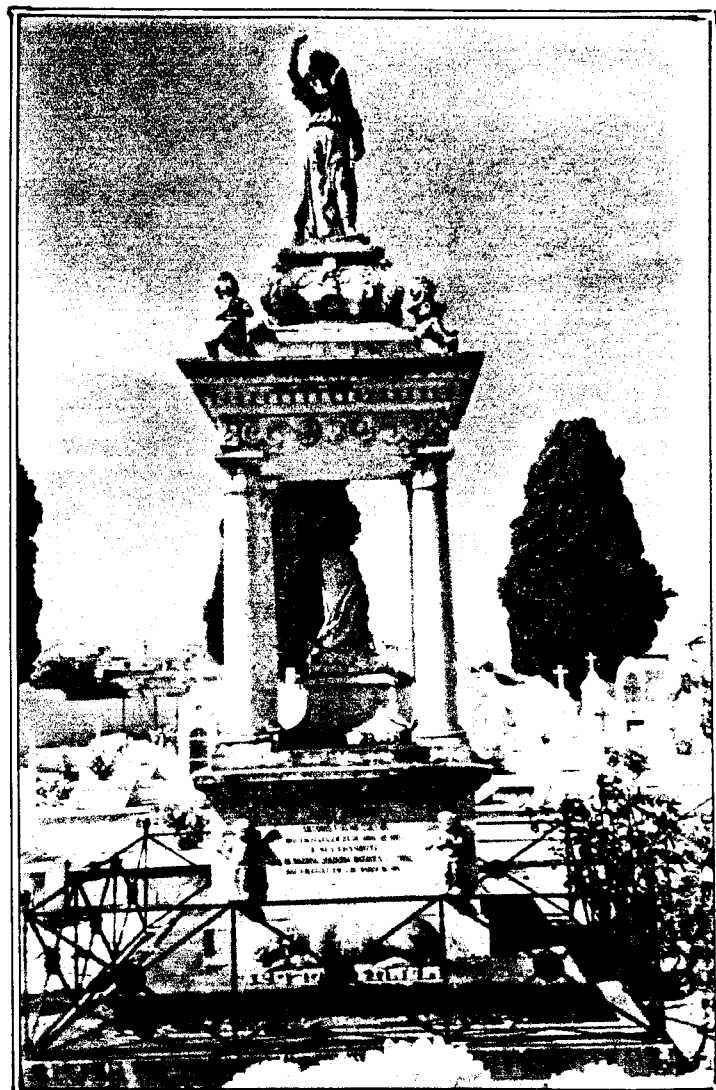


Imagem 4

*Jazigo de
António Fialho Coelho (11)*



Imagem 5

Jazigo de Família de
João de Brito Pimenta d'Almeida (25)



Imagem 6

Jazigo da Família
Tovar de Lemos (15)



Imagem 7

Jazigo das Famílias
Pereira Lacerda, Limpo Lacerda e
Sanches de Gusman (9)

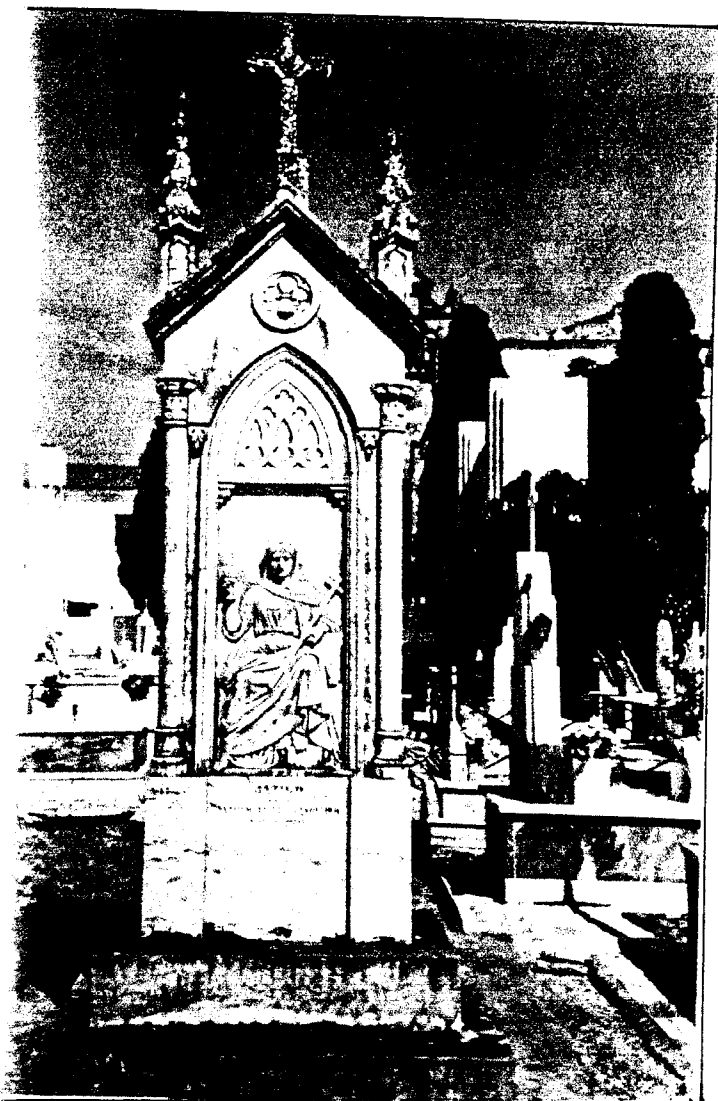


Imagem 8

Jazigo de
António Fialho Casqueiro (16)



Fontes e Bibliografia

(Nota - A bibliografia encontra-se organizada por autor, seguido do ano de publicação, título, edição, local e editora.)

Fontes :

* Fontes Manuscritas

- Arquivo da Biblioteca Municipal de Moura (ABMM)

- *Actas da Câmara Municipal, Moura, 1860-1910.*
- *Actas das sessões da Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho de Moura de 1856/78 , 1877 /81,1881/82, 1883/84, 1886/91, 1891/95.*
- *Actas da eleição da Comissão de Recenseamento Eleitoral, 1879-1895*
- *Livro de Recenseamento Eleitoral dos eleitores e elegíveis do concelho de Moura, Moura, 1861- 1909.*

- Arquivo da Sociedade “ Club Mourense ” (ASCM)

- *Livro de actas das reuniões da Sociedade “Círculo Mourense”, 1856 a 1893, 1867 a 1878.*
- *Livro de matrícula da Sociedade União Recreativa Mourense , Évora, Empreza Typografica Eborense , 1904.*
- *Livro de Sócios Ordinários e Extraordinários da Sociedade “ Círculo Mourense ” , 1853 -1880.*

- Arquivo Distrital de Beja (ADB)

A) Arquivo Histórico do Governo Civil de Beja (AHGCB)

- *Actas de constituição das mesas das várias assembleias eleitorais nas eleições de vereadores para a Câmara Municipal de Moura de 1867, 1875, 1877, 1878, 1881, 1892, 1900, 1904, 1908*
- *Actas de constituição das mesas das várias assembleias eleitorais nas eleições para a Câmara de Deputados de 1868, 1881, 1892, 1899, 1900, 1901, 1904, 1906*

- *Actas das eleições de vereadores para a Câmara Municipal de Moura das várias assembleias eleitorais de 1867, 1875, 1877, 1878, 1881, 1892, 1900, 1904, 1908.*
- *Actas das eleições para deputados da Nação das várias assembleias de 1865, 1868, 1881, 1892, 1899, 1900, 1901, 1904, 1906.*
- *Correspondência entre o Governo Civil de Beja e o Administrador do Concelho de Moura , 1867 a 1881.*
- *Lista dos Governadores Civis do distrito de Beja , 1846 - 1889.*
- *Livro de actas das sessões da Junta Geral do distrito de Beja, 1864 – 1878*
- *Mapas Estatísticos relativos ao movimento eleitoral no distrito de Beja (1894, 1895, 1896, 1906, 1907, 1908, 1909)*
- *Pauta dos cidadãos do distrito de Beja que estão em circunstância de servir o cargo de Administrador do Concelho, 1843*

B) Fundos Notariais (ADB)

- *Livro de registo de baptismos da paróquia de Amareleja do Concelho de Moura, 1880 - 1890.*
- *Livro de registo de baptismos da paróquia de S. João Baptista do Concelho de Moura, 1845 - 1892*
- *Livro de registo de baptismos da paróquia de Santo Agostinho do Concelho de Moura, 1806 - 1890*
- *Livro de registo de baptismos da paróquia do Sobral da Adiça do Concelho de Moura, 1860 - 1862.*
- *Livro de registo de casamentos da paróquia de Amareleja do Concelho de Moura, 1860 - 1890*
- *Livro de registo de casamentos da paróquia de S. João Baptista do Concelho de Moura, 1840 - 1893.*
- *Livro de registo de casamentos da paróquia de Santo Agostinho do Concelho de Moura, 1804 - 1890.*

- *Livro de registo de casamentos da paróquia de Safara do Concelho de Moura* , 1863 - 1872.
- *Livro de registo de casamentos da paróquia do Sobral da Adiça do Concelho de Moura* , 1808 - 1859.
- *Livro de registo de óbitos da paróquia de S. João Baptista do Concelho de Moura*, 1868 - 1893.
- *Livro de registo de óbitos da paróquia de Santo Agostinho do Concelho de Moura*, 1870 - 1893.

* Fontes Impressas

a) Publicações Oficiais:

- *Carta Constitucional da Monarchia Portugueza e Acto Adicional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.
- *Censo da população de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- *Censo da população de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- *Diário do Governo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1910.

b)Imprensa:

O Bejense, Beja, 1860-1897.

c)Literatura :

Almeida, Fialho de:

1978 - *Os Gatos*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

Branco, Camilo Castelo:

1978 - *A Queda de um Anjo*, Lisboa, Círculo de Leitores, (1ª ed.: 1866).

Dinis, Júlio:

1978 - *A Morgadinha dos Canaviais. Crónica da Aldeia.*, Lisboa, Círculo dos Leitores, (1ª ed.: 1868).

Ficalho, Conde de:

1888 - *Uma Eleição Perdida*, Lisboa, Livraria Ferrin.

Queiroz, Eça de:

1978 - *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Círculo de Leitores, (1ª ed.: 1900).

d)Outras fontes:

Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho:

1990 - *Portugal Antigo e Moderno - Dicionário*, Lisboa, Vol. V, (1ª ed. 1875).

Martins, Oliveira:

1959 - *A Província (1885-1892)*, 5 vols., Lisboa, Guimarães Editores.

Matta, José Avelino da Silva e:

1991 - *Anais de Moura ou Apontamentos Históricos para a Topografia Mourense (1855)*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

Silva, António Joaquim Lopes da (coord.):

1890 - *Repertório Jurídico Português*, Coimbra, Imprensa Universidade, 1890.

Bibliografia

Almeida, Pedro Tavares de :

- 1985 - "Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878 -1910) " in *Análise Social*, XXI, Lisboa, 1985, pp. 111-153.
- 1991 - *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868 - 1890)*, Lisboa,Difel.
- 1995 - *A Construção de Estado liberal. Elite Política e Burocracia na "Regeneração"(1851 - 1890)*, Vol. I e II, (Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política), U.N.L.- F.C.S.H.

Antunes, L. F. Colaço :

- 1981 - " Direito eleitoral e pensamento político no séc. XIX " in *Economia e Sociologia*, 31, Évora, pp. 69-102.

Bernardo, Maria Ana Rodrigues :

- 1992 - *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda Metade do Século XIX. O Círculo Eborense*, Évora, Universidade de Évora, (policopiado).

Bonifácio, Maria de Fátima:

- 1989 - *A contestação das eleições antes da Regeneração (Fraude eleitoral, poder ilegítimo e guerrilha política)*,tese complementar de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.,Lisboa.

Bottomore, T. B. :

1974 - *As Elites e a Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Bovero, Michelangelo:

1975 - *La teoria dell' élite*, Torino, Loescher.

Cabral, Manuel Villaverde:

1979 - *Portugal na Alvorada do séc. XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa.

Carasa Soto, Pedro:

1994 – “ La recuperacion de la historia política y la prosopografia” in *Elites. Prosopografia Contemporánea*, (ed.Pedro Carasa Soto), Valladolid, Secret.Public. Universidad de Valladolid.

Cardoso, António Lopes:

1993 - *Os Sistemas Eleitorais*, Lisboa, Ed. Salamandra.

Carolino, Luís Miguel:

1996 - *A Cidades dos Mortos – Um Espelho da Sociedade dos Vivos.Estratégias de Afirmação Social no Cemitério de N^a Sr^a dos Remédios de Évora.1840 -1910* in *Actas do II Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre (de 23 a 25 de Novembro de 1994)*, Portalegre/ Nisa, A. P. H., pp.271-284.

Cascão, Rui:

1993/94 – “ Vida quotidiana e sociabilidade” in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VI, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 517 – 541.

Chaussinand-Nogaret, Guy (dir.):

1991 - *Histoire des Élités en France du XVIe au XXe siècle*, Paris, Editions Tallandier.

Costa, Joaquín (org.):

1972 - *Oligarquia y Caciquismo como la Forma Actual de Gobierno en España: Urgencia y Modo de Cambiarla*, Madrid.

Cruz Artacho, Salvador:

1994 - *Caciques y Campesino – Poder Político, Modernización agrária y Conflictividad rural en Granada: 1890-1923*, Madrid, Ediciones Libertarias.

Cutileiro, José:

1977 - *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.

Daumard, Adeline :

1992 - *Os Burgueses e a Burguesia na França*, S. Paulo, Martins Fontes Ed.,
(tradução : António de Pádua Darusi).

Fonseca, Fernando Taveira da:

1993/94 - “ Elites e Classes Médias ” in *História de Portugal* (dir. José Mattoso),
Vol. VI, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 459 - 477.

Fonseca, Helder Adegar e Reis, Jaime :

1987 - “ José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração ” in
Análise Social, n ° 99, pp. 865 -904.

Fonseca, Helder Adegar :

1988 - “ Sociedade e Elites Alentejanas no Séc. XIX “ in *Economia e Sociologia*, n ° 45/46, Évora.

1992 - *Economias e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, Évora, Universidade de Évora.

1995 - “ As Elites Económicas Alentejanas, 1850 - 1870 : anatomia social. O exemplo de Évora ” in *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica Social : História Empresarial em Portugal*, Évora, Universidade de Évora, pp. 593-632.

1996 - *O Alentejo no Século XIX - Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Freitas, Antunes :

1970 - “Algumas Notas sobre a Teoria das Elites” in *Análise Social*, VIII (30-31), pp. 519-527.

Galbraith, John Kenneth:

1983 - *Anatomia do Poder*, Lisboa, Difel.

Gameiro, Fernando Luís:

1995 – *Ensino e Educação no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, FCSH – UNL (texto policopiado).

Gortázar, Guillermo:

1994 – “ Oligarquia, elites y prosopografía: tres etapas en la historia de los grupos de poder ” in *Elites. Prosopografía Contemporánea*, (ed. Pedro Soto), Valladolid, Secret.Public.Universidad de Valladolid, pp.

Lasswell, Harold:

1984 - *Política : Quem Ganha, O Quê, Quando, Como?*, Brasília, Ed.Universidade de Brasília.

Lopes, Fernando Farelo:

1991 - “ Clientelismo, “crise de participação ” e deslegitimação na 1ª República” in *Análise Social*, XXVI (111), pp. 401-416.

1994 - *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

Malta, Maria da Conceição de Carvalho Reis:

1993 – “ O Associativismo Recreativo e Cultural Oitocentista – Análise do “Círculo Montemorense ” (1891) ” in *Almansor*, nº 11, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pp. 231 – 311.

Maniscalco, Maria Luisa:

1995 - “L’ élite tra società e storia: il concetto e la realtà “ in *Formazione e Ruollo della Elité nell’ età contemporanea* (dir. Giovanni Aliberti e Luigi Rossi), Napoli, Edizioni Scientifiche Italiano, pp. 197- 224.

Matos, Ana Cardoso de e Nunes, Maria de Fátima:

1996 - “ Percursos de Vida e de Sociabilidade. Notas para a História de Portalegre no século XIX “ in *Actas do II Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre (de 23 a 25 de Novembro de 1994)*, Portalegre/ Nisa, A. P. H., pp.195-200.

Mendes, José Amado:

1992 - “O Contributo da Biografia para o Estudo das Elites Locais: Alguns Exemplos ” in *Análise Social*, XXVII (116-117), Lisboa, (2º - 3º), pp. 357- 365.

Mills, C. Wright:

1981 - *A Elite do Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Miranda, Sacuntala de:

1982 - *A Revolução de Setembro de 1836. Geografia Eleitoral*, Lisboa, Livros Horizonte.

Murillo, Francisco:

1972 - *Estudios de Sociologia Política*, Madrid, Ed. Tecnos.

Oliveira, César (dir.):

1996 - *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Círculo dos Leitores.

Parry, Geraint:

1977 - *Political Elites*, London, George Allen & Unwin.

Proença, Maria Cândida:

1987 - *Eleições Municipais em Sintra (1910-1926)*, Sintra, Ed. Câmara Municipal de Sintra.

Reis, Jaime:

1984 - " O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica " in *Análise Social*, Lisboa, n °80, pp. 7 - 28.

Rowland, Robert:

1984 - " Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada " in *Ler História*, n°3, pp. 13-32.

Santos, Rui:

1993 - "Senhores da Terra, Senhores da Vila: Elites e Poderes Locais em Mértola no século XVIII" in *Análise Social*, Vol. XXVIII (121).

Serra, João B.:

1987 - "Elites locais e competição eleitoral em 1911", *Análise Social*, XXIII (95), Lisboa, pp. 59-95.

1988 - " As Reformas da Administração Local de 1872 a 1910 " in *Análise Social*, XXIV (103-104), pp. 1037-1066.

Sobral, José Manuel e Almeida, Pedro Tavares de:

1982 - "Caciquismo e poder político, reflexões em torno das eleições de 1910" in *Análise Social*, XVIII (72 - 73 - 74), Lisboa, pp. 649-671.

Sobral, José Manuel:

1995 - "Memória e Identidades Sociais - dados de um estudo de caso num espaço rural" in *Análise Social*, XXX(131-132), Lisboa, (2º-3º),pp.289-313.

Sousa, Paulo Siveira e :

1996 - " A Literatura, a Política e os Municípios no Portugal Liberal" in *História dos Municípios e do Poder Local*, (dir. César de Oliveira), Círculo dos Leitores, pp.222 - 241.

Stock, Maria José:

1989 - *Elites, Facções e Conflitos Intrapartidários: - o PPD / PSD e o Processo Político Português, 1974 - 1985*, Évora.

Tengarrinha, José:

1983 - *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Ed. Caminho.

Tussel, Javier :

1976 - *Oligarquía y Caciquismo en Andalucía(1890-1923)*,Barcelona, Ed.Planeta.

Valente, Vasco Pulido:

1992 - *O Poder e o Povo - a Revolução de 1910*, Lisboa, Ed. Moraes, 2ª ed.

Varela Ortega, José:

1977 - *Los amigos políticos. Partidos, elecciones y caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza Editorial.

Villa Arranz, Juan:

1994 - "Classes y elites en la investigacion. Algunas reflexiones teóricas y metodológicas" in *Elites. Prosopografía Contemporánea*, (ed. Pedro Soto), Valladolid, Secret. Public. Universidad de Valladolid., pp.11-24.

Índices

Índice de Gráficos

	Pág.
Gráfico I - Categoria profissional dos sócios fundadores da Sociedade “ Círculo Mourense “ (1853).....	33
Gráfico I - A - Distribuição do total de sócios - ordinários da Sociedade “ Círculo Mourense “ pelas categorias: Maior Contribuinte, parentesco de 1º grau com maiores contribuintes e elegível (1853 - 1882)	34
Gráfico II – Relações de parentesco entre os elementos da elite política que exerceram cargos político- administrativos no Concelho de Moura (1860 - 1910).....	39
Gráfico III - A - Categoria profissional dos sócios - ordinários da Sociedade “ Círculo Mourense “ (1876/77).....	148
Gráfico III - B - Categoria profissional dos sócios - ordinários da Sociedade “ Círculo Mourense “ (1881/82).....	148
Gráfico IV - Número de eleitores do Concelho de Moura (1862 – 1910).....	55
Gráfico V (A) – Actividade Socio –Profissional dos membros da Elite Política Mourense.....	149
Gráfico V (B) – Actividade Socio –Profissional dos membros da Elite Política Mourense (distribuição percentual).....	149

- Gráfico VI (A)** - Distribuição percentual da votação obtida pelo candidato
Manuel Pires Lavado de Brito no Círculo Eleitoral nº142
(Eleição para a Câmara de Deputados – 14 de Julho de
1865).....90
- Gráfico VI (B)** - Distribuição percentual da votação obtida pelo candidato
António Maria Tovar de Lemos no Círculo Eleitoral nº142
(Eleição para a Câmara de Deputados – 14 de Julho de
1865).....90

Índice de Quadros

Pág.

- Quadro I (A)** – Titulares dos cargos da Câmara Municipal de Moura:
 identificação, anos em que ocuparam esses cargos e
 relação com a lista de Maiores Contribuintes (1860/1870)...111
- Quadro I (B)** – Titulares dos cargos da Câmara Municipal de Moura:
 identificação, anos em que ocuparam esses cargos e
 relação com a lista de Maiores Contribuintes (1871/1880)...112
- Quadro I (C)** – Titulares dos cargos da Câmara Municipal de Moura:
 identificação, anos em que ocuparam esses cargos e
 relação com a lista de Maiores Contribuintes (1881/1890)...113
- Quadro I (D)** – Titulares dos cargos da Câmara Municipal de Moura:
 identificação, anos em que ocuparam esses cargos e
 relação com a lista de Maiores Contribuintes (1891/1910)...114
- Quadro II** – Actividade profissional dos membros da Elite Política
 Mourense115
- Quadro III** – A Elite Política Mourense: identificação, habilitações
 literárias e relação com a Sociedade “Círculo Mourense”.....117
- Quadro IV** – Lista dos Maiores Contribuintes do Concelho de Moura de
 1867 a 1904 (mil réis).....118
- Quadro V** – Lista de Sócios Fundadores da Sociedade “Círculo
 Mourense” (1853).....122

- Quadro VI** – Lista de Sócios Ordinários da Sociedade “Círculo Mourense” (1876/77).....123
- Quadro VII** – Lista de Sócios Ordinários da Sociedade “Círculo Mourense” (1881/82).....124
- Quadro VIII** – Sócios Extraordinários da Sociedade “Círculo Mourense” (1875)126
- Quadro IX** – Os Sócios Dirigentes da Sociedade “Círculo Mourense” e sua ocupação de cargos políticos e administrativos a nível local, regional e nacional127
- Quadro X** – Titulares dos principais cargos político-administrativos do concelho de Moura: identificação e número de anos que ocupou o cargo128
- Quadro XI** – Os Eleitos para a Câmara de Deputados nas eleições legislativas de 1860 a 1910: identificação, partido a que pertenciam e número do círculo eleitoral em que se integrava o concelho de Moura129
- Quadro XII** – Número de eleitores recenseados nas várias freguesias do Concelho de Moura (1862/1910).....132
- Quadro XIII** – Categoria profissional dos eleitores recenseados como “chefes de família” ao abrigo da Lei Eleitoral de Maio de 1878 (1878).....133
- Quadro XIV** - Categoria profissional dos eleitores recenseados como “chefes de família” ao abrigo da Lei Eleitoral de Maio de 1878 (1881).....134

- Quadro XV** – Lista de membros das comissões de recenseamento eleitoral do Concelho de Moura.....135
- Quadro XVI** – As assembleias eleitorais do Concelho de Moura e respectivas freguesias (1861-1901).....137
- Quadro XVII** – As assembleias eleitorais do Concelho de Moura nas eleições para Vereadores da Câmara Municipal: identificação dos membros das mesas eleitorais, funções desempenhadas e data das eleições (1867-1908).....138
- Quadro XVIII** – As assembleias eleitorais do Concelho de Moura nas eleições para a Câmara de Deputados: identificação dos membros das mesas eleitorais, funções desempenhadas e data das eleições (1867-1908).....141
- Quadro XIX** – Os resultados das eleições para a Câmara de Deputados no Concelho de Moura: data da eleição, identificação dos candidatos e total de votos obtidos nas respectivas eleições (1861-1906).....146

Índice de Tabelas

	Pág.
Tabela A - Número de eleitores que sabem ler e escrever e percentagem em relação ao total de recenseados entre 1877 e 1909.....	26
Tabela B - A Elite Política Mourense : Níveis de educação	28
Tabela C - Distribuição percentual de sócios - ordinários da Sociedade “Círculo Mourense” pelas categorias: elegível, maior contribuinte, parente em 1º grau de maiores contribuintes (1853/1882).....	35
Tabela D – Número de eleitores recenseados em cada freguesia do Concelho de Moura no ano de 1878 (com base na Lei Eleitoral de Maio de 1878).....	57
Tabela E – Percentagem do número de membros da Comissão de Recenseamento Eleitoral que foram titulares de cargos da Câmara Municipal de Moura (1860-1901).....	61
Tabela F – O Concelho de Moura e o Círculo Eleitoral onde se integrava	77
Tabela G – Número de votantes do concelho de Moura na eleições para a Câmara de Deputados e sua percentagem em relação ao total de eleitores inscritos (1861/1887).....	86
Tabela H – Número de votantes do concelho de Moura na eleições para a Câmara de Deputados e sua percentagem em relação ao total de eleitores inscritos e percentagem de abstenções(1867/1908).....	93

Índice Geral

	Pág.
Agradecimentos.....	2
Abreviaturas utilizadas e normas de transcrição	3
 INTRODUÇÃO	 4
 CAPÍTULO I – O Estudo da Elites: Questões Metodológicas e conceptuais.....	 12
 CAPÍTULO II - A Elite Política Mourense : Uma Caracterização Sociológica	 18
1. Origem e Mobilidade Social.....	18
2. Níveis de Educação.....	24
3. Formas de Sociabilidade.....	31
4. Relações de Parentesco	38
5. Notabilidade e Poder Económico.....	45

CAPÍTULO III - As Eleições :Um Mecanismo de Controlo e Acesso das Elites ao Poder Político	51
1. Formas de Controlo das Práticas Eleitorais:	
1.1. O Eleitorado Mourense e o Recenseamento Eleitoral.....	54
1.2. Processos de Captação de Voto.....	67
1.3 O Acto Eleitoral.....	76
2. Análise dos resultados eleitorais.....	86
CONCLUSÃO.....	96
ANEXOS.....	103
I – Cartografia	104
II – Quadros e Gráficos	110
III – Genealogias	150
IV – Notícias e Outros Documentos	155
V – Biografias.....	178
VI – Imagens.....	227
FONTES e BIBLIOGRAFIA	232
ÍNDICES	245
Índice de Gráficos	246
Índice de Quadros	248
Índice de Tabelas	251
Índice Geral	252